

2017

REFLEXÕES

Livro XXIII

REFLEXÕES XXIII

LUIZ ALBERTO BANCI
luiz.banci@hotmail.com.br
banciblog.wordpress.com

Índice

7- A era da nostalgia- **Mark Lilla**

13- A utopia foi privatizada- **Zygmunt Bauman**

19- Governo indiano proíbe a circulação de dinheiro vivo: pessoas morrem e perdem sua poupança- **Diversos Autores**

24- A abertura comercial é imprescindível para o crescimento econômico – e isso não é folclore- **Diversos Autores**

32- O ataque da Comissão Europeia à Apple e à Irlanda mostra que os britânicos estavam certos- **Juan Ramón Rallo**

37- As seis coisas fundamentais que seu livro-texto de macroeconomia não ensina a você- **Jason Riddle**

45- Não desfaça amizades por causa da política – gerar a divisão é exatamente o que o estado quer- **Jeffrey Tucker**

52- O homem que inventou Fidel- **Anthony DePalma**

70- A vida e a época de Fidel Castro- **The Economist**

76- Uma trajetória marcada por segredos- **José Maria Mayrink**

81- Revolucionário, herói, autoritário e maior mito cubano- **Rubens Barbosa**

84- Da guerrilha aos sequestros no Brasil- **Marcelo Godoy**

REFLEXÕES XXIII

88- O morto e o vivo- **Douglas Duarte**

109- A revolução e eu- **Mario Vargas Llosa**

114- As concepções do Estado- **Voltaire Schilling**

120- Desmontar de novo: que tipo de ruptura o Brasil enfrenta depois do impeachment de Dilma Rousseff?- **José de Souza Martins**

126- Fim!- **Denis Lerrer Rosenfield**

130- Dilma acelerou crise e presidencialismo de coalizão ‘chegou ao estado terminal’, diz economista- **Eduardo Gianetti da Fonseca**

137- Impeachment é um golpe na democracia! – difícil uma frase mais contraditória e sem lógica- **Ryan McMaken**

143- Hora de mudar- **José Fucs_**

151- Uma reforma para garantir o futuro- **José Fucs_**

159- O cerco à roubalheira- **José Fucs_**

168- O peso colossal dos tributos- **José Fucs_**

177- Um ambiente mais amigável para os negócios- **José Fucs**

186- O renascimento na arena global- **José Fucs_**

193- O desmonte do Leviatã- **José Fucs_**

206- O desafio de voltar a crescer- **José Fucs_**

REFLEXÕES XXIII

213- A descentralização do poder- José Fucs_

219- A modernização dos sindicatos- José Fucs_

227- Um presidente a mais, um a menos- Leandro Karnal

230- As areias da ampulheta: atrasados e pontuais- Leandro Karnal

233- As areias da ampulheta: atrasados e pontuais (segunda parte)- Leandro Karnal

237-Criar ou agradar ou como eu quero envelhecer?- Leandro Karnal

240- Teoria do medalhão- Machado de Assis

251- Tudo sobre um pouco ou pouco sobre tudo- Leandro Karnal

254- Nossas âncoras cronológicas- Leandro Karnal

257- Natal das crianças- Leandro Karnal

260- Regras e felicidade- Leandro Karnal

263- Mudaria o Natal ou mudei eu?- Leandro Karnal

266- Falta divã e sobra sociologia no debate político, avisa historiador- Leandro Karnal

274- Livres ou marionetes?- Leandro Karnal

278- O real da realeza- Leandro Karnal

282- Paris é uma festa, mas...- Leandro Karnal

REFLEXÕES XXIII

286- Conheceréis a verdade e a verdade vos libertará-
Leandro Karnal

289- Para voltar a ver- **Leandro Karnal**

293- Por que me ufano...- **Leandro Karnal**

297- Talentos do além- **Leandro Karnal**

301- Insulto, logo existo- **Leandro Karnal**

305- Muros e bárbaros- **Leandro Karnal**

308- Quem merece o quê?- **Leandro Karnal**

311- O fantasma de Stálin- **Leandro Karnal**

315- Lições violentas- **Leandro Karnal**

319- A luz alheia- **Leandro Karnal**

323- O fim da ordem anglo-americana- **Ian Buruma**

337- Falsas notícias: o fracasso da verdade no ano de 2016- **Lucia Guimarães**

343- Adeus ao livre-arbítrio- **Yuval Noah Harari**

351- O gene da felicidade- **Will Storr**

356- Língua brasileira ou língua portuguesa: a questão da língua no Brasil- **Juliana Soledade**

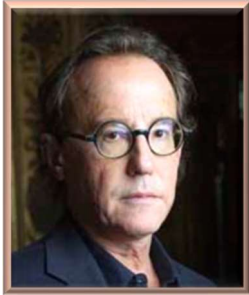
362- Beatles- **Marcelo O. Dantas**

370- Entre a lenda e a história- **Davi Arrigucci Jr.**

LUIZ BIANCI

A era da nostalgia

Mark Lilla



Para o historiador, o mundo, em choque psicológico diante da voracidade das mudanças tecnológicas e sociais, vive uma onda reacionária que quer a volta a um éden passado e fictício

Enquanto preparava um livro sobre a atração que intelectuais sentem por tiranos, o cientista político e historiador americano Mark Lilla, da Universidade Columbia, deu-se conta de uma força que também exerce grande influência sobre parte da *intelligentsia*: a nostalgia, o apego a um passado grandioso, e percebeu que tal sentimento é a coluna de sustentação do reacionarismo. *“Consulte qualquer biblioteca decente e você encontrará centenas de livros que falam sobre revolução. Sobre a reação, será difícil encontrar uma dúzia”*, afirma. Lilla dedicou-se então a estudar a influência dessa corrente política nostálgica desde a Revolução Francesa até os dias de hoje. O resultado está no livro *The Shipwrecked Mind: On Political Reaction* (Mente Náufraga: sobre Reação Política). Nesta entrevista à Veja, concedida por Skype de sua sala na universidade, ele explica como a nostalgia e o reacionarismo impulsionaram a vitória de Donald Trump e terá impacto duradouro por todo o planeta.

O que explica o Brexit, na Inglaterra, e a vitória de Donald Trump, nos Estados Unidos?

O mundo deu uma guinada, e isso foi a resposta de uma população que já não se sente representada pelos partidos políticos tradicionais, tampouco pelos seus principais líderes. Na Europa, os partidos são herança das lutas pelo legado da Revolução Francesa. Socialistas e comunistas representavam a

classe trabalhadora, enquanto os conservadores representavam a Igreja e a antiga aristocracia. Essa clivagem¹ não existe mais. A nova divisão se dá entre aqueles que vivem no conforto e se beneficiam da globalização e os que carecem de conforto ou não se beneficiam da globalização. Não há partidos que representem claramente as duas categorias. Daí a sensação generalizada de deslocamento, de desarranjo, que acabou resultando em movimentos essencialmente antipolíticos.

São movimentos reacionários

São todos animados por um impulso fundamentalmente reacionário, que é a nostalgia. “Vamos fazer ‘x’ grande de novo” é o *slogan* demagógico do nosso tempo – e não apenas de Trump, nos Estados Unidos. Em meu livro, falo sobre uma “mentalidade naufraga”.

O que é a mentalidade naufraga?

A noção de que o tempo é um rio surgiu na mitologia antiga e ainda pode ser aplicada como metáfora hoje. Enquanto mentes politizadas veem o rio fluindo, correndo, reacionários pensam que um naufrágio ocorreu e os escombros de um paraíso afora estão flutuando diante de seus olhos. Reacionários estão exilados no presente. Revolucionários também acreditam em uma ruptura no tempo, mas confiam que o mundo que perdemos será trocado por um mundo futuro e melhor. Os reacionários, não. Eles acreditam que são os guardiões de algo que realmente aconteceu, e não profetas de uma possibilidade. Eles, portanto, sentem-se em uma posição política mais forte que a de seus adversários no campo das ideias. São os cavaleiros de uma realidade passada, não de um sonho futuro. Sempre digo: a esperança pode levar a um desapontamento, mas a nostalgia é irrefutável. É nisso que reside a força atual dos movimentos reacionários.

¹ **Clivagem**: separação, diferenciação ou oposição de grupos sociais ou étnicos.

Quais os principais exemplos desse reacionarismo?

O islamismo político é hoje o movimento reacionário mais importante do mundo. Está baseado numa fantasia de retorno a uma era de pureza religiosa e força militar que até chegou a existir, mas apenas durante um curto período, há mais de um milênio. Porém existem vários outros. Na Turquia, Recep Tayyip Erdogan apela para um grande passado do Império Turco-Otomano. Na Índia, o primeiro-ministro, Narendra Modi, fez sua carreira política propagando o Hindutva, um nacionalismo que exalta uma civilização indiana que existia antes da chegada dos muçulmanos ao país. Esse movimento não é muito diferente dos caminhos seguidos pelos partidos da direita europeia, como a Frente Nacional na França, liderada por Marine Le Pen.

O senhor acha que Trump é igual a Erdogan, Modi e Le Pen?

Os líderes desses movimentos reacionários conseguem oferecer uma imagem precisa do local para onde querem voltar. Trump, não. Ele lembra um projetor de cinema com o qual cada expectador pode projetar na tela sua própria fantasia do passado. Por isso, pela imprecisão e pela ambiguidade, Trump conseguiu atrair trabalhadores que perderam o emprego, patriotas que sentem que os Estados Unidos perderam preponderância no mundo e até eleitores religiosos que sentem a perda dos valores familiares. Tanto que a vida de Trump não é a expressão desses valores. Ele não é um representante da família tradicional ou alguém que possui um trabalho ordinário, comum, com o qual o trabalhador possa identificar-se. Trump opera um pouco como se fosse um profeta. Todos os profetas de sucesso – de Jesus a Marx – sempre foram vagos sobre o que o futuro trará. Eles deixam isso para a imaginação daqueles que acreditam neles.

O senhor ficou surpreso com a vitória de Trump?

Em parte sim, em parte não. Há hoje uma generalizada falta de responsabilidade dos cidadãos nos Estados Unidos, e a

eleição de Trump, em boa medida, também deriva disso. O que me surpreende, e ao mesmo tempo me preocupa, é que jamais vimos a vitória de um candidato que quebrou tantos tabus da democracia americana. Nunca um candidato à Casa Branca adotou uma postura tão agressiva nesse aspecto. Trump chegou a defender medidas contrárias à Constituição, como expulsar muçulmanos do país. Por isso, não seria um exagero dizer que a democracia americana, em certo sentido, já está em risco há algum tempo.

Por que a onda reacionária ganhou força agora?

Porque, em qualquer canto do mundo, inclusive no Brasil, estamos vivendo um choque psicológico em razão das mudanças na tecnologia, na economia e na sociedade, mudanças que lembram uma revolução permanente. Observe a rapidez com que a homossexualidade se tornou um comportamento natural nas sociedades ocidentais e mesmo além delas. Era impossível imaginar há trinta anos que o casamento *gay* seria uma realidade. Para as pessoas mais velhas, criadas com valores mais tradicionais, isso é profundamente chocante. O papel que a mídia social assumiu na nossa vida é outro exemplo. Ao ver pessoas segurando *smartphones* o tempo todo, dá para pensar que crescemos com um quinto membro. E o mundo apresentado por meio desses celulares é atualizado a cada minuto.

A realidade que o senhor descreve ainda está ausente em muitos países, não?

Mas a ansiedade diante desse processo extremamente dinâmico tornou-se uma experiência universal. Por essa razão, as ideias reacionárias atraem adeptos de todo o mundo, que não têm praticamente nada em comum, mas partilham algo essencial: o sentido de traição histórica aos seus respectivos países e valores. Toda grande transformação social que certos grupos defendem deixa para trás um éden que serve como objetivo nostálgico para os outros.

Qual é a diferença entre reacionários e

conservadores?

São correntes de pensamento distintas. Os conservadores sempre viram a sociedade como uma espécie de herança pela qual são responsáveis. Para eles, as mudanças devem ser realizadas por meio de pequenas transformações nos costumes e tradições, jamais por meio de projetos reformistas ousados. Eles também acreditam que a história nos move, e não que nós movemos a história. Os reacionários, que hoje respondem pelos movimentos da direita global, não pensam da mesma forma. Eles são tão radicais e tão destrutivos quanto os revolucionários, com a diferença de que voltam os olhos para o passado, não para o futuro. O papel que os reacionários se atribuem é impedir que a sociedade encontre sua desgraça ou reverter o processo que destruiu a harmonia de um estado feliz e bem ordenado do passado. É a era da nostalgia.

Reacionários são necessariamente de direita?

De forma alguma. Desde o colapso da União Soviética e o fim das esperanças revolucionárias, a esquerda trocou sua retórica da esperança no futuro pela retórica da nostalgia das grandes greves gerais, das revoltas e dos levantes do passado. É a isso que se prendem os movimentos da esquerda nostálgica de hoje. Grupos como os ecologistas, os movimentos antiglobalização e o novíssimo *degrowth*, que defende um crescimento menor para criar uma economia mais sustentável e sem exaurir os recursos naturais, são os principais representantes da nova esquerda nostálgica, que é, numa palavra, reacionária.

Então por que apenas a direita parece ganhar com a onda reacionária?

Nenhum dos novos partidos de esquerda antiglobalização na Europa – Podemos, na Espanha, Syriza, na Grécia, ou Movimento 5 Estrelas, na Itália – conseguiu apresentar um programa remotamente plausível para o futuro do seu país. É preciso entender que a esquerda vive uma crise de identidade

REFLEXÕES XXIII

muito mais profunda do que se imagina. Não é apenas uma questão de falta de candidatos ou líderes que cativem o eleitorado. Não há mais um quadro teórico geral para a esquerda tal como o marxismo já forneceu: uma estrutura que explique a natureza humana, a relação do indivíduo com a sociedade e as forças profundas que movem a história. Na falta disso, a esquerda não consegue se adaptar ao mundo em que vivemos hoje, baseado na economia de mercado e na democracia liberal. As experiências, como a União Soviética, no passado, ou a Venezuela, recentemente, terminaram em desastre completo. E assim a esquerda de hoje se concentra em seu passado e, em especial, em suas nobres derrotas. Antes de pensar em lideranças e candidatos fortes, a esquerda precisa encontrar um novo arcabouço teórico que permita refundá-la. Enquanto isso não ocorrer, será difícil imaginar que ela obtenha maiores sucessos eleitorais. ●

Mark Lilla: cientista político, jornalista e professor

Artigo publicado na revista *Veja*, no dia 30 de novembro de 2016

A utopia foi privatizada

Zygmunt Bauman



Filósofo polonês morto em 2017 falou sobre política, tecnologia e como enxergava o futuro

Vídeo da entrevista com Zygmunt Bauman, da série Incertezas Críticas, produzido pela Grifa Filmes.

Quando eu e o diretor de fotografia Jacob Solitrenick tocamos a campainha da casa de Zygmunt Bauman, já estávamos com todo o equipamento pronto para iniciar a entrevista. Ao entrarmos, porém, o sociólogo não deixou que começássemos a trabalhar: fez questão de nos servir um lanche com frutas, papear um pouco, como quem reduz a velocidade a que estamos acostumados no cotidiano, abre uma brecha de humanidade na produtividade. Não que ele estivesse sem o que fazer: precisava arrumar as malas para uma conferência fora do país, tinha que deixar uma lista de e-mails respondida, entre outros assuntos. Mas não pôde deixar de abrir uma pausa na urgência, um desses gestos pequenos e gigantes ao mesmo tempo, lição de aquedação² entre o pensamento e o cotidiano: não basta criticar o tempo que vivemos, é preciso vivê-lo de outra maneira.

Bauman nasceu na Polônia em 1925, mas residia na Inglaterra, onde foi professor titular da Universidade de Leeds. No decorrer da sua trajetória, publicou dezenas de livros, traduzidos para diversas línguas. Aliava uma vasta observação do mundo contemporâneo com uma escrita acessível ao leitor não especializado: seu conceito de modernidade líquida, por exemplo, suscitou debates nas universidades, mas também na imprensa, nas artes, assim por

² **Aquedar:** tornar(-se) quieto; aquietar(-se), sossegar(-se).

diante.

Fui entrevistar o sociólogo em junho de 2012 por conta de uma série de televisão que escrevi e dirigi, *Incertezas Críticas*, produzida pela Grifa Filmes. Meu objetivo era inserir determinados aspectos do nosso presente num horizonte mais amplo: isto é, apresentar algumas possibilidades de análise e interpretação de temas como a crise econômica, a internet, a arte contemporânea, entre outros, de modo a sugerir quadros conceituais menos fixados na urgência das últimas notícias. Nesse sentido, a conversa com Bauman era promissora: ao longo da sua obra, existe uma variedade notável de assuntos, que caminha lado a lado com uma ambição interpretativa alargada.

Ao saber da morte de Bauman no último dia 9, decidi tornar público parte do material da entrevista, ainda inédita. Como se verá, muito do que foi dito naquela tarde ajuda a explicar o mundo que vivemos hoje.

Como você relaciona crise econômica e modernidade líquida?

A incerteza é a única certeza que temos. Não sabemos mais como planejar em longo prazo e, quando planejamos, não temos certeza se o plano vai se concluir. Isso se aplica ao indivíduo e ao ente social. A crise econômica é só um dos exemplos dessa instabilidade.

Como isso se dá?

Poder é a capacidade de realizar as coisas. Política é a capacidade de decidir quais coisas serão realizadas. As duas coisas, poder e política, até 50 ou 60 anos atrás, andavam juntas, dentro do quadro dos Estados-nação. As pessoas podiam estar à direita, à esquerda ou no centro do espectro político, mas todas concordavam em um ponto: o que fosse decidido, as instituições políticas do Estado tinham o poder e os instrumentos para realizar. Então, a questão toda era quem estava sentado no palácio presidencial ou no comando do

governo. Uma vez lá dentro, poderiam fazer política de um jeito ou de outro. Tinham os meios, os instrumentos e a capacidade para fazer isso. Não funciona mais assim.

Como funciona?

Na Europa, temos governos que trabalham com algo que, na área de sociologia, chamamos de *double bind*. Trata-se de uma pressão dupla em direções extremamente opostas. Por um lado, eles estão expostos ao eleitorado, porque são reeleitos ou tirados do poder a cada 3 ou 4 anos. Portanto, precisam escutar o que o povo quer. Por outro lado, os governos sofrem a pressão extraterritorial de finanças, capitais, bancos internacionais, corporações, etc. Estes não dependem do eleitorado, não foram eleitos e não ligam nem um pouco para qual será a reação da população. Querem que o governo deixe de escutar o povo e faça as vontades dos acionistas, pois, para eles, a economia equivale aos interesses dos acionistas, isto é, destes que podem ganhar bilhões do nada, ou destruir bilhões, em um dia. São pressões opostas. O resultado disso é que o governo tem opções limitadas.

As crises tendem a se multiplicar?

Eu não acho que essa situação de desordem econômica, pois é difícil chamar isso de ordem, poderia sobreviver sem uma crise constante. Deve haver algum lugar onde os capitais possam se reabastecer ou rejuvenescer, sugando os espólios de outros locais. Então, o que é característico do sistema mundial hoje, em tempos de modernidade líquida, é a constante mudança ou flutuação de poder econômico de um lugar para outro. A situação é essa: por um lado, há poderes que estão livres de qualquer controle político; por outro lado, há políticos que sofrem com a falta de poder. Temos poder sem política e política sem poder.

Como isso afeta cada um de nós?

Até recentemente, os Estados tinham a obrigação de prover as necessidades básicas da vida. Mas, por causa do déficit de

poder dos governos nacionais, eles não conseguem mais prover. Portanto, os governos precisam deixar de lado as funções que tinham como obrigações. Eles têm duas formas de deixar de lado essas funções. Uma delas é privatizar. A outra forma é rebaixá-las a um nível que, após Anthony Giddens, chamo de política da vida real. Na política da vida real, eu, você e todas as pessoas, são ao mesmo tempo parlamento, governo e judiciário. As pessoas têm que decidir o que fazer, o que executar e julgar. Assim, diversas funções que eram antes realizadas por uma comunidade, agora estão nos ombros dos indivíduos.

Quais as consequências dessa política da vida real?

Por um lado, é um grande avanço de liberdade individual. Em princípio, você pode ser o dono da sua própria vida. É o que chamo de indivíduos *de jure*³: nós somos indivíduos por decreto. Assim, goste ou não, você é culpado por suas derrotas. Se você fracassa, não pode culpar a ninguém. O que, é claro, afeta sua autoestima. Se os seus pais sofressem de insônia, era principalmente porque tinham medo de não estar suficientemente bem conformados aos padrões. Mas, caso você sofra de insônia, não é por medo de desviar da norma. Pelo contrário, você pode agir como quiser. Você pode ter medo, talvez, de ser incapaz de realizar algo. Sentir que não tem os recursos, o talento, a capacidade ou a energia suficientes para ser quem gostaria de ser. Supostamente, você é livre para escolher sua identidade, mas na prática você não consegue realizar isso. Portanto, você é um indivíduo *de jure*, mas não é um indivíduo de fato.

Essa situação traz sentimentos muito desagradáveis, que são muito comuns no mundo hoje. Um deles é o sentimento de ignorância constante, de não saber o que vai acontecer. Outro

³ ***De jure***: *De jure* é uma expressão latina que significa "pela lei", "pelo direito", em contraste com *de facto*, que significa justamente "de fato", ou seja, algo praticado.

sentimento é o de impotência, isto é, mesmo que eu saiba exatamente qual o perigo, não posso fazer nada para impedir. Não tenho o poder para isso. A combinação desses sentimentos, ignorância e impotência, resulta no de humilhação, que é um golpe pesado na autoconfiança e na autoestima. De acordo com as estatísticas, a depressão é a doença mais comum do momento. Muita gente fica deprimida em algum momento. A depressão é o produto dessa sensação de não ter controle, de estar abandonado. Às vezes, chamamos isso de exclusão. Nós somos excluídos de onde a ação acontece; de onde a vida real é vivida. Não conseguimos chegar lá.

Nessa perspectiva, dá para pensar em utopia?

Viver nessas circunstâncias exige que as pessoas tenham nervos muito fortes. Que tenham determinação e também que pensem em maneiras de transformar o mundo em que vivem. É muito difícil de propor isso e mais ainda de conseguir. As utopias, há 50 ou 60 anos, eram utopias sobre uma sociedade perfeita, na qual cada pessoa teria um lar com segurança e todos estariam mais ou menos satisfeitos com a vida. Ter uma boa vida significava viver dentro de uma boa sociedade, por causa dela e graças a ela. Hoje, essa utopia não existe mais.

Utopia, como muitas outras coisas na vida, foi privatizada. A utopia privatizada não é sobre uma sociedade melhor, mas sobre indivíduos melhores, cada um em suas situações individuais, dentro de uma sociedade muito ruim. Sobre a sociedade, dizem que não dá para mudar. Mas o que as pessoas podem fazer é cuidar de si mesmas, de seus entes queridos, sua família, cônjuge, o que seja. Encontrar um lugar confortável em um mundo essencialmente desconfortável.

Você pode dar um exemplo de utopia privatizada?

O Facebook. Nele, você pode ter um mundo imaginário, *on-line*, que não aparece na realidade *off-line*. Você pode ser quem você quiser *on-line*. Pode ter várias identidades diferentes, pode fingir ser algo que não é, pode realizar todos

REFLEXÕES XXIII

os seus sonhos. É uma maneira de fugir das duras exigências e asperezas do mundo *off-line*. Outra reação é buscar algum tipo de mudança na sociedade como um todo. Por exemplo, os movimentos Occupy.

Como você vê o futuro a partir dessas alternativas?

Eu não sou pessimista nesse sentido. Porque toda árvore de carvalho de cem anos começa com uma muda apenas. E, então, se torna um carvalho majestoso em cem anos. Todas as maiorias na história começaram como minorias. Se não fosse assim, ainda estaríamos no período paleolítico: se ninguém quisesse sair da caverna, ainda estaríamos lá. Aqueles que decidiram sair eram minoria. Então, cedo ou tarde, o ser humano vai encontrar soluções, mudar os hábitos, mudar a si próprio e começar a viver de outra maneira. Tenho quase certeza disso, mas o problema que me preocupa é quanto tempo isso levará para acontecer. ●

Zygmunt Bauman: sociólogo polonês, professor emérito de sociologia das universidades de Leeds e Varsóvia.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 18 de fevereiro de 2017

Governo indiano proíbe a circulação de dinheiro vivo: pessoas morrem e perdem sua poupança

Diversos Autores



A justificativa era dificultar a corrupção no próprio governo e reduzir o mercado negro

Na segunda semana de novembro, o primeiro-ministro da Índia Narendra Modi anunciou que as cédulas de 500 rúpias (US\$ 7,50 ou R\$ 25) e de 1.000 rúpias (US\$ 15 ou R\$ 50) estavam banidas. Ou seja, tornava-se proibido qualquer pessoa utilizá-las na economia.

A surpreendente e traumática medida – mantida em segredo até o último momento e adotada literalmente da noite para o dia – tinha o intuito, segundo o governo, de atacar os integrantes do mercado negro (que utilizam exclusivamente dinheiro vivo de alto valor nominal), acabar com a corrupção que atualmente permeia todos os níveis do governo e reduzir a sonegação.

Essas duas cédulas abolidas representavam quase 80% de todo o dinheiro vivo em circulação, e, segundo o governo, eram utilizadas majoritariamente para sonegar impostos e pagar propinas.

No entanto, a medida serviu apenas para criar caos e desespero para milhões de cidadãos indianos. Da noite para o dia, eles se viram em posse de um dinheiro que não mais tinha uso. Não apenas toda a sua poupança na forma de dinheiro vivo havia sido subitamente aniquilada, como ainda se tornaria



impossível comprar itens básicos.

Consequentemente, as pessoas correram para os caixas automáticos dos bancos para tentar sacar cédulas de menor denominação (ainda permitidas). Como era de se esperar, os caixas rapidamente ficaram sem dinheiro. Outras correram para os bancos, o que gerou enormes filas, as quais se degeneraram em brigas físicas e tumultos generalizados. Várias pessoas foram pisoteadas. Também, como era de se esperar, os bancos não tinham dinheiro vivo suficiente para atender a todas as demandas.

Repentinamente, boa parte da população não tinha dinheiro para comprar comida e itens básicos. Uma menina de 8 anos morreu porque seu pai não conseguiu levá-la ao hospital, já que o posto de gasolina estava proibido pelo governo de aceitar a cédula de 1.000 rúpias oferecida pelo pai. Sem gasolina, o homem teve de ver a filha morrer.

Essas são apenas uma pequena fração das histórias de horror vivenciadas pelos indianos. Em meio a tamanho caos, o governo decidiu reintroduzir essas cédulas abolidas, mas agora com um novo desenho. Mais: ele também criou uma nova cédula de 2.000 rúpias – o que, na prática, revoga todos os seus objetivos declarados.

Aturando e arcando com tudo- O fato é que vários indianos estão tão fartos da rotineira corrupção que assola o país, que eles estão dispostos, ainda que contrariados, a arcar com estes fardos se tais medidas realmente acabarem com a corrupção. Mal sabem eles que isso não fará nem cócegas: todo esse confisco do dinheiro gerou apenas uma inconveniência temporária para os sonegadores e lavadores de dinheiro, os quais já encontraram brechas que não apenas permitiram que eles minimizassem as perdas como ainda lucrassem com a medida. E isso – o fato de a tentativa de proibir o dinheiro ter gerado efeitos não premeditados e ter beneficiado aqueles a quem o governo queria punir – é ótimo: novas tentativas asininas serão agora menos prováveis.

Outros, mais sensatos, já perceberam que "o verdadeiro dinheiro da corrupção e do mercado negro... já está guardado em contas bancárias na Suíça", de modo que são as pessoas comuns e os pequenos comerciantes e empreendedores os realmente afetados pela medida.

A Índia possui uma das populações menos 'bancarizadas' do mundo (apenas 35% da população utiliza bancos). Isso significa que mais de 800 milhões de pessoas não têm conta bancária e, conseqüentemente, mantinham toda a sua poupança em dinheiro vivo. Todas estas pessoas não apenas tiveram, repentinamente, sua poupança aniquilada, como agora terão de ir aos bancos para trocar as cédulas inutilizadas pelas cédulas novas.

Mas há um problema: pelas regras impostas pelo governo, os bancos só podem trocar 4.000 rúpias por dia (o equivalente a R\$ 200). Conseqüentemente, aqueles que têm mais do que isso terão de abrir conta em banco e depositar todo o dinheiro. Quem depositar mais de 250 mil rúpias (R\$ 12 mil) será investigado e interrogado pelo governo. E se o governo decidir que esse indivíduo sonegou impostos, seu dinheiro será confiscado e uma multa de 200% será imposta. O prazo final para se trocar todo o dinheiro nos bancos é 30 de dezembro.

Ou seja, ao fim e ao cabo, são estes indivíduos – pequenos poupadores, pequenos empreendedores e pequenos comerciantes – que ficarão em posse de um grande volume de cédulas sem valor tão logo os bancos pararem de trocar as cédulas antigas pelas novas.

A luta pela liberdade- Mas é sempre interessante ver as maneiras como alguns indianos estão mantendo sua liberdade e protegendo sua privacidade, além de evitarem o confisco dos impostos gerados por esse evento. A primeira alternativa foi recorrer ao Bitcoin. A criptomoeda ajuda a conduzir transações anonimamente; o governo não consegue monitorar. Como resultado da medida do governo, o preço do Bitcoin pulou de 46.963 rúpias para 48.665 em apenas 12

horas. As pessoas estão comprando Bitcoins para lidar com essa situação. Mas essas são uma ínfima minoria, sofisticada o bastante para isso.

E quanto às pessoas de baixa renda que não possuem *smartphones* e acesso à internet? Elas estão recorrendo a um método interessante, que valeria um artigo próprio: elas estão utilizando *vouchers* da Sodexo. Várias pequenas empresas pagam seus empregados parcialmente com estes cupons, os quais podem

ser usados para comprar alimentos, pagar refeições e outras coisas. Os comerciantes que recebem esses *vouchers* podem trocá-los por dinheiro no final do ano.

Quando os indianos se viram sem dinheiro, eles utilizaram os *vouchers* para conseguir comida nos supermercados e mercearias. Consequentemente, o comerciante agora paga seus fornecedores também com *vouchers* em vez de dinheiro vivo. O fornecedor, por sua vez, utiliza esses *vouchers* em outras áreas.

Isso porque os *vouchers* valem por um ano. Empreendedores utilizam esses *vouchers* em suas transações diárias porque essas transações não precisam ser declaradas para fins de coleta de impostos. Impostos sobre vendas, impostos sobre serviços, e vários outros impostos são evitados desta maneira. É um tipo de moeda paralela sendo utilizada nas cidades indianas.

Se toda essa guerra ao dinheiro vivo continuar, empreendedores irão descobrir e criar novas maneiras de ajudar as pessoas a fugir dos impostos. E isso não seria nada mal. Não é um crime arranjar seus empreendimentos de maneira a pagar a menor quantidade de impostos possível. Com efeito, é dever sagrado de cada indivíduo garantir que o governo e sua máfia recebam a menor quantia possível de dinheiro, de modo que cada indivíduo trabalhador e sua família fiquem com o máximo possível. Dinheiro nas mãos de pessoas trabalhadoras e empreendedoras é muito mais bem

REFLEXÕES XXIII

utilizado do que na mão de políticos e burocratas. Quanto mais dinheiro vai para o governo, mais o governo gasta, mais ele cresce, e mais a economia privada (a que realmente cria riqueza) definha. Quanto maior a participação do governo na economia, menor a participação do setor privado.

Consequentemente, quanto mais o governo for privado do dinheiro dos cidadãos, melhor para a economia privada, que é quem cria riqueza. Dar menos dinheiro para o governo é a única maneira de se preservar a liberdade e garantir uma vida melhor para todos, principalmente para a sua própria família.

Frequentemente, a lição mais difícil de ser entendida é que a melhor e única maneira de se acabar com esses tipos de autoritarismo é esfaimando o governo que os cria. ●

Jairaj Devadiga: economista

Carmen Dorobat: pós-doutoranda em economia na Universidade de Angers e professora na Bucharest Academy of Economic Studies.

Artigo publicado no dia 20 de novembro de 2016

A abertura comercial é imprescindível para o crescimento econômico – e isso não é folclore

Diversos Autores



Mas sempre há políticos a soldo de grandes interesses e contra a população

O ministro das Relações Exteriores José Serra disse, com grande profundidade filosófica, que "o Brasil não é uma economia mais fechada do que a média mundial, apesar do folclore encontrado. Isso é folclore."

E prosseguiu, exsudando⁴ cientificidade: "Quando alguém te disser [que a história mostra uma posição muito fechada do Brasil], pode dizer o seguinte: 'o ministro de Relações Exteriores disse que essa sua afirmação é folclórica'." Intellectualismo avassalador.

Eis os fatos nada folclóricos: segundo a Câmara Internacional de Comércio, o Brasil é a economia mais fechada do G-20 e uma das mais protecionistas do mundo. Em um ranking das 75 maiores economias do mundo, que representam quase a integralidade do comércio internacional, o Brasil aparece apenas na 68.^a posição entre os mais abertos. Apenas oito países seriam mais fechados que o Brasil, entre eles potências como Quênia, Paquistão e Venezuela.

Ao passo que a média de importações dos países do G-20 é



⁴ **Exsudação:** líquido que, transudando pelos poros de uma planta ou um animal, adquire consistência viscosa na superfície onde aparece.

REFLEXÕES XXIII

de 27,5% do PIB, o Brasil importa apenas 14% do PIB.

Aquilo que já era ruim piorou ainda mais durante o governo Dilma. Com a justificativa de estar "estimulando" a indústria, o governo praticamente fechou os portos e aumentou as alíquotas de importação de praticamente todos os produtos estrangeiros: automóveis, pneus, produtos têxteis, calçados, brinquedos, lâmpadas, sapatos chineses, tijolos, vidros, vários tipos de máquinas e até mesmo de produtos lácteos.

As consequências do fechamento da nossa economia são diariamente vivenciadas por todos nós, que ficamos praticamente proibidos de ter acesso a produtos bons e baratos feitos no exterior, e nos tornamos reféns do grande empresariado nacional, protegido pelo governo.

Ao elevar as tarifas de importação, o intuito do governo é proteger as empresas nacionais e blindá-las contra os desejos dos consumidores — principalmente dos mais pobres, que ficam sem poder aquisitivo para comprar produtos bons e baratos feitos no exterior.

Agindo desta maneira, o governo cria uma reserva de mercado para o poderoso empresariado nacional, o qual agora, sem a concorrência externa, se sente mais livre para cobrar preços altos e oferecer produtos de pior qualidade. Não sobra alternativa para os consumidores senão consumir os produtos deste baronato nacional.

Para protecionistas como Serra, as indústrias nacionais não devem ser submetidas à liberdade de escolha dos consumidores nacionais. Os consumidores não devem ter o direito de escolher produtos estrangeiros. Eles devem ser obrigados a comprar apenas os produtos nacionais mais caros. Sem a concorrência de produtos estrangeiros, e com aqueles cidadãos mais pobres podendo comprar apenas produtos mais caros fabricados nacionalmente, os grandes empresários industriais do País não têm motivo nenhum para reduzir seus preços e elevar a qualidade de seus produtos. Eles passam a usufruir um mercado cativo. Consequentemente, torna-se

mais difícil controlar a inflação de preços.

E os consumidores, principalmente os mais pobres, passam a ser tratados como gado em um curral: ficam proibidos de comprar produtos estrangeiros baratos e são obrigados a comprar apenas os produtos nacionais mais caros desses empresários privilegiados. Enquanto os lucros destes se tornam inabalados, a renda disponível dos mais pobres vai definhando.

Este excelente *site* tem uma calculadora que permite você calcular, por estado, quanto irá pagar de tributos ao importar um bem. Por exemplo, se você mora no estado de Minas Gerais e decidir importar um produto que custa US\$ 1,000 (R\$ 3.220) mais US\$ 50 de frete, você pagará R\$ 3.216 só de tributos, o que dá quase 100% do preço do produto. O preço final total será de R\$ 6.597. Ou seja, as indústrias nacionais estão sem nenhuma concorrência estrangeira.

Tarifas são impostos – e geram as mesmas consequências

Contrariamente ao que dizem os protecionistas, o livre comércio não apenas não causa desemprego, como também ajuda quem está procurando emprego. Quando as importações "baratas" expulsam do mercado aqueles produtos nacionais mais caros ou de menor qualidade, os consumidores nacionais ficam com mais dinheiro. Tendo acesso a produtos mais baratos, o total despendido com gastos em consumo diminui. Sobra mais dinheiro no fim do mês. Com mais dinheiro sobrando, as pessoas podem investir ou gastar mais em outros produtos e serviços. Se você gasta menos comprando bens importados mais baratos, sobra mais dinheiro para você gastar em outros setores da economia. E sobra mais dinheiro para você investir (mesmo que seja aplicando em um CDB de banco, pois esse dinheiro será emprestado para terceiros investirem) e, com isso, gerar empregos em outros setores.

Com mais investimento e com mais demanda em outros setores, emprego e produção crescem. Consequentemente, a

REFLEXÕES XXIII

população se torna agora mais rica e com maior oferta de bens e serviços. Trabalhadores demitidos daquelas indústrias ineficientes que perderam mercado para os produtos importados têm agora novas oportunidades em outros setores.

E isso não é apenas uma questão de teoria. A própria empiria confirma isso.

O quadro abaixo, elaborado pelo economista argentino Iván Carrino, mostra os países que têm a maior abertura comercial de acordo com a pontuação (de 0 a 100) — estabelecida pelo Índice de Liberdade Econômica da Heritage Foundation — e a taxa de desemprego de cada um deles para o ano de 2015.

La apertura comercial no genera desempleo

IG

País	Apertura Comercial (Puntaje)	Tasa de Desempleo
Hong Kong	90,0	3,2%
Singapur	90,0	2,0%
Suiza	90,0	3,4%
Noruega	89,4	4,2%
Israel	88,6	5,3%
Canadá	88,4	6,8%
Mauricio	88,4	7,8%
Austria	88,0	5,8%
Bélgica	88,0	8,5%
Bulgaria	88,0	10,3%
Promedio		5,7%

Fuente: *Inversor Global* en base a Heritage Foundation y estimaciones del FMI para 2015.

*Liechtenstein, Macau y Georgia quedaron fuera del análisis por carecerse de datos de empleo.

REFLEXÕES XXIII

À exceção da Bulgária — que nunca foi um exemplo de país historicamente estável —, a conclusão a partir dos dados é clara: o desemprego não tem nada a ver com a abertura econômica. Como mostram os quatro primeiros países, quanto mais aberto ao comércio, menor a taxa de desemprego.

Uma análise mais extensa indica que os países mais abertos ao comércio internacional não apenas não têm problemas de emprego, como também são, em média, 5 vezes mais ricos do que aqueles que decidem impor travas e barreiras à liberdade de seus cidadãos de importarem bens do exterior.

A lógica é direta: tarifas são impostos sobre vendas que se aplicam a bens estrangeiros. As empresas estrangeiras são tributadas para que suas concorrentes domésticas — que são isentas desta tributação — possam livremente aumentar seus preços de maneira generalizada. Tendo agora de pagar mais caro por produtos nacionais de qualidade mais baixa, os consumidores nacionais estarão incapacitados de consumir mais e de investir mais. A restrição às importações e a reserva de mercado criada por ela faz com que a capacidade de consumo e de investimento da população seja artificialmente reduzida. E sempre que a capacidade de consumo e de investimento da população é artificialmente reduzida, lucros e empregos diminuem por toda a economia.

Assim, empregos de baixa produtividade nas indústrias protegidas são mantidos à custa de empregos de alta produtividade em empresas que tiveram suas vendas reduzidas por causa da queda da capacidade de consumo e de investimento das pessoas. Logo, toda a economia se torna mais ineficiente, a produção diminui, os preços médios aumentam, e os salários reais caem. Exatamente o cenário brasileiro atual.

Adicionalmente, tarifas protecionistas também afetam as empresas domésticas que precisam importar bens de capital e maquinários modernos para incrementar sua produtividade e, com isso, fabricar produtos melhores e mais baratos. Tarifas

as obrigam a pagar mais caro por seus insumos ou então a comprar insumos nacionais mais caros e de pior qualidade. Isso reduz sua produtividade e aumenta seus custos. Sendo menos produtivas e operando com custos maiores, essas empresas se tornam menos competitivas internacionalmente.

Consequentemente — e essa é uma das consequências não previstas do protecionismo —, as exportações também tendem a declinar. É estimular exportações era exatamente uma das intenções do protecionismo. De novo, esse é exatamente o cenário brasileiro.

Tarifas são imorais e anti-humanas- Eis o fato básico: tarifas de importação são impostos. Dizer que tarifas de importação estimulam a economia equivale a dizer que impostos estimulam a economia. Nem mesmo um fanático desenvolvimentista como José Serra pode acreditar nessa tese.

Barreiras comerciais são boas para garantir os lucros das indústrias protegidas e para manter os salários de seus empregados sindicalizados. Mas prejudicam todo o restante dos consumidores. Não importa qual seja o grau de restrição ao comércio: a prosperidade geral sempre será reduzida. Algumas empresas e indústrias ineficientes e seus respectivos empregos são protegidos, mas à custa de todo o resto da população.

Como bem disse o economista Walter Williams: *"Os beneficiários de políticas protecionistas e de políticas de subsídios sempre são muito visíveis. Já suas vítimas são invisíveis. Os políticos adoram esse arranjo. E o motivo é simples: os beneficiados sabem em quem devem votar em agradecimento ao arranjo; já as vítimas não sabem quem culpar pelo desastre."*

Livre comércio significa livre iniciativa. É por meio do livre comércio e das transações voluntárias que as pessoas buscam saciar seus desejos e necessidades. As pessoas acordam cedo e vão trabalhar exatamente para ganhar dinheiro e, com isso,

poderem consumir o que quiserem. As pessoas trabalham e produzem para poder consumir produtos bons e baratos. Impor obstáculos a esse consumo significa restringir a maneira como as pessoas trabalhadoras podem usufruir os resultados do seu trabalho. No mínimo, isso é imoral e anti-humano.

A restrição ao livre comércio é o motivo de as pessoas em Cuba dirigirem carros da década de 1950 e ninguém invejar o padrão de vida dos norte-coreanos.

Conclusão- São as trocas comerciais voluntárias que elevam o padrão de vida das pessoas. Quando o governo impõe restrições e tarifas ao livre comércio a renda da população cai, a capacidade de investimento e de consumo diminui, empreendimentos se tornam menos produtivos e mais ineficientes, e, conseqüentemente, as pessoas sofrem.

Sim, alguns empregos são destruídos pela concorrência estrangeira, mas estes são empregos, por definição, ineficientes. São empregos em indústrias que não demonstraram ser tão eficientes quanto as estrangeiras em prover bens de qualidade e mais baratos. Logo, são empregos que custam caro à sociedade. Por causa do aumento da renda e da capacidade de consumo da população permitido pelas importações, estes empreendimentos ineficientes serão substituídos por outros eficientes em outros setores, os quais criarão agora empregos mais produtivos. Ao final, todos, até mesmo empregados demitidos por causa da concorrência estrangeira, ficam em melhor situação.

O livre comércio não tem de ser bilateral. Se outros países impuserem tarifas de importação aos nossos produtos nacionais, não há justificativa para prejudicar a população nacional impedindo-a de consumir produtos desses países. Quando compramos importados, ganhamos todos os benefícios acima descritos. Cortar esses benefícios apenas para fazer uma guerra comercial — algo que sempre excita os políticos — é algo que não irá em absoluto melhorar a situação

da população brasileira.

Por fim, se há problemas de fundo que afetam a competitividade de alguns setores nacionais em relação aos estrangeiros — como a voraz carga tributária, a enorme burocracia, a alta inflação de preços, as indecifráveis regulações e os poderosos sindicatos —, isso tem de ser atacado por meio de reformas estruturais. Se os custos de produção são altos e estão inviabilizando até mesmo as indústrias eficientes, então isso é problema do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, da Receita Federal e do Ministério do Trabalho. São eles que impõem tributos, regulamentações, burocracias e protegem sindicatos. Recorrer ao protecionismo para proteger essas indústrias em detrimento do resto da população é simplesmente criar mais problemas sobre os problemas já existentes. Tolher os consumidores ou impor tarifas de importação para compensar a existência de impostos, de burocracia e de regulamentações sobre as indústrias é jogar gasolina no fogo.

Ao final, isso irá empobrecer a todos para favorecer a apenas alguns poucos. E é exatamente isso que os governos de países pobres fazem. ●

Leandro Roque: editor e tradutor do site do Instituto Ludwig von Mises Brasil.

Georgi Vuldzhev: graduando em ciências econômicas e membro do Instituto para a Economia de Mercado, em Sofia, na Bulgária.

John Tamny: editor do site Real Clear Markets e contribui para a Revista Forbes. Artigo publicado no dia 9 de setembro de 2016

O ataque da Comissão Europeia à Apple e à Irlanda mostra que os britânicos estavam certos

Juan Ramón Rallo



A Comissão Europeia obrigou a Apple a devolver ao governo irlandês 13 bilhões de euros. Motivo: a Irlanda teria violado as regras da União Europeia ao implantar alíquotas de impostos baixas demais. Para a UE, conceder alíquotas de impostos baixas demais representa uma vantagem fiscal "ilegal".

Mas a coisa é ainda mais surreal: o próprio governo irlandês já avisou que não quer o dinheiro. Ainda em 1980, o governo irlandês havia prometido essas alíquotas baixas para incentivar a Apple a se instalar e a permanecer no país, levando ao então pobre país empregos e crescimento econômico, à época desesperadoramente necessários (a Irlanda era um dos países mais pobres da Europa).

O governo irlandês sabe que, se quebrarem esse contrato com a Apple, não apenas o país corre o risco de ficar sem a empresa, como também outras empresas podem desistir de se mudar para lá. Pior: podem sair de lá.

Vale deixar bem claro o seguinte ponto: o argumento da Comissão Europeia é que a presumível vítima deste caso é apenas o fisco irlandês, e não o erário dos outros governos europeus. Oficialmente, a Comissão não está condenando a Irlanda por praticar *dumping* fiscal por meio de sua baixíssima alíquota



REFLEXÕES XXIII

de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (meros 12,50%, um dos menores do mundo), beneficiando a Apple à custa do erário do resto dos Estados membros. E ela não está fazendo isso porque, em essência, a Comissão não tem a competência para emitir éditos⁵ acerca da política fiscal de um Estado membro. A Comissão está condenando a Apple por ter deixado de pagar impostos na Irlanda, e não no resto da Europa.

Por isso, não deixa de ser curioso que a suposta vítima do caso — o governo irlandês — tenha se manifestado veementemente contra a resolução de Bruxelas, chegando a ponto de anunciar que recorrerá aos tribunais europeus para reverter a decisão. Deve ser um caso único na história de um governo se recusando veementemente a receber mais dinheiro de impostos. Segundo o Ministério da Fazenda irlandês, a Apple já pagou todos os impostos que tinha de pagar de acordo com a legislação tributária do país, de modo que a Comissão Europeia estaria atacando diretamente a soberania fiscal de um estado membro.

Por que, então, a Comissão resolveu entrar de sola neste quesito? Segundo a versão oficial, porque o regime fiscal usufruído pela Apple na Irlanda poderia estar afetando a concorrência entre empresas europeias — a Apple recebe "privilégios" que as outras empresas não recebem —, e a Comissão pode, sim, se pronunciar em matéria de concorrência intracomunitária. A realidade, no entanto, é outra: Bruxelas está utilizando suas atribuições em matéria de concorrência para se arrogar competências tributárias (que ela legalmente não possui) com o propósito único de cartelizar os Estados membros em sua cruzada para converter a União Europeia em um inferno fiscal sem fissuras internas.

⁵ **Édito**: ordem de autoridade superior ou judicial que se divulga por meio de anúncios ditos *editais*, afixados em locais públicos ou publicados nos meios de comunicação de massa; edital.

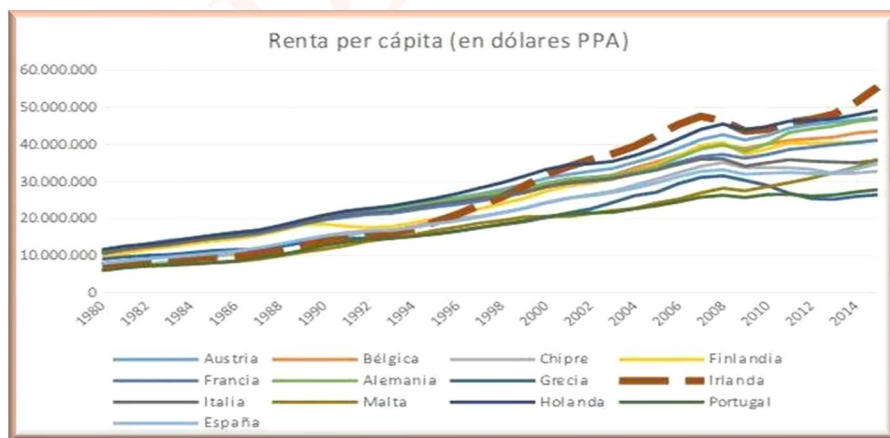
REFLEXÕES XXIII

A UE foi criada com o objetivo de "harmonizar" os impostos e as regulamentações econômicas entre os países. O centro do Império (Bruxelas) deve governar toda a periferia, impondo e executando essa harmonização. Se uma determinada alíquota de imposto estiver variando dentro da União Europeia, a intenção é "harmonizá-la" na alíquota mais alta para todos os países.

Por que a Comissão disse que a Apple recebe um tratamento fiscal privilegiado? Porque a Comissão não gosta do regime fiscal da Irlanda, o qual, pelos seus baixos impostos, "concorre deslealmente" com as demais sociais-democracias europeias, colocando em risco a sustentabilidade desse sistema. E se todas as empresas se mudarem para a Irlanda? Como os outros países europeus irão continuar bancando seus onerosos Estados de bem-estar social?

O atual CEO da Apple, Tim Cook, resumiu a situação com perfeita lucidez: *"Utilizando o critério da Comissão Europeia, qualquer empresa na Irlanda e na Europa pode repentinamente se descobrir sujeita a novos impostos em virtude de leis que jamais existiram"*.

Para o superestado europeu, um parasitismo mais prudente e



sustentável — como o feito pelo governo irlandês — não é uma opção. O governo celta deve espoliar com mais intensidade seus hospedeiros, caso contrário as outras vorazes sociais-democracias do continente terão uma "concorrência desleal". Este sistema tributário irlandês que a Comissão quer aniquilar representa uma das características mais distintivas e marcantes do país celta: uma vantagem competitiva que permitiu à Irlanda, em apenas 35 anos, deixar de ser um dos países mais pobres da atual zona do euro e se tornar o segundo mais rico, atrás apenas de Luxemburgo.

Os britânicos estavam certos- Tudo isso mostra que os britânicos foram sábios em optar por sair da União Europeia e que seria sensato que a Irlanda, ou qualquer outro país, fizesse o mesmo. A União Europeia é um impedimento à liberalização econômica.

Dentro do superestado europeu, nenhum país pode escapar das onerosas leis e regulamentações impostas de cima para baixo pela burocracia da União Europeia. Já com uma descentralização política, indivíduos e empresas podem "votar com seus pés" e se mudar para regimes menos onerosos. Sob essa ameaça de "êxodo", os governos são obrigados a liberalizar a economia para reter seus pagadores de impostos.

O governo irlandês pretendeu conceder mais liberdade econômica para uma das mais inovadoras e adoradas empresas do mundo, estimulando a Apple a "votar com seus pés" e se estabelecer no país. Bruxelas não podia tolerar isso. Se a Irlanda continuasse impune, outros países poderiam se sentir impelidos a oferecer promessas tributárias similares a empresas de tecnologia e, com isso, tornar suas próprias indústrias deste setor competitivas. Tal competição poderia se difundir e se espalhar para todas as alíquotas do IRPJ em geral. Para manter os impostos altos e, conseqüentemente, os burocratas europeus bem remunerados, tal concorrência tem de ser aniquilada na raiz.

Acima de tudo, a União Europeia é um cartel tributário

compulsório

Por isso, os “eurocratas” não podem demonstrar surpresa com o crescente euroceticismo que vem se manifestando desde o "Brexit", o qual pode culminar em um "Irexit" ("Ireland" e "exit"). A União Europeia é hoje um fator pauperizador, e não um catalisador da prosperidade.

Após desferir um golpe de Estado fiscal contra a Irlanda, a Comissão recebeu os aplausos irresponsáveis do resto dos europeus, sadicamente contentes com este ilegítimo achaque de 13 bilhões de euros a uma das empresas que mais revolucionou nossas vidas nas últimas décadas. Mas o caso da **Apple** não será o último: resoluções similares estão sendo preparadas contra Starbucks, Google, McDonald's, Fiat e Amazon. Os burocratas não irão sossegar enquanto não estrangularem a concorrência tributária entre os países e converter o continente em um parasítico inferno tributário onde prosperam as burocracias estatais.

Muito além da harmonização fiscal, o objetivo é a rapina fiscal por meio da harmonização infernal. A **Apple** foi apenas a primeira vítima de um megalomaniaco projeto europeu oposto a todos os ideais de liberdade e prosperidade que uma vez já definiram a Europa.

Conclusão- Em seu passado, a Irlanda conquistou sua independência de um governo estrangeiro predatório e empobrecedor. Que ela o faça novamente. O "Irexit" pode ser a próxima peça do dominó que levará à completa dissolução da União Europeia.

A inventividade e o empreendedorismo dos trabalhadores da **Apple** foram responsáveis por fascinantes contribuições e melhorias em nossas vidas. Ajudar a dissolver a União Europeia pode acabar sendo sua façanha suprema. ●

Juan Ramón Rallo: diretor do Instituto Juan de Mariana e professor associado de economia aplicada na Universidad Rey Juan Carlos, em Madri. É o autor do livro *Los Errores de la Vieja Economía*.

Artigo publicado no dia 1 de setembro de 2016

As seis coisas fundamentais que seu livro-texto de macroeconomia não ensina a você

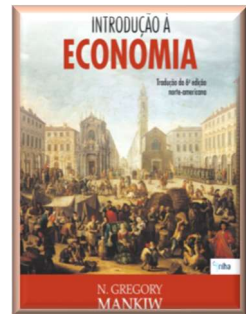
Jason Riddle



Se você está na faculdade aprendendo macroeconomia, provavelmente está utilizando o livro *Introdução à Economia*, de Gregory Mankiw, um *best-seller* que já está em sua sétima edição. O professor Mankiw é o presidente do Departamento de Economia da Universidade de

Harvard e o foi conselheiro econômico de George W. Bush.

Em si, o livro é um grande avanço em relação aos *best-sellers* anteriores, como, por exemplo, o livro-texto de Paul Samuelson, que foi o mais influente livro-texto de economia do mundo pós-guerra, com pelo menos 3 milhões de cópias vendidas em 31 idiomas distintos. Na edição de 1989, Samuelson escreveu: "A economia soviética é a prova cabal de que, contrariamente àquilo em que muitos céticos haviam prematuramente acreditado, uma economia planificada socialista pode não apenas funcionar, como também prosperar". Dois anos depois, a URSS acabou.



Mankiw fornece uma sólida apresentação de tópicos técnicos com o intuito de preparar os alunos para estudos futuros. No entanto, o livro é fraco em uma área em que deveria ser extremamente robusto: os princípios fundamentais que constituem a própria essência do raciocínio econômico.

A omissão destes seis conceitos essenciais é um grande desserviço aos estudantes que queiram realmente adquirir um sólido raciocínio econômico e aprender a como tomar decisões econômicas sensatas.

1. Somente indivíduos escolhem, e somente indivíduos agem- O professor Mankiw apresenta a economia como sendo "o estudo de como a sociedade gerencia seus recursos escassos". Essa definição trata a economia como a ciência que planeja soluções coletivistas para os problemas de alocação de recursos técnicos. Ao dar essa definição, Mankiw deixa de fora tudo aquilo que torna o estudo da economia tão rico.

A economia é fundamentalmente o estudo do comportamento humano sempre que há uma escolha envolvida. Somente indivíduos tomam decisões, e somente indivíduos agem de acordo com essas decisões. Em termos práticos, a ciência econômica não é simplesmente o estudo de fenômenos econômicos visíveis, como preços, produção, juros e dinheiro. A ciência econômica é o estudo de como esses fenômenos são gerados pela interação entre, de um lado, as ideias e as ações dos indivíduos e, de outro, um ambiente que oferece recursos limitados para a satisfação das necessidades humanas.

Ao ignorar o princípio de que a economia se baseia na escolha individual, o texto de Mankiw perde a oportunidade de fazer com que o estudo da economia seja pessoalmente relevante para os estudantes. Poucos estudantes irão desenhar outra curva de demanda, mas todos se beneficiam se souberem raciocinar de uma maneira que propicie melhor decisões nos empreendimentos e na vida.

A economia é especialmente valiosa quando ensinada como sendo um conjunto de ferramentas que propicia um melhor entendimento das escolhas que pessoas de verdade têm de fazer e das decisões que elas têm de tomar.

2. O valor econômico é subjetivo- O que é mais valioso:

REFLEXÕES XXIII

ingressos para uma partida de futebol ou um livro-texto de macroeconomia? Uma estudante dedicada de uma universidade pode estar pouco interessada em futebol, preferindo gastar seu dinheiro em um livro-texto, de modo que ela possa ser aprovada na matéria. Já eu preferiria gastar dinheiro em um ingresso para a final de uma partida de futebol, nem que seja para ter uma experiência fora da rotina.

Os recursos econômicos que valoramos somente se tornam valiosos para nós quando comparados às alternativas disponíveis; quando são vistos dentro do nosso plano de satisfazer algum objetivo em relação às alternativas disponíveis.

Valorar algum bem ou serviço significa escolher entre esse bem ou serviço e bens e serviços alternativos. Quando fazemos as escolhas, isto é, quando agimos, o fazemos acreditando que aquela escolha, ou aquela ação, irá nos proporcionar satisfação maior do que a satisfação que os outros bens e serviços proporcionariam. Em suma, o valor está nos olhos de quem percebe. Ou, em outras palavras, o valor econômico é subjetivo.

Infelizmente, o texto de Mankiw não fornece qualquer explicação sobre o valor econômico. Em vez disso, ele dá um salto e imediatamente começa a tratar a economia como um problema de alocação de recursos a ser solucionado por economistas espertos.

Mankiw tem o cuidado de explicar que os economistas podem discordar entre si sobre como os recursos deveriam ser distribuídos, mas ele ignora inteiramente a noção de que recursos só têm valor para um indivíduo de acordo com seus planos, ideias e objetivos, os quais ocorrem em um momento específico do tempo e em meio a circunstâncias que estão em constante mudança.

É possível entender por que os estudantes acreditam que a economia é realmente a "ciência sombria": os livros-texto omitem a maior parte dos componentes humanos da

economia.

3. O problema do conhecimento- Nenhuma pessoa ou grupo de pessoas possui o conhecimento suficiente para fabricar sozinho um lápis. Muito menos para planejar as ações de milhões de pessoas. Cada indivíduo possui valorações exclusivas e subjetivas em relação aos recursos disponíveis, em um mundo que está em contínua mudança.

O conhecimento sobre os recursos que estão sendo mais urgentemente demandados para satisfazer as necessidades das pessoas estão fragmentados e dispersos por toda a economia. É impossível uma mente ou mesmo várias mentes obterem e processarem todas essas informações que estão dispersas na economia. O conhecimento dos dados surge continuamente em decorrência da interação livre e espontânea de bilhões de indivíduos. Essas interações, que ocorrem diariamente, produzem uma multiplicidade de informações que são impossíveis de serem apreendidas e processadas por apenas um seletivo grupo de seres humanos. E essas informações estão constantemente mudando de acordo com as alterações nas circunstâncias.

É impossível planejar centralizadamente tudo isso. Foi F.A. Hayek quem melhor enfatizou e explicou o quão literalmente impossível é para uma autoridade central coletar, agregar e utilizar esse tipo de conhecimento circunstancial de modo a efetivamente planejar uma sociedade. Por isso, uma das primeiras lições para um estudante das ciências sociais deveria ser a de aprender a diferenciar o conhecimento real daquilo que Hayek chamou de uma mera pretensão do conhecimento.

A genuína humildade em reconhecer os limites da razão humana permite uma constatação verdadeiramente bela. Lamentavelmente, essa constatação não aparece nem sequer uma vez nos livros-texto de economia das universidades. Muito menos no de Mankiw.

4. Aquilo que se vê e aquilo que não se vê- As pessoas

REFLEXÕES XXIII

são rápidas em analisar resultados e consequências facilmente perceptíveis. Quando o governo fornece subsídios a determinadas empresas e estas criam empregos, vemos pessoas empregadas, trabalhando e recebendo um salário. Sim, as empresas que receberam dinheiro subsidiado do governo (impostos) se deram muito bem. Seus parceiros e empregados também. Seus fornecedores igualmente. Só que isso é apenas aquilo que se vê.

E aquilo que não se vê? São poucos os que conseguem perceber os efeitos não visíveis dessa política. Vemos o dinheiro de impostos beneficiando essas empresas, mas não vemos os investimentos que deixaram de ser feitos, bem como os bens e serviços que não foram produzidos e, conseqüentemente, não foram consumidos. As demais pessoas e empresas tiveram de bancar o governo — tanto via impostos quanto via empréstimos — para que o governo subsidiasse a bonança dessas empresas privilegiadas. Conseqüentemente, as empresas investiram menos, produziram menos e empregaram menos. E as pessoas consumiram menos.

O mesmo raciocínio se aplica a aumentos ao funcionalismo público e à criação de mais empregos na burocracia estatal. À medida que recursos escassos são desviados para programas de estímulo patrocinados pelo governo ou para o financiamento da burocracia estatal, empregos alternativos e criadores de riqueza são abortados e jamais são criados.

Políticas estatais não apenas produzem impactos imediatos, diretos e positivos para alguns grupos facilmente identificáveis, como também gera efeitos nocivos e em longo prazo sobre grupos menos visíveis, mas que são maioria.

O economista francês Frédéric Bastiat ensinou uma das mais simples, porém mais profundas lições de toda a ciência econômica: os economistas bons são aqueles que sabem analisar tanto aquilo que se vê quanto aquilo que não se vê.

Você pode até achar que isso soa um tanto óbvio, mas a

persistência de argumentos populares, que vão desde aumentos do salário mínimo a empréstimos subsidiados pelo governo, passando por todos os tipos de políticas assistencialistas e de aumento dos gastos do Estado, mostram que tal lição está longe de ter sido compreendida.

Henry Hazlitt percebeu que essa constatação de Bastiat era tão importante para combater falácias econômicas populares, que ele a transformou no tema central do seu livro *Economia Numa Única Lição*. Infelizmente, essa lição continua oculta nos livros-texto de economia.

5. Empreendedorismo- Jamais mencionadas uma única vez nas 880 páginas do livro-texto de Mankiw sobre princípios de economia são as palavras "empreendedorismo" e "empreendedor".

A criação de valor econômico é um processo, e o empreendedor possui uma função-chave nesse processo. Empreendedores criam riqueza ao alocar corretamente recursos escassos para setores em que a demanda do consumidor é maior. Empreendedores criam riqueza ao alocar recursos escassos para usos mais produtivos. Eles fazem isso ao criar novos produtos, ao inovar processos que irão substituir os antigos e ao descobrir oportunidades ainda não percebidas de lucro, agindo então em cima dessas oportunidades.

Empreendedorismo é perceber oportunidades que não estão especificadas nos dados. É o ato de ver uma nova maneira de alocar meios para alcançar um fim. Empreendedorismo não é apenas tentar melhorar algo que já existe. O mundo real é dinâmico e está em contínuas mudanças.

Lamentavelmente, parece não ter sobrado espaço para explicar o papel da criação de valor feita pelo empreendedorismo em um livro-texto que trata a riqueza que já existe como um fato consumado, e que diz que o problema da alocação e da distribuição da riqueza já existente são as principais preocupações de um economista.

6. Governos não são formados por anjos- Seções inteiras do livro-texto de Mankiw são dedicadas a explicar as "falhas de mercado". E ele é rápido em oferecer explicações que mostram como os governos podem teoricamente melhorar os resultados do mercado.

Segundo Mankiw, "a tensão entre êxitos do mercado e falhas do mercado é um ponto central na microeconomia". E completa: "o problema da informação assimétrica nos dá um novo motivo para sermos temerosos em relação ao mercado". Por outro lado, há pouco mais do que parágrafo, e bastante sucinto, sobre a possibilidade de falhas do governo. E é fato que a intervenção estatal no mercado sempre torna as coisas piores. É um caso típico de a cura ser pior do que a doença. Ademais, não há qualquer explicação sobre quem irá regular os reguladores.

James Buchanan, Gordon Tullock e outros nos ensinaram a analisar a política sem romantismos, utilizando a lente econômica para observar como a política pública funciona no mundo real. Essa útil abordagem para futuros conselheiros de política econômica está completamente ausente do livro-texto de Mankiw.

Conclusão- Mark Twain certa vez disse: "O que lhe causa problemas não é aquilo que você não sabe, mas sim aquilo que você jura saber, mas que está errado". No caso da economia, são ambas as coisas.

É lamentável que milhões de estudantes de economia jamais sejam expostos à maneira correta de pensar a economia ao longo de seus vários anos de educação formal. Poucos estudantes de economia aprenderão a diferenciar, dentre tudo aquilo que aprendem, o que é útil e o que é contraproducente. Quando a humildade em face do conhecimento restrito não é ensinada, há o risco de se criar um grupo de pessoas espertas, ávidas para inadvertidamente criar um caos econômico planejado.

Os estrategistas de política econômica de hoje foram os

REFLEXÕES XXIII

estudantes de ontem. Aqueles que se imaginam capazes de prever o futuro e de usar estatísticas agregadas para gerenciar e planejar a economia criam o cenário para as lambanças econômicas que tanta desgraça causam aos países. As ideias dos economistas são mais poderosas do que se pode imaginar a princípio — e não só por causa das ideias erradas que são ensinadas; ainda mais importantes são as ideias corretas que são omitidas por intelectuais influentes. ●

Jason Riddle: diretor de programas de Foundation for Economic Education. Antes disso, foi consultor de administração de várias empresas privadas com o intuito de aperfeiçoar seu desempenho empreendedorial por meio de técnicas de gerenciamento de risco e eficácia operacional.

Artigo publicado no dia 5 de setembro de 2016

Não desfaça amizades por causa da política – gerar a divisão é exatamente o que o Estado quer

Jeffrey Tucker



Por acaso a política sempre foi tão brutal assim com as amizades pessoais?

Conheço várias pessoas, até então amigas entre si, que estão entrando em brigas no Facebook, em guerra no Twitter, em discussões no Instagram, e em rixas no Snapchat. Aquilo que começa como uma desavença ideológica termina em amargura e rancor. As pessoas estão provocando umas às outras, exigindo que aquelas que têm uma posição política contrária à sua saiam de suas redes sociais. Algumas até mesmo cortam relações totais com amigos e familiares. E tudo por causa de diferenças políticas. Fico até pensando em como será o Natal dessas famílias.

Para deixar claro, a filosofia política de fato importa e, conseqüentemente, a política em si é algo que afeta a vida de todos. No entanto, a briga partidária pelo controle temporário do aparato estatal é menos importante do que as contendas eleitorais nos fazem crer. Você pode estar sendo facilmente manipulado por políticos, ideólogos e intelectuais, e amizades e a família são coisas preciosas demais para ser descartadas por razões temporárias.

É lamentável que a política cause divisões permanentes, e de uma maneira tão desnecessária. As pessoas que rearranjam suas relações pessoais de acordo com a



política imaginam que estão assumindo em definitivo o controle de suas vidas; o que elas aparentemente não percebem é que estão, na prática, deixando que estranhos controlem suas vidas — estranhos que não se importam absolutamente nada com elas.

A política é um sistema que busca dividir as pessoas para mais facilmente dominá-las. *Divide et impera* sempre foi o lema da política e dos políticos. Permitir que a política fundamentalmente influencie algo tão importante quanto a amizade e a família significa conceder a vitória efetiva aos políticos. Significa dar a eles muito mais importância do que eles merecem.

Trollagem e banimento- Agora, é claro que é necessário levar em conta um pré-requisito. Se há alguém em sua rede social deliberadamente *trollando* você, perturbando-o e continuamente enviando *links* de *sites* que você despreza então a melhor resposta é simplesmente bloquear essa pessoa. Não responder. Não entrar em discussões improdutivas. Simplesmente bloqueie, calmamente, sem dramas e anúncios espalhafatosos. Muito menos faça qualquer denúncia.

A maioria das pessoas que eu conheço já bloqueou mais de cem pessoas ao longo dos últimos meses, insuflada pelas batalhas políticas e ideológicas que vêm sendo travadas pela direita e pela esquerda nas redes sociais, cada uma em defesa de seus políticos de estimação. Simplesmente bloquear é uma reação muito mais sensata do que confrontar, o que levaria a infundáveis e amargas discussões. E não há nada mais improdutivo e exaustivo do que intermináveis discussões na internet. Pessoas que querem arrastar você para esse meio de fato merecem uma exclusão do seu círculo de conversação. Mas, excetuando-se esses casos extremos, vejo como uma atitude sem sentido expulsar alguém da sua vida só por causa de diferenças políticas.

Primeiro, ao se isolar e negar a si mesmo acesso a diferentes

REFLEXÕES XXIII

pontos de vista, você corre o risco de se isolar de um crítico que pode ensinar a você algo que você ainda não sabe. Pode ser sobre qualquer coisa da vida, mas talvez até mesmo sobre política. Fechar a porta para eventuais informações importantes não é uma atitude sensata.

Segundo, conversar com pessoas com opiniões opostas é uma boa maneira de você treinar a manter a calma, a raciocinar rápido, a falar com fluência e segurança, e a conversar de maneira civil e cortês, sempre se direcionando ao interlocutor de uma maneira que possa realmente persuadi-lo.

Terceiro, e mais importante, isolar-se de tudo e todos, odiar os outros por suas visões políticas, e considerar que pessoas com diferentes pontos de vista sejam menos merecedoras de um tratamento digno é exatamente o tipo de atitude que o sistema político quer que você tenha.

Mas os outros não são os agressores?

Um contra-argumento a esse ponto foi feito por um amigo meu no ano passado. Sendo ele também um libertário, ele considera que qualquer pessoa que defenda qualquer medida governamental — mesmo que só casualmente, sem pensar mais profundamente no tema — é uma defensora da agressão estatal. Afinal, qualquer coisa que o governo faz só pode ser feita, em última instância, por meio da tributação da renda (uma agressão à propriedade privada) e da restrição ao empreendedorismo.

Consequentemente, as únicas pessoas que esse meu amigo diz serem dignas de sua atenção são aquelas que seguem firmemente sua perspectiva anarcocapitalista e voluntarista. Quaisquer outras pessoas são consideradas por ele uma ameaça direta à sua vida e liberdade. A mim isso parece ser excessivamente severo. A verdade é que as pessoas normais que defendem algum tipo de ação governamental não se consideram a si próprias como pessoas violentas. Elas apenas, e ingenuamente, acreditam estar defendendo algo que será bom para terceiros, talvez até mesmo melhorando a vida

de todos.

Por exemplo, se uma pessoa defende mais gastos do governo com educação pública, ela acredita estar apenas defendendo políticas que serão boas para terceiros. Em sua mente, ela não está decretando guerra e incitando a violência contra a propriedade privada dos pagadores de impostos, que deverão ser obrigados a dar ainda mais dinheiro para financiar programas ineficientes. Se você simplesmente cortar relações com essa pessoa, como você poderá persuadi-la de que ela está errada?

E não são só os libertários que agem assim. Um ex-amigo meu, de esquerda, era um crente fervoroso na tese do aquecimento global. Eu não fazia a menor ideia de que ele pensava assim até o momento em que, enquanto tomávamos um café, o assunto surgiu. À época, apenas expressei algum ceticismo de que a ciência a esse respeito já estava solidamente comprovada e que o debate sobre causas e efeitos, soluções, custos e benefícios já estava encerrado. Eu realmente fui bastante comedido em meus comentários. No entanto, por algum motivo, eles foram o bastante para fazê-lo explodir de raiva. Ele disse que eu era um obscurantista que negava a ciência e um maluco apologista do capitalismo. Ele se levantou e foi embora. E foi isso.

Fiquei perplexo. Eu estava apenas discordando dele, de maneira bem cautelosa. No entanto, por algum motivo, ele genuinamente acreditava que qualquer um que discordasse dele era o responsável direto pela elevação do nível dos oceanos, pelo derretimento das calotas polares, e pela gradual desintegração do planeta. Ele havia deixado que a política controlasse sua vida e até mesmo determinasse suas amizades. Como consequência, nós dois nos tornamos espiritualmente mais pobres em decorrência dessa amizade desfeita.

E considere o efeito tóxico que está sendo causado pelo crescimento da influência desta tal "política de identidade

REFLEXÕES XXIII

pessoal": as pessoas estão perdendo a capacidade de ver algum valor nas outras. Imagine como você me faria sentir se você acreditasse que a brancura da minha pele representa uma opressão e uma indelével mácula na ordem mundial? Não haveria nenhuma chance para qualquer tipo de interação civilizada. Afinal, eu não posso mudar minha raça. Da mesma forma, e se eu acreditasse que o fato de você ser negro, ou gay, ou ateu fosse a causa da destruição demográfica e cultural — como seria possível agir civilizadamente nesse contexto?

A imposição dessa política de identidade está gerando exatamente esse tipo de desavença irracional e de rixas supérfluas entre as pessoas. Exatamente o que o Estado e seus defensores intelectuais querem.

Qual é o objetivo de uma amizade?

O que o libertário e o esquerdista acima mencionados não conseguiram perceber é que eles são culpados pelo mesmo erro: permitiram que a política invadisse e conduzisse suas vidas, determinando as condições para sua felicidade pessoal. Tão logo esse tipo de coisa começa a acontecer, não há como parar. Deveria todo mundo concordar com cada ponto de sua ideologia para ser seu amigo? Deveria haver tolerância zero para a mais mínima diferença de ideias, de visões, de prioridades, de aplicações e de objetivos? Em outras palavras, deveriam todos os seus amigos acreditar exatamente em tudo aquilo que você acredita?

Se essa é a sua perspectiva, então não há muito sentido em ter uma amizade e conversar com alguém que tenha exatamente o mesmo ponto de vista que o seu em absolutamente todas as coisas. No mínimo, isso seria incrivelmente tedioso. Ficar em casa pensando na sua própria infalibilidade teria o mesmo efeito. Pessoalmente, gosto de pensar em amizades da mesma maneira que penso em transações econômicas. Em termos de economia, bens e serviços não transacionados sob uma perfeita condição de igualdade. A transação comercial ocorre exatamente porque ambos os lados acreditam que ficarão em

REFLEXÕES XXIII

melhor situação após a troca. É somente quando há expectativas desiguais que a transação se torna mutuamente recompensadora.

O mesmo é válido para a amizade. É necessário ouvir pontos de vista distintos. É sempre bom termos acesso ao que pensam os outros. Mesmo que não concordemos com nada do que dizem, ainda assim passamos a compreender as pessoas e o mundo de uma maneira mais completa quando ouvimos o que os outros têm a dizer — com sinceridade, cordialidade e honestidade. Em outras palavras, amizades desse tipo nos ajudam a ter uma mente aberta e nos mantêm humildes e sempre dispostos a aprender mais.

Políticos sempre irão trair você- Tampouco é uma boa ideia desfazer amizades por causa de opções político-partidárias. Políticos raramente mantêm uma mesma opinião sobre qualquer assunto ao longo de suas carreiras. Muito pelo contrário, aliás: essa gente se molda estritamente de acordo com as tendências da opinião popular. Quando a maioria da população clama por mais Estado, políticos adotam um discurso mais intervencionista. Já quando a maioria da população começa a reclamar do excesso de Estado, políticos até ontem estatistas começam a adotar um discurso mais liberalizante.

Seguir as ideias de um político, ou mesmo de um partido político, até o ponto de afetar seu relacionamento com família e amigos significa comprometer sua própria integridade intelectual. Simplesmente não vale a pena. E muito menos ainda se for feito em nome de políticos.

Uma das grandes tragédias da política é que ela é capaz de transformar pessoas que, na vida real, seriam pacíficas, leais e grandes amigas em inimigas amargas e rancorosas. Sempre penso nisso quando veja brigas de rua insufladas por militantes político-partidários, cada um brigando em nome do seu político ou partido político favorito. Quem realmente ganha com isso? Se você colocasse essas mesmas pessoas em

REFLEXÕES XXIII

um restaurante, em um cinema ou em um *shopping*, elas teriam todos os motivos para ser corteses, gentis e civilizadas, e nenhum motivo para gritar obscenidades e distribuir sopapos entre si.

Isso é algo que realmente deveria ser mais refletido. Cada um de nós é um ser humano com sentimentos, esperanças, sonhos e desejos de viver uma vida bem vivida — cada indivíduo, independentemente de sua raça, religião, identidade de gênero, opção sexual ou ideologia quer isso. E a política não deveria interferir em nada disso. Se o desejo é por um mundo mais pacífico e de mais compreensão, uma maneira de ajudar a criá-lo é viver como se tal mundo já existisse. Acima de tudo, isso significa jamais deixar a política interferir nas relações humanas. As relações humanas, e não a política, são o nosso verdadeiro tesouro. ●

Jeffrey Tucker: CEO do [Liberty.Me](#). É também autor dos livros *It's a Jetsons World: Private Miracles and Public Crimes* e *Bourbon for Breakfast: Living Outside the Statist Quo*.

Artigo publicado no dia 6 de setembro de 2016

O homem que inventou Fidel

Anthony DePalma



Com uma entrevista, o repórter do New York Times cria o mito do guerrilheiro rebelde e romântico

Lá se vão quase 50 anos desde que o jornalista Herbert L. Matthews partiu, sem saber, para o seu último compromisso com a História. Matthews era um jornalista americano que, como correspondente de guerra do New York Times, testemunhara todos os grandes conflitos da época. Numa

manhã de fevereiro de 1957, ele saiu da redação do jornal que dá nome à Times Square e emergiu, quatro dias depois, numa clareira da inóspita Sierra Maestra, em Cuba. Tinha encontro marcado com um homem dado como morto, Fidel Castro. Três meses antes, o próprio New York Times noticiara a morte do rebelde barbudo, baseado em informações propagadas pelo governo que o guerrilheiro pretendia derrubar.

Matthews chegou às montanhas da Província do Oriente sem nada a perder. Estava com 57 anos, tinha lugar assegurado como um dos jornalistas ocidentais mais influentes da primeira metade do século XX, e parecia aquietado como editorialista do principal jornal americano. Trazia no currículo uma cobertura apaixonada da Guerra Civil na Espanha. Acompanhara e aplaudira a invasão da Abissínia (hoje, Etiópia) pelas tropas de Benito Mussolini. Testemunhou o triunfal desembarque dos americanos na Europa. Finda a Segunda Guerra Mundial, apreciava apoiar sua silhueta esguia numa bengala que pertenceu a Mussolini.

Caso Fidel Castro estivesse morto ou abortasse o encontro na última hora, o currículo de Matthews já estava consolidado. Já o barbudo tocaiado tinha tudo a ganhar num encontro com o

americano. Se o seu plano de *marketing* desse certo, Fidel sairia do esquecimento a que fora condenado pela censura do ditador da época, Fulgêncio Batista, e mostraria aos cubanos, pelo efeito bumerangue de uma reportagem no New York Times, que estava vivo – e sua revolução também. Na verdade, ela estava natimorta.

Três meses antes, Fidel Castro havia cruzado o Golfo do México com 82 *compañeros* num iate americano recauchutado – o mítico *Granma* – para deslanchar o cerco ao regime de Batista. A operação fora um fiasco. “*Não foi um desembarque, foi um naufrágio*”, diria mais tarde um dos participantes. O *Granma* tinha atolado na costa cubana em plena luz do dia, o bote com mantimentos e armas emborcara, e a força aérea de Batista começara a caçar os insurretos assim que pisaram o solo pátrio. No dia seguinte, a notícia divulgada pelo exército cubano corraera o mundo: o guerrilheiro fora aniquilado ao tentar invadir a ilha com seu irmão Raul e quarenta outros guerrilheiros.

Fidel precisava ressuscitar. Restavam-lhe cerca de vinte homens mal alimentados. Seus ataques a postos militares remotos não conseguiam ser noticiados. Foi nestas circunstâncias que constatou precisar exibir-se para o mundo com fanfarras. Recorreu a um expediente já usado, em 1895, por José Martí, o herói máximo da história revolucionária de Cuba: convocou um jornalista americano para divulgar suas ideias. O arauto deveria ser, idealmente, de um grande jornal. E, de preferência, de direita, para aumentar o impacto.

É dessa percepção de *marketing* político que resulta o encontro de três horas entre Herbert L. Matthews e Fidel Castro Ruiz. Para ambos, foi um ponto de inflexão. O repórter conseguiu o que até hoje é considerado um dos grandes furos jornalísticos daquele período. Fidel obteve legitimidade dentro e fora de Cuba, além de fôlego para prosseguir a guerrilha. Pela primeira vez, a história desse encontro está narrada com minúcias inéditas no livro *O Homem Que Inventou Fidel*, de Anthony DePalma – também jornalista, também do New York

Times e repórter designado pelo jornal para escrever o obituário do líder cubano. A obra será lançada em breve no Brasil, e Piauí publica um dos capítulos em primeira mão.

DePalma teve acesso tanto às anotações pessoais de Matthews, doados à biblioteca da Columbia University, em Nova York, como aos arquivos do NYT. A documentação não apenas detalha as circunstâncias do episódio, mas deixa à mostra as vísceras do funcionamento de um grande jornal. Memorandos internos da direção, bilhetes manuscritos pelos editores e repórteres envolvidos na cobertura de Cuba, dúvidas da família Sulzberger, proprietária do Times, quanto ao acerto da reportagem – está tudo lá, e compõe parte substancial do drama, agora revelado em toda sua dimensão.

Um drama que também teve lances cômicos. De capote, cachecol e boina de lã pretos, a figura de Matthews se chocava com a paisagem tropical. O americano subiu a montanha sem gravador, só com bloco e caneta, para não levantar suspeita nos bloqueios militares. Precavido, fez com que Fidel rubricasse todas as folhas de anotações da entrevista. E saiu da Sierra com uma assinatura do *jefe*, devidamente datada, é claro. Sabia que, quando a reportagem fosse publicada, haveria dúvidas quanto à sua autenticidade.

Se houve, os céticos se calaram diante do impacto e da surpresa. A edição de 27 de fevereiro de 1957, um domingo, revelava que Fidel Castro estava vivo e o exército guerrilheiro tinha musculatura para tentar derrubar o regime cubano, que contava com o apoio do governo americano. Publicada ao longo de três edições, a reportagem é o retrato de um revolucionário jovem, destemido, defensor da constituição cubana, apegado aos valores da democracia e amigo dos Estados Unidos. Por ser de autoria de um correspondente de guerra e editorialista do New York Times, que poucos meses antes ainda qualificava de “patética” a guerrilha dos barbudos, a série teve o efeito desejado por Fidel. Ela lhe deu legitimidade, aumentou a pressão sobre Washington para suspender o fornecimento de armas ao exército de Batista, e

injetou ânimo numa guerrilha à beira da anemia. Matthews foi o primeiro de uma longa lista de jornalistas seduzidos pela figura de Fidel Castro. O ensaísta William Buckley, uma das vozes conservadoras mais afiadas dos Estados Unidos, dizia que Fidel pode se gabar de ter conseguido emprego como ditador graças ao NYT.

Em contrapartida, a entrevista custou caro à biografia do jornalista, acusado até hoje de ter cometido um pecado capital de avaliação. Na cobertura da Guerra Civil Espanhola, Matthews havia tomado partido dos republicanos, e projetara a derrota do franquismo para além do que apontavam os fatos. No caso cubano, fez outra aposta. Continuou a defender Fidel mesmo após as execuções promovidas pelo regime castrista e o confisco de propriedades americanas. Ignorou os inequívocos sinais do poder caudilhisto. E sustentou, até o final, que o comunismo não foi uma causa para a revolução cubana, foi seu resultado.

A fidelidade de Matthews à sua reportagem não teve a contrapartida que talvez esperasse. Os dois homens de egos equivalentes seguiram seus próprios interesses. Para Fidel, uma vez esgotada a repercussão da empreitada comum, o jornalista americano perdeu utilidade. *“Estou cansado daquele velho que pensa que é meu pai”*, queixava-se. *“Ele está sempre me dando conselhos.”*

O jornalista morreu em 1977, poucos meses depois de ter sido obrigado a renunciar à página de opinião pela direção do jornal em que trabalhou por quase meio século. Morreu chamando de desastrosa a cobertura da revolução cubana pela imprensa americana. Deixou uma advertência: se os americanos não entendessem a revolução pela óptica dos cubanos, *“o conflito entre nós permanecerá insolúvel e talvez venha a se tornar uma catástrofe”*. Nisso ele não errou.

Fidel passou entre as guaguasis altas e esguias e os arbustos espessos para saudar o surpreso correspondente americano que fizera esperar durante a noite. O dia começava a nascer e

REFLEXÕES XXIII

Matthews estava enlameado, faminto, com frio e precisando fazer a barba e tomar um banho quente. Mas para isso viera de Nova York, o motivo pelo qual havia abandonado uma carreira confortável na universidade: era o tipo de encontro com a história que sempre o fazia sentir-se mais vivo. Fidel entrou na clareira quando o sol acabava de irromper através das nuvens, inaugurando o dia. Vestia uniforme novo e um boné cinza-oliva e carregava um rifle longo com lente telescópica.

“Podemos acertá-los a uma distância de mil metros com estas armas”, gabou-se para Matthews logo depois de cumprimentá-lo, brandindo o rifle como se fosse um troféu. O impacto das palavras dificilmente poderia ter sido mais dramático. Era uma cena clássica de um encontro inesperado, a reunião histórica de duas forças atraídas mutuamente pelo destino. Matthews já dispunha de uma quantidade substancial de informações sobre a vida de Fidel, seu movimento e sua história, mas precisava descobrir muito mais. Fidel não sabia nada sobre Matthews, exceto que era americano e escrevia para o Times. E como havia passado vários meses em Nova York tentando angariar fundos, tinha uma ideia das posições do jornal e do valor potencial que um artigo publicado nele, livre da censura de Batista, conferiria a seu vacilante movimento. Fidel tinha o controle do cenário, do momento e, em larga medida, do conteúdo da entrevista. Tanto Fidel como Matthews pretendiam usar um ao outro para seus próprios fins. Para o cubano, o americano era um conduto para suas ideias, um sistema de comunicação com o público que transmitiria uma mensagem importante ao mundo. Matthews via em Fidel uma maneira de provar que ainda era capaz de entrar numa situação fisicamente difícil e furar a concorrência. Fidel queria impressionar Matthews, intimidá-lo e talvez até assustá-lo com sua conversa sobre acertar soldados. Mas Matthews estava ocupado demais registrando o que via para demonstrar que estava com medo.

“Levando em conta, como alguém faria de início, seu físico e sua personalidade, tratava-se de um homem e tanto, com

REFLEXÕES XXIII

mais de 1,80 metro de altura, pele azeitonada, rosto cheio, barba irregular”, escreveria Matthews no primeiro dos três artigos baseados na entrevista. À luz do dia, ele avaliou rapidamente o acampamento temporário montado para a entrevista. Percebeu que, com exceção de Fidel, ninguém tinha nem metade da sua idade e que os rebeldes que o seguiam estavam inflamados com a excitação da juventude revolucionária. “*Como são jovens!*”, rabiscou em suas anotações. Embora os combatentes que viu tivessem menos de 25 anos, suas armas eram rifles americanos antigos e obsoletos e uma metralhadora de confiabilidade questionável que os rebeldes diziam ter capturado em um ataque a uma base do Exército semanas antes. Matthews observou que alguns homens trajavam uniformes grosseiros e descombinados, enquanto outros vestiam roupas civis esfarrapadas. Um deles usava uma camisa branca que, apesar de suja, brilhava inconvenientemente no meio da vegetação verde: um traje arriscado para fazer guerrilha.

“*Sou o primeiro*”, anotou Matthews, saboreando o furo que conseguiria por ser o primeiro repórter – americano ou cubano – a visitar o acampamento rebelde e preparar uma matéria notável sobre a sobrevivência de Fidel. Não trouxera caderno ou máquina de escrever e usava folhas de papel de carta dobradas em três, de tal forma que cabiam em sua mão esquerda enquanto escrevia com a direita. Com 1,85 metro de altura, Matthews estava acostumado a olhar para seus entrevistados de cima. Agora, via-se olhando direto para os olhos castanhos de Fidel e ficou cativado pelo modo como eles brilhavam de inteligência e ousadia. Notou sua “extraordinária eloquência” e sua “personalidade irresistível”. Até a barba do rebelde, um conjunto incompleto de suíças negras esfarrapadas⁶, o impressionou, embora não pudesse imaginar que ela se tornaria parte significativa de sua iconografia revolucionária. Porém, ao destacar a juventude de Fidel

⁶ **Farripas**: cabelos curtos e ralos.

REFLEXÕES XXIII

quando escreveu sobre a entrevista e ao mencionar sua barba, os cabelos longos de seus seguidores e sua tentativa audaciosa de desafiar a ordem estabelecida, Matthews estava identificando os elementos essenciais do caráter rebelde de Fidel para os americanos, que muito em breve veriam sua juventude adotar algumas dessas características nos anos radicais e rebeldes da década de 1960.

Matthews foi submetido ao talento teatral de Fidel. No decorrer da entrevista, o líder cubano agachou-se perto dele e sussurrou que colunas de soldados de Batista cercavam a área onde estavam, uma pequena crista no sítio miserável de um morador local chamado Epifanio Díaz. A área estava envolta em densa folhagem e havia nas proximidades um riacho. Ele sabia que o Exército pretendia liquidar os remanescentes de suas forças rebeldes antes que se desse o término do período de censura, marcado para primeiro de março. Fidel inclinou-se na direção de Matthews, que usava um sobretudo escuro e um boné comum, e pôs os lábios perto do ouvido do correspondente. Falava num sussurro rouco e com uma intensidade que fazia com que tudo o que dizia parecesse possível.

Matthews não se deu conta, mas não havia penetrado fundo na Sierra. O local do encontro estava a apenas 40 quilômetros da cidade de Manzanillo, longe do coração da floresta. No entanto, o terreno era selvagem o bastante para dificultar a chegada de uma patrulha do governo. A principal linha de cerco do Exército estava montada a 25 quilômetros do ponto em que se encontravam, e no terreno acidentado que os separava não havia estrada pavimentada, apenas algumas trilhas marcadas pelos sulcos de carros de bois. Era um território perigoso para os soldados, porém uma boa região para os guerrilheiros. A floresta densa oferecia também camuflagem para escondê-los das patrulhas aéreas.

Os rebeldes esticaram cobertores no chão para Fidel e para Matthews e deram ao americano um pouco de seus víveres: suco de tomate, café, bolachas e presunto. Fidel disse que os

REFLEXÕES XXIII

camponeses locais que os abasteciam com seus produtos eram pagos com generosidade e elogiou vigorosamente o apoio que davam à revolução. Os US\$ 300 trazidos por Matthews seriam usados para esse fim e havia muito mais dinheiro de contribuições populares. Cubanos de todo o país apoiavam seus esforços para se livrar de Batista, vangloriava-se Fidel, alguns deles tão ricos e poderosos que causaria surpresa se seus nomes fossem revelados.

Fidel poderia falar em inglês, mas deixou claro que preferia responder às perguntas em espanhol. Matthews concordou, embora registrasse a maior parte de suas anotações em inglês. No decorrer da conversa, Fidel falou-lhe de seu objetivo mais amplo de um país livre e independente, governado pelo império da lei e o respeito pelos direitos de todos os cubanos. Enquanto escutava com atenção o plano de batalha de Fidel, Matthews pôde perceber como a coragem e a liderança dele animavam aqueles que o seguiam.

Seria uma campanha clássica de guerrilha, na qual a cobertura profunda da Sierra obstruiria e confundiria o Exército regular que perseguia os rebeldes. Surpresa e ação furtiva seriam suas principais táticas, com ataques aos soldados onde e quando eles menos esperassem, para depois desaparecer no meio da Sierra. Ali, o menor número dos rebeldes se tornava uma vantagem tática e cada árvore e arbusto eram um aliado.

Fidel disse a Matthews que os soldados de Batista lutavam mal e não estavam preparados para aquele tipo de ofensiva na montanha, ao passo que seus homens se adaptaram à guerra de guerrilhas durante o longo treinamento feito no México. Mesmo com a superioridade incontestada do governo em efetivos e na qualidade dos armamentos, os soldados não podiam fazer muito mais do que ter esperança de toparem com uma patrulha rebelde e capturá-los ou matá-los antes que conseguissem fugir. Quando os



REFLEXÕES XXIII

soldados recuavam para seus quartéis, revelou Fidel, estavam sujeitos a sofrer ataques enquanto dormiam ou então a serem alvejados por um rifle de longo alcance sem nem saber que eram alvo. Os homens de Batista estavam ficando desmoralizados, e os rebeldes, por sua vez, se sentiam mais fortes e mais confiantes a cada dia. Fidel contou a Matthews que o Exército havia executado alguns de seus homens depois de capturá-los para dar um exemplo do que poderia acontecer àqueles que desafiavam o governo. Mas ele tratava seus prisioneiros com humanidade e mais tarde os libertava, num gesto destinado a conquistar uma fatia mais ampla do povo cubano.

Fidel estava consciente de que a censura de Batista impedia a maioria dos cubanos de ter uma noção mais concreta sobre o movimento: *“Você será o primeiro a contar isso para eles”*. Matthews percebeu que tinha uma notícia sensacional nas mãos, daquelas que aconteciam somente uma vez na vida. Para um adepto intransigente da liberdade de imprensa, aquela matéria iria servir para muitos fins, mas seu objetivo principal era romper o silêncio que Batista havia imposto. Repugnava-lhe a simples ideia de censura governamental. Um artigo sobre Fidel na primeira página do New York Times tornaria a censura sem sentido e ressuscitaria Fidel dos mortos.

Como advogado e estudioso da revolução, Fidel compreendia a importância de uma imprensa que nutrisse alguma simpatia pelo movimento. Sabia que, para conquistar Matthews, teria de convencê-lo de que os rebeldes dominavam a Sierra e ficavam mais fortes a cada dia. Pouca coisa em relação ao encontro se deveu ao acaso. Celia Sánchez, que se uniu a Fidel nas montanhas e seria sua confidente mais próxima durante toda a revolução, encarregara-se de montar o acampamento temporário, para que Matthews acreditasse que os soldados desgrehados compunham um exército. Seu estado era lamentável depois de dois meses e meio em fuga: as roupas estavam rasgadas, os sapatos enlameados e estragados, alguns

REFLEXÕES XXIII

amarrados com pedaços de fios. Ela ordenou que os limpassem da melhor forma possível. Os guerrilheiros tiraram a lama dos rifles e marcharam em formação militar de forma que Matthews os visse. Um deles, cuja camisa estava tão rasgada que fora presa nas costas por uns farrapos, marchou de perfil para que o americano não se desse conta de que parecia mais um vagabundo do que um soldado. Mas é difícil imaginar que Matthews não o tenha visto e percebido o artil imediatamente.

Relatos posteriores não mencionam nenhuma tentativa dos rebeldes de marchar em círculos, ao redor de Matthews, para fazê-lo crer que eram em número maior. E a topografia do local do encontro torna improvável a ocorrência dessa encenação. A clareira em que Fidel se reuniu com Matthews era uma crista que se projetava sobre um pequeno riacho, chamado pelos camponeses da região de rio Tio Lucas. Como o rio cercava o lugar por três lados, os soldados de Batista não poderiam se aproximar sem que fossem detectados pelos rebeldes. Mas isso significa também que não havia espaço para que os homens marchassem em torno de Matthews sem que ele notasse a manobra.

Não obstante, houve ampla direção de cena durante o encontro. Enquanto Fidel e Matthews conversavam, um dos rebeldes, Luís Crespo, retornou de uma expedição de reconhecimento e se apresentou para Raúl Castro, que o afastou para um canto. Crespo faria uma ponta no espetáculo que se desenrolava. Seguindo as instruções de Raúl, ele correu até Fidel, que estava mergulhado na conversa com Matthews, e o interrompeu: *“Meu comandante, conseguimos alcançar a segunda coluna”*.

Fidel também desempenhou seu papel no drama revolucionário. *“Espere até eu terminar”*, gritou para Crespo e voltou-se para Matthews, explicando que os homens e os equipamentos ao redor deles constituíam a unidade central da primeira coluna e que a Sierra estava cercada por colunas de soldados rebeldes. O lugar em que estavam era bem guardado

e nada se movia sem que soubessem. Os rebeldes haviam avaliado o inimigo e conheciam seu tamanho, sua força e sua estratégia.

Matthews escreveu que Fidel acreditava que Batista tinha três mil soldados em campo fazendo o cerco aos rebeldes, enquanto seus homens caminhavam em células de sete a dez, “algumas de 30 ou 40”. Segundo ele, Fidel teria dito: *“Não vou lhe revelar quantos somos, por razões óbvias. Ele [Batista] trabalha em colunas de 200; nós, em grupos de 10 a 40, e estamos vencendo. É uma batalha contra o tempo e o tempo está do nosso lado”*.

Matthews tinha de comparar aquela informação com as estimativas independentes que já conhecia a respeito das forças rebeldes. Durante a semana que passara entrevistando fontes em Havana, disseram-lhe que o grupo original de 82 homens do Granma fora reduzido a não mais de 15, mas que havia se reconstituído e atraído gente suficiente para montar uma força combatente de várias centenas, além de outros tantos simpatizantes em toda a Sierra. Matthews teve a presença de espírito de contar os indivíduos que viu durante a entrevista, embora o cenário fosse confuso e sua atenção estivesse mais voltada para as palavras de Fidel. Calculou ter visto em torno de 25 homens e mulheres no acampamento temporário. Podia acrescentar a essa cifra os líderes do Movimento 26 de Julho reunidos na casa de Manzanillo, além dos batedores e guias que o ajudaram a chegar ao acampamento. No total, Matthews estimou ter visto ou ouvido mais ou menos 40 indivíduos, o que parecia corresponder à descrição de Fidel de “grupos de 10 a 40” e sugeria que faziam parte de uma força maior. Era um cálculo que combinava com o que lhe fora dito por várias fontes, e o correspondente não viu nada que indicasse algum erro nisso. Se tivesse escrito que Fidel estava enfiado nas montanhas acompanhado por não mais do que um punhado de rebeldes, seu despacho causaria estranheza em Nova York, pois contradiria o que já havia sido noticiado no Times. Uma estimativa tão baixa, embora mais

REFLEXÕES XXIII

próxima, na verdade, do que as centenas que alguns supunham estivessem com Fidel, teria sido igualmente contestada pela embaixada americana e por quase todos os cubanos com quem Matthews falara antes de ir para a Sierra.

A entrevista inteira durou cerca de três horas. Matthews fez apenas algumas perguntas gerais e Fidel deu uma demonstração magnífica de oratória. O jornalista ficou impressionado com o modo como *“os olhos castanhos [de Fidel] brilham; como seu rosto veemente se aproxima do ouvinte e como sua voz sussurrante, como numa peça de teatro empresta um sentimento intenso de drama”*. Um dos homens de Fidel trouxe uma caixa de charutos. O líder rebelde pegou um e ofereceu a caixa a Matthews, que também era apreciador. Enquanto o ar se enchia de fumaça aromática, os dois conversaram sobre política e sobre os objetivos nebulosos de Fidel. Matthews perguntou se o que ouvira era verdade: que Fidel ia usar o poderio de suas forças para declarar um governo revolucionário, assumindo o controle da província de Oriente e fazendo de Santiago a nova capital.

“Ainda não”, respondeu Fidel, como se simplesmente precisasse determinar a hora certa para fazer isso. “Vou me fazer conhecido no momento oportuno. O retardamento causará mais efeito, pois então estarão todos falando de nós. Estamos seguros de nós mesmos.”

Enquanto fumava seu charuto, Matthews tentava avaliar o homem que estava diante dele. Era óbvio que Fidel tinha uma enorme autoconfiança e sua crença em si mesmo e em sua causa era o combustível que detonava a paixão dos homens ao seu redor. Mas Matthews pensou ter detectado também algumas fraquezas. Não achava que Fidel tivesse convicções firmes sobre questões complexas da economia nacional. Nem viu provas de que fosse um grande líder militar. Obviamente, era dotado de um pensamento revolucionário, e político.

Fidel deixou claras suas ambições nesse terreno, embora não fosse capaz de descrever como pretendia alcançar seus

objetivos. O nacionalismo estava no cerne de sua revolução, e isso significava que ele se posicionava contra as forças do colonialismo e do imperialismo que, em suas palavras, oprimiam Cuba. Estava com raiva dos Estados Unidos pelo apoio que davam a Batista e as armas que lhe forneciam para combater os rebeldes na Sierra e contra os cubanos em toda a ilha. Mas isso não significava que fosse antiamericano, disse a Matthews: *“Pode ter certeza de que não temos nenhuma animosidade contra os Estados Unidos e o povo americano”*. Matthews não o contestou, ainda que tivesse captado, nas entrevistas feitas em Havana, laivos⁷ de sentimentos ambivalentes de Fidel em relação aos Estados Unidos.

Matthews pensou ter detectado fortes traços democráticos nos objetivos revolucionários de Fidel. Ele defendia a liberdade, a democracia e a justiça social e seu alvo maior era restaurar a Constituição que Batista havia violado com seu golpe de 1952. Realizar novas eleições, disse Fidel, o ex-candidato a deputado, e devolver aos cubanos o direito democrático de escolher seus líderes – esse era o objetivo principal.

Matthews atribuiu outros objetivos aos rebeldes, ainda que os tenha esboçado somente em termos gerais. Indicou que o movimento era levado a cabo principalmente por jovens e rotulou Fidel de *“símbolo flamejante da oposição”* ao regime de Batista, não obstante soubesse que havia líderes fortes em outros grupos de oposição. Descreveu o Movimento 26 de Julho como revolucionário e o classificou de socialista e nacionalista, mas definitivamente não comunista. Matthews aderiu à definição formal de comunista, que incluía somente aqueles que pertenciam ao Partido Comunista e que recebiam ordens do Comitê Central, um enfoque estreito assumido por muitos outros observadores. Sabia que Fidel pretendia forçar Batista a abandonar a presidência, entretanto, só vagamente conseguia prever o que poderia acontecer depois que o poder

⁷ **Laivo**: marca, sinal produzido por uma substância; mancha, nódoa.

REFLEXÕES XXIII

não estivesse nas mãos de ninguém. *“Significa um new deal para Cuba”*, registrou Matthews, descrevendo a visão do rebelde de uma Cuba nova que seria *“radical, democrática e, portanto, anticomunista”*.

“Sobretudo”, disse Fidel a Matthews naquela manhã, “estamos lutando por uma Cuba democrática e pelo fim da ditadura. Não somos contra os militares; por isso soltamos os soldados prisioneiros. Não há ódio do Exército enquanto tal, pois sabemos que os homens são bons, assim como muitos oficiais.”

Porém, não hesitava em se vangloriar de sua perícia em alvejar aqueles mesmos soldados com seu rifle telescópico e 50 outros iguais que disse que seus homens carregavam. Nesse ponto, Matthews foi obviamente pouco crítico. Se tivesse pedido para ver os outros rifles, Fidel teria sido pego numa flagrante mentira. Naquela época, não havia outros e, mesmo depois que os rebeldes obtiveram esse tipo de arma, jamais houve 50. Fidel disse mais: quando a revolução triunfasse, os soldados receberiam US\$ 100 por mês, bem mais do que os 72 mensais que ganhavam então. Ele dispunha de dinheiro para bancar todos seus outros planos; como prova, mandou um de seus homens trazer um pacote embrulhado num pano marrom. Dentro havia uma grande pilha de notas de pesos. Matthews estimou que ali deveria haver cerca de US\$ 4 mil.

Àquela altura, a friagem da noite já era uma lembrança distante. Eram 9 da manhã e o sol caribenho chamejava. De repente, um bombardeiro passou no céu e o infeliz rebelde de camisa branca foi empurrado para as moitas a fim de não ser visto. O avião do Exército seguiu para elevações mais altas da Sierra, de onde lançou seus explosivos, longe dos acampamentos rebeldes. *“Eles bombardeiam todos os dias”*, disse Fidel, indicando que a entrevista acabara. Era hora de Matthews voltar para a cidade.

“Você assumiu um risco e tanto ao vir aqui”, disse Fidel, e pela primeira vez reconheceu a missão de Matthews. Se fosse

possível definir o momento em que nasceu uma relação pessoal entre os dois, foi aquele. O fato de compartilhar o perigo, assim como haviam partilhado comida e charutos naquela manhã, os uniu em um pacto sem palavras. Matthews já havia demonstrado a disposição de acreditar em Fidel. Suas perguntas durante a entrevista foram diretas e até gentis, desprovidas da intenção de prejudicá-lo ou surpreendê-lo em contradição. Ele não contestou as afirmações de Fidel, nem mesmo aquelas que devem ter parecido improváveis, como a alegação de que suas tropas esfarrapadas haviam vencido muitas batalhas contra o Exército bem equipado de Batista. E agora, no final do encontro, Fidel expressava preocupação pelo bem-estar do americano. Com grande sinceridade, assegurou a Matthews que ele seria devolvido sem problemas: *“Temos toda a área coberta e tiraremos você em segurança”*.

Antes de partir, Matthews fez um último pedido, o qual mais uma vez os uniria num só lado, movidos pelo mesmo objetivo. Mostrou as folhas dobradas em que fizera as anotações e pediu-lhe que assinasse seu nome nelas. Haveria quem duvidasse, explicou, mas a assinatura autenticaria a entrevista com o líder rebelde que se acreditava estar morto. Pediu também que um dos homens de Fidel os fotografasse juntos, fumando charutos e conversando sobre as raízes da revolução.

Após o fim da entrevista, Javier Pazos conduziu Matthews morro abaixo até uma casa de fazenda onde esperaram o jipe em que cumpririam o resto do trajeto. Matthews foi levado de volta a casa em Manzanillo onde sua mulher Nancie havia passado a noite. Ali tirou as roupas enlameadas, tomou banho e fez a barba, cansado, mas explodindo de expectativa. Comeu alguma coisa antes de ir para Santiago, onde entrevistou três professores da Universidade de Oriente que eram adeptos do Movimento 26 de Julho. Matthews considerava o apoio deles um sinal da popularidade do movimento em círculos de classe média.

Mais tarde, no mesmo dia, Matthews e Nancie tomaram o voo da tarde para Havana. Embora tivesse sido pressionado a

REFLEXÕES XXIII

partir em seguida – e a correspondente local do New York Times o incitou a cair fora antes que alguém descobrisse o que ele havia feito –, Matthews insistiu em permanecer na cidade por mais um tempo, a fim de entrevistar líderes estudantis, entre eles José Antonio Echeverría, presidente da Federação dos Estudantes Universitários, um rival em potencial de Fidel que nem sempre estava de acordo com ele. Matthews foi levado ao esconderijo dos estudantes no bairro de El Vedado para um encontro secreto com Echeverría e outros jovens fanáticos dedicados a derrubar Batista. “*Estamos acostumbrados com lutas clandestinas*”, disse o estudante de arquitetura de 24 anos, cujos amigos o chamavam de “El Gordo”. “*Os estudantes cubanos não têm medo de morrer*”, gabou-se. Não demoraria muito para que tivessem a chance de provar isso.

Como Matthews sabia, a entrevista era apenas uma das atividades planejadas por Fidel para aquele dia. Pela primeira vez desde seu retorno a Cuba, ele havia convocado uma reunião dos líderes nacionais do Movimento 26 de Julho. Pretendia coordenar seus esforços e controlar as facções concorrentes. Um grupo queria dispersar os combatentes em várias frentes nas montanhas e nas cidades. Fidel insistiu que se concentrassem todas as armas e fundos na Sierra. Ele também estava preocupado com grupos de oposição como o dos estudantes de Havana, em maior número e mais poderosos do que o seu, e que disputariam com ele o controle do movimento contra Batista. Fidel pretendia deixar bem claro que somente uma pessoa deveria estar no comando – e essa pessoa era ele.

Depois que Matthews deixou a clareira, Fidel tinha outro assunto importante a resolver antes da reunião com os líderes da resistência nacional. Estava convencido de que o camponês Eutimio Guerra era um traidor que espionava para o Exército de Batista. Nas semanas anteriores, Guerra havia se insinuado no grupo rebelde e, uma noite, Fidel até compartilhara um cobertor com ele. Guerra deitou-se ao lado de Fidel com uma

REFLEXÕES XXIII

pistola 45 nas mãos. Tudo o que tinha a fazer era puxar o gatilho. Seu alvo estava a centímetros de distância, desguarnecido e totalmente vulnerável. Mas não foi capaz de fazê-lo.

Enquanto Matthews descia a montanha, Fidel mandou vários homens procurar Guerra e trazê-lo para uma clareira perto do local da entrevista. Quando o revistaram, acharam uma pistola, três granadas de mão e uma carta do comandante local do Exército dando-lhe salvo conduto na região. Para completar, Guerra estava usando um par de botas novas do Exército, recompensa pelas informações que dera sobre os rebeldes e símbolo inconfundível de sua traição.

O camponês caiu de joelhos e pediu para ser fuzilado imediatamente. Mas Ciro Frías, um dos homens de Fidel, insistiu que esperassem enquanto o humilhava, lembrando-o de como se beneficiara do convívio com os rebeldes e como os havia traído sem piedade. Guerra, de cabeça baixa, pediu apenas que a revolução cuidasse de seus filhos. O dia havia ficado tempestuoso. Quando um trovão estalou, um dos homens deu-lhe um tiro na cabeça.

Três dias depois da entrevista com Matthews, Fidel escreveu sua primeira mensagem pública desde o desembarque, em dezembro. Conforme planejara, o manifesto coincidiria com a publicação do artigo de Matthews. Nele, delineava rapidamente como, apesar dos boatos espalhados por Batista, seus seguidores não apenas sobreviveram, como se reagruparam numa força de combate efetiva que assustava o Exército. Fidel descreveu as batalhas que haviam vencido e exagerava suas vitórias, pintando o Exército com as piores cores; a certa altura, sugeriu mesmo que os soldados haviam fugido e deixado seus mortos para os abutres. E anunciava: *“Pode Batista continuar a esconder do país e de todo o mundo o que está acontecendo aqui? A entrevista que demos no coração da Sierra ao correspondente do New York Times será publicada com fotografias a qualquer momento”*.

REFLEXÕES XXIII

A censura de Batista manteve o manifesto fora dos jornais e das rádios e poucos cubanos tomaram conhecimento de sua existência. Mas dentro de poucos dias, eles saberiam muito mais. ●

Anthony DePalma: escritor e repórter do New York Time.

Artigo publicado na Revista Piauí de outubro de 2006

LUIZ BIANCHI

A vida e a época de Fidel Castro

The Economist



Após o fim da União Soviética, muitos achavam que o regime cubano cairia, mas o governo de Fidel Castro resistiu

Fidel Castro era marxista por conveniência, nacionalista por convicção e caudilho por vocação. Seu herói era José Martí, o cubano que se levantou contra o domínio espanhol, mas que temia, com acerto, as ambições dos EUA em relação a Cuba. Na Guerra Hispano-Americana de 1898, os

EUA sequestraram a revolta pela independência iniciada por Martí e transformaram Cuba numa neocolônia.

De acordo com a tristemente afamada Emenda Platt, os EUA se reservavam o direito de intervir na ilha a qualquer momento. O dispositivo foi revogado na década de 1930, mas o domínio dos americanos sobre a economia e o vital setor açucareiro perdurou até a revolução. A presença dos americanos incentivou o desenvolvimento, incluindo a formação de uma grande classe média; mas também produziu forte desigualdade.

Fidel Castro em Córdoba, na Argentina, em 2006



Fidel adotou o nacionalismo e o anti-imperialismo de Martí, mas não sua crença na democracia. Encontrou no comunismo instrumento útil para concentrar um poder mais absoluto que o desfrutado por tiranos comuns, já que vinha, enquanto durou a Guerra Fria, sob o escudo da proteção soviética. O embargo comercial dos EUA lhe foi ainda mais útil: permitiu atribuir ao inimigo imperialista a

REFLEXÕES XXIII

responsabilidade pelo fracasso econômico de seus esforços de planejamento central.

O comunista ortodoxo era seu irmão Raúl (5 anos mais jovem), que também foi o responsável por transformar, nos dois anos seguintes à revolução, um pequeno grupo guerrilheiro num disciplinado Exército de 300 mil homens. As teses marxistas, por sua vez, ficavam a cargo do companheiro de armas de Fidel, o argentino Ernesto “Che” Guevara.

Nos primeiros tempos, pelo menos 550 (e talvez dois mil ou mais) opositores foram executados. Como muitos eram asseclas do ditador Fulgencio Batista, sua eliminação foi bem recebida pela população. Com a revolução assegurada, Fidel instaurou um regime repressor, mas não especialmente cruel. Seu poder não podia ser diminuído por nada nem ninguém. *“Não há ninguém neutro”,* declarou. *“Há apenas os que apoiam a revolução ou são seus inimigos.”* É a revolução, obviamente, era Fidel.

Muitos acreditam que o líder cubano deixou que Che fosse morto na Bolívia – ou que poderia ter feito mais para tentar salvá-lo –, transformando um subordinado incômodo e desobediente num mito útil. Fidel também dava dor de cabeça aos soviéticos. Aceitava sua ajuda financeira, mas nem sempre seguia seus conselhos. Embarcou inicialmente num esforço concentrado de industrialização, mas não tardou a substituí-lo por um programa voltado para a produção de safras de 10 milhões de toneladas de açúcar.

Ambas as iniciativas resultaram em graves reveses econômicos. Ainda que vez por outra se convencesse a descentralizar a condução da economia (coisa que normalmente estimulava o crescimento), sempre acabava voltando a concentrar o poder em suas mãos.

Fidel deu aos cubanos uma educação e um sistema de saúde de primeiro mundo, e não se importava com os custos disso para a economia. Mas não oferecia oportunidades ou prosperidade, e muito menos liberdade. Os dissidentes se

REFLEXÕES XXIII

viam diante de uma escolha difícil: ou arriscavam a perigosa travessia para a Flórida, ou ficavam sujeitos a serem trancafiados nas celas do *gulag* cubano. A maioria optava pelo silêncio. Por fim, Fidel resolveu abrir uma válvula de segurança, permitindo que os potenciais causadores de problemas se transferissem para o exterior.

Detalhista- Fidel era o líder motivacional, o homem de ação, o estrategista de primeira, o detalhista obsessivo que queria controlar tudo, das medidas com que a população se preparava para a chegada de um furacão ao cultivo de batatas. E era, acima de tudo, um sujeito incansável. Em sessões intermináveis, que eram frequentemente iniciadas à meia-noite e não terminavam antes do amanhecer, interrogava os visitantes sobre todos os aspectos da situação política de seus países. Adorava pormenores – das estatísticas sobre a produção de alimentos em cada uma das províncias cubanas às características das panelas de arroz elétricas fabricadas pelos chineses. Decorava essas informações e então as citava em discursos que se estendiam por horas a fio.



Tomava o cuidado de desencorajar um culto mais escancarado a sua personalidade. Mantinha sua vida pessoal, a maioria de seus nove filhos e Dalia del Soto Valle, com quem se casou, em 1980, longe dos olhos do público. Prestigiava homens mais jovens, mas os descartava quando davam mostras de querer suceder-lhe.

Levando a revolução para outros países, Fidel atuou no palco mundial como nenhum outro líder latino-americano havia feito desde os dias de Francisco Miranda e Simón Bolívar, os heróis da independência sul-americana de dois séculos atrás. Tornou-se ator importante no conflito mundial entre os EUA e a União Soviética, entre a democracia capitalista e a ditadura comunista. A ideia de buscar a proteção de mísseis soviéticos

fez dele o líder que mais perto chegou de tornar um confronto ideológico numa guerra nuclear.

Sob seu comando, Cuba, uma ilha de apenas 10 milhões de habitantes, tornou-se uma “Esparta latino-americana” (nas palavras do mexicano Jorge Castañeda, um crítico da revolução). Nos anos 1960, Fidel ajudou uma geração de jovens idealistas latino-americanos, que embarcaram em malsucedidas aventuras guerrilheiras, cujo maior feito foi contribuir para pôr seus países sob o domínio de ditaduras militares anticomunistas.

Uma década depois, Fidel enviou tropas para a África, a fim de combater o *apartheid*, mas também para apoiar regimes corruptos ou repressivos (mas antiamericanos) em países como Etiópia e Angola. Nos anos 1980, armou e auxiliou revolucionários esquerdistas na América Central. Nas últimas duas décadas, com o fim da Guerra Fria, em vez de soldados, Cuba passou a mandar médicos para o exterior, inicialmente para que eles atuassem como missionários da revolução de Fidel, e, mais recentemente, para servirem como fonte dos recursos em moeda estrangeira de que o país tanto necessita.

A queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética deixaram Cuba extremamente empobrecida. A economia encolheu mais de 30%. Muitos acharam que Fidel e sua revolução não resistiriam. Com relutância, Fidel permitiu que os cubanos montassem pequenos negócios, como restaurantes. Também legalizou as transações com dólar e buscou investimentos estrangeiros, em particular no segmento de turismo. As remessas de dinheiro dos cubano-americanos, o turismo e as minas de níquel, exploradas por uma empresa canadense, passaram a ser os pilares da economia da ilha, ocupando o lugar do açúcar.

Economia- O sistema de saúde e a educação também começaram a servir como fonte de moeda forte, com o desenvolvimento da biotecnologia e do turismo médico. As estatais receberam maior autonomia para administrar seus

REFLEXÕES XXIII

orçamentos e fazer negócios. Todas essas medidas ajudaram os cubanos a sobreviver à crise, mas geraram novas desigualdades e ressentimentos, e relaxaram o controle do regime sobre a vida cotidiana da população. Então, inesperadamente, surgiram novos benfeitores: a Venezuela de Hugo Chávez e, em menor medida, a China, com seu crescimento acelerado.

Os subsídios venezuelanos foram aumentando até se equiparar à velha generosidade soviética. Com a economia novamente se expandindo, Fidel reverteu ou freou muitas das reformas econômicas e adotou postura mais seletiva em relação aos investimentos estrangeiros. Como já acontecera em outras ocasiões depois da vitória da revolução, teve uma recaída jacobina e pôs-se a recrutar jovens pobres para atuar como “trabalhadores sociais”, a fim de combater a corrupção.

Em 2013, aproveitando que as atenções estavam voltadas para a invasão americana do Iraque, promoveu nova onda repressiva, detendo e impondo longas penas de reclusão a 78 ativistas que lutavam pela democracia. Também mandou executar três cubanos que haviam sequestrado uma balsa, numa tentativa desesperada de chegar à Flórida. Dois anos mais tarde, decretou o fim do Período Especial.

Em julho de 2006, Fidel anunciou que se submeteria a uma cirurgia abdominal e, por essa razão, estava delegando seus poderes para um coletivo de líderes, chefiados por Raúl. Em 2008, Raúl substituiu formalmente Fidel como presidente.

Raúl anunciou reformas econômicas que eliminaram muitas das pequenas restrições que prejudicavam a vida dos cubanos, que agora podem comprar e vender casas e carros, adquirir telefones celulares e acessar a internet. A ilha vem fazendo um movimento inexorável rumo a uma economia mista. Alguns dos assessores de Raúl falam com entusiasmo dos modelos de China e Vietnã.

Fidel não compartilhava dessa animação. Em sua opinião, a China era uma sociedade consumista decadente, que abrisse

mão de seus valores e de seu compromisso com a igualdade. Por outro lado, num lapso, admitiu a um visitante estrangeiro que “o modelo cubano já não funciona nem para nós”.

Fidel evitava criticar em público os novos rumos. Por algum tempo manteve uma coluna no *Granma*, jornal oficial do Partido Comunista, mas os textos se limitavam a discorrer, com incoerência crescente, sobre os problemas apocalípticos com que o mundo se defrontava. Fidel tornou-se uma figura espectral em sua residência, situada no bairro de Siboney, onde ficam as mansões dos barões do açúcar que ele expropriou. Era ocasionalmente fotografado com líderes estrangeiros, parecendo cada vez mais debilitado.

Fidel sobreviveu a dez presidentes americanos e a todos os seus inimigos e viveu o bastante para ver sua revolução começar a ser desmantelada. Viu Cuba reatar relações diplomáticas com os EUA, em 2015, e viu o presidente americano Barack Obama visitar Havana e instar o povo da ilha a “escolher seus governantes em eleições livres”. É claro que não aprovou isso. *“O presidente de Cuba tomou decisões em conformidade com suas prerrogativas e poderes”*, escreveu numa carta publicada em 2015. Mas, acrescentou, *“não confio na política dos EUA, e não troquei uma única palavra com seus líderes”*.

Nenhum outro homem do século XX governou por tanto tempo e, com um misto de carisma e tirania, dominou tão completamente seu país. Numa noite quente de verão, nos tempos de penúria que se seguiram ao colapso da União Soviética, uma multidão de jovens insatisfeitos ocupou a orla de Havana e ameaçou investir contra a polícia. Fidel apareceu no meio da noite e os apaziguou. Era alguém que inspirava respeito e assombro mesmo nos cubanos. ●

The Economist

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 27 de novembro de 2016

Uma trajetória marcada por segredos

José Maria Mayrink



Enquanto imagem do comandante e presidente era sempre divulgada, hábitos pessoais e relações permaneciam como mistério inacessível

A vida particular do guerrilheiro que se tornou uma das figuras mais conhecidas do mundo, depois do triunfo de Sierra Maestra contra Fulgencio Batista, foi um dos segredos mais bem guardados nesses mais de 50 anos da Revolução Cubana. Hábitos pessoais, relações com os pais, amores – do casamento, com lua de mel em Miami, às uniões posteriores, passageiras ou estáveis – quase nada aparecia no noticiário.

A imagem do comandante em chefe, primeiro-ministro e presidente da República de Cuba foi sempre muito divulgada, mas ele escondeu a intimidade como um mistério inacessível.

Após assalto ao Quartel Moncada, Fidel passou 22 meses preso

Fidel Alejandro Castro Ruz nasceu em 13 de agosto de 1926 no povoado de Birán, Província de Holguín, região sul-oriental da ilha, antiga Província de Oriente. Birán era uma fazenda, com um punhado de construções muito pobres e uma casa de estilo espanhol. Seu pai, Angel Castro y Argiz, era um imigrante da Galícia que, após ter lutado pela Espanha na Guerra da Independência, no fim do século XIX, voltou para Cuba.

Casado duas vezes, teve dois filhos da primeira mulher e sete da segunda, Lina Ruz González, cubana também de origem galega, que trabalhava como doméstica para a família quando ele ficou viúvo.



REFLEXÕES XXIII

Fidel era o sexto dos nove irmãos – ou o quarto do segundo casamento, do qual nasceram também Raúl e Juana.

Angel morreu em 1956. Não era milionário, mas foi um próspero produtor de cana-de-açúcar. Tinha 800 hectares de terra boa e mais uns 10 mil hectares arrendados, numa área menos fértil, na qual se criava gado e se explorava madeira. Quando a propriedade foi nacionalizada para a reforma agrária, Lina e seu filho mais velho, Ramón, ficaram furiosos e protestaram.

Fidel foi muito ligado à mãe, até a morte dela, em 1963, e um pouco distante do pai, a quem raramente se referia. Juanita não se conformou com a perda da fazenda, discordou de outras medidas revolucionárias e partiu para o exílio nos Estados Unidos, onde passou a fazer acusações ao regime comunista cubano e ao irmão.

Fidel ganhou esse nome em homenagem a um amigo rico da família que deveria ser seu padrinho de batismo, mas não foi, pois acabou sendo substituído pelo cônsul do Haiti em Santiago de Cuba, que se chamava Luís. Recebeu o sacramento quando já tinha 5 ou 6 anos de idade, porque não havia igreja em Birán. A mãe era devota, recitava o rosário e tinha imagens de santos em casa. O livro *Fidel e a Religião*, de Frei Betto, que registra revelações exclusivas do comandante, retrata sua passagem por colégios católicos dos irmãos lassalistas e dos padres jesuítas.

Formação- Em 1940, o jovem Fidel, então com 14 anos, escreveu em inglês sofrível uma carta a Franklin D. Roosevelt, cumprimentando-o pela sua reeleição para mais um mandato na presidência dos EUA. Foi além dos cumprimentos. “*Se o senhor puder, me dê uma nota verde de 10 dólares americanos*”, pedia. A Casa Branca acusou, protocolarmente, o recebimento da carta, mas esqueceu os dólares. O fac-símile do texto assinado por Fidel foi divulgado, em 1975, pelo Arquivo Nacional de Washington.

No Colégio Belém, em Havana, onde estudou de 1942 a 1945,

Fidel destacou-se entre os colegas. Os jesuítas elogiaram seu desempenho no Anuário Escolar, que o diretor mostrou ao jornalista americano Herbert Matthews em 1959.

O texto dizia o seguinte: *“Fidel distinguiu-se sempre em todas as matérias relacionadas com Letras. A sua folha é excelente. Era um verdadeiro atleta, defendendo sempre com orgulho e pundonor a bandeira da escola. Soube como conquistar a admiração e o afeto de todos. Fará do Direito a sua carreira e não duvidamos de que ele preencherá com páginas brilhantes o livro de sua vida. Tem magníficas bases e o ator que existe nele não deixará de se fazer presente.”*

Se era uma profecia, Fidel não acreditava nela. Era já um sujeito rebelde e só entrou na Faculdade de Direito da Universidade de Havana porque não encontrou um curso mais de seu gosto, como recordaria mais tarde. *“Pergunto a mim mesmo por que estudei Direito. Ainda ignoro. Mas atribuo-o em parte aos que diziam ‘ele fala pelos cotovelos. Tem toda a pinta de advogado. Vai ser advogado, com certeza’, porque eu argumentava e discutia, eles me fizeram crer que estava qualificado para ser advogado...”*

Autocrítica- Fidel não se considerava um bom estudante, conforme admitiu numa declaração registrada por Theodore Draper em seu livro *Castroism*. Matava aulas e só estudava na véspera de provas, mas concluiu o curso com brilhantismo. Destacou-se ao fazer a própria defesa quando foi julgado por ter liderado o ataque ao Quartel de Moncada, em Santiago de Cuba. *“A História me Absolverá”*, sua peça de defesa, tornou-se obra revolucionária.

Moncada foi o primeiro episódio de destaque na carreira revolucionária. O assalto ao quartel ocorreu no dia 26 de julho de 1953. As tropas de Batista rechaçaram os 120 rebeldes comandados por Fidel, na maioria estudantes da Universidade de Havana. Fuzilaram uns 80 deles, mas pouparam os líderes, por ordem do ditador. Fidel tentou fugir para Sierra Maestra, mas foi preso e mandado para a Ilha de Los Pinos, condenado

a 15 anos de detenção.

Fulgencio Batista atribuía vários homicídios a Fidel. Em entrevista a Herbert Matthew, em 1957, ele disse que não seria possível um acordo *“após todos os crimes que esse homem, Castro, cometera desde os tempos de estudante, quando matara dois homens”*.

O jornalista americano checou a acusação, mas não encontrou provas de que Fidel tivesse participado de assassinatos, entre eles a morte de meia dúzia de padres no Bogotazo, a rebelião sangrenta de 9 de abril de 1948 em Bogotá. A Scotland Yard britânica, que investigou a sublevação a pedido da Colômbia, confirmou a presença de dois cubanos (Fidel e seu colega Rafael del Pino), mas não que tivessem matado alguém.

Subversão- Fidel era um estudante rebelde. Em 1947, alistou-se numa expedição de dominicanos e cubanos para invadir a República Dominicana e derrubar o ditador Rafael Leónidas Trujillo. Embarcou de metralhadora nas mãos e, quando o navio em que viajava foi interceptado, pulou no mar e nadou até a praia para escapar à prisão.

No ano seguinte, casou-se com Mirta Diaz-Balart, filha de um funcionário público, na Igreja Católica de Banes, na antiga Província de Oriente. Passaram a lua de mel em Miami e tiveram um filho, também chamado Fidel e mais conhecido como Fidelito, que nasceu em setembro de 1949. O casal se separou após o assalto de Moncada, quando o comandante cumpria pena. Mirta casou-se de novo, mas Fidel não, embora tenha tido muitas namoradas.

Durante os 22 meses que passou na prisão, quatro deles numa solitária, deu aulas de economia política aos companheiros e escreveu cartas, mais tarde publicadas como *Cartas do Presídio*, algumas endereçadas a Natalia Revuelta, uma de suas paixões. Casada com um cardiologista de Havana, teve uma filha com Fidel – Alina Fernández Revuelta – que deixou Cuba em 1993 e foi viver na Espanha, onde denunciou a *“ditadura implacável”* do pai.

REFLEXÕES XXIII

“Apaixonou-me com muita facilidade, mas atualmente de modo mais platônico”, disse Fidel a um grupo de jornalistas quando tinha 70 anos. Uma de suas namoradas foi uma cubana chamada Lília, que vivia na Cidade do México. “O plano de Fidel era esposar Lília e levá-la com ele na expedição (Granma)”, revelou Teresa Caruso, então funcionária da Embaixada de Cuba, em seu livro *Cuba e Castro*. O romance só durou um mês. A moça ficou para trás, quando Fidel embarcou no iate *Granma*, com mais 81 rebeldes, em 1956.

Em Sierra Maestra, Fidel conheceu Célia Sánchez, que se juntou ao pequeno número de rebeldes. Única mulher do grupo, ela tinha ligação íntima com o comandante, mas nunca se soube até onde chegaram suas relações. Nos anos seguintes ao triunfo da Revolução, era na casa da companheira de luta que o presidente de Cuba se hospedava, em Havana. Era a sua “base familiar”, que revezava com vários “locais de dormir”.

Quando Fidel ficou doente, em julho de 2006, não se divulgou onde se encontrava. Ficou internado num apartamento que tanto podia ser o de um hospital como o de uma casa equipada para o tratamento de saúde. Questão de segurança. Fidel sofreu dezenas de tentativas de atentados – pelo menos 300, conforme ele revelou – desde o dia em que desfilou em cima de um tanque pelas ruas de Havana, em janeiro de 1959. ●

José Maria Mayrink: repórter do jornal

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 27 de novembro de 2016

Revolucionário, herói, autoritário e maior mito cubano

Rubens Barbosa



Há tempos, o líder cubano não era mais do que um remanescente de um momento histórico que terminou com a Guerra Fria

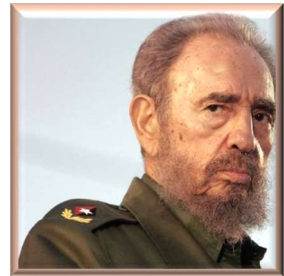
Revolucionário, herói, governante autoritário, líder mundial, orador tipo maratona, lutador infatigável contra os EUA e, no final da vida, humanizado, frágil e vencido pela doença, conferiu a seu país uma relevância e uma

visibilidade que o tamanho territorial e a importância econômica nunca poderiam justificar.

Fidel Castro talvez tenha sido o último dos caudilhos e dos líderes carismáticos da América Latina. O seu afastamento, em 2008, da liderança de Cuba representou o fim de uma era na verdade já passada. Há tempos, o líder cubano não era mais do que um remanescente de um momento histórico que terminou com a Guerra Fria.

Fidel Castro em julho de 2006

Não importa o ângulo político ou ideológico a partir do qual se possa analisar o legado de Fidel, personagem complexo que permanecerá na história como uma figura marcante que influenciou mais de uma geração de jovens idealistas que viram na revolução liderada por ele a esperança de um mundo com mais justiça social.



Considerado o pai da Pátria, o fundador da Cuba atual, deixa a seus sucessores um país pobre e enfraquecido que sobreviveu

REFLEXÕES XXIII

com o apoio da ex-URSS até a queda do Muro de Berlim. Com a implosão do regime comunista em Moscou, Fidel não teve outro recurso senão permitir uma gradual e controlada abertura da economia para receber investimentos externos e manter a economia funcionando. Respirou aliviado com o respaldo dos petrodólares de Hugo Chávez. A população, cuja renda *per capita* está ao redor de apenas US\$ 4 mil, pôde beneficiar-se de ensino e saúde precários, porém gratuitos.

Nos últimos quase 50 anos, imprimiu seu toque pessoal às decisões políticas, econômicas e sociais em Cuba e deixou sua marca registrada em alguns acontecimentos internacionais de grande significado, como a invasão de Cuba estimulada pelo governo americano e a Crise dos Mísseis que colocou o mundo à beira de um conflito nuclear. O mito Fidel começou a esmaecer ainda em vida. Os últimos 15 anos de seu governo, diante das crescentes dificuldades econômicas internas, deixaram em um já longínquo passado as tentativas de exportar a revolução, de criar focos de insurreição na América Latina, de apoiar movimentos revolucionários na África e de ser um peão no tabuleiro da Guerra Fria ao lado da URSS.

Fidel nunca foi um ideólogo, mas um homem de ação. Não deixa, portanto, um legado doutrinário. Muito de sua áurea heroica, Fidel deve aos EUA. Sobreviveu, literalmente falando, a dez presidentes americanos. A hostilidade e o enfrentamento político, militar, econômico e diplomático contínuos com Washington e com a comunidade cubana de Miami, só o ajudaram a se manter no poder. A ameaça externa – tornada concreta pela ação do CIA na Baía dos Porcos e em tentativas de assassinato, ao lado do bloqueio econômico e comercial – foi muito bem utilizada pelo nacional-patriotismo mobilizador interno que Fidel encarnou.

Fidel soube captar o imaginário da juventude nos anos 1960, prenhe de fantasias de mudar o mundo. O regime político e o sistema econômico sobreviverão com nova cara e dinâmica. A revolução não será julgada no desaparecimento de seu líder máximo. Gradualmente, começará a ser feita uma revisão

REFLEXÕES XXIII

histórica de sua vida sem maiores consequências sobre os rumos do país em mãos inicialmente de Raúl Castro e depois, seguramente, de uma geração mais jovem que promoverá mais ajustes econômicos, políticos e sociais, impensáveis na vida de Fidel. Tudo sob o controle do Partido Comunista e das Forças Armadas, como estabelecido por Fidel, em Cuba, e Mao, na China.

Fidel ainda viveu para ver seu irmão Raúl Castro restabelecer relações com os EUA, receber o presidente Obama em Havana e o embargo econômico ser gradualmente erodido por medidas unilaterais tomadas pelos EUA. Sem se opor a essas importantes atualizações da política externa de seu país, Fidel abriu mão de uma de suas armas mais poderosas: a ideologia. Com Donald Trump, tudo indica que não haverá retrocesso nas medidas tomadas por Washington, mas tampouco avanços nos dois aspectos remanescentes da Guerra Fria, o fim da base de Guantánamo e a revogação do embargo econômico.

Sem a mística de Fidel, Cuba voltou a ser aquela minúscula nação do Caribe, cuja importância está na razão direta de sua proximidade com os EUA e da influência da comunidade cubana de Miami na política interna americana.

Difícilmente alguém poderá substituir Fidel Castro como líder carismático e ideológico na América Latina. As circunstâncias históricas, as realidades e as demandas atuais são completamente diferentes. Hugo Chávez, com sua Revolução Bolivariana do século 21, procurou se apresentar como o sucessor de Fidel. Sem sucesso, pois, como diria um dos heróis de Fidel, Karl Marx, a história só se repete como farsa.

A frase de Borges, segundo a qual a imagem que deixamos de nós mesmos na memória dos outros é a obra mais importante de um homem, serve bem ao velho comandante. Confiante em sua obra, Fidel gostava de repetir: “A história me absolverá”. ●

Rubens Barbosa: presidente do instituto de relações internacionais e de comércio exterior

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 27 de novembro de 2016

Da guerrilha aos sequestros no Brasil

Marcelo Godoy



Intervencionismo do regime cubano entrou em declínio com retirada de tropas da Etiópia e de Angola e com acordo de paz em El Salvador

A política precisa de símbolos. Fidel Castro tinha seu uniforme militar. A farda verde oliva representava o principal produto de exportação de Cuba: a revolução. Aventura ou solidariedade, essa política marcou o 3.º Mundo. Serviu de pretexto a golpes de Estado, quarteladas e conspirações. Alimentou guerrilhas, atentados, exércitos, assassinatos e sequestros na América Latina, na África e no Oriente Médio.

O intervencionismo cubano morreu antes de Fidel. Seu longo fim começou com a retirada de suas tropas da Etiópia (1989), e de Angola (1991) e com a deposição das armas em 1992 pela Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), a guerrilha salvadorenha. Fez parte desse processo o expurgo do general Arnaldo Ochoa, o poderoso homem das forças especiais do Ministério do Interior cubano, fuzilado em 1989 depois de condenado por traição. Há muito Fidel aposentara o uniforme. Trocara-o pelo terno e gravata.

O fim dessa política, os fracassos econômicos e o desrespeito pelos direitos humanos não retiraram a simpatia da esquerda latina pelo Viejo. Gratidão é o que explicava essa atitude. *“Hoje somos todos democratas, não concordamos com censura e prisões arbitrárias. Mesmo assim tínhamos dificuldade em criticá-lo, pois não esquecemos sua solidariedade”*, diz o ex-guerrilheiro brasileiro Chizuo Ozava.

Ele tinha 25 anos quando desembarcou em Havana em 1970. Por dois anos, foi o homem da Vanguarda Popular

Revolucionária (VPR), em Cuba. Tratava dos assuntos da organização com Direção Geral da Inteligência (DGI), do Ministério do Interior – chefiada pelo lendário barbudo Manuel Piñero Losada, “*Mandamos de 20 a 25 homens para treinar guerrilha em Cuba*”, conta Ozava, conhecido então como Mário Japa.

Quem mais formou guerrilheiros em Cuba foi a Aliança Libertadora Nacional (ALN) – entre eles o petista José Dirceu. Era o auge do sonho da esquerda de construir um, dois, muitos Vietnãs, de fazer a “revolução da revolução”, como defendia Régis Debray, o companheiro de Che Guevara na Bolívia, onde o revolucionário argentino morreu em 1967. A DGI e seus homens entraram na Venezuela em 1962 para apoiar a guerrilha de Douglas Bravo. No mesmo ano, mandavam armas às Ligas Camponesas, no Brasil – o material foi descoberto em Divinópolis, em Goiás – quando o País ainda vivia o governo democrático de João Goulart.

O fracasso da intervenção direta na Venezuela afastou da América Latina as tropas cubanas. Dinheiro e treinamento eram as ofertas de Fidel para seus parceiros na região, como o ex-governador Leonel Brizola, que enviou em 1965 homens à Cuba com o objetivo de reproduzir a Sierra Maestra no Brasil – a iniciativa produziria apenas um fiasco, a guerrilha do Caparaó, desbaratada em 1967.

Fidel desistiu rápido do político gaúcho, então exilado no Uruguai, após o golpe contra Goulart em 1964. Trocou-o no Brasil por Carlos Marighella, o líder comunista que rompeu com o PCB para criar a ALN. “Em relação ao Brasil, a ALN era o interlocutor preferencial de Fidel. Mas os cubanos também mantinham laços conosco e com o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro)”, lembra Ozava.

Somoza- Na mesma época em que Ozava vivia em Cuba, a direção do Partido Revolucionário dos Trabalhadores-Combatente (PRT-Combatente) decidiu criar na Argentina o Exército Revolucionário do Povo (ERP), seu braço armado.

REFLEXÕES XXIII

Entre seus criadores estava Enrique Gorriarán Merlo. Em 1974, ele participaria da guerrilha em Tucumán. Fugiu da Argentina para Cuba em 1976, após o golpe militar. Chefiou a operação militar que matou com um tiro de bazuca o ex-ditador nicaraguense Anastácio Somoza em Assunção. Deposto em 1979 pela Revolução Sandinista, Somoza vivia exilado no Paraguai.

A Nicarágua, aliás, foi a única vitória da guerrilha no período. Fidel mandou à frente sul daquele país – comandada por Eden Pastora – o batalhão chileno treinado na academia de oficiais das Forças Armadas de Cuba que constituía a Frente Patriótica Manoel Rodrigues (FPMR), criada pelo Partido Comunista Chileno em resposta ao golpe que derrubou o socialista Salvador Allende, em 1973.

Com a ajuda cubana, a FPMR montou o atentado fracassado contra o ditador chileno Augusto Pinochet, em 1986. Meses antes, a DGI cubana desembarcara 80 toneladas de armas naquele país para os rodriguistas.

Eles e os remanescentes do chileno Movimento Esquerda Revolucionária (MIR) e do ERP forneceriam à Cuba a maioria dos homens usados por Piñero nos anos 1980 e 1990 em operações que incluíam sequestros de empresários, como Abílio Diniz, no Brasil, em 1989, e assaltos a banco. Piñero deixara a DGI em 1974 e assumira o Departamento América do PC cubano, o “ministério da revolução”. O dinheiro soviético naqueles anos minguara, e ele achou outras formas de financiar a revolução. Gorriarán participou dessas ações. Em 1989 chefiou a invasão do quartel de La Tablada, em Buenos Aires, que deixou 39 mortos – Gorriarán morreria em 2006.

África- Fora da América, Cuba ajudou governos na Síria e na Argélia. Apoiou ainda, após a aventura de Che no Congo, grupos como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de Agostinho Neto. Com a independência do país em 1975, o MPLA estava acossado pelos rivais da Frente Nacional

REFLEXÕES XXIII

de Libertação de Angola, de Holden Roberto, e da Unita, de Jonas Savimbi – apoiada pela África do Sul. Os cubanos chegaram a Luanda (36 mil), puseram Roberto e Savimbi para correr.

Em 1977, impediram o golpe liderado por Nito Alves – ministro do interior apoiado pelos soviéticos. Ozava estava lá. Ele chegou a Luanda quatro meses após a independência e deixou o país em meio à feroz repressão que se seguiu ao golpe fracassado. “Os cubanos tomaram a rádio, controlaram Luanda e garantiram o governo.” Em 1987, salvaram mais uma vez o MPLA na batalha de Cuito Canevale, contra tropas da Unita e da África do Sul.

Na Etiópia, sem Fidel, o coronel Mengistu Haile Mariam, que assumiu o poder após derrubar o imperador Hailé Selassie e instalar um regime marxista, não teria vencido a guerra de Ogaden (1978-1979) contra os separatistas da região e a Somália. De fato, dois anos após a saída dos cubanos, Mengistu caiu.

Cuba ainda esteve no Laos, no Iêmen do Sul, em Moçambique, Vietnã, Guiné e Guiné-Bissau. Pouco restou da época em que ela participava da grande política internacional. Fidel morre ao mesmo tempo em que as últimas peças do tabuleiro revolucionário, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), negociam a paz na Colômbia.

O descrédito do foco guerrilheiro associado à burocratização do regime cubano se tornaram símbolos do desgaste do projeto que prometia revolucionar a revolução. “A figura de Lula hoje é mais importante para a esquerda do que a de Fidel”, diz Ricardo Zarattini, ex-militante da ALN, exilado em Cuba de 1970 a 1972. Abandonada pela esquerda, a luta armada tornou-se um fantasma de uma desgastada retórica antagonista. ●

Marcelo Godoy: jornalista

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 27 de novembro de 2016

O morto e o vivo

Douglas Duarte



"Sim, filho, efetivamente sou eu. Eu sou Mario Terán e eu matei Che Guevara"

Che Guevara olhou para cima enquanto um oficial boliviano, agachado a pouco mais de 1 metro, fez aquela que seria sua última foto como pessoa viva. Estava sentado no chão de terra, as costas apoiadas na parede de barro da pequena escola de La Higuera, onde era mantido preso desde o dia anterior. O oficial saiu e

um sargento, Mario Terán Salazar, entrou. Tinha na mão um fuzil de repetição M-2. Che se pôs de pé. Os dois se olharam e o boliviano hesitou em disparar enquanto ouvia, vindo da saleta ao lado, os tiros que terminaram com a carreira de outro guerrilheiro, Simón Cuba. Terán engatilhou então a arma e disparou uma rajada curta. Oito tiros. Pelo menos três cruzaram os pulmões de Guevara, enchendo-os de sangue, e se alojaram na parede, abrindo nela rombos do tamanho de punhos. O corpo do guerrilheiro bateu na parede e desabou no chão. Fim de uma história.

No mesmo instante, a vida do sargento Terán, um *cruceño* baixinho e arredio, começava a ser marcada pela mesma história. Enquanto espasmos ainda sacudiam o corpo de Guevara, o mesmo oficial das primeiras fotos voltou à escola para mais algumas chapas. Numa, o guerrilheiro aparece com os olhos revirados. Noutra, está estendido de costas no chão e o sangue lhe escorre da boca. Minutos depois, outros soldados aparecem para também tirar fotos. Queriam lembranças. Enquanto isso, Felix Rodríguez, um cubano contratado pela CIA meses antes, transmitia mensagens em código pelo rádio e fotografava, primeiro com uma câmera de microfilme e depois com uma máquina comum, todas as

REFLEXÕES XXIII

páginas do hoje famoso Diário do Che. Ouviu os disparos e anotou a hora e o local da morte: 1h20min da tarde, La Higuera, Bolívia.

Os soldados receberam a ordem de colocar o cadáver sobre uma maca de campanha e amarrá-lo ao esqui do trem de pouso do helicóptero que o levaria a Vallegrande, maior cidade do vale que liga Santa Cruz de la Sierra ao resto da Bolívia. Gary Prado, comandante da operação e responsável pela captura, notou que Che estava com a boca escancarada. Tirou o lenço que levava ao pescoço e amarrou firmemente o queixo do cadáver junto ao crânio.

Naquele momento, Che ainda tinha os olhos fechados. Durante os vinte minutos de voo, porém, o vento se encarregou de abri-los e, quando o helicóptero tocou a pista de pouso de Vallegrande, os olhos do morto estavam maiores do que em vida.

As notícias da captura daquele que os jornais chamavam de “terrorista argentino-cubano” já circulavam desde o dia anterior. O cadáver foi posto numa caminhonete e levado ao hospital Señor de Malta, a pouco mais de 2 quilômetros. Lá, os soldados passaram direto pelas enfermarias, ambulatórios e salas de operação e deixaram a maca em cima de dois tanques de cimento sombreados por um telhado simples, onde se lavava a roupa. Nos últimos dias, o diretor do Señor de Malta, Moisés Abraham Baptista, e o médico-chefe, José Martínez Casso, haviam recebido outros corpos de guerrilheiros. Sabiam que aquele era diferente, e que provavelmente seria um dos últimos. Martínez se aproximou do cadáver com um bisturi e abriu um pequeno talho no pescoço de Che, para chegar à carótida. Encaixou no furo uma mangueirinha, nela um funil, por onde derramou 2 litros de formol para conservar o cadáver. Um pouco de líquido extravasou. O buraco foi suturado com um par de pontos. O diretor chamou então a enfermeira Susana Osinaga e dois outros colegas e os incumbiu de lavar o homem: os militares queriam que se reconhecesse no cadáver emaciado o

REFLEXÕES XXIII

revolucionário que pediu “dois, três, mil Vietnãs”. Os três chegaram à lavanderia e se depararam com um estranho de olhos abertos e quase sorriso. Despiram-no do uniforme de campanha imundo, acharam graça das três meias que vestia em cada pé e amontoaram tudo num canto. Susana e seus colegas reviraram o cadáver nu de um lado e outro, tirando com sabão e uma mangueira quase toda a terra e o sangue seco acumulados no peito. Depois de limpo, Che teve as bochechas barbeadas, o cabelo penteado para trás e foi enfiado num pijama azul, novo, do hospital. Havia um contraste entre aquele homem limpo, metido num pijama e com cara de cochilo, e seus dois companheiros mortos na mesma operação. Eles estavam aos pés dos tanques, cobertos de sangue e tinham os ventres inchados de gás. Pareciam o que foram: guerrilheiros mortos em combate, com expressão de fera acuada.

O cadáver de Che passou a noite na lavanderia do hospital, recebendo a visita ocasional de alguns militares curiosos. Soldados bloqueavam a passagem do resto do público. O coronel Andrés Selich, de um regimento local, inspecionou o cenário. Considerou que a maior prova da vitória do exército da Bolívia não poderia aparecer de pijama na imprensa mundial. Por isso, o uniforme imundo, amontoado num canto, foi novamente colocado no cadáver. E para completar o quadro, um estafeta recebeu ordens de trazer uma jaqueta militar que não pertencia a Che. O único detalhe que perturbava a placidez do guerrilheiro morto eram as perfurações de bala no peito, à mostra propositadamente. Che estava pronto para o espetáculo. Que viessem os jornalistas.

A versão oficial, até então, era de que o argentino havia morrido num confronto armado. Dois dias depois, com os testemunhos de dezenas de camponeses de La Higuera que viram Che caminhando por alguns quilômetros até a pequena escola da vila, o governo decidiu anunciar que o argentino morreu devido a ferimentos de combate. A versão circulou por algumas horas, até que todos se deram conta de que ninguém

REFLEXÕES XXIII

marcha por 2 quilômetros com oito tiros no peito. Após algumas semanas de polêmica e denúncias pela imprensa, o presidente da Bolívia, general René Barrientos, confiante na popularidade da execução, assumiu inteira responsabilidade. A ordem fora sua.

Quando os militares deixaram que a população entrasse e visse o corpo, fotógrafos e cinegrafistas ainda trabalhavam. Eles subiam no tanque para, de pé, tendo Che entre as pernas, tirar fotos frontais de seu rosto. Muitos faziam o sinal da cruz, abaixavam a cabeça e rezavam rápido, de forma respeitosa. Algumas mulheres, que eram maioria na fila, aproveitavam-se da distração dos soldados e cortavam tufo de cabelo ensanguentado que guardariam por muito tempo em pequenos envelopes de plástico. Os militares começaram a sentir que algo saiu de seu controle.

A certeza veio horas depois, quando uma comissão de mulheres que diziam representar mais de cem bateu à porta do centro de comando improvisado no cassino próximo à praça principal. Exigiam que o morto, ainda que comunista, recebesse os ritos cristãos e ganhasse cova no cemitério local. Os militares pareceram ceder e providenciaram um caixão que sabiam que não iam usar, além de lençol e flores. Garantiram, também, que Che Guevara seria enterrado no dia seguinte. As portas fechadas, porém, passaram a discutir as consequências de um funeral: se as boas mulheres de Vallegrande tratavam assim o ilustre cadáver, quantos comunistas não peregrinariam até sua tumba? A família evidentemente tinha direito ao corpo, mas naquele momento de confronto, negociar com Cuba o envio dos restos mortais parecia fora de propósito. Afinal, Fidel Castro era o principal suspeito de organizar a missão guerrilheira.

Enquanto deliberavam, os militares informaram Buenos Aires e Brasília de tudo o que havia ocorrido nas últimas horas. Os dois governos ofereceram a Barrientos toda a ajuda de que necessitasse, e o auxílio se materializou na forma de metralhadoras e munições, além de latas e mais latas de

REFLEXÕES XXIII

napalm e de rações brasileiras à base de feijoada que os bolivianos tiveram problemas para digerir. No Palácio da Alvorada, o alívio foi evidente. Semanas antes, os militares brasileiros tinha sido informados de que uma das possíveis missões na Bolívia do intelectual francês Régis Debray, naquele momento já preso e sendo julgado pela Justiça Militar, era servir como elo entre Havana, Che Guevara e o brasileiro Carlos Marighella, informação que chegou até a imprensa. Em Buenos Aires, o alívio foi seguido de ordens para que três peritos partissem para a Bolívia levando os registros da arcada dentária de Guevara, amostras de manuscritos seus e a folha de impressões digitais usada na emissão de seus documentos de alistamento militar, feito 20 anos antes.

A apreensão sobre o que fazer com o cadáver teve seu clímax perto das 10 da noite. “Queime-o”, foi a ordem seca, dada pelo comandante das Forças Armadas, general Alfredo Ovando, depois de falar com o presidente Barrientos em La Paz. A decisão tinha uma implicação problemática: só se poderia confirmar que se tratava de Guevara quando chegassem os peritos argentinos – mas, era óbvio, eles precisariam do cadáver para seu trabalho. Um novo telegrama de consulta recebeu outra resposta curta de La Paz: “Guarde mãos e cabeça; queime o resto”.

Deve-se à intervenção de um dos médicos responsáveis pela necropsia a mudança de curso das coisas: queimar um corpo exigiria uma fogueira enorme, acesa por toda a noite. Por conselho de um dos agentes da CIA, Barrientos desistiu também da ideia da decapitação. “Traga as mãos” foi a ordem final, de acordo com os relatos de vários oficiais presentes.

Os dois médicos do Señor de Malta assistiram ao encontro e acataram a ordem de fazer uma necropsia completa. Exigência adicional: a hora da morte deveria ser omitida a todo custo. O procedimento foi feito a 10 metros da lavanderia, numa mesa côncava de cimento, com um grande furo no meio para o escoamento do sangue. Os médicos identificaram uma ferida

REFLEXÕES XXIII

leve na batata da perna direita, oito tiros no tórax, hemorragia abundante, cabelos castanhos, encaracolados, sobrancelhas densas, nariz reto, marcas de nicotina nos dentes, uma cicatriz longa no dorso da mão esquerda, 1,73 metro de altura e “olhos levemente azuis”. Foi Martínez Casso quem amputou cirurgicamente as duas mãos de Guevara. Os cotos foram costurados. O cadáver de Che só se reconciliaria com as mãos trinta anos depois.

No meio da noite, uma caminhonete deixou o Señor de Malta rumo à pista de pouso ao lado do cemitério local. Lá, numa cova coletiva, aonde vinham sendo empilhados vários guerrilheiros mortos nos dias anteriores, o corpo de Che foi jogado, ainda em sua maca. Pelos próximos trinta anos, adotou-se a versão oficial do governo boliviano: Guevara foi cremado num local sigiloso.

O capítulo seguinte ocorreu quatro dias mais tarde, tendo como cenário uma folha de jornal aberta em cima de uma mesa de escritório simples. A manchete, velha, informava que o exército teve um confronto com os guerrilheiros em Yamarito e Masicuri. Em cima dela havia um vidro de nanquim. Na página ímpar, no alto, em quatro colunas, uma foto de um líder sul-vietnamita encabeçava a matéria sobre as eleições ocorridas dias antes. Abaixo, no pé da página, estavam as palavras cruzadas, pequenas, completas. À direita delas, um anúncio de eletrodomésticos em duas colunas. O barulho intermitente de pingos diminuiu, substituído pelo ruído fofo de algodão sendo aberto. Entre o anúncio, as palavras cruzadas e o relato sobre o Vietnã, estavam as mãos amputadas de Che Guevara, colocadas sobre um pedaço de plástico transparente.

Um dos peritos bateu uma foto da cena enquanto os dois chumaços de algodão que tapavam o corte dos punhos se encharcavam vagarosamente de formol. Na outra ponta, os dedos estavam empapados em nanquim. Os mindinhos, enrolados, contrastavam com os dedos mais longos e estendidos.

Levou alguns minutos até que Nicolás Pellicari, Juan Carlos Delgado e Esteban Rolzhauzer superassem o asco inicial. Dois dias antes, às 3 da manhã, Pellicari recebera um telefonema com ordens do presidente argentino Juan Carlos Onganía de viajar a Santa Cruz de la Sierra para “*identificar as impressões digitais do guerrilheiro cubano-argentino Ernesto Guevara de la Serna*”. Quando chegou à saleta em La Paz e se deparou apenas com uma lata de tinta cheia de formol onde os dois pedaços enrugados de carne boiavam, teve vontade de vomitar.

Ainda que os meses no meio do mato e a imersão em formol tenham deixado a polpa dos dedos de Guevara quase desfigurada, os olhos treinados dos peritos argentinos identificaram a semelhança entre seus documentos e as curvas centrais nos polegares. Ainda assim, era preciso fazer o registro de semelhança, redigir um laudo para o governo boliviano e um relatório para o general Onganía, que esperava notícias em Buenos Aires. Os três puseram luvas cirúrgicas e tiraram as mãos de dentro da lata. Como estavam enrugadas, uma película adesiva teve que ser colada com cuidado em cada dedo e depois pressionada contra a folha de digitais. Os peritos passaram oito horas manipulando as mãos de Che.

Para o sargento Mario Terán Salazar, o sentimento inicial de ter sido o herói que tirou a vida do grande guerrilheiro Ernesto Che Guevara em outubro de 1967 foi paulatinamente substituído pelo medo. Enquanto a fama de Terán permaneceu restrita à Bolívia, tudo estava bem. Como poucos bolivianos da época apoiavam os forasteiros que queriam mudar à bala o governo e instalar um regime socialista, Terán estava do lado dos mocinhos.

Os ventos começaram a mudar com o flerte entre uma jornalista francesa, Michelle Ray, e o paraquedista Eduardo Torrico – um bem-apanhado cochabambino de 1,80 metro que trabalhava no palácio presidencial, em La Paz, com acesso direto ao presidente Barrientos e a informações confidenciais. A jornalista francesa sabia que a revelação da identidade do

homem que executou Guevara – até então desconhecida – seria um furo mundial. Segundo o paraquedista, tirar uma foto que mostrasse claramente o rosto de Terán acabou sendo relativamente simples. Apresentando-se ao carrasco de Che como relações públicas do Exército, pôde fazer a sua foto sem sobressaltos. O problema era como agir depois disso. Ficar na Bolívia de Barrientos enquanto se revelavam ao mundo execução e executor não era uma opção. A francesa e o paraquedista decidiram escapular com o material fotográfico em mãos.

Em assentos separados, embarcaram num voo comercial rumo a Lima, no Peru. Havia, porém, um obstáculo considerável: a repórter vinha mantendo um relacionamento íntimo com o próprio presidente Barrientos, que não tardou em perceber o sumiço da “rubia estupenda”. O cochabambino relembra o susto pouco antes da partida do voo, quando estafetas do governo descobriram a presença da jornalista e a retiraram de dentro do avião para uma revista completa. Os negativos, contudo, estavam com Torrico. O avião acabou decolando com ambos a bordo. Em Lima, o casal passeou à noite, comeu frango e começou a redigir o artigo que seria publicado nas semanas seguintes na revista *Paris Match* revelando quem era “o verdugo de Che Guevara”.

A partir de então, Mario Terán passou a ser alvo do ódio coletivo e individual de milhares de militantes de esquerda mundo afora. No início, ninguém deu importância para a bomba, caseira e fraca, detonada em frente à embaixada boliviana na Cidade do México, meros cinco dias após a execução de Che. Autoria assumida: estudantes do Movimento de Esquerda Revolucionária. Tampouco pareceu suspeito o acidente aéreo que matou o próprio presidente Barrientos, menos de dois anos depois: seu hábito de pilotar absolutamente bêbado era conhecido de todos. Além disso, mesmo para os adeptos da tese de sabotagem, era perfeitamente razoável que o acidente estivesse ligado a disputas internas de poder entre os militares bolivianos e não

REFLEXÕES XXIII

à morte de Che. Foi apenas em fins de 1969, quando o camponês Honorato Rojas, que guiou os militares ao último acampamento de Che, morreu com quase uma dezena de tiros na cabeça que as dúvidas foram caindo. Havia, de fato, quem quisesse se vingar dos matadores de Che Guevara.

Nos anos seguintes, alimentada por outras mortes, a desconfiança tomou corpo. Em 1970, um estranho acidente automobilístico decapitou Eduardo Huerta, um dos oficiais sob o comando de Gary Prado. Um ano depois, Roberto Quintanilla, chefe de inteligência do todo-poderoso Ministério do Interior em 1967, que presenciou a amputação das mãos de Guevara, foi assassinado em Hamburgo, onde trabalhava como cônsul, com três tiros no peito, disparados por uma militante do Exército de Libertação Nacional boliviano. Em 1972, o general Alfredo Ovando, comandante das forças armadas na época da morte de Che, escapou de um acidente de carro – seu filho, não. Passado mais um ano e Andrés Selich, responsável pelo enterro de vários guerrilheiros, inclusive Guevara, foi assassinado a pauladas. Em 1976, o esquerdista Juan José Torres, chefe do estado-maior à época de Barrientos, foi morto no exílio, em Buenos Aires. No mesmo ano, o comandante da 8ª divisão do exército boliviano, Joaquín Zenteno Anaya, foi assassinado em Paris por um grupo autodenominado Comando Internacional Che Guevara, que nunca mais fez ou reivindicou qualquer ação.

Havia também as cartas. Quase todos os oficiais entrevistados para essa reportagem afirmam ter recebido não uma, porém muitas. Vinham datilografadas, manuscritas e também compostas em letras e palavras recortadas de revistas e jornais. Um deles, que viveu no Brasil até o início dos anos 1980, foi avisado de que a mulher e os filhos também eram alvos.

Desde então, Terán vive recluso, se nega a falar com jornalistas, poucos sabem de seu paradeiro, e quem sabe é seletivo com relação ao que diz. A partir da metade dos anos 1980, as mortes pararam e Terán baixou um pouco a guarda.

REFLEXÕES XXIII

Em 1997, a “Chemania” alimentada pelo trigésimo aniversário da morte de Guevara, por uma penca de biografias e principalmente pela descoberta dos restos mortais na pista de pouso de Vallegrand, mostrou a Terán que, no fim das contas, o homem que ele matou em 1967 seguia vivo. E que ele tinha virado bandido. Sua situação ficou ainda mais tensa em 2006, quando Evo Morales se instalou no gabinete presidencial boliviano e pendurou numa das paredes presidenciais um retrato de Che feito de folhas de coca meticulosamente sobrepostas. Terán está do lado errado da história, e tenta ficar invisível.

As mortes têm uma explicação diferente para cada interlocutor. Uns afirmam que os mortos sofreram as consequências do pesado jogo de poder boliviano, cheio de traições e contragolpes. Há os que acusam o próprio regime de Cuba de promover os assassinatos. Para outros, é tudo muito simples: há uma “maldição do Che”. A única coisa certa é que entre os “vingadores” havia militantes do ELN boliviano, facínoras da direitista AAA argentina, terroristas alemães e um agrônomo baiano.

O ano da radicalização no Brasil foi 1968. Tanto do governo, que começou a bater mais duro, quanto dos grupos subversivos, que passaram a adotar de maneira quase uniforme a política das armas: sequestros, assaltos, atentados e justiçamentos. Um dia, no Rio, dois militantes de um pequeno grupo dissidente da Política Operária, o Colina (sigla para Comando de Libertação Nacional), discutiam a necessidade de ações que dessem visibilidade e prestígio à organização depauperada. Foi durante essa conversa que o ex-sargento da FAB João Lucas Alves confidenciou a seu amigo e colega de luta, o agrônomo baiano Amílcar Baiardi, o plano de matar Gary Prado, o homem que capturou Che Guevara.

Prado chegara ao Brasil satisfeito em passar alguns meses perto do mar enquanto frequentava as aulas da Escola Superior do Estado-Maior, na Praia Vermelha. Ele gozava de prestígio nos círculos militares justamente por ter comandado

REFLEXÕES XXIII

a captura do homem, e a notícia de sua presença fora publicada na imprensa. Imediatamente, os militantes do Colina pediram que uma fonte infiltrada na escola militar, um recruta, os informasse sobre aparência, horários e hábitos do alvo.

O planejamento do atentado durou aproximadamente duas semanas, como conta Baiardi, hoje professor de filosofia e história da ciência na Universidade Federal da Bahia. No dia do atentado, 10 de julho de 1968, armados com duas pistolas e um revólver, carro de fuga pronto, os terroristas iniciam a operação. Baiardi, que havia sido levado vendado a um apartamento, aguardava o retorno dos colegas encarregados do justicamento. Comprara folhas de papel sulfite, estava equipado com um sanduíche e tinha uma máquina de escrever para redigir um manifesto à nação. Os homens do Colina sabiam exatamente o que fazer quando o alvo saltasse no ponto de sempre: chamar seu nome, descarregar as armas no peito rapidamente e fugir. E o fizeram.

Enquanto o homem se esvaía em sangue na rua, os três brasileiros responsáveis por vingar Che Guevara chegaram ao apartamento onde Baiardi os esperava ansioso. Estavam tensos, mas controladamente felizes pelo cumprimento da missão. Abriram a pasta do homem morto em busca de seus documentos e das apostilas da Escola do Estado-Maior, que poderiam ter alguma informação importante. Veio a primeira surpresa: documentos em alemão. Em seguida, o passaporte confirmava: haviam matado Edward Ernest Tito Otto Maximilian Von Westernhagen, major do Exército alemão. Homem errado.

No mesmo momento, Baiardi amassou o rascunho mental que havia feito em sua cabeça – “menos de um ano depois da morte de Che Guevara, a esquerda brasileira executa o assassino desse herói da América Latina.” – e os quatro homens fizeram um voto de silêncio que durou até 1985. Nos dias seguintes, aproveitando a confusão nos jornais, que atribuíram o atentado à KGB ou ao Mossad, Baiardi voltou

REFLEXÕES XXIII

para a Bahia. Um mês mais tarde, José Roberto Monteiro, o motorista, foi capturado. Sobreviveu à prisão e morreu vinte anos mais tarde num acidente de carro. Pouco depois seria a vez de João Lucas Alves cair na mão da repressão. Morreu em decorrência da tortura sofrida no Dops de Minas Gerais. No fim de 1968, caiu o segundo atirador, Severino Viana, que se suicidou na cela depois de meses sendo vítima de abuso. Baiardi, capturado em 1969, é o único que resta para contar a história. Nenhuma das prisões teve qualquer relação com o atentado a Prado.

Como quando Che estava vivo, suas mãos continuaram perambulando pelo mundo. Primeiro, ficaram guardadas no Ministério do Interior boliviano. Dois anos depois, foram contrabandeadas para a guarda de dois comunistas bolivianos da confiança de Antonio Arguedas, um ex-ministro do Interior e ameaçado de morte pelo governo de La Paz. Meses antes, Arguedas entregara a Cuba cópias microfilmadas do diário de campanha de Che, arruinando um acordo milionário que o governo Barrientos tentava fechar com editoras internacionais. Já havia sobrevivido a dois atentados. Quando o pacote macabro chegou às mãos da dupla Jorge Sartori e Juan Coronell, não havia qualquer instrução de como fazê-lo chegar a Cuba. “Senti uma mistura de orgulho, medo e nojo”, contou Coronell no ano passado, cercado pelos retratos da Rainha Elizabeth II que adornam as paredes da escola bilíngue onde dá aulas em Santa Cruz de la Sierra. *“Orgulho, porque era uma missão importante. Importantíssima. Medo, porque era também arriscada – naquela época se morria por nada. E nojo porque, olha, eu nem gostava de pensar que embaixo da cama onde eu dormia estavam boiando as mãos de Che Guevara.”* Apesar da repulsa, a situação se prolongou por cinco meses.

Segundo a versão de Coronell – há quem a desminta, mas a maioria dos historiadores a adota –, o vidro com as mãos e uma máscara mortuária de Che feita em gesso pelos militares bolivianos foram acomodados em sua bagagem de mão

REFLEXÕES XXIII

quando viajou de avião da Bolívia para Cuba. Não foi uma viagem simples. Houve a partida, no ar rarefeito de La Paz, a primeira escala, tensa, em Lima, o calor de Guayaquil, o alívio com a aragem fria de Bogotá, os mosquitos de Caracas, o longo trecho sobre o Atlântico até Madri. De lá até Paris e uma noite dormida com medo. O nervosismo final no embarque do voo Paris-Moscou, talvez o mais infestado de espões e agentes duplos daqueles tempos. O alívio ao aterrissar na capital do mundo então ainda comunista, onde discutir Marx não era apenas uma possibilidade, mas uma obrigação. E o fim da jornada, a chegada à embaixada cubana em Moscou, proclamado com uma frase bombástica: *“Tenho as mãos de Che Guevara e quero entregá-las a Fidel Castro”*.

Jorge Castañeda, biógrafo mexicano de Guevara, garante que, na década de 1990, Fidel Castro ainda mostrava a visitantes as mãos do amigo, já em novos potes. O americano Jon Lee Anderson, autor daquela que é considerada a versão definitiva da vida de Che, sustenta que em determinada época o governo cubano cogitou embalsamar as mãos e fazer um monumento em que elas complementassem um baixo relevo com a figura de Guevara segurando um rifle.

A ideia não foi adiante. Não se sabe ao certo onde elas estão. É possível que tenham se juntado ao cadáver de Che quando ele foi encontrado e repatriado para Cuba, em 1997.

Para chegar a Mario Terán Salazar, o homem de cuja carabina partiram os disparos que mataram Che, há de se vencer boatos e pistas descontraídas e hostilidades abertas. Ora se ouve que ele está administrando terras em Oruro, mais de quinze horas de carro desde Santa Cruz. Ora que dá expediente no bar do Clube Militar. Que anda disfarçado com uma peruca. Que virou chofer de praça e pode ser o homem dirigindo o seu táxi.

Um boato destinado a afastar forasteiros mais persistentes assegura que uma imaginária equipe de emissora europeia lhe teria oferecido um cachê de pelo menos 20 mil dólares – e

nem assim Terán aceitara falar. Há equipes europeias de verdade que caem no embuste e tentam pechinchar ou até cobrir a oferta.

Minha busca termina com um papel enrugado no qual estava rabiscado um endereço. A rua é calma, tem vigia. Casas melhores e piores. Na frente do número 2.395 há um vira-lata aparentado de pastor alemão e um senhor que abre uma tangerina com as unhas. Ele tem o boné enterrado na cabeça grisalha, usa chinelos e bermudas. Uma farda grossa verde-oliva, puída e desabotoada, lhe cobre o peito. Olhos baços.

O homem que se apresenta como Pedro Salazar conversa através da grade antes de abrir a porta. Diz ser conhecido de Terán. Do exército? “Não, conheço ele de outros trabalhos.” Mas ele já morou aqui? “Não, que eu saiba não, essa é a casa da minha família.” A conversa dura pelo menos mais meia hora. Fala-se sobre amenidades, brinca-se com o cachorro. Com a noite já caindo, chega um homem corpulento à casa. Junta-se ao grupo no alpendre e acompanha o papo, calado, o filho do senhor do boné. Ao final, Pedro Salazar dá o número de um celular. Promete que vai tentar achar Terán.

Felix Rodríguez é um cubano rechonchudo, com pesadas correntes de prata nos pulsos, radicalmente de direita. Como tantos de seus compatriotas, mora em Miami, na Flórida. Difícil ver nele um agente envolvido em várias operações clandestinas da CIA, aliciador de fontes, interrogador, possivelmente torturador, pivô do escândalo Irã-Contras, que mobilizou a Casa Branca nos anos 1980, e um dos responsáveis pela morte de Che. Entrar na sala confortável de sua casa suburbana é ser inundado de provas de que ele esteve realmente naqueles lugares, viu ação, foi um soldado raso da Guerra Fria. Nas paredes há granadas, facas, rifles, pistolas, bandeiras americanas ensanguentadas, bandeiras rebeldes salvadorenhas (de cabeça para baixo), adesivos que dizem “Matem Fidel”, agradecimentos pessoais assinados por George Bush pai (emoldurados), sutiãs de guerrilheiras, extintores de incêndio furados por balas, até o esqui destroçado de um

helicóptero. Parece que a cada missão – Bolívia, Líbano, El Salvador, Nicarágua, Vietnã, fora todas as que não mencionou – Rodríguez juntou suvenires da “época de ouro” em que ajudava a Casa Branca a dar combate ao comunismo.

“Estávamos aqui na Flórida em 1967 quando gente do alto escalão da CIA em Washington nos contatou”, relembra Rodríguez. “Precisavam de cubanos para assessorar um regimento boliviano que estava caçando Che Guevara.” Ele chegou poucas semanas depois à Bolívia. E, por um desses acasos de que se desconfia, estava em La Higuera cara a cara com o guerrilheiro, poucas horas depois de sua captura, embora não fosse o oficial mais graduado da agência no país. Longe disso: era pouco mais que um operador de rádio. Ele conta a ordem que deu ao militar boliviano a postos em La Higuera:

“Sargento, há ordens do seu governo para executar o prisioneiro. Não atire do pescoço para cima, atire daqui para baixo porque deve parecer que ele morreu em combate. ‘Sí mi capitán, sí mi capitán’, respondeu o homem. Então saio. Vou fazer umas anotações em meu posto. É 1 da tarde, hora boliviana. A 1h10min, 1h20min, ouço os tiros e anoto no meu livro a hora da morte dele”.

Rodríguez é um dos poucos que buscam aumentar seu papel na captura e na morte de Che Guevara. Dentro da fechada e militante comunidade exilada cubana da Flórida, o ex-agente é visto por muitos como o herói que matou o melhor guerreiro de Fidel Castro. Rodríguez sabe que isso, mais que qualquer missão secreta na Guatemala ou seu posto de Presidente da Associação de Veteranos da Baía dos Porcos, lhe confere *status*. Miami é uma cidade onde moleques com camisas de Che Guevara são mandados para casa com uns tapas enquanto a roupa queima no chão.

Gary Prado vive uma situação oposta em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia. Poderia ter tido o mesmo fim de outros militares envolvidos na captura e na morte do Che. O atentado

frustrado no Rio de Janeiro, em 1968, e mesmo o tiro supostamente acidental que partiu sua espinha em 1982 são provas disso. Mas desde os anos 1980, quando se tornou uma personalidade de médio porte na política nacional boliviana – foi embaixador em Londres e no México e, por pouco tempo, ministro do Planejamento – o fato de ter colaborado na captura do guerrilheiro tornou-se um mérito dúbio. Outorgava-lhe notoriedade na mesma medida em que o transformava numa vidraça, sobretudo a partir do final dos anos 1990, quando o país começa a dobrar à esquerda.

Em 1987, Prado publicou *La Guerrilla Inmolada*, um relato sobre o combate à guerrilha de Guevara, considerado por muitos a versão mais completa da história. Ele diz hoje, com seu modo sereno de falar, que sentiu pena do guerrilheiro quando o encontrou: *“Os jornalistas me perguntam o que senti, como se ele fosse uma figura mítica, um superman”,* diz ele, alargando seus longuíssimos braços para voar. *“Ele parecia um mendigo. Um mendigo. Trazia uma panelinha com seis ovos.”* Sua tese é de que havia uma colossal pulsão de morte num Che confrontado com a desmobilização do camponês boliviano. *“O que ele esperava? Ganhar, com 51 homens? Nosso problema tático não era vencer o bando, era encontrá-lo no meio das montanhas. Ele estava caminhando, inabalável, acho que sem se dar conta, para a imolação.”*

Prado se exime de qualquer responsabilidade pela execução. *“Não tínhamos qualquer ordem de matá-lo durante a ação. Se nos houvessem dito ‘sem prisioneiros’, estaria dito e cada comandante de pelotão agiria como achasse cabível. Ninguém nos disse isso. Por isso cumpri minhas ordens: capturei-o e o entreguei a meus superiores, simplesmente. Nada tenho a ver com a morte de Che Guevara.”*

A versão dos fatos na narrativa de Prado é questionada frontal e abertamente por pelo menos uma pessoa: Maria del Carmen Arriet, chefe do Centro de Estudos Che Guevara, em Havana. Ela é tachativa ao afirmar que o livro foi escrito “a várias mãos”, querendo dizer que o exército boliviano revisou

originais, cortou e recortou como mais lhe convinha. Seria menos uma versão definitiva que uma versão oficial boliviana, politicamente dócil. Mas considerando-se que a pesquisadora é cabeça de um centro de estudos cubano dirigido pela viúva de Guevara, Aleida March, o descrédito é recíproco.

Em fevereiro de 2007, nova reviravolta. A revista mexicana *Letras Libres* publica um artigo em que dois jornalistas franceses, Maite Rico e Bernard de la Grange, afirmam que não é sequer de Che o corpo desenterrado em 1997 e repatriado para Cuba. Citando provas circunstanciais, garantem que tudo não passou de uma encenação de Fidel Castro que, com a operação, visava a desviar a atenção da população das agruras do chamado Período Especial, quando a economia cubana quase foi a pique. O escritor Mário Vargas Llosa louvou o trabalho da dupla de jornalistas, autores no passado de libelos contra ícones da esquerda como o Subcomandante Marcos e a Nobel da Paz guatemalteca Rigoberta Menchú. Havana e os peritos envolvidos na busca da ossada continuam a sustentar a versão anterior, assim como o biógrafo Jon Lee Anderson, um dos responsáveis por descobrir a localização aproximada do cadáver mais tarde desenterrado por Cuba.

Em Miami, a reação dos exilados cubanos não tardou. Quem roubou as manchetes dessa vez foi Gustavo Villoldo, superior de Rodríguez na CIA na época da captura de Che, também exilado cubano. Nem Anderson nem os militares bolivianos dão muito crédito ao que quer que ele diga, mas no momento ele diz três coisas chocantes: que o corpo de Che continua na Bolívia, que sabe sua localização e, principalmente, que pode provar. Diante das câmeras, Villoldo sacou um tufo de cabelo castanho-claro que jura ter cortado da cabeça de Che. Afirma que, se a família Guevara se dispuser a buscar o cadáver seguindo suas indicações, o DNA dos ossos poderá ser comparado com o de sua amostra – um estranho caso de relíquia usada para desmentir o santo.

Vale registrar, contudo, que ainda hoje testes de identificação

REFLEXÕES XXIII

por DNA precisam de folículos frescos para ser conclusivos: os cabelos não podem ser cortados, mas arrancados. Um agente da CIA deveria saber disso.

De volta à rua de Terán dois dias depois da primeira investida, encontro a casa fechada. Faço uma ligação da cabine telefônica situada a 15 metros do número 2.395. Adriana Mariño, uma documentarista colombiana que acompanhou algumas das entrevistas, avisa que Pedro Salazar acaba de chegar de carro com seu filho.

– Sabe, Pedro, tenho cada vez mais certeza de que você é Mario Terán – arrisco ao telefone.

– Meu filho, deixe de besteira. Estou aqui no Palácio da Justiça fazendo algumas coisas. Ligue depois e nos falamos.

E desliga.

Saio da cabine e caminhamos em sua direção. Quando Salazar já está com metade do corpo dentro do carro, peço que me dê dois minutos. Ele fecha a porta do carro. Está contrariado. Seu filho parece prestes a abrir a porta e nos dar uma surra. Salazar segura-lhe o braço e o acalma. Diz para entrarmos na caminhonete.

O carro de vidros fumê arranca e começa a dar voltas por ruelas ermas. Quebro o silêncio tenso forçando uma reapresentação.

– Vamos tentar de novo, Terán. Meu nome é...

– Sim, filho, efetivamente sou eu. Eu sou Mario Terán e eu matei Che Guevara.

Apesar de todas as desconfianças, a frase, formulada com tal clareza, nos paralisa por alguns instantes.

– Nem adianta me perguntar nada porque não posso nem quero falar.

– Não pode?

– Quero ficar em paz. Minha família não quer que eu fale. Não

REFLEXÕES XXIII

quero falar. Essa história tem que ser esquecida. Ele já está morto há quarenta anos e há quarenta anos eu tenho que viver com isso. Só eu sei como é viver com isso.

– Se quiser, falamos só dos dias posteriores à morte de Che. Você se arrepende? – nossas perguntas vêm em frases rápidas. O carro é uma balbúrdia cochichada e tensa.

– Não, filho, vai me desculpar, mas isso não vai acontecer.

Terán está profundamente aborrecido com nossa presença. Parece especialmente contrariado quando passamos por cima de suas negativas e perguntamos a respeito de detalhes como os rumores de sua bebedeira no dia da morte de Che e lhe dizemos que a imagem que as pessoas têm dele, a partir de alguns livros, é a de um bêbado que vaga pelas ruas de Santa Cruz com uma peruca ridícula.

– Eu não sou um vagabundo, você não viu meu carro e minha casa? Eu já até viajei para fora, para a Espanha e para Washington.

– Para Washington?

– É, para a Virginia, – diz ele.

Pausa. Volta-se para trás e nos olha firme com o par de olhos cansados, de retinas comidas de branco nas bordas.

– É melhor vocês desistirem, eu não posso falar.

Embora não tenham sido exatamente amigáveis, nenhum dos dois encontros com Terán terminou em vassouradas. Desde então, ao longo dos meses, vários rumores foram se empilhando a seu respeito. Ele estaria temeroso pela vida com a chegada de Evo Morales à presidência. Um historiador boliviano contou que ex-agentes da CIA faziam festas a cada cinco anos para comemorar a morte de Che e outro me garantiu que Terán tinha lugar de destaque nelas, apesar de não gostar do papel. E havia a pista que ele próprio tinha deixado quando mencionou que viajara para a Espanha e para o estado da Virginia, vizinho da capital americana. É em Langley, nesse mesmo estado, que fica a sede da CIA.

REFLEXÕES XXIII

Terán continuava nas sombras. A informação mais saborosa dava conta de que médicos do sistema de saúde cubano, trazidos pela Venezuela por meio de um programa de solidariedade a Evo Morales, haviam limpado a catarata dos olhos do homem que matou Che. História boa demais para ser verdadeira.

De seguro, apenas alguns poucos fatos. Depois da campanha contra Che, Terán desempenhou uma série de funções subalternas no exército. Pelo menos dois militares da reserva lembram que ele completava sua magra aposentadoria, nos anos 1980, dirigindo um caminhão de entregas de uma empresa de doce de leite local. Sem dúvida, impressão confirmada por seu espanhol de concordâncias falhas, Terán não foi longe nos estudos e não pôde ocupar postos mais qualificados dentro da hierarquia militar.

“O exército ainda lhe presta assistência, talvez tendo os americanos por trás”, sugere um dos militares. “Mas para tudo continuar como está, tudo tem que continuar como está. Ele não deve abrir a boca.”

Passam-se sete meses e volto à casa número 2.395. Bato palmas, um menino aparece, digo que quero falar com seu avô e ele traz a avó, a mulher de Terán. Digo que já o havia encontrado duas vezes e que, de passagem por Santa Cruz, decidi vir ver como estava. Sou convidado a entrar. Sento numa mesa interna enquanto outro neto vai buscar o homem que matou Che. Busco nas paredes qualquer pista de viagens. Nada, além de um enorme casco de tartaruga pintado com uma cena bucólica em que uma mata tropical quase engole uma casinha à beira de um rio, ladeada por um título a pincel que diz “Recuerdo de la Amazonia”.

Enquanto abro uma tangerina, a esposa se senta me estudando, embora mantendo alguma cerimônia. Estamos os dois esperando Terán, que deve levá-la para comprar remédios fitoterápicos de diabetes em Montero, uma cidade próxima. Conversamos sobre Evo Morales, a autonomia de

REFLEXÕES XXIII

Santa Cruz (o assunto do momento para os *cruceños*), pergunto “como vai tudo?” três vezes. Lembro da catarata de Terán. Pergunto como foi a operação. “A recuperação foi complicada, mas agora já está melhor.”

– Trabalharam bem, então?

– Sim, os cubanos trabalharam direitinho.

O neto de Terán volta, diz que não encontrou o avô. Com meia tangerina na mão, deixo a casa. Ando alguns metros e vejo Terán chegando por uma transversal. Tento caminhar sem pressa e falho. Eu me reapresento. Terán suspira enquanto varre todas as ruas à nossa volta com os olhos.

Volto a pedir uma entrevista. “*Não, filho, vai me desculpar. Já te disse que não posso.*” Já é menos incisivo. Mantém-se em silêncio. Parece farto de ter a vida sequestrada por Che.

Numa última tentativa, lhe pergunto o que foi fazer em Virginia.

“*Jardinagem. Fui trabalhar um pouco como jardineiro*”, responde. Olho para a frente da casa. Terán acompanha. Há uma única planta, uma avenca esturricada pelo sol num vaso de plástico branco sujo. ●

Douglas Duarte: jornalista. Seu primeiro documentário é *Personal Che*, que foi exibido na *Première Latina* do Festival do Rio.

Artigo publicado na edição 12 da *Revista Piauí* em setembro de 2007

A revolução e eu

Mario Vargas Llosa



Não deixo de sentir que com Fidel se vai um sonho que comoveu minha juventude

Em 1.º de janeiro de 1959, ao saber que Fulgencio Batista havia fugido de Cuba, saí para comemorar nas ruas de Paris com amigos latino-americanos. A vitória de Fidel Castro e dos barbudos do Movimento 26 de

Julho contra a ditadura parecia um ato de absoluta justiça e uma aventura comparável à de Robin Hood. O líder cubano havia prometido uma nova era de liberdade para seu país e para a América Latina; sua transformação dos quartéis da ilha em escolas para os filhos dos camponeses parecia um excelente começo.

Líder cubano, Fidel Castro (C), e o primeiro-ministro soviético, Nikita Kruchev (D), durante encontro em 1962 o auge da crise entre a União Soviética e os Estados Unidos



Fui pela primeira vez a Cuba em novembro de 1962, enviado pela Rádio Televisão Francesa em plena Crise dos Mísseis. O que vi e ouvi na semana que ali passei – os aviões Sabre americanos sobrevoando o Malecón de Havana, os adolescentes que apontavam para eles canhões antiaéreos chamados bocachicas, a gigantesca mobilização popular contra a invasão que parecia iminente, o estribilho dos milicianos – “*Nikita, mariquita, lo que se da no se quita*” (Nikita, mariquinhas, o que se dá não se tira) protestando nas ruas contra a devolução dos mísseis – redobrou meu entusiasmo e solidariedade com a revolução.

Entrei numa longa fila para doar sangue. Hilda Gadea, a

REFLEXÕES XXIII

primeira mulher de Che Guevara, que era peruana, me apresentou a Haydée Santamaría, que dirigia a Casa das Américas. Haydée me incorporou a um comitê de escritores com o qual, na década de 1960, me reuni cinco vezes na capital cubana. Ao longo desses dez anos, minhas ilusões com Fidel e a revolução foram se apagando até se converterem em críticas abertas, e em ruptura final quando se deu o “caso Padilla”.

Minha primeira decepção, as primeiras dúvidas (“será que não me enganei?”) ocorreram em meados dos anos 1960, quando foram criadas as Umaps – Unidades Militares de Ajuda à Produção –, um eufemismo, pois na verdade eram campos de concentração onde o governo cubano encerrou, juntos, dissidentes e delinquentes comuns e homossexuais. Entre os últimos estavam vários rapazes e moças de um grupo literário e artístico chamado A Ponte, dirigido pelo poeta José Mario, que eu conhecia.

Era uma injustiça flagrante: esses jovens eram todos revolucionários que acreditavam que a revolução levaria a justiça social não apenas aos operários e camponeses, mas também às minorias sexuais discriminadas. Eu, no entanto, vítima ainda da célebre chantagem “não dê armas ao inimigo”, engoli as dúvidas e escrevi uma carta pessoal a Fidel, detalhando minha perplexidade sobre o que vinha ocorrendo. Fidel não respondeu, mas em pouco tempo recebi um convite para um encontro.

Foi a única vez que estive com Fidel Castro; não conversamos, pois ele não era uma pessoa que admitia interlocutores, apenas ouvintes. Mas, com as 12 horas em que o ouvimos, das 8 da noite às 8 da manhã do dia seguinte, nós, os cerca de dez escritores que participaram daquele encontro, ficamos muito impressionados com aquela força da natureza, aquele mito vivo que era o gigante cubano.

Fidel falava sem parar e sem ouvir. Contava histórias de Sierra Maestra pulando em cima da mesa e fazia enigmas sobre o Che, que estava desaparecido e não se sabia em que lugar das

Américas reapareceria, à frente da nova guerrilha. Reconheceu que haviam sido cometidas algumas injustiças pelas Umaps – que seriam corrigidas –, e explicou que era preciso entender as famílias camponesas, cujos filhos, bolsistas nas novas escolas, eram às vezes assediados pelos “enfermitos” (homossexuais). Fiquei impressionado, mas não convencido. A partir de então, ainda que em silêncio, fui percebendo que a realidade estava muito longe do mito que Cuba havia se tornado.

Fidel Castro: o líder da Revolução Cubana

Padilla- A ruptura veio quando eclodiu o caso do poeta Heberto Padilla, no início de 1970. Padilla era um dos maiores poetas cubanos. Havia deixado a poesia para trabalhar pela revolução, na qual acreditava apaixonadamente. Chegou a ser vice-ministro do Comércio Exterior. Um dia, passou a fazer críticas, muito moderadas, à política cultural do governo. Teve início, então, uma campanha duríssima contra ele em toda a imprensa. Foi preso. Nós, que o conhecíamos e sabíamos de sua lealdade com a revolução, escrevemos uma carta – muito respeitosa – a Fidel, manifestando nossa solidariedade a Padilla.



Então o poeta reapareceu, num ato público na União dos Escritores, confessando ser agente da CIA e nos acusando, os que o haviam defendido, de servir ao imperialismo e trair a revolução, etc. Poucos dias depois assinamos uma carta muito crítica à Revolução Cubana (que eu redigi), pela qual muitos escritores não comunistas, como Jean-Paul Sartre, Susan Sontag, Carlos Fuentes e Alberto Moravia se afastavam da revolução que até então vinham defendendo.

Esse foi um pequeno episódio na história da Revolução Cubana que, para alguns, como eu, significou muito – a revalorização da cultura democrática; a ideia de que as instituições são mais importantes do que as pessoas para que

REFLEXÕES XXIII

uma sociedade seja livre; que sem eleições, nem jornalismo independente, nem direitos humanos, a ditadura se instala e vai transformando os cidadãos em autômatos e se eterniza no poder até dominar tudo, mergulhando no desânimo e asfixiando os que não fazem parte da nomenclatura privilegiada.

Estaria Cuba melhor agora, depois dos 57 anos em que Fidel Castro esteve no poder? É um país mais pobre que a horrenda sociedade da qual Batista fugiu naquele 31 de dezembro de 1958 e tem o triste privilégio de ser a ditadura mais longa de que já padeceu o continente americano. Os progressos nos campos da educação e da saúde podem ser reais, mas não convenceram o povo cubano em geral – que, em sua imensa maioria, quer fugir para os Estados Unidos mesmo desafiando os tubarões. E o sonho da nomenclatura, agora que já não pode viver das dádivas da falida Venezuela, é que venha o dinheiro dos EUA para salvar a ilha da ruína econômica em que se debate.

Há tempos a revolução deixou de ser o modelo que foi no início. Só o que resta é o penoso saldo dos milhares de jovens que morreram em todas as montanhas das Américas tentando repetir a façanha dos barbudos do Movimento 26 de Julho. Para que serviu tanto sonho e sacrifício? Para dar força às ditaduras militares e atrasar em várias décadas a modernização e a democratização da América Latina.

Ao eleger o modelo soviético, Fidel Castro se garantiu no poder absoluto por mais de meio século. Mas deixa um país em ruínas e um fracasso social, econômico e cultural que parece ter vacinado contra as utopias sociais a maioria dos latino-americanos que, finalmente, depois de sangrentas revoluções e ferozes repressões, parece estar entendendo que o único progresso verdadeiro é o que faz avançar simultaneamente a liberdade e a justiça, pois sem liberdade o progresso é só um efêmero fogo-fátuo.

Julgamento- Ainda que esteja certo de que a história não

REFLEXÕES XXIII

absolverá Fidel Castro, não deixo de sentir que com ele se vai um sonho que comoveu minha juventude e a de tantos jovens de minha geração, impacientes e impetuosos, que acreditaram que os fuzis poderiam queimar etapas e trazer mais depressa o céu para a terra. Agora sabemos que isso acontece apenas nos sonhos e nas fantasias da literatura.

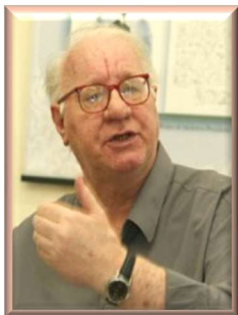
Na árida e crua realidade, o progresso verdadeiro resulta do esforço compartilhado e deve estar sempre atrelado ao avanço da liberdade e dos direitos humanos – sem os quais não é o paraíso, mas o inferno que se instala neste mundo que nos coube. ●

Mario Vargas Llosa: prêmio Nobel de literatura

Artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** no dia 11 de dezembro de 2016

As concepções do Estado

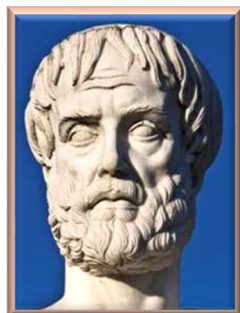
Voltaire Schilling



Um dos temas quase que eternos da filosofia e da ciência política é o que trata da interpretação e razão de ser do Estado. Para alguns, durante séculos, foi o inquestionável representante de Deus na terra, gozando de poderes extraordinários, entre eles, o de proteger a vida dos seus súditos ou a morte deles. Para outros, tratou-se de um monstro cego e voraz que apenas servia para oprimir a humanidade, principalmente os mais fracos e humildes.

Certamente que o Estado como instituição já data de mais de três mil anos e, neste tempo todo, os sábios, os juristas, os profetas, os reformadores e os revolucionários jamais chegaram a uma conclusão que fosse unânime sobre o que realmente o Estado é ou representa.

Aristóteles



Interessa observar que um dos maiores escritores da língua francesa, o famoso François Rabelais (1494-1553), gênio satírico e muito bem-humorado, recorreu à figura de dois gigantes (o pai Gargântua e seu herdeiro Pantagruel) para retratar por meio do deboche e da fantasia os afazeres do Estado. Rabelais foi contemporâneo de Francisco I, rei da França, justamente quando aquele príncipe da Casa de Valois dava os primeiros e largos passos para introduzir o Absolutismo como o melhor meio de reger as coisas do reino.

Os dois gigantes dados à bonomia e ao desfrute da boa vida são pródigos na sua insaciabilidade. Estão totalmente

entregues à gula, que é a singular metáfora inventada por Rabelais para designar a cobrança de tributos da população em geral. Vorazes, os dois comilões não cessam de pôr limite algum ao seu apetite. Para Rabelais o Estado é, portanto, um enorme e abaulado ventre eternamente insatisfeito com o que se alimenta, sem nenhuma outra preocupação além do que se fartar.

Portanto, coube à literatura, para satisfação dos liberais que surgiram bem mais tarde, dar sua histórica contribuição crítica a uma das tantas concepções que foram feitas ao longo de tantos séculos.

As correntes teóricas

Despotismo Oriental- Ao redor dos grandes rios da China (Amarelo e Yantze), do Crescente fértil, rios Eufrates, Tigre e do Nilo, no Egito, surgiram ao redor do século XVIII a.C os grandes Estados orientais, tais como a Assíria e a Babilônia. No alto da estrutura de poder vingava o imperador ou o rei que regiam os destinos dos povos (entendidos como seus escravos) com o auxílio de vastos aparelhos burocráticos. O soberano era tudo, o povo era nada.

Monarquia Hebraica- Samuel, juiz supremo do Povo Eleito, cede aos clamores dos anciãos tribais para que consagre um rei. Ele se inclina por Saul (ano de 1046 a.C). O motivo de tal pedido é duplo, as extorsões praticadas pelos filhos de Samuel e a crescente ameaça dos filisteus. Para defender o povo, somente um rei com poderes concentrados alcançaria fazê-lo. O Estado surge na antiga terra santa como defesa da comunidade e no caso de Israel marca a transição da Teocracia para a Monarquia (ver I Samuel 8).

Aristotelismo- Para o grande filósofo grego, o surgimento do Estado, encarregado da liberdade das polis (eleutéria), resultava de um processo evolutivo e absolutamente natural. Partindo do núcleo familiar, avançava com o tempo na configuração de um clã, deste para uma tribo e desta saltava para a constituição do Estado. No seu ensaio 'Política' não

enaltecia nem demonizava sua existência. A sociedade que era dotada de um Estado (fosse monárquico, oligárquico ou democrático), ao contrário das que viviam ainda em tribos, era um marco civilizatório por assim dizer e símbolo de uma vida mais organizada. A sua função era realizar a felicidade e o bem-estar dos cidadãos. Platão não discutiu uma concepção do Estado, o que lhe interessou (*A República*) foi quem deveria governá-lo. Como antidemocrata, hostil à participação popular sugeriu que o líder do Estado Justo fosse um rei-filósofo.

Império romano- O imperador, denominado como César, a partir de Calígula, passa a ser figura divina, apoiado por uma eficiente burocracia e pela pluralidade de deuses. Suas bases originavam-se do Principado de Otávio Augusto (XIV d.C). Os romanos inauguram, pelo menos no Ocidente, o que pode se chamar como a Religião do Estado concepção certamente derivada dos déspotas orientais.

Direito Divino dos Reis- Pensamento que passa a predominar nas casas reinantes na Europa do século XVI era uma reação do rei contra as insubordinações dos nobres e da Igreja. O rei recebe a coroa diretamente de Deus numa cerimônia semirreligiosa. É como um pastor atento ao seu rebanho. O seu principal teórico foi o bispo Jacques Bossuet tutor de Luís XIV. Autor do ensaio *A Política* extraída das Sagradas Escrituras, de 1708, no qual defende que a dinastia Bourbon, que então reinava sobre a França, era descendente dos reis bíblicos do Antigo Testamento.

Absolutismo- Geralmente o absolutismo é confundido com o direito divino dos reis. Todavia, o filósofo inglês Thomas Hobbes considerou a formação do Estado como fruto de um contrato (tese contratualistas) no qual o povo se comprometia a obedecer às leis da monarquia ou da tirania e estas, por sua vez, tratavam de assegurar a paz social e segurança à população. Se houver regicídio, tumulto e revoluções a sociedade termina por regredir ao violento estado da natureza. O tal pacto que é acertado sem a presença de Deus, portanto, é

um Estado secular.

Cem anos antes dele o diplomata florentino Nicolau Maquiavel defendia o Estado forte e para mantê-lo as regras da moral comum não bastavam. Para ele o Estado era um poder amoral e a luta pelo seu controle era a essência da vida política. Para permanecer no poder, o Príncipe deve recorrer a qualquer meio para mantê-lo.

Hegelianismo- Vigoroso opositor do liberalismo, Hegel (Filosofia do Direito), viu no Estado um deus terrestre. Os indivíduos somente são reconhecidos por meio da subordinação ao Estado que é mais alta obra da Razão e expressão máxima da consciência do Homem. Criticou as teorias de Montesquieu por que elas levavam ao enfraquecimento do Estado. Ele surge da luta entre dois poderosos, de um duelo e não de um contrato. Brota da força da espada do mais destre e a guerra é a forma de impor-se aos demais estados.

Liberalismo- O Estado é visto como um mal necessário. Deve fundamentalmente manter-se longe dos negócios e dos mercados em geral. Zela apenas pela paz social. Para tanto, é preciso que ele seja dividido (Executivo, legislativo, Judiciário), permitindo assim a livre circulação das mercadorias, da liberdade de palavra, de imprensa, etc. Seus defensores maiores foram o filósofo inglês John Locke, (Ensaio sobre a sociedade civil, de 1689) e o francês Montesquieu (O Espírito das Leis, de 1748).

Liberalismo-democrático- Para o filósofo franco-genebrino J.J. Rousseau o poder do Estado resulta, como para Hobbes, de um contrato. Todavia a soberania não se encontra em mãos do rei, mais sim das do povo. A sociedade é regulada pela vontade geral a qual os governantes devem seguir. Em caso do descumprimento do contrato do governante, o povo tem direito à revolta. Rousseau foi considerado um dos fundadores da democracia liberal e seu pensamento serviu como fundamento de grande parte das reformas (dos

costumes, da política, da educação, etc.) que se estenderam pelos séculos XIX e XX.

Marxismo- O Estado Capitalista não é neutro nem existe para a preservação do bem-comum. É fundamentalmente uma arma ou um instrumento da classe dirigente que se utiliza dos seus poderes para resguardar a propriedade privada e tudo que diz respeito a ela. É uma poderosa máquina que propicia a exploração das massas pelas classes dominantes. Karl Marx acreditava que após a grande revolução social que ocorreria no futuro, ultrapassada a fase da Ditadura do Proletariado, o Estado gradativamente iria desaparecer, visto que numa sociedade sem classes ele não teria mais a função repressiva. Lênin, líder da Revolução Russa de 1917, levou ao extremo a tese utópica da desaparecimento do Estado afirmando que, numa sociedade comunista, o mais simples proletário ou mesmo uma cozinheira poderiam dirigi-lo.

Anarquismo- Para o anarquista russo Michael Bakunin e seus seguidores o Estado, tanto na mão dos proprietários como dos proletários é essencialmente opressor. Deste modo, logo a seguir o sucesso da tão esperada revolução plebeia, o Estado deveria ser totalmente abolido. Enquanto ele existir o homem não será livre. O mesmo se aplicava à Igreja, entendida como um instrumento de deixar as massas dóceis. A pregação do desaparecimento do Estado foi o fator que separou os marxistas dos anarquistas.

Social-democracia- Na concepção social-democrata defendida pelos trabalhistas e social-reformistas europeus o Estado não deve ser destruído, mas sim reorientado para programar e implementar políticas que visassem ao bem comum: combatendo a pobreza e a desigualdade de classes. Para tanto, respeitando o ritual democrático, um conjunto de programas sociais voltados para urbanização, educação e saúde, aplicados em longo prazo, possa lentamente – sem a necessidade da revolução social – erradicar a miséria e o pauperismo da maioria da população.

Totalitarismo- A versão historicamente mais recente foi posta no cenário político pelo ditador italiano Benito Mussolini; o Státo Totale. Nesta concepção, os indivíduos submergem numa imensa massa obediente ao líder. O Estado é entendido como um poderoso gigante encarregado por todas as instituições jurídicas, educacionais, etc. Lança seu poderoso controle sobre qualquer tipo de atividade existente na sociedade. Quem o desafia é visto como inimigo e sujeito às mais severas punições. O nazi-fascismo e o stalinismo, ainda que com suas diferenças ideológicas, foram percebidos como exemplos máximos do que era o Estado Total. Ele é conduzido por um partido único e pelo seu líder máximo (Il Duce, o 'Führer', Svoda)

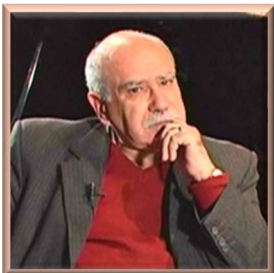
Neoliberalismo- Posição conservadora originada da Escola Econômica de Viena (von Mises, von Hayek, Milton Friedman) que advogava pelo não intervencionismo estatal. Seus seguidores mais atuais propõem o Estado Mínimo, defendendo um individualismo extremado não admitem nenhuma ingerência do Estado ou dos seus agentes (a máquina burocrática). O poder deve ser diluído entre milhares de empreendedores para quem a presença do Estado e seu cortejo de impostos e outras obrigações é um freio às suas realizações econômicas e ambições pessoais de autorrealização. Assim sendo, o Estado deve ser podado ou limitado até não mais poder agir sobre os mercados e a liberdade de realização dos indivíduos. Deve concentrar-se somente na segurança, na educação e na saúde. Os neoliberais opõem-se firmemente ao Estado de bem-estar social e mais ainda ao Estado Totalitário (ver *O caminho da servidão*, de Hayek, 1945). Um dos seus representantes teóricos mais expressivos foi Karl Popper (*A sociedade aberta e seus inimigos*, de 1945). Denunciou os grandes filósofos do passado por defenderem sociedades "fechadas" que não permitiam a realização das ambições individuais (empreendedorismo). ●

Voltaire Schilling: professor de história

Artigo publicado no site Terra no dia 21 de setembro de 2016

Desmontar de novo: que tipo de ruptura o Brasil enfrenta depois do impeachment de Dilma Rousseff?

José de Souza Martins



Que tipo de ruptura o Brasil enfrenta depois da deposição de Dilma Rousseff pelo Senado? Não seria com os vícios do sistema político, que disfarça velhos hábitos com novas roupagens, afirma o sociólogo José de Souza Martins. *“Não somos criativos em política. Fazemos de conta que o velho é novo, mas acabamos sempre nos repetindo”*, analisa o

professor emérito da USP, e aponta o que considera o maior desafio deste momento: *“É preciso saber quem extrairá do legado dessa ruptura a revelação das possibilidades do Brasil. Essa questão abre um novo capítulo da história política brasileira”*

O passado que nos governa desde sempre continuará governando o nosso presente e o nosso futuro, não obstante a suposta ruptura representada pelo impedimento e perda do mandato da presidente da República. Não nos iludamos. Não foi uma ruptura inovadora porque não foi uma ruptura de superação. Boa parte dos que votaram pela cassação já era o poder que governava a presidente. E o PT em nenhum momento de seu longo mandato deixou de ser um partido de oposição aos outros partidos. Governou para se opor; deixa de governar para continuar se opondo. Será, pois, laboriosa a efetivação da ruptura e a superação das amarras que nos travam na inovação política e na definição de um rumo político para o País.

REFLEXÕES XXIII

Essa é uma característica historicamente constitutiva da sociedade brasileira. O PT governou o País com práticas políticas da República Velha, mesmo que em nome de valores e princípios da esquerda pós-moderna. Ao achar-se e crer-se no poder, não demonstrou ter a menor consciência de que, desde 1º de janeiro de 2003, quando Lula tomou posse, o eleito e empossado, de fato, fora outro partido. Este é um sistema político em que os cordéis do mando são manipulados por quem, aparentemente, no poder não está. É o poder invisível que nos governa.

Como em *A Revolução dos Bichos*, de George Orwell, já não sabemos quem é bicho e quem é gente nem sabemos quem, de fato, recebeu o mandato de governar. E assim continuará sendo. Não há nenhum indício, nenhum sinal, nenhuma evidência do que nos espera, a não ser a teimosa persistência do que temos sido para regular o que queremos ser. Quando os positivistas que criaram a República em 1889 colocaram seu lema na bandeira nacional, “Ordem e Progresso”, acertaram em cheio em sua compreensão do Brasil. Definiram o mote ideológico que regularia toda nossa história política: “Progresso”, sim, mas no marco da “Ordem”, o novo e a inovação social e política nos limites do que persiste e permanece. Lembrando Lewis Carrol, o criador de *Alice no País das Maravilhas*, temos que caminhar muito mais depressa para ficarmos no mesmo lugar. Vimos isso no mandato do PT e continuaremos a isso ver no novo governo e naqueles que o sucederão.

Não somos criativos em política nem somos inovadores. Apesar das polarizações ideológicas, acabamos na prudência do repetitivo. Teremos que fazer um grande esforço educacional para legarmos às novas gerações a superação dessa limitação. Nosso lá adiante está também, e, sobretudo, lá atrás. Imitamos, copiamos, fingimos, fazemos de conta que o velho é novo e assim vamos cumprindo nossa sina de Curupira, o ente mítico indígena que ocupou o imaginário dos descobridores, dos mamelucos e mestiços que somos, racial e

culturalmente. O ente que tem os pés virados para trás e nos faz ainda hoje imaginariamente duplos, como Diadorim, em Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa. Assim como Diadorim é mulher fazendo-se de homem, que só se desencanta na morte, o Curupira é do Progresso sendo da Ordem, é de esquerda sendo de direita, seres que só se revelam na agonia do perecimento, até mesmo na de um cenário de morte política como a destes dias cinzentos.

Não obstante, há certa possibilidade de ruptura e inovação política neste momento da história do Brasil. Mas qual ruptura? Em nome de que e até de quem? Toda ruptura indica um possível, um caminho, novas formas de organizar e administrar aquilo que, por obsoleto, se desgastou e deixou de cumprir as funções sociais e políticas de que a sociedade carece. Na verdade, a ruptura começou lá atrás, não nesta semana. Quando Lula foi eleito presidente da República, sua eleição indicou o máximo de inovação política que o Brasil poderia suportar num quadro partidário pobre e de pouquíssimas alternativas de mudança. Mas, nos acordos e alianças, aquilo já era o começo do fim e não o começo do começo. A notória decomposição do partido no poder ao longo dos anos foi indicando quanto o PT estava sendo possuído pelo poder e por aquilo que criara, sem saber que o fazia, o partido lentamente desfigurado, reduzido a ritos de fingimento do que supunha ser e já não era. Na votação do impedimento da presidente da República, o que houve foi a consumação da ruptura, o rompimento do PT consigo mesmo. Mas também a condenação do sistema partidário, dos defeitos da representação política, da incapacidade de encontrar saídas políticas de superação, de invenção do futuro próximo e do distante.

Não só qual ruptura, é a dúvida, mas também quem tornará real o legado da ruptura possível e dele extrairá a revelação das possibilidades do Brasil? Essa é a questão que abre o novo capítulo da história política brasileira. Temos mais perguntas que respostas. Qual é o Brasil desse legado? Na perspectiva

REFLEXÕES XXIII

deste presente tumultuado, qual é o futuro de uma nação que não tem como se desfazer do fardo de uma história social e política que a oprime, que a tolhe? O cenário sugere que esse Brasil é um pão amanhecido. A sociedade está desmobilizada, subjugada por bandeiras corporativas e obsoletas, iludida pela concessão de direitos no papel, mas não realizáveis. Nossas queixas cotidianas são relativas a direitos reconhecidos que não se efetivam, direitos de mais e possibilidades de menos.

Nas últimas décadas, o Brasil se desindustrializou, sua economia cresceu, mas não se desenvolveu, jogou no lixo seu capital social como o da qualificação profissional de um operariado que já foi de grande competência; desvalorizou a agricultura familiar e o que ela significa como meio de abastecimento alimentar da maioria do povo; multiplicou o número de escolas superiores, mas desvalorizou as Universidades, instituições de pesquisa avançada articulada com a educação e a formação de competências de alto nível. Proletarizou seus cientistas e educadores, como se a Universidade fosse uma fábrica e uma extensão do botequim da esquina. Enquanto China e Japão valorizaram, exploraram e transformaram sua ciência e sua tecnologia em alavancas de progresso industrial, econômico e social, nós recuamos para a função de país agrícola. Semeamos acampamentos, favelas e cortiços em nossas cidades, inventamos fantasiosas ilhas de confinamento urbano dos prósperos, desvalorizamos a vida propriamente urbana e sua grande função civilizadora, a da cidade como lugar de encontro e não de desencontro e violência. Não há um só dia em que o País fraturado não se desencontre nas ruas em demandas que berram os débitos, reais e fantasiosos, que nos abatem como povo, nos desidentificam e nos dizem apenas o que não somos sem dizer-nos o que somos e podemos. Essa é a pauta da alternativa.

Quem acompanhou a novela do impedimento viu seus políticos pela primeira vez, ao vivo e em cores. Viu o melancólico de nossa concepção de política, viu o declínio do

patriotismo, da grandeza, da lucidez. Mas viu, também, a exceção de grandes figuras da pátria, dos que veem o que a maioria não vê, dos que compreendem a real natureza de nossos impasses. Temos uma reserva ponderável de cidadãos capazes de secundar a missão do novo governo para que se liberte da política de feira livre, do toma lá dá cá. O novo presidente da República terá que romper consigo mesmo, com o que propôs para a interinidade, que foi a continuação do que vitimou o PT. Michel Temer tem uma alternativa, a de um governo de curativo das feridas da nação, de superação de nossas contradições mais graves. Terá que renunciar a si mesmo para se tornar o outro que somos, silenciado e mascarado em longos anos de mistificação política. Ele terá que ser o magistrado da nação, o artífice da ruptura, o artesão de nossa história possível, o pai de um pacto de unidade nacional.

O possível, o que podemos ser e de que carecemos, se debaterá com as armadilhas do caminho difícil, com o exagerado poder dos que têm escassa compreensão do que é o destino de uma nação, dos que acham que o Parlamento é um mercado, banca dos que põem preço na ação política. Um problema do nosso republicanismo fragmentário e descentralizador é o favorecimento do localismo na Constituição de 1988. As carências e urgências da União tornaram-se adjetivas nas mãos de políticos que pensam e dirigem o País na perspectiva do município. A reforma política terá que ser feita, é urgente, é preciso restituir a política à política e não reduzi-la aos políticos. Quais as condições para propô-la?

Há que resolver a crise econômica, o que é necessário, é urgente, mas não é o principal nem é a única questão pendente. Resolver a crise econômica agravando a questão social é o grande impasse já proposto. Imaginar que atenuar o desemprego resolverá a crise social é pensar de menos e esperar demais. Essa é a semente do país dividido, pois é esse o território do populismo, que limita as políticas sociais ao supérfluo de subsídios, cotas e favorecimentos, ao provisório e

REFLEXÕES XXIII

em curto prazo. Políticas sociais devem ser políticas de Estado e não políticas de subjugação a um partido e a determinado governante. ●

José de Souza Martins: escritor e sociólogo brasileiro. Professor Titular aposentado do Departamento de Sociologia e Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 3 de setembro de 2016

Fim!

Denis Lerrer Rosenfield



Fecha-se um ciclo, abre-se um novo. Eis o foco do qual não nos podemos desviar

Terminou o longo e penoso ciclo de poder petista. Após 13 anos, o País, enfim, acordou podendo ver uma realidade que lhe era subtraída. O peso da ficção e da ideologia impedia de ver tudo o que estava, contudo, aí! A agora ex-presidente, com sua soberba, foi o

triste – e muitas vezes ridículo – epílogo desse período. O Brasil foi a sua vítima.

O profeta da salvação revelou-se um farsante! A promessa de redenção dos pobres levou a um desemprego de aproximadamente 12 milhões de pessoas que, num certo dia, acreditaram na ficção de um discurso, cujos maiores beneficiários foram o PT e as suas empreiteiras. Muitos enriqueceram, enquanto outros, na sociedade, não tinham mais do que viver. Uns falavam em nome dos pobres, enquanto estes ficavam sem dicção.

Lula, o criador, gabava-se de eleger um poste, também denominado criatura. Cioso de sua onipotência, fez com que aos pés deste País se abrisse um abismo, o da recessão, da queda abrupta de renda, da inflação que corrói os salários, da desestruturação do Estado, do sucateamento da Petrobrás, privatizada partidariamente, e assim por diante. Para muitos, a ascensão do PT ao poder foi como um sonho e a sua realização, um poderoso pesadelo.

No atual contexto, o de aprovação do impeachment da agora ex-presidente Dilma Rousseff, deve-se ter em vista que este é o fato essencial, não devendo a visão ser obscurecida pelas artimanhas de último minuto que não a inabilitaram para o

REFLEXÕES XXIII

exercício de cargos públicos. O principal não pode ceder lugar ao secundário.

De alguns senadores tudo se pode esperar, menos preocupação com o bem coletivo, algo exposto pelo fatiamento bizarro de um artigo constitucional. É como se a Constituição fosse um bolo do qual se pudessem cortar fatias à conveniência de alguns que se pretendem poderosos ou simplesmente gulosos!

A presidente foi apeada do poder e, constitucionalmente, assumiu o vice-presidente, no exercício pleno de suas funções. Fecha-se um ciclo, abre-se um novo. Eis o foco de que não nos podemos desviar. O ganho é imenso! Há apenas um ano, poucos eram os que estavam convencidos de que o PT seria, conforme todas as leis deste país, afastado do poder.

O diferencial reside, neste momento, em que o novo presidente da República deverá continuar perseverando numa mudança da política econômica e das políticas públicas em geral, mostrando que um novo país é possível. Suas sinalizações já foram muito positivas, faltando-lhes, ainda, a concretização em futuro próximo. Vários projetos de lei e emendas constitucionais já se encontram no Congresso Nacional e outros deverão ser enviados em breve espaço de tempo, como os das reformas previdenciária e trabalhista.

O Brasil não pode mais conviver com o descalabro e a herança petistas. A manifestação pública de Michel Temer assumindo o compromisso com essas reformas e propugnando pela pacificação nacional é a expressão clara de que o País caminha para uma transformação decisiva, sem que se perca a percepção de que esse caminho está cheio de percalços e armadilhas. Algumas delas foram bem armadas, como a do aumento salarial para vários setores do funcionalismo público quando, em contraste, quase 12 milhões de pessoas estão desempregadas.

O secundário consiste na manobra conduzida pelo PT e por setores do PMDB, capitaneados pelos senadores Renan

REFLEXÕES XXIII

Calheiros e Kátia Abreu, para não inabilitar a presidente definitivamente afastada para assumir cargos públicos. O objetivo da manobra estaria em aliviar a pena da ex-presidente, num prenúncio, perigoso, de que a mesma “interpretação” possa ser eventualmente aplicada a condenados pela Operação Lava Jato.

Eis uma amostra dos obstáculos que o presidente Temer terá de enfrentar quando os setores menos qualificados do Senado e da Câmara dos Deputados se insurgirem contra qualquer proposta governamental. Aparentemente, dir-se-ão, por exemplo, defensores de determinados “direitos sociais”, quando, na verdade, estarão apenas atendendo a interesses corporativos e aos seus próprios. Barganhas dos mais diferentes tipos continuarão a aparecer, no molde dessa entre o PT e setores do PMDB, sempre contra os interesses da Nação.

Um exemplo particularmente ilustrativo foi o de uma senadora que produziu uma esquisita “justificativa”, a de que a presidente não deveria ser inabilitada para o exercício de cargos públicos por não poder viver com um rendimento de R\$ 5 mil. O discurso foi piegas e teve como suposto argumento o de que a condenação, se não fatiada, seria uma “injustiça”. Estranha noção de injustiça.

O absurdo é visível: uma criminosa por responsabilidade fiscal, responsável pela maior crise recente da História brasileira, com o País arruinado, estaria sendo tratada “injustamente”. Nem uma palavra sobre os milhões de brasileiros que tiveram redução salarial ou lutam para sobreviver e para quem viver com R\$ 5 mil por mês não passa de um sonho. Estes, sim, foram tratados injustamente pelo conjunto da obra petista e, em particular, pela presidente que vem de se afastar.

A inversão é total: a responsável por esta calamidade não deveria ser injustamente responsabilizada!

A ex-presidente Dilma, se tem problemas financeiros, poderia

REFLEXÕES XXIII

procurar emprego nas empresas favorecidas por seu governo. Deveria, isso sim, ser por elas recompensada pelos altos lucros que tornou viáveis. Empreiteiros poderiam empregá-la, claro que agora sem o pagamento de propinas por contratos que irrigavam seus cofres. Deveria ser contratada por sua “competência” administrativa.

O mesmo valeria para alguns bancos que eram recebidos no Palácio do Planalto com tapete vermelho e indicavam ministros da área econômica. Os seus dirigentes eram tratados com o maior esmero. Seria, aliás, o momento da retribuição e da recompensa.

Injusto é o contribuinte pagar por mais esta falta de decoro de senadores, comprometidos em salvar a cara da corrupção petista e da ruína produzida pela ex-presidente Dilma. ●

Denis Lerrer Rosenfield: professor de filosofia na UFRGS. e-mail: denisrosenfield@terra.com.br

Artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo no dia 5 setembro 2016

Dilma acelerou crise e presidencialismo de coalizão ‘chegou ao estado terminal’, diz economista

Eduardo Giannetti da Fonseca



Eduardo Giannetti da Fonseca acha que a PEC do Teto é um bom começo para Temer iniciar ajustes, mas adverte: de nada adiantará se o modelo político não mudar

Economista, escritor, autor de oito livros — entre eles o recém-lançado *Trópicos Utópicos*, Eduardo Giannetti da Fonseca vê o Brasil começando a sair da UTI da economia e afundado, sabe-se lá até quando, na UTI da política. Para o primeiro mal, ele adota um otimismo cauteloso: a nova equipe é de primeira, as contas tendem a ser arrumar, a PEC do Teto é um bom começo para avançar os ajustes.

Já o segundo desafio... depende. Da Lava Jato, que pode abalar o governo, de algum sucesso nas reformas, em especial na área política. *“Nosso presidencialismo de coalizão chegou ao estado terminal. É imperativo fazer uma reforma política que reduza o número de partidos e que eles tenham certo grau de previsibilidade”*, diz ele nesta entrevista a Sonia Racy e Gabriel Manzano. Conselheiro de Marina Silva por duas eleições, ele estará com ela em 2018? “Depende do projeto”, avisa, ponderando que a eventual candidata *“precisa deixar claro se pretende formar um partido ou um movimento”*. A seguir, a entrevista.

Que Brasil podemos esperar após a aprovação do impeachment de Dilma?

Começemos pela presidente: acho que ela foi uma grande aceleradora das nossas crises – que, durante seus cinco anos

de mandato, chegaram ao estado terminal. E de que crises nós estamos falando? Vejo duas, o esgotamento do ciclo de expansão fiscal, que começou em 1988, e a falência do presidencialismo de coalizão. A presidente abre o segundo mandato com capital supostamente renovado, nomeia 39 ministros de dez partidos políticos e não consegue eleger o presidente da Câmara. E o Brasil não tem presidente nem coalizão. Por isso comparo Dilma ao botão *fast forward*, aquele que leva o filme direto para o fim.

Se outro candidato ganhasse, seria diferente?

Se a oposição ganhasse o problema seria outro – a crise econômica ia se materializar já no início do mandato. O PT, na oposição, ia fazer um carnaval e se viabilizar para voltar e ficar mais uns 30 anos no poder. Eles seguraram artificialmente, de maneira custosa para o País, os preços administrados, o câmbio. O descontrole público não era conhecido em sua real dimensão. O próprio Joaquim Levy levou um susto ao ver a dimensão do estrago. Houve sim um estelionato eleitoral e se a oposição tivesse vencido o PT ia se fortalecer fora do poder e voltar.

Mas, saindo dele nas atuais condições, que papel resta ao PT?

Tenho a impressão de que ele vai sofrer uma derrota fragorosa em outubro nas prefeituras e diminuir de tamanho e importância.

Por falar em futuro, você pretende em 2018 estar de novo com Marina Silva?

Depende do projeto. Eu já disse, e volto a dizer publicamente, que admiro muito a Marina e acho um privilégio ter alguém como ela como liderança em qualquer lugar do mundo. Mas ela terá de fazer uma opção: ou é uma líder de movimento, que abraça uma causa e tem uma dimensão simbólica na linha de Luther King, de Gandhi, ou é uma candidata a chefe do Executivo. Esta segunda alternativa requer uma postura mais

compromissada com questões espinhosas e reais da crise brasileira. E pressupõe formar uma equipe sólida de técnicos e articuladores políticos em torno de um projeto.

Você a apoiaria em qualquer das duas escolhas?

Se ela assumir de fato uma postura de candidata a chefe de Executivo, precisará ter propostas definidas sobre temas como reforma fiscal, política, pacto federativo. Tem de montar um *dream team* ao seu redor que garanta uma boa condição de governança corporativa. A gravidade da crise brasileira não comporta o experimentalismo que a Rede dá a impressão de estar fazendo.

A propósito, como define a qualidade do atual debate político?

Ele deixa muito a desejar, não há dúvida. Temos 28 partidos com assento no Congresso, e nenhum que mereça esse nome. São todos arranjos circunstanciais para obtenção de benesses. Não temos partidos que de fato representem correntes de opinião e programas de governo. Nenhum sistema pode funcionar com o grau de fragmentação partidária que temos. Nosso presidencialismo de coalizão chegou a um estado terminal. É imperativo fazer uma reforma política que reduza o número de partidos e que eles tenham coesão e certo grau de previsibilidade. Sem isso, nem presidencialismo, nem parlamentarismo ou o que for vai funcionar direito.

Qual a chance, a seu ver, de isso acontecer?

Não será no governo de Temer. Ele nem tem a legitimidade necessária para conduzir um processo desses. E a Operação Lava Jato pode trazer abalos ao governo. Mas é tema para encabeçar a pauta das eleições de 2018.

O que daria para Temer fazer em dois anos e meio?

Normalizar a vida pública, estabilizar a economia – ou seja, sair da emergência. O Brasil entrou na UTI da política e talvez esteja saindo da UTI da economia. O Temer pode ser, após

Dilma, o que Itamar foi após Collor. Não na dimensão da estabilização monetária, mas na institucional e fiscal.

Poderia fazer algo como um Plano Real de crescimento?

Não existe tal mágica. Mas ele pode criar melhores condições para o investimento privado em áreas de concessão e privatização, se colocar as contas públicas numa trajetória que resgate a credibilidade. Aí poderia entregar 2018 numa situação bem melhor do que a que recebeu. Mas é fundamental, para isso, que não seja candidato. Isso atrapalharia o processo.

Ia ser de novo um toma lá, dá cá em alta escala...

Sim e para explicar como funciona o presidencialismo de coalizão, há uma pequena anedota que acho muito didática. É assim: num início de mandato o governo é forte, as bases se comportam e aguardam. Vem uma crise, outra, aí elas saem a campo, aumentam o preço do apoio, e quando termina o mandato elas já tomaram tudo e mais um pouco. Qual foi, no Brasil, o partido que se especializou nisso? O PMDB, aqui entra uma lição da biologia – a relação entre o parasita e o hospedeiro. O parasita, como sabemos, suga, mas sabe que não pode matar o hospedeiro. E o que tivemos com o impeachment da Dilma? Que o parasita virou hospedeiro!

Ou seja, os parasitas (do PMDB) se tornaram hospedeiros com a votação do Senado, mas não abrem mão da condição de parasitas. O que vem depois?

Eles tendem a oscilar entre um papel e outro. Nas sessões do impeachment, o presidente do Senado, Renan Calheiros, mostrou-se capaz, ao mesmo tempo, de comandar o Congresso e aumentar seu poder de barganha para proteger-se das acusações que vêm por aí, nas quais ele é réu. A diferença é que eu confio na capacidade do Temer de exercer uma liderança que Dilma não exercia.

E mostrou o que pode fazer com as nomeações que fez na economia. Não tem o perfil nem o interesse, como Dilma, de comandar Petrobrás, BNDES, BC.

Mérito dele, delegou excepcionalmente bem. Ilan Goldfajn no BC, Pedro Parente na Petrobrás, Maria Silvia no BNDES e uma equipe de técnicos de primeiríssima, que há muito tempo não tínhamos. Mas um bom grupo ainda precisa de um bom programa.

A “Ponte para o Futuro”, do PMDB é uma proposta essencialmente correta, não só no tocante às contas públicas e ao ajuste fiscal como na priorização das reformas trabalhista e tributária, recuperação do investimento...

E nos programas sociais?

Também. Nos quais a tarefa é melhorar muito a qualidade das transferências de renda, da provisão de bens de serviço. E há um terceiro ponto: o *timing*. Ele ajuda o Temer.

De que forma?

Primeiro, porque a inflação está em trajetória de queda. Com o Ilan fazendo um discurso mais crível quanto a buscar o centro da meta, as expectativas de inflação para 2017 estão caindo. Abre-se espaço para redução da taxa de juros. Eu concordo com a opção da atual diretoria do BC de retardar esse movimento, para que, quando começar de fato, ele possa ir mais longe, sem recuos ou riscos.

Já temos aí na frente um teste decisivo para tudo isso. Acha que a PEC do Teto será aprovada?

Eu vou aguardar. O que se vê é que o cenário é de inflação declinante abrindo espaço para juros menores. O ponto bom da conjuntura é que as contas externas estão ajustadas, o setor exportador está recuperando mercados, o superávit da balança comercial este ano vai ficar nos R\$ 40 bilhões, ou R\$ 50 bilhões. O déficit em conta corrente está praticamente zerado. E por fim lembro aqui outro ponto, que é o fato de termos uma

inédita ociosidade no parque produtivo. Isso vai permitir um crescimento mais rápido. Você aumenta a oferta simplesmente utilizando mais plenamente as máquinas e mão de obra qualificada já disponíveis. A palavra chave é confiança. Mas é verdade que a recuperação do emprego é um processo mais lento, ele vai demorar para reagir.

Voltando à PEC do Teto, concorda com os que dizem que ela deveria ter como parâmetro uma inflação futura, e não passada?

A futura seria melhor. Mas se você conseguir congelar o gasto público do País por 20 anos corrigindo pela inflação do ano anterior já está de bom tamanho. Tenho duas coisas a dizer sobre essa PEC. A primeira é que o governo usou de certa esperteza, ao jogar o déficit primário deste ano lá para as alturas no ano que a precede – e assim congelou o tamanho do gasto público num nível elevado. Agiu mais ou menos como Santo Agostinho ao dizer, nas Confissões: “Senhor, dai-me a castidade e a virtude, mas não agora”.

E o segundo ponto?

É que ela é uma peça engenhosa porque estabelece um teto global para o gasto público sem confrontar diretamente nenhum interesse. Um ou outro agente pode imaginar algo como “vai sobrar pra mim”, mas é uma impressão ainda genérica.

Quando o sujeito perceber o que vai perder, a medida já estará aprovada.

Exatamente. A propósito, essa questão do gasto público se assemelha, a meu ver, a uma espécie de comboio de trem com muitos vagões. O que se propõe com a PEC é o seguinte: a locomotiva vai parar. Se organizarmos o ajuste dos gastos teremos uma frenagem ordenada, os vagões não vão encavalar, não haverá acidentes. Mas se nada for feito – digo, as reformas... – vai bater vagão para tudo que é lado.

O primeiro “vagão” seria a Previdência?

Sim, a etapa seguinte é a reforma da Previdência. Mas temos também um assunto da maior gravidade, que é o problema do pacto federativo. Ele está por trás desse ciclo de expansão fiscal que vem desde 1988 e que agora chegou ao ponto crítico.

Como analisa isso?

Temos um modelo de Estado híbrido, um federalismo truncado. O que aconteceu? Em 1988 foi feita uma opção, na Constituinte, de passar de um Estado centralizado para o federativo, no qual Estados e municípios receberiam várias atribuições do setor público. Em tese, nenhum problema. Só que, em vez de se transitar de um para outro, o que foi feito? Sobrepuseram um ao outro. Ao aumento da receita líquida de estados e municípios deveria corresponder uma redução da receita federal. Mas se você olha os números, percebe que os três níveis foram crescendo desde então. E o contribuinte, que carregava um Estado nas costas, hoje carrega dois.

Como, nessa “passagem”, a União se financiou, se passou a partilhar os tributos?

A Constituição introduziu na carga tributária uma modalidade chamada “contribuição”, que a União não é obrigada a partilhar com estados e municípios. E o que aconteceu? Foram criando contribuições, a ponto de hoje, para a Receita Federal, a soma delas dá um valor maior do que os impostos tradicionais. Já fiz essa conta. A exceção virou regra. E o País precisa agora corrigir isso, se quiser resolver de fato o problema fiscal e ter um Estado federativo para valer. Mas acho que isso é uma pauta para 2018. ●

Eduardo Gianetti da Fonseca economista, escritor, filósofo e professor.

Artigo publicado na coluna da Sonia Racy no jornal O Estado de São Paulo no dia 5 setembro 2016

“Impeachment é um golpe na democracia!” – difícil uma frase mais contraditória e sem lógica

Ryan McMaken



A esquerda mundial está inconsolada. Em decorrência do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff, toda a esquerda se uniu para declarar, em uníssono, que o impeachment de Dilma foi um "golpe antidemocrático".

Eis um típico exemplo fornecido por um *think-tank* de esquerda chamado Council on Hemispheric Affairs:

O impeachment de Rousseff representa um ataque devastador à democracia do Brasil, constituindo um golpe de Estado não militar — um processo não democrático de mudança de regime caracterizado pela malevolência política, por uma justiça seletiva, e por uma transferência de poder não eleitoral, tudo cuidadosamente disfarçado sob o manto do Estado de direito.

O curioso é que, pela lógica desse raciocínio, as ações feitas por membros eleitos do poder executivo (Dilma) representam ações democraticamente aprovadas. Já as ações feitas por membros eleitos dos poderes legislativos (deputados e senadores), por alguma estranha razão, não representam em absoluto ações democraticamente aprovadas.

Logo, ainda segundo essa lógica, quando Richard Nixon foi ameaçado com um impeachment e renunciou à presidência americana, em 1974, isso certamente constituiu um "golpe de Estado não militar", no



REFLEXÕES XXIII

qual um "processo não democrático de mudança de regime" representou um ataque devastador à democracia americana. Levando este raciocínio à sua conclusão lógica, somos forçados a concluir que, embora Nixon tenha sido eleito democraticamente — e obtendo uma maioria avassaladora dos votos, convém lembrar —, o Congresso eleito que o atormentou até ele renunciar estava, de alguma maneira, agindo contra os ideais democráticos.

Ou, para ficarmos com o Brasil, quando o então presidente Fernando Collor vivenciou processo idêntico ao de Nixon, em 1992, os deputados e senadores brasileiros — todos também democraticamente eleitos — que votaram a favor do seu impedimento também praticaram um "golpe de Estado não militar", fazendo um "processo não democrático de mudança de regime", tendo sido esse um "ataque devastador à democracia do Brasil".

Ser eleito com 51% dos votos válidos significa que um presidente pode fazer o que quiser? Os argumentos proferidos pelos defensores da tese de que houve um "golpe de Estado não militar" são tão contraditórios e sem sentido, que levam a uma dúvida insanável: em que situação um corpo político eleito democraticamente é realmente democrático? E em que situação ele não o é?

No Brasil, todos os deputados e senadores — tanto os que votaram a favor quanto os que votaram contra o impeachment de Dilma — foram eleitos democraticamente com a função de representar cada um dos 26 estados do Brasil e mais o Distrito Federal. Adicionalmente, 367 deputados de um total de 513 votaram a favor do impeachment, o que representa incríveis 71%. Entre os senadores, 61 de um total de 81 votaram a favor do impedimento, o que representa acachapantes 75% dos votos.

Se a democracia — como a própria esquerda diz — significa a voz do povo, e se a voz do povo se manifesta — também como a própria esquerda diz — por meio de seus representantes

REFLEXÕES XXIII

democraticamente eleitos, então a tese de que os deputados e senadores (portadores dos desejos e ansiedades do povo) que votaram (em nome do povo) pelo impedimento de Dilma são golpistas é contraditória. E também insustentável.

Mais ainda: tanto no caso de Nixon e Collor quanto no caso de Dilma, é difícil ver por que o executivo representaria um órgão mais democrático do que o legislativo que o removeu — ou que ameaçou removê-lo, como no caso de Nixon. De novo, tanto o chefe do executivo quanto os representantes do legislativo foram escolhidos por meio de eleições majoritárias e democráticas. Cada um deles, segundo defende a própria esquerda, representa a voz e os clamores do povo. Sendo assim, qual a lógica em afirmar que o executivo é mais democraticamente legítimo que o legislativo?

Adicionalmente, para complicar ainda mais a argumentação da esquerda, vale lembrar que o Senado nem sequer pode votar para impedir um presidente caso não tenha sido previamente autorizado a fazê-lo pela Câmara dos Deputados, um órgão também eleito pelo povo e de maneira inteiramente democrática.

E tudo fica ainda mais complicado para a esquerda quando nos concentramos em questões mais específicas. Por exemplo, Dilma foi eleita com 54,5 milhões de votos dentre um total de 112,7 milhões de pessoas que compareceram às urnas para votar. Os outros 58,2 milhões de votos foram distribuídos entre seu rival, votos brancos e votos nulos. (E estamos aqui desconsiderando os 30 milhões de indivíduos que nem sequer foram votar). Isso significa que Dilma foi eleita com 48,3% dos votos totais.

Logo, dado que ela claramente não obteve o voto da maioria votante (e nem muito menos da maioria absoluta de pessoas habilitadas a votar; quando se considera este universo, ela obteve apenas 38% dos votos totais), como é possível dizer que seu impedimento foi um ato contra a vontade da maioria do povo?

REFLEXÕES XXIII

Mais ainda: só porque um número maior de votantes apoiou um determinado candidato no dia da eleição, isso não significa que todas essas mesmas pessoas continuam apoiando integralmente esse mesmo político no dia em que ele foi removido. No caso específico de Dilma, se meros 6% das pessoas que votaram nela estiverem arrependidas — e mesmo considerando que nenhuma dessas fosse votar em seu rival —, Dilma já não mais teria hoje a maioria que obteve em 2014.

Logo, será que uma eleição em outubro de 2014 deve ser vista por um período de tempo indefinido como sendo uma imutável e mística vontade da maioria? E se o Congresso (Câmara e Senado) contiver uma maioria de representantes do povo que se opõe à agenda do líder do executivo? Esta não seria uma ainda melhor representação da vontade da maioria?

Quando Dilma foi eleita com 48,3% dos votos totais (e 51,6% dos votos válidos), a economia brasileira ainda estava aparentemente bem. Não obstante, praticamente metade das pessoas que se dispuseram a ir às urnas votou contra ela. Logo, por que toda a população deveria ser forçada a ficar presa nessa escolha dois anos após a eleição ter ocorrido, ainda mais após o líder do executivo ter feito todos os tipos de lambanças com a economia?

Hipoteticamente: se uma maioria de eleitores pedisse aos seus representantes na Câmara e no Senado para remover Dilma e se estes o fizessem isso por acaso seria um "ataque devastador" à democracia? É claro que o motivo exatamente que os eleitores queriam do Senado quando este impediu a presidente é uma pergunta empírica cuja resposta exata jamais nós saberemos. No entanto, e ao mesmo tempo, seria absurdo afirmar que o impeachment é necessariamente "antidemocrático" simplesmente porque o líder do executivo conseguiu obter pouco mais do que a metade do votos válidos dois anos antes.

O Reino Unido tem hoje uma primeira-ministra que não foi eleita pelo povo

No outro extremo, pode-se também dizer que o Senado brasileiro elegeu o novo presidente Michel Temer, uma vez que o Senado tomou medidas as quais ele sabia que levariam Temer à presidência da república. Sendo assim, há algo de antidemocrático em uma legislatura eleita pelo povo selecionar um líder do executivo?

Aliás, há um caso extremamente recente de uma legislatura escolher um chefe do executivo. E ninguém gritou ser golpe (a esquerda mundial, inclusive, aprovou). Trata-se do Reino Unido, que atualmente possui uma primeira-ministra que não foi eleita pelo povo — e que, ao contrário de Michel Temer (que foi democraticamente eleito vice-presidente), nem sequer teve seu nome escrutinado pelas urnas.

Theresa May, a atual primeira-ministra do Reino Unido, foi escolhida exclusivamente pelo seu partido político para ser primeira-ministra. Nenhum cidadão britânico votou nela em nenhuma eleição para ser primeira-ministra. Igualmente, nenhum cidadão britânico jamais votou diretamente em Tony Blair, John Major ou Margaret Thatcher para ser primeiro-ministro. Os únicos eleitores que realmente votaram nesses primeiros-ministros foram aqueles que, em seus distritos locais, votaram nessa pessoa para ser seu representante no Parlamento britânico (o equivalente a um deputado).

O cargo de primeiro-ministro, em si, foi preenchido depois, pelos membros do partido que possui a maioria no Parlamento britânico. Ou então pela maioria que forma uma coalizão. São estes representantes que decidem quem será o primeiro-ministro. Isso é chamado de "democracia parlamentarista". Vários outros países utilizam sistemas similares.

Agora que os britânicos estão sujeitos a uma primeira-ministra na qual não votaram, e que foi escolhida exclusivamente pelo partido que detém a maioria no Parlamento, seria correto dizer que o Reino Unido sofreu um golpe de Estado? A democracia britânica sofreu um ataque

devastador?

Vale lembrar que esse modelo britânico sempre foi considerado um dos maiores modelos de democracia para todo o mundo.

Conclusão- Desnecessário dizer que a esquerda afirma que o impeachment de Dilma é antidemocrático simplesmente porque ela, a esquerda, não gostou. Se o impeachment fosse a seu favor, ela aprovaria. É por isso que ninguém jamais ouviu um esquerdista reclamar que o Partido Democrata desferiu um "golpe devastador" contra a democracia americana quando forçou Richard Nixon a renunciar à presidência. Igualmente, ninguém jamais ouviu um esquerdista reclamar que a democracia brasileira foi assassinada quando Fernando Collor vivenciou um processo de impeachment idêntico ao de Dilma (e com a decisiva ajuda do PT), o que o levou a renunciar.

Pode até ser que alguém tenha algum argumento razoável contra o impeachment de Dilma; porém, dizer que ele foi um "golpe antidemocrático" requer uma genuinamente bizarra e seletiva noção sobre o que é uma democracia. ●

Ryan McMaken: editor do Mises Institute americano.

Artigo publicado no dia 4 de setembro de 2016

Hora de mudar

José Fucs



*A partir de hoje, o **Estado** publica uma série de reportagens sobre os grandes desafios do País depois do impeachment*

Com o impeachment de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer na Presidência da República, uma nova perspectiva abriu-se para o País. Apesar dos questionamentos na Justiça e dos protestos dos aliados de Dilma contra a decisão do Senado Federal, o impeachment renovou as esperanças de uma parcela considerável da população – incluindo os milhões de cidadãos que foram às ruas pedir a sua saída – de que o Brasil poderá, enfim, mudar de rumo. *"O impeachment é o início de uma nova era"*, diz o cientista político Luiz Felipe d'Avila, presidente do Centro de Liderança Pública (CLP), uma organização voltada para a formação de líderes e a melhoria de gestão na área governamental. *"Daqui para frente, a discussão política deverá ser bem mais racional, em torno de dados e fatos objetivos, em vez de teses e ideologias."*

Depois de quase 14 anos do PT no poder, marcados pelo voluntarismo ideológico, pelo estatismo na economia, pelo "aparelhamento" da administração pública e por um sistema "industrial" de corrupção, o País ganhou uma súbita oportunidade para lidar seriamente com as causas de suas mazelas. Não apenas para que possa deixar a UTI, mas para repensar o seu destino e lançar as bases de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável, estabilidade política e bem-estar social. *"O Brasil está*



numa encruzilhada. As escolhas que fizermos agora serão decisivas para o nosso futuro", afirma d'Avila. "É um momento histórico muito importante. Dependendo das decisões que a gente tomar, o Brasil poderá virar uma Venezuela ou se tornar um país de Primeiro Mundo", diz o financista Nathan Blanche, sócio da Tendências, uma empresa de consultoria econômica.

Na essência, o que está em jogo é a escolha entre dois brasis. Um, que ganhou uma força descomunal nos últimos anos e agora está na berlinda, é o Brasil da ilha de fantasia de Brasília, do Estado obeso e perdulário, que drena a produção e o trabalho dos brasileiros para sustentar o seu apetite insaciável. É o Brasil dos pequenos e grandes privilégios obtidos com o dinheiro dos pagadores de impostos; dos burocratas, que criam dificuldades para vender facilidades; e dos funcionários públicos que não precisam se preocupar com a crise, porque têm estabilidade no emprego. O outro Brasil, massacrado pelo peso da carruagem que tem de puxar, é o Brasil real, o Brasil dos mortais, que paga impostos de primeiro mundo e recebe serviços públicos de terceiro mundo. É o Brasil dos brasileiros que têm de trabalhar duro para pagar suas contas em dia e garantir um mínimo de qualidade de vida para si mesmos e para suas famílias; dos que sofrem com a recessão prolongada e com o desemprego. É o Brasil que valoriza a meritocracia, o esforço individual e o sucesso alcançado sem pixulecos, nem favores oficiais.

“O grande conflito não é de patrão contra empregado, rico contra pobre, Nordeste contra Sudeste, negro contra branco. É entre quem puxa a carruagem e quem está aboletado num Estado que cresceu demais”, afirma o empresário Flavio Rocha, presidente das Lojas Riachuelo. “O Brasil tem uma classe que se aproveita de todo o setor privado. É o estamento estatal, que tomou conta do governo”, diz o economista Antônio Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura. “É preciso dizer para a população que o Brasil é, sim, um país muito desigual, mas

boa parte dessa desigualdade é criada pelo corporativismo que se apropriou do poder.”

Para dar a sua contribuição ao debate sobre os grandes desafios do Brasil e as soluções para a crise, o Estado publicará, a partir de hoje, uma série de reportagens especiais (seis dessas reportagens encontram-se no **Reflexões- Livro XXII** desta coleção). Da realização da reforma política à adoção de um novo pacto federativo; do equilíbrio das contas públicas e das reformas tributária e trabalhista à melhoria do ambiente de negócios, a série deverá dar um mergulho profundo nas principais questões que travam o desenvolvimento. Também fazem parte da lista o combate à corrupção, as regalias do funcionalismo e a abertura da economia. Nesta edição, além da apresentação do cenário geral, você poderá conferir a primeira reportagem da série, que trata da Constituição de 1988 e das mudanças necessárias para modernizá-la e adaptá-la às transformações ocorridas no Brasil e no mundo nos últimos trinta anos. Mais do que mostrar como o Brasil chegou ao atual quadro de desalento, a ideia é apontar saídas para a crise e discutir as propostas que possam nos levar a um caminho mais promissor no futuro. *“É preciso fazer uma cirurgia radical no Estado, para que ele volte ao seu propósito original, que é servir à sociedade”*, afirma Flavio Rocha.

Embora tenha pela frente apenas um mandato-tampão, de 28 meses, Temer terá de se mostrar à altura dos acontecimentos e tomar as medidas necessárias para superar a crise, se quiser ouvir o povo dizer, ao final de seu governo, como declarou recentemente, que ele “deu um jeito no País”. Com a economia em frangalhos, escândalos em série de corrupção, a representatividade política em xeque e a polarização da sociedade, Temer terá pouca margem para errar (veja os gráficos abaixo). Apesar de sua baixa popularidade, de seu nome ter sido citado em denúncias da Lava Jato e de ele ser alvo, ao lado de Dilma, de um processo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder econômico e utilização de

recursos do petróleo na campanha de 2014, Temer irá impor um ônus excessivo aos brasileiros se não exercer plenamente o papel que a história lhe reservou e deixar para seu sucessor, a ser eleito em 2018, a tarefa de colocar o País de volta nos trilhos. *"O maior trunfo do governo Temer é haver um certo reconhecimento de que o custo de ele fracassar é muito grande, tanto do ponto de vista político quanto econômico"*, diz Christopher Garman, diretor de estratégia para mercados emergentes da Eurasia, uma consultoria americana especializada em riscos políticos globais.

Há dúvidas, porém, de que Temer possa levar adiante mesmo um programa mínimo de reformas – e não apenas por uma possível resistência do Congresso em aprovar as mudanças. Segundo o economista Paulo Guedes, um dos fundadores do banco Pactual (hoje BTG Pactual) e presidente do conselho de administração da Bozano Investimentos, Temer tem duas possibilidades. Uma é se deixar abater pela "síndrome de ilegitimidade" que atingiu o ex-presidente José Sarney. Ex-dirigente da Arena, a base de apoio ao regime militar, Sarney tornou-se vice de Tancredo Neves e acabou assumindo a Presidência da República de forma inesperada, com a doença e morte do presidente eleito, em 1985. *"A síndrome da ilegitimidade levou o Sarney a buscar uma ilusória popularidade e produziu uma tragédia histórica, que foi a hiperinflação"*, afirma Guedes.

A outra possibilidade, de acordo com Guedes, é Temer dizer que chegou ao fim uma forma de fazer política com base no toma lá, dá cá e de tocar o governo com a expansão indefinida dos gastos. "Se o Temer continuar no ritmo do presidente interino, de pequenas acomodações aqui e ali, para não gerar conflitos, ele seguirá o caminho do Sarney e o próximo presidente da República poderá ser um forasteiro, que represente uma ruptura com o sistema atual, como aconteceu com o Fernando Collor (ex-presidente da República, que sofreu impeachment em 1992)", diz Guedes. *"Agora, se Temer mostrar suas fichas e não se deixar abater pela 'síndrome da*

ilegitimidade', como fez ao propor um teto para o gasto público, que é uma medida excepcional; se ele disser que não haverá reajuste do funcionalismo, porque o País quebrou por causa do excesso de gastos e porque há 12 milhões de brasileiros vivendo o drama do desemprego, estaremos no caminho certo."

Temer começa o governo, segundo Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda e do Meio Ambiente, com uma vantagem em relação a Itamar Franco, que assumiu a Presidência após o impeachment de Fernando Collor, em 1992. Ricupero diz que Temer terminou a interinidade com uma equipe econômica *"de primeira qualidade"* já montada. Itamar demorou oito meses até escolher para a Fazenda o então senador Fernando Henrique Cardoso, que implantou o Plano Real e acabou com a hiperinflação, em 1994. *"No fundo, o desafio de todo vice-presidente galgado à posição principal é como completar o mandato com um mínimo de qualidade e eficiência"*, diz. *"Se você colocar o sarrafo muito alto, nem o Thiago Braz, que ganhou a medalha de ouro na Olimpíada no salto com vara, conseguirá superá-lo."*

O AJUSTE DO BEM- A reforma mais urgente para viabilizar a modernização do País é a fiscal. Com um rombo recorde no orçamento e uma dívida galopante, o governo terá de concentrar suas forças no reequilíbrio das contas públicas, como já vem fazendo, ao propor o limite nos gastos e a desvinculação das receitas, para ganhar maior liberdade de gestão. De seu sucesso nessa missão, dependerá quase tudo: a retomada do crescimento, o corte dos juros, a volta da confiança do setor privado e dos investimentos na produção, a redução do desemprego e a recuperação da renda dos trabalhadores. *"Chegamos ao limite fiscal"*, afirma o economista Paulo Leme, presidente do Goldman Sachs, um dos maiores bancos americanos de investimento, no Brasil. *"É o estágio final de um modelo econômico que usou políticas equivocadas, excessivamente dependentes da ação do Estado, em vez de buscar soluções nas forças de mercado."*

Se o governo for bem-sucedido, o ajuste nas finanças públicas deverá impulsionar outras reformas modernizantes. A mais relevante, provavelmente, será a reforma da Previdência Social, responsável pela maior parte do déficit público. Entre outras medidas, estuda-se a elevação da idade mínima de aposentadoria para 65 anos, a desvinculação de benefícios do salário mínimo e fim dos regimes especiais dos funcionários públicos, que podem se aposentar com o salário integral da ativa. *“Tudo o que está sendo proposto não são maldades, são benignidades, porque isso é insustentável. É uma questão de aritmética”*, diz o ex-ministro Delfim Netto.

Além da reforma na Previdência, o governo fará um amplo programa de desestatização para fazer caixa. O programa, que deverá ser anunciado nesta terça-feira, se o cronograma oficial for cumprido, irá reverter a proliferação de estatais registrada nos governos petistas e terá regras mais flexíveis para os investidores, que não “demonizem” o lucro, como ocorreu nos últimos anos. Para decolar, a desestatização terá de contar com o apoio dos investidores externos. *“A participação do capital estrangeiro não é nem uma questão de escolha. O País não tem a poupança necessária para fazer o investimento crescer de novo”*, afirma Leme, do Goldman. *“Em princípio, existe o interesse do investidor estrangeiro, mas tem de ver qual o programa, quais os ativos e quais as regras dos leilões.”*

Também são fundamentais à modernização do País a reforma política, para garantir a governabilidade, a reforma trabalhista, para flexibilizar as negociações entre os empregadores e os trabalhadores, e a tributária, que deverá simplificar o sistema. Hoje, o pagamento de impostos e taxas consome 2.600 horas por ano, em média, das empresas, segundo o estudo *Doing Business*, do Banco Mundial. Mas, com o governo no vermelho, é difícil imaginar que seja possível agora propor a redução de tributos, apesar de a carga tributária brasileira estar perto de 35% do PIB, a mais alta entre os países emergentes, mesmo com a queda de receitas

REFLEXÕES XXIII

provocada pela recessão.

Segundo o cientista político Fernando Schüler, do Insper, uma escola de negócios, direito e engenharia, o Brasil terá de negociar um novo consenso em torno da modernização do Estado. “*Temos de mudar o padrão de Estado no Brasil, de welfare State (Estado de bem-estar social) para agency State (Estado agência)*”, afirma. No Estado agência, o governo repassa para a iniciativa privada a gestão dos serviços públicos, inclusive de educação e saúde, e estabelece metas de desempenho quantitativas e qualitativas para avaliar os resultados. “*A gestão institucional do Estado precisa caminhar de forma agressiva para a contratualização com o setor privado.*”

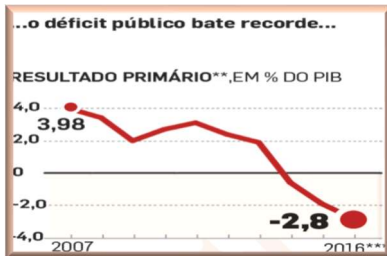
Desde a democratização, de acordo com Schüler, o Brasil produziu três consensos que permitiram ao País avançar. O primeiro foi em torno da democracia. Depois, houve o consenso em relação à estabilidade econômica e à responsabilidade fiscal. O terceiro foi em torno do combate à pobreza. Mas, na sua visão, as pedaladas fiscais mostraram que o consenso em torno da responsabilidade fiscal era mais frágil do que se imaginava. “*O que caracteriza uma democracia madura é a produção de consensos e uma democracia instável como a brasileira é a ausência de consensos.*” ●

José Fucs

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 19 de setembro de 2016



REFLEXÕES XXIII



Uma reforma para garantir o futuro

José Fucs



Com um rombo recorde, a Previdência se tornou o maior problema fiscal do País e tem de passar por mudanças profundas para ser sustentável em longo prazo

Ao longo da história, não faltam exemplos de que, no Brasil, se alguma coisa não for urgente, mesmo que seja importante, acaba sempre ficando para depois. Só quando o problema se torna crítico é que sua solução ganha prioridade. Foi assim com o dragão da inflação, que já mostrava suas garras desde meados dos anos 1970. Foram necessários vinte anos, seis planos econômicos e uma hiperinflação que superava os 80% ao mês, para que o senso de urgência se impusesse e o governo encarasse a fera para valer. Foi assim, também, com os preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016 no Rio de Janeiro. Só quando a pressão do calendário se tornou insuportável, com duras críticas da Fifa e do Comitê Olímpico Internacional, é que o Brasil pisou o acelerador. Agora, com a Previdência Social, não é diferente. A Previdência precisou chegar à beira do colapso, para que, enfim, entrasse na agenda de Brasília.

O desafio da reforma da Previdência-

Apesar dos alertas emitidos há duas décadas por estudiosos do assunto, de que a Previdência era uma “bomba-relógio” que deveria ser desarmada o quanto antes, pouco se fez além de empurrá-la um pouquinho para lá, um pouquinho para cá, para evitar que seus estilhaços provocassem danos irreparáveis caso ela explodisse. Nos últimos anos, em



particular, não só não se fez nada para resolver o problema como se agravou o quadro, com a incorporação de novas benesses, patrocinadas pelo governo e pelo Congresso Nacional, ao sistema previdenciário. Resultado: o que já era ruim ficou ainda pior. A Previdência foi parar na UTI e se tornou, hoje, o maior imbróglio fiscal do País. *“O negócio é crítico mesmo”,* diz o economista Roberto Macedo, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. *“Ninguém teve coragem de enfrentar essa bomba e agora, se não arrumar isso, haverá um caos nas finanças públicas e o governo vai enfrentar dificuldade até para rolar sua dívida e terá de atrasar pagamentos e aposentadorias.”*

Os sinais de que a Previdência precisa passar por uma cirurgia radical, para voltar a respirar a plenos pulmões, pipocam de todos os lados. O rombo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o sistema que atende aos trabalhadores do setor privado e celetistas do setor público deverá alcançar R\$ 149 bilhões neste ano. No Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que atende aos funcionários públicos dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), além dos servidores do Ministério Público, da Advocacia Geral da União e do Tribunal de Contas, o déficit deverá roçar os R\$ 80 bilhões. No total, serão quase R\$ 230 bilhões que o Tesouro Nacional terá de bancar para cobrir o buraco no pagamento dos servidores e dos trabalhadores do setor privado, sem contar o déficit dos sistemas de Previdência dos estados e dos municípios, que estão em situação parecida ou até pior.

Investimentos reduzidos- Em 2016, só para pagar os benefícios aos servidores inativos e aos aposentados da iniciativa privada, o governo federal terá de desembolsar mais de R\$ 600 bilhões, mais até do que para pagar os juros da dívida pública, hoje acima de R\$ 3 trilhões, mesmo com as taxas indecentes que vigoram hoje no País. *“É algo parecido com o que vimos na Grécia recentemente. É uma tragédia grega em câmara lenta”,* afirma o economista Fabio Giambiagi, um craque na área, autor do livro Reforma da

REFLEXÕES XXIII

Previdência, o encontro marcado, de 2007, com edição esgotada. *“Eu estava na Argentina em dezembro de 2001, quando caiu o presidente Fernando de la Rúa. Passei com minha família o réveillon mais triste da minha vida, com o País decretando default e ninguém querendo assumir a Presidência. Não quero isso para o Brasil.”*

Com um déficit dessa magnitude na Previdência, tendo de aportar centenas de bilhões de reais para cobri-lo, o governo, obviamente, deixa de usar o dinheiro para outras áreas, como saúde, educação e infraestrutura, que impulsiona os investimentos privados, a criação de novos postos de trabalho e o desenvolvimento. Em 2015, o governo federal investiu apenas 0,7% do PIB em infraestrutura. O gasto para cobrir o rombo das aposentadorias é seis vezes maior. Além disso, com o envelhecimento do País nas próximas décadas, o número de aposentados deverá crescer de forma dramática, enquanto o de trabalhadores da ativa vai cair, o que aumentará ainda mais o rombo da Previdência. *“É o inferno na terra”, diz Giambiagi. “Não podemos mais agir como o avestruz. Temos de encarar esse desafio.”*

Apenas na Previdência dos servidores federais, o déficit atuarial, que projeta as obrigações futuras da Previdência dos servidores federais, é estimado, em valores atuais, segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em R\$ 1,2 trilhão. No caso dos estados e municípios, o déficit atuarial alcança R\$ 3,2 trilhões. É o equivalente a 75% do PIB, que representa a soma de todas as riquezas produzidas no País. No caso do RGPS, o rombo deve ser pelo menos o dobro. *“Vamos enfrentar o pior dos mundos, que é ficar velho e pobre”,* afirma Paulo Tafner, ex-economista do IPEA e hoje presidente da Companhia Fluminense de Securitização, criada pelo governo do Rio de Janeiro, para antecipar recebíveis do estado e reduzir suas dívidas.

“O Brasil resolveu investir nos seus idosos, em vez de investir nas suas crianças”, diz José Marcio Camargo, economista da Opus, uma empresa de gestão de recursos, e professor da PUC

do Rio. Segundo ele, o Brasil tem 30% da população com menos de 15 anos e gasta 5% do PIB com educação. Ao mesmo tempo, apesar de apenas 7% da população ter mais de 65 anos, o País gasta quase 13% do PIB com aposentadoria e pensão. Camargo diz que a Alemanha, que gasta valores semelhantes com a Previdência, tem 22% da população com mais de 65 anos. *“A gente gasta per capita 12 vezes mais com os nossos idosos do que os nossos jovens e as nossas crianças. É uma prioridade totalmente equivocada, se você pensar no futuro do País.”*

Ganho real- Diante da dimensão do problema, é inevitável questionar como chegamos a esse ponto. Tal situação se deve a uma série de fatores e se esboçou com a Constituição de 1988 e com o processo de aceleração da inflação naquele período. Como o valor real das aposentadorias caiu muito durante o regime militar, os Constituintes decidiram fazer um sistema mais generoso. A questão, de acordo com Camargo, é que ele se tornou “excessivamente generoso”. Como perto de 80% dos beneficiários da Previdência ganham o piso, hoje de um salário mínimo, a maioria se aposenta com uma renda maior do que tinha na ativa, já que deixa de pagar a contribuição previdenciária. Além disso, há um enorme incentivo para a população não contribuir, porque qualquer brasileiro tem direito, aos 65 anos, a uma pensão no valor de um salário mínimo desde que prove que não tem outra fonte de renda. *“Para quem ganha um salário mínimo na ativa, não faz o menor sentido contribuir ao longo de sua vida útil, porque sabe que vai conseguir uma pensão no mesmo valor sem qualquer contribuição.”*

No rol de explicações para o fenômeno, tem lugar de destaque, também, a indexação do piso dos benefícios ao salário mínimo, que teve uma valorização real (acima da inflação) de cerca de 80% de 2003 a 2015. Com a forte formalização registrada no mercado de trabalho na década passada e o crescimento da economia, na esteira do *boom* de *commodities* que injetou bilhões de dólares no País, o problema não

emergiu durante alguns anos. A partir de 2013, porém, com a retração da economia e o desemprego recorde, as contribuições para o sistema caíram substancialmente e o “bode”, de repente, apareceu na sala. *“O aposentado não tem de ter ganho real de renda”, afirma Paulo Tafner. “Se ele se aposentar com o equivalente a US\$ 1 mil, tem de ganhar na média, US\$ 1 mil. Pode até ganhar US\$ 1.020 num ano e US\$ 975 no outro, até porque tem a variação cambial, mas tem de receber um valor estável e manter seu poder de compra.”*

Há, ainda, as pensões integrais vitalícias e as aposentadorias especiais, como as de professores e enfermeiros, que podem parar de trabalhar com 25 anos de serviço. Isso significa que, se eles começaram a trabalhar com 25 anos de idade, poderão se aposentar aos 50 anos. Se o trabalhador for uma mulher, cuja expectativa de vida é cerca de 10% maior que a dos homens, ela poderá viver mais trinta anos, em média, recebendo sua aposentadoria. Vai receber benefícios por um tempo maior do que o de suas contribuições. Para completar o quadro, o Congresso Nacional ainda aprovou, em 2015, o sistema 85/95, que permite a aposentadoria, sem incidência do fator previdenciário, quando a soma da idade do trabalhador e do tempo de contribuição atinge 95 para os homens e 85 para as mulheres. *“Estamos dando uma proteção excessiva para as pessoas”, diz Tafner. “É como o caso daquele cara que engordou e quer usar roupa de magro. Não dá mais. Tem de renovar o guarda-roupa e no caso isso quer dizer mexer nas regras do sistema.”*

Mão na ferida- Se juntarmos a isso as generosas aposentadorias do setor público, que garantem ao beneficiário contratado antes de 2003 o recebimento do salário integral da ativa, corrigido pelos mesmos índices de quem continua a trabalhar, tem-se aí um coquetel de alto poder corrosivo. Sem falar dos marajás do Judiciário, do Legislativo e do Ministério Público, que se aposentam com valores muito acima do teto da Previdência, de R\$ 5,1 mil, que serão tema de outra reportagem da série A reconstrução do Brasil em breve.

REFLEXÕES XXIII

Embora representem apenas 3,3% do total de aposentados do setor privado, os servidores da União respondem por 35% do déficit da Previdência em 2016.

A boa notícia é que, ao contrário do que aconteceu nos governos Lula e Dilma, o presidente Michel Temer parece empenhado em colocar a mão na ferida e deverá encaminhar logo mais ao Congresso uma ambiciosa proposta de reforma da Previdência, tanto para o setor privado como para o público. Caso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do teto para as despesas públicas, aprovada em primeiro turno pela Câmara Federal na semana passada, passe também no segundo turno de votação e pelo Senado, a reforma da Previdência irá se transformar numa questão de vida ou morte para o governo.

OS MARAJÁS DA TERCEIRA IDADE

Os aposentados do setor privado recebem um benefício médio mensal de R\$ 1,1 mil, enquanto os aposentados e pensionistas da União ganham, em média, muito mais que o teto da Previdência Social, de R\$ 5,1 mil

SETOR	GASTO ANUAL COM APOSENTADOS E PENSIONISTAS ¹	NÚMERO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS	BENEFÍCIO MÉDIO MENSAL
Executivo	R\$ 91,5 BILHÕES	939.318	R\$ 7,5 MIL
Legislativo	R\$ 3,6 BILHÕES	10.116	R\$ 27,2 MIL
Judiciário	R\$ 8,6 BILHÕES	28.381	R\$ 23,2 MIL ³
Ministério Público	R\$ 0,6 BILHÃO	2.560	R\$ 17,8 MIL ³
Total	R\$ 104,2 BILHÕES	980.375	R\$ 8,2 MIL
Iniciativa privada²	R\$ 380,2 BILHÕES	28.300.000	R\$ 1,1 MIL

FONTES: BOLETIM ESTATÍSTICO DE PESSOAL E INFORMAÇÕES ORGANIZACIONAIS, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E BOLETIM ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
¹ VALORES DE 2015; ² BENEFICIÁRIOS DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS); ³ EXCLUI BENEFÍCIOS RECEBIDOS "POR FORA" POR APOSENTADOS E PENSIONISTAS, EM ESPECIAL NOS CARGOS MAIS GRADUADOS

Segundo cálculos de José Marcio Camargo, se o governo não conseguir aprovar a reforma da Previdência no Congresso, para reduzir as despesas, alongar a vida ativa do trabalhador e dar sustentabilidade ao sistema em longo prazo, daqui a vinte anos 100% do orçamento federal serão gastos apenas no pagamento de benefícios da Previdência (confira no quadro as medidas em estudo no governo). Camargo, porém, está otimista, apesar dos antecedentes do Legislativo na matéria. Ele participou da força-tarefa criada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para explicar aos deputados a importância de aprovar o teto dos gastos, e diz que os parlamentares estão “conscientes” da gravidade do cenário da economia. *“A PEC da Previdência é mais difícil de aprovar do que a do gasto público, porque trata de uma questão muito mais próxima das pessoas, mas o pessoal lá é profissional”*, afirma. *“Fiquei muito impressionado tanto com o Rodrigo quanto com o Temer. Eles fizeram um trabalho de primeira, na forma como foi construído o processo, tanto do ponto de vista político como técnico.”*

Dada a crise profunda por que passa a Previdência hoje no País, seria uma boa oportunidade para implantar uma reforma estrutural no sistema. O economista Paulo Guedes, presidente do conselho de administração da Bozano Investimentos, diz que o governo não deveria perder essa chance. De acordo com Guedes, o governo deveria criar um novo sistema previdenciário que instituisse o regime de capitalização, com contas individuais e benefícios atrelados às contribuições de cada um, semelhante ao que existe no Chile, para os trabalhadores que entrassem no mercado de trabalho a partir de agora. *“O que vem aí é um ajuste fiscal na Previdência brasileira. Não é uma reforma do regime previdenciário”*, afirma. *“O regime previdenciário de capitalização botou o Chile para crescer 5% ou 6% ao ano durante 35 anos.”*

É provável que ele tenha razão. Certamente, essa mudança abriria uma nova perspectiva para o Brasil. Na atual conjuntura, porém, com todas as dificuldades que já são

REFLEXÕES XXIII

próprias de qualquer mudança na legislação da Previdência, se Temer conseguir aprovar seu ajuste, já será um grande avanço. ●

José Fucs: repórter especial da *Época*, editor executivo da *Exame*, editor-chefe da revista *Pequenas Empresas & Grandes Negócios* e repórter do *Estado*, da *Gazeta Mercantil* e da *Folha de S. Paulo*.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 15 de outubro de 2016

O cerco à roubalheira

José Fucs



Sob pressão dos políticos investigados por corrupção, o Congresso deverá votar o pacote de medidas proposto pelo Ministério Público para endurecer a legislação e acabar com a impunidade

O Estado obeso favorece o tráfico de influência e a cobrança de comissões por baixo do pano aqui e ali

O bordão “rouba, mas faz”, adotado pelos apoiadores do ex-governador de São Paulo Ademar de Barros (1901-1969) para defendê-lo de acusações de corrupção, tornou-se um símbolo de uma forma de governar, que fez escola no País. Recentemente, nos governos do PT, a ideia dos seguidores de Ademar de que, independentemente da corrupção, o mais importante é ser um bom tocador de obras, sofreu uma ligeira adaptação. Com a descoberta do mensalão, em meados da década passada, e de maneira mais enfática agora, com o petrolão, um contingente expressivo de militantes e simpatizantes do PT fechou os olhos para as acusações de corrupção sofridas pelo partido e continuou a apoiá-lo, com o argumento de que o principal é o que ele faz pelos mais pobres. Numa adaptação livre do velho bordão de Ademar, é como se dissessem que o PT “rouba, mas distribui”. Ou, então, que “rouba, mas faz obra social”. À primeira vista, pode parecer que a adaptação é diferente da expressão original, criada há 70 anos, mas não é. Na essência, são duas maneiras semelhantes de tentar justificar o mesmo fenômeno, que contamina o País e afeta a vida dos



cidadãos e das empresas – a pilhagem de dinheiro público. Hoje, porém, diante dos escândalos bilionários que pipocam a cada dia por aí, os desfalques atribuídos a Ademar provavelmente seriam considerados uma gorjeta para o cafezinho.

Segundo cálculos da Polícia Federal, só o “propinoduto” montado na Petrobrás, envolvendo PMDB e PP, além do PT, deixou um prejuízo de R\$ 42,8 bilhões, 40% a mais do que o custo total do Bolsa Família em 2016. Mais conservador, o Ministério Público calcula que o buraco tenha ficado em torno de R\$ 20 bilhões, ainda assim bem acima das estimativas oficiais da empresa, divulgadas ainda no governo Dilma Rousseff, de “apenas” R\$ 6 bilhões. No total, de acordo com um estudo realizado em 2010 pela Fiesp, a entidade que reúne os industriais paulistas, as perdas geradas por corrupção no País alcançam entre 1,38% (R\$ 80 bilhões) e 2,3% (R\$ 140 bilhões) do Produto Interno Bruto (PIB). Para efeito de comparação, a previsão do governo para 2017 é de um gasto de R\$ 62,5 bilhões em educação e de R\$ 110,2 bilhões em saúde.

“Os valores são estratosféricos. Às vezes (durante os depoimentos), eu repetia a pergunta para saber se estava entendendo bem, para saber se eram bilhões ou milhões”, afirmou recentemente o ministro Herman Benjamin, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Benjamin é o relator do processo que pode levar à cassação do presidente Michel Temer, como vice na chapa de Dilma, por causa do uso de recursos do petrolão na campanha de 2014, entre outras irregularidades sob investigação. “Nós, seres humanos normais, não temos condição de avaliar o que se pode comprar com aquilo.”

A praga da corrupção se espalhou por praticamente todo o aparelho de Estado, patrocinada por políticos de quase todos os partidos. Envolve autoridades de todas as patentes, de norte a sul do País: ex-presidentes, ministros, parlamentares, governadores, prefeitos, além dos próprios partidos políticos.

Atinge também, empresários, executivos, empresas estatais e grandes conglomerados privados. Até o presidente da República, Michel Temer, teria sido citado em investigações de corrupção feitas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. No Supremo Tribunal Federal (STF), correm hoje 84 processos criminais contra parlamentares, boa parte dos quais relacionados a atos de corrupção. Dos 81 senadores, 24 são acusados de práticas criminosas, dos quais 13 são alvo da Lava Jato. *“Em comparação com outros países, a corrupção no Brasil é bem diferente, por ser altamente concentrada na esfera política”*, diz o professor Matthew M. Taylor, da Universidade Americana, em Washington, nos Estados Unidos, coeditor do livro *Corrupção e Democracia no Brasil* (2011).

Com um Estado obeso, com cerca de 20 mil cargos reservados para livre nomeação dos políticos e tentáculos que se espalham por quase todos os campos da vida dos indivíduos e dos negócios, é até previsível que a bandalheira corra solta na República. O Estado onipresente, marcado pelo patrimonialismo e por um cipoal indecifrável de normas, favorece o tráfico de influência, os favores oficiais, as comissões por baixo do pano aqui e ali. Um caso emblemático do quanto o gigantismo estatal abre espaço para falcatruas é o que aconteceu na Petrobrás, com o petrolão. Algo parecido ocorreu com a Eletrobrás, a usina de Angra 3 e os grandes fundos de pensão das estatais, que se viram obrigados a aumentar as contribuições dos associados para cobrir rombos bilionários em suas contas. *“A corrupção se propaga onde há burocracia. E não existe um ambiente em que mais se propague a corrupção do que o trabalho que envolve funcionários públicos”*, afirma o economista Luigi Zingales, da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos.

Embora seja na esfera política que a bandalheira impere, pelos valores envolvidos, a corrupção atinge de forma devastadora o cotidiano dos brasileiros, por meio dos achaques sofridos na hora de tirar a carteira de habilitação, conseguir um alvará da

Prefeitura, receber uma multa da Receita Federal. “A população brasileira é vítima da corrupção diariamente”, afirma o advogado Modesto Carvalhosa, autor de *O Livro Negro da Corrupção* (1995). “O sujeito quer fazer uma garagem ou uma reforma na casa dele e vai lá um canalha de um fiscal de prefeitura para achacá-lo.” Segundo Carvalhosa, boa parte das mazelas sociais do País se deve à corrupção. Ele menciona um levantamento realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) segundo o qual a quantia desviada pela corrupção nos países em desenvolvimento é dez vezes maior que a destinada à assistência social. “Por que o Brasil só anda de lado?”, pergunta. “Porque a corrupção impede que haja bons serviços públicos de saúde, educação, transporte.”

A corrupção tem também um impacto significativo nas decisões do setor privado. De acordo com Matthew M. Taylor, muitos investidores no exterior estão questionando se os riscos de *compliance* (agir conforme as regras) que correm no País valem a pena. Recentemente, o presidente da Ryanair, companhia aérea irlandesa de baixo custo, afirmou que iria ampliar as operações na América do Sul, mas não viria para o Brasil por causa da corrupção. “Iniciamos negociações em vários países, mas não no Brasil, porque há muita corrupção”, declarou, na Argentina. Fora isso, os malfeitos com o dinheiro público colocam em xeque a própria legitimidade do regime democrático e sua capacidade de atender às necessidades dos cidadãos. Taylor afirma que, segundo estudos recentes, o Brasil tem um dos menores índices de apoio à democracia na América Latina.

Neste cenário, é até natural que a corrupção tenha se tornado a principal preocupação dos brasileiros nos últimos anos, à frente da saúde, da educação e da segurança. De acordo com um levantamento realizado pela *Transparência Internacional*, uma organização que luta contra a corrupção no mundo, os partidos políticos e o Congresso são percebidos pela população como as instituições mais corruptas do País. Nada menos que

81% dos entrevistados no Brasil afirmam acreditar que os partidos estão envolvidos em corrupção e 72% dizem que o Congresso também está. Outro estudo, feito pelo Fórum Econômico Mundial, mostra que o Brasil só fica à frente da Venezuela e do Chad, empatado com a Bolívia, na lista dos países menos corruptos do mundo.

É sintomático que a população esteja procurando demonstrar a sua indignação com grandes protestos nas ruas. A corrupção foi uma das principais bandeiras levantadas pelos manifestantes durante os atos pelo impeachment de Dilma, em 2015 e 2016. Em 2013, a corrupção também esteve no centro dos protestos que se seguiram ao aumento do transporte público. Nas redes sociais, há uma cruzada anticorrupção em andamento, impulsionada principalmente pela determinação do juiz Sergio Moro e pela força-tarefa da Lava Jato. Alguns analistas ainda insistem em afirmar que a insatisfação popular se deve quase exclusivamente à crise econômica, mas ao que tudo indica a relativa tolerância contra a corrupção, observada em outros tempos, parece ter ficado para trás. Até na Câmara Federal, onde predomina, muitas vezes, o fisiologismo, foi organizada uma frente contra a corrupção, para apresentar medidas, monitorar as iniciativas do legislativo e evitar retrocessos na área. *“Os brasileiros estão bravos e desapontados. Os que forem considerados culpados têm de pagar pelos crimes que cometeram”*, diz José Ugaz, presidente da Transparência Internacional, que prestou apoio à Operação Lava Jato ao visitar o juiz Sergio Moro em junho, em Curitiba. *“A sociedade brasileira não aceita mais a corrupção”*, diz José Robalinho Cavalcanti, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). *“A corrupção vem sendo tolerada no Brasil desde as capitânicas hereditárias, mas é incompatível com a construção de um Brasil moderno.”*

Em março, aproveitando o momento, o Ministério Público Federal apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de lei de iniciativa popular, com uma série de propostas para

aperfeiçoar o combate à corrupção no País. Batizado com o nome de 10 medidas contra a corrupção, o projeto recebeu o apoio de mais de dois milhões de pessoas, 500 mil a mais que o necessário, em apenas nove meses. Jamais um projeto de iniciativa popular havia obtido tantas assinaturas em tão pouco tempo. A Lei da Ficha Limpa, também apresentada por iniciativa popular e aprovada em 2010, levou mais de um ano para coletar as assinaturas necessárias. Na semana passada, depois de um amplo debate na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) apresentou seu relatório para a matéria. O relatório transformou as 10 medidas do Ministério Público em 18, eliminou as propostas mais polêmicas, como as restrições ao *habeas corpus* e a prisão preventiva, e acrescentou outras, como o programa de proteção a informantes. Lorenzoni não resistiu ao lobby corporativista do funcionalismo público e acabou aliviando de forma significativa o chamado teste de idoneidade a ser aplicado sem o conhecimento dos servidores, mas no geral manteve o espírito do projeto original. Segundo o deputado, o relatório deverá ser votado na próxima quinta-feira na CCJ e, se for aprovado, poderá ser apreciado pelo plenário na outra semana, antes de seguir para o Senado. *“Essa é uma das maiores ações integradas entre a sociedade brasileira e o Parlamento”*, afirma Lorenzoni. *“Se as 10 medidas forem aprovadas pelo Congresso como estão propostas, nessa nova formatação, o Brasil em meia década vai se tornar uma referência no combate à corrupção.”*

Ainda há muitos obstáculos para chegar lá. A ofensiva contra a mudança é agressiva. A principal trincheira está no próprio Legislativo. É difícil imaginar que um projeto que endureça a legislação consiga passar incólume pela Câmara e pelo Senado, que estão recheados de parlamentares envolvidos em casos de corrupção e caixa 2. Nas sombras, articula-se a aprovação de uma anistia aos parlamentares que praticaram caixa 2 na campanha eleitoral. Até dispositivos incluídos no próprio projeto das 10 medidas, como o que criminaliza o caixa 2, estão sendo vistos como uma oportunidade para

conceder um perdão geral aos parlamentares envolvidos em irregularidades. Um projeto articulado pelo deputado André Moura (PSC-SE), líder do governo na Câmara, pretende, na prática, “melar” a Lava Jato. O projeto propõe a extinção de penas e processos contra empreiteiras, empresários e executivos envolvidos em casos de corrupção, por meio da celebração de acordos de leniência com o Executivo, sem a participação do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União. *“É o maior escândalo legislativo que eu já vi em matéria de corrupção”, diz Modesto Carvalhosa. “Os corruptos do Congresso estão montando um esquema para anular tudo o que foi e o que poderá ser feito pela Lava Jato.”*

No Senado, o próprio presidente da Casa, Renan Calheiros, apresentou um projeto para endurecer as punições por abuso de autoridade, que parece feito sob medida para dificultar a vida do Ministério Público e prejudicar a continuidade da Lava Jato. A forma como ele reagiu à prisão de integrantes da chamada Polícia Legislativa, ao chamar o juiz que autorizou a iniciativa, Vallisney Oliveira, da 10.^a Vara Federal de Brasília, de “juizeco de primeira instância”, dá uma medida do estado de ânimos no Congresso em relação às acusações e investigações de que são alvo. *“As operações legislativas de combate à corrupção são algo com o qual se precisa tomar cuidado”, afirma José Robalinho Cavalcanti. “Desde antes do impeachment, havia resistências e projetos de lei problemáticos, que foram apresentados pela base do governo anterior, como o que propõe alterar a Lei das Organizações Criminosas na questão da delação premiada.”*

Com vários políticos acusados de corrupção e outras irregularidades, o Judiciário ganhou um protagonismo inédito, mesmo quando se leva em conta o papel desempenhado no mensalão. Tantos são os casos que chegam, hoje, ao Supremo Tribunal Federal (STF), encarregado de julgar os congressistas, que ele se transformou praticamente em Corte criminal, sem ter estrutura para isso. Resultado: o STF leva, em média, oito anos para julgar os processos que

envolvem foro privilegiado, o que reforça a percepção de impunidade dos caciques de Brasília. *“Uma das ironias da atual situação do Brasil é que a investigação de corrupção levou o pêndulo muito fortemente na direção dos procuradores, promotores e juízes, dando-lhes mais poder. Mas o sistema Judiciário no Brasil não tem funcionado de forma tão efetiva quanto deveria. É um dos mais caros, mais ineficientes e mais retrógrados do mundo”,* diz Taylor, da Universidade Americana. *“O STF é muito tímido, tem medo de ofender as elites, especialmente as elites políticas.”*

Diante das iniciativas que colocam em risco o combate à corrupção, as organizações sociais estão atentas. Hoje, de acordo com Kim Kataguiri, coordenador do Movimento Brasil Livre (MBL), um dos organizadores dos atos em defesa do impeachment de Dilma, não há “clima” para a realização de manifestações de apoio à Lava Jato e de apuro às ameaças de anistias e quetais no Congresso. Mas Kataguiri diz que o MBL está atento às manobras, pressionando os congressistas e mobilizando a sociedade por meio das redes sociais. Tal estratégia, segundo ele, tem produzido bons resultados, já que o MBL alcança de 50 a 55 milhões de pessoas por semana pelas redes. *“Parte dos congressistas parece pensar que, com a queda da Dilma e do PT, a população esqueceu que a corrupção brasileira existe”,* afirma. *“Mas a sociedade continua ativa, alerta. É uma cegueira imaginar que a opinião pública não está vendo o que está acontecendo.”*

O combate à corrupção, como se vê, é um desafio gigantesco e exige uma mobilização permanente, para o processo não dar marcha à ré. Agora, a luta contra a corrupção traz também alguns riscos, que não podem ser desprezados. Como é uma bandeira de alta aceitação popular, dada a bandalheira que corre solta no País, costuma atrair oportunistas e demagogos de todas as colorações ideológicas. Ao longo da história, a luta contra a corrupção e os privilégios do setor público já atraiu salvadores da Pátria, como o caçador de marajás, Fernando Collor, e Jânio Quadros, cujo símbolo de campanha sempre foi

REFLEXÕES XXIII

a vassoura. Deu no que deu. Collor sofreu o impeachment como presidente, em 1992. Jânio renunciou à Presidência e jogou o País numa crise que acabou levando à intervenção militar de 1964. ●

José Fucs: repórter especial da *Época*, editor executivo da *Exame*, editor-chefe da revista *Pequenas Empresas & Grandes Negócios* e repórter do *Estado*, da *Gazeta Mercantil* e da *Folha de S. Paulo*.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 12 de novembro de 2016

O peso colossal dos tributos

José Fucs



Com as contas públicas no vermelho, é improvável que haja redução de impostos nos próximos anos, mas um projeto em análise na Câmara deverá propor a simplificação e a racionalização do sistema

O bancário Gustavo Tavares, de 22 anos, teve de trocar seu celular bem antes do que imaginava. O celular anterior, um *iPhone 5S*, foi roubado durante um assalto em São Paulo, em setembro, e ele precisou repor com urgência o aparelho, comprado em 2014. Fã dos produtos da Apple, Tavares não teve dúvida. Foi a uma loja da Vivo, a sua operadora, e comprou um modelo mais recente da marca, o *iPhone 6*, com 64 GB de capacidade de armazenamento de dados. Graças ao plano que contratou, ele conseguiu comprar o celular, cujo preço de tabela era de R\$ 3,2 mil, por R\$ 2,6 mil. Embora o preço pago pelo aparelho representasse quase a metade de seu salário, de R\$ 5,9 mil, Tavares diz que pagou à vista. *“Tinha um dinheiro na poupança para cobrir imprevistos”*, afirma. *“Eu uso aparelhos da Apple desde 2011 e eles atendem bem às minhas necessidades.”*

Em comparação com o preço cobrado por um *iPhone* do mesmo modelo nos Estados Unidos, Tavares pagou caro pelo equipamento, mesmo com o desconto de R\$ 600 que recebeu. Hoje, apesar de ser quase impossível encontrar um *iPhone 6* de 64GB lá, por falta de estoque e pela oferta de modelos mais recentes, Tavares



conseguiria comprar um aparelho desbloqueado na Amazon, a gigante americana do varejo on-line, para entrega em Nova York, pelo preço final de R\$ 1.720 (US\$ 505) – R\$ 880 a menos (33%) do que ele pagou aqui.

Caso tivesse pagado o preço de tabela, sem o desconto promocional, a diferença em relação ao preço cobrado nos Estados Unidos chegaria a R\$ 1.480 (45%). Se levarmos em conta que o poder de compra dos brasileiros é bem menor que o dos americanos, a diferença, em termos relativos, torna-se ainda mais gritante. Para um americano, o preço de um *iPhone* 6 vendido nos Estados Unidos representa apenas 12,6% do salário médio mensal, de R\$ 13.630 (US\$ 4.008) em 2015, de acordo com dados oficiais. Para um brasileiro empregado ou que trabalhe por conta própria, cuja renda média é de cerca de R\$ 2 mil por mês, segundo o IBGE, o preço “cheio” do *iPhone* aqui é equivalente a 130% de seus ganhos.

O caso de Tavares e de seu *iPhone* não é isolado. Mesmo com o salto do dólar, hoje cotado a R\$ 3,4 no câmbio turismo, com uma alta de 42% em três anos, os preços de muitos produtos importados ainda são bem mais atraentes nos Estados Unidos e em outros países. No caso do *iPhone* e de outros produtos importados, a disparidade de preços aqui e lá fora se deve principalmente à cobrança do imposto de importação. No Brasil, apesar da abertura promovida nos anos 1990, ainda há muita proteção para os produtos fabricados localmente, por meio da sobretaxa dos importados, e quem acaba pagando a conta é o consumidor. Foi isso, aliás, que levou o então presidente e fundador da Apple, Steve Jobs (1955-2011) a recusar um convite feito pelo governo do Rio de Janeiro para instalar a primeira loja oficial da empresa no País, no final da década passada. Mesmo no caso dos produtos fabricados no Brasil, como carros, roupas e eletrodomésticos, os preços costumam ser mais altos do que no exterior. A principal explicação para a carestia nacional: impostos, impostos e mais impostos. Eles oneram a produção, punem o consumo e

limitam o acesso da população de menor renda ao mercado.

Segundo dados da Receita Federal, a carga tributária nacional, que é a soma de todos os tributos que o governo suga das empresas e dos cidadãos a cada ano, chegou a 32,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015 – 40% a mais do que no início dos anos 1990. Só no ano passado, de acordo com o Impostômetro, uma ferramenta desenvolvida pela Associação Comercial de São Paulo para acompanhar a mordida do Leão nos recursos privados, os brasileiros pagaram quase R\$ 2 trilhões ao governo, nas três instâncias de Poder – federal, estadual e municipal. Neste ano, segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), cada brasileiro terá de trabalhar 153 dias ou cinco meses e um dia apenas para pagar o seu quinhão ao Fisco. É como se, só a partir de junho, o dinheiro realmente começasse a entrar no caixa das empresas e no bolso dos cidadãos. *“A carga tributária brasileira é indecente”*, diz o advogado Ives Gandra da Silva Martins, um dos mais renomados profissionais na área tributária no País. *“Nós somos escravos da máquina burocrática do Estado.”*

Pior do que a carga tributária em si, é o fato de que a sociedade recebe muito pouco em troca dos impostos estratosféricos que é obrigada a pagar. O atendimento na área de saúde oferecido pelo governo, com filas intermináveis para realização de exames de laboratório e camas em corredores de hospitais, é um desastre. A educação pública, outrora um modelo para a iniciativa privada, tornou-se feudo de sindicalistas que não aceitam a premiação dos professores que se destacam dos demais, e é plataforma para longas greves com motivação política. As escolas, agora, viraram alvo de invasões de ativistas, que deixam um rastro de destruição desolador quando são desalojados de suas trincheiras. A segurança, com raras exceções, dispensa comentários. Qualquer brasileiro sabe o que significa a convivência com a sensação permanente de insegurança em seu dia a dia.

Embora tenha uma carga tributária de Primeiro Mundo, o

Brasil oferece serviços de Terceiro Mundo à população. Como o governo não entrega os serviços públicos que deveria entregar, em troca dos impostos pagos pela população, a classe média se vê obrigada a recorrer à iniciativa privada para ter um atendimento de melhor qualidade na saúde, uma escola que faça jus ao nome e até para garantir o seu patrimônio, com a contratação de uma empresa de segurança particular. Na Previdência Social não é diferente. Muita gente, que pagou a vida inteira a aposentadoria pelo teto, hoje recebe uma miséria. *“Minha filha, que hoje tem 30 anos, vai conviver com um mundo daqui a dez anos em que 20% de sua jornada de trabalho serão destinados a pagar a Previdência Social e mais 8% para pagar a saúde e 6% ou 7% para pagar a educação”*, afirma Paulo Tafner, ex-economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e hoje presidente da Companhia Fluminense de Securitização. *“Se ela tiver de pagar saúde e educação privadas e aposentadoria complementar, vai trabalhar o dia inteiro e ficar devendo salário no final do mês.”*

Para completar o quadro, o sistema tributário brasileiro é um cipoal de normas que onera as empresas e intimida os mortais. Segundo a pesquisa *Doing Business* (Fazendo Negócios), realizada a cada ano pelo Banco Mundial em 190 países, o Brasil é o país em que as empresas perdem mais tempo para enfrentar a burocracia tributária no mundo. De acordo com o levantamento de 2016, são nada menos que 2.038 horas perdidas por ano só com isso. Na Venezuela, segunda colocada no *ranking*, são 792 horas por ano, menos da metade.

O advogado mineiro Vinicius Leôncio levou quase duas décadas para reunir em livro a legislação tributária do País. Sua obra acabou se credenciando a entrar no *Guinness World of Records*, como a mais volumosa e com o maior número de páginas do mundo. Ela pesa 6,2 toneladas e tem um total de 43.216 páginas (cada uma com 2,2 metros de altura e 1,4 metro de largura). Enfileiradas, as páginas cobririam uma

distância de 95 km. Em média, pelas contas de Leôncio, o Brasil edita inacreditáveis 35 normas tributárias por dia útil. *“Tem de amar muito essa Pátria para tolerar isso”*, diz.

O economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), uma organização voltada para o aprimoramento do sistema tributário, relata uma história contada por um executivo de uma empresa europeia de bens de consumo instalada no País, que reflete com precisão a complexidade da legislação na área. Segundo Appy, o software usado pela matriz para pagar impostos no exterior tem 50 linhas de programação, enquanto o programa utilizado só para pagar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Brasil tem 20 mil linhas de programação. *“O sistema tributário brasileiro é muito ruim”*, afirma.

A complexidade do sistema acaba gerando litígios em profusão, tanto em termos administrativos como no Judiciário. Hoje, segundo Ives Gandra, 65% das 100 milhões de causas existentes na Justiça brasileira estão relacionadas com o poder público. Boa parte tem a ver com questões tributárias. Além da insegurança jurídica que isso provoca, prejudicando os investimentos e o crescimento do País, há um custo adicional para as empresas. *“O contencioso tributário que há no Brasil é, provavelmente, o maior do mundo”*, diz Appy. *“Em 1958, quando me formei, eu dava segurança para os meus clientes em questões tributárias”*, afirma Ives Gandra. *“Hoje, com 59 anos de experiência, tendo escrito 84 livros, embora nem todos de Direito, e participado de mais de 300 livros de terceiros, eu digo ‘acho que a interpretação mais plausível é essa’, porque é impossível decifrar o entendimento da Receita Federal.”*

Para tornar mais transparente a cobrança dos impostos no País, está em vigor desde 2012 uma lei que obriga as empresas a informar a carga tributária nos cupons e notas fiscais emitidos para o consumidor final. O IBPT até desenvolveu uma solução gratuita, utilizada por muitos estabelecimentos, para facilitar a tarefa. A verdade, porém, é que a legislação é

tão complexa que as informações fornecidas ao consumidor são apenas estimativas. Appy conta que o consultor Clovis Panzarini, ex-coordenador da administração tributária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, fez um teste num supermercado algum tempo atrás, para avaliar a qualidade das informações fiscais fornecidas aos consumidores. Primeiro, ele comprou cinco bananas e uma cerveja. Depois, cinco cervejas e uma banana. Para sua surpresa, a nota fiscal da primeira compra apontava uma carga tributária maior que a da segunda. *“É impossível saber quanto tem de imposto na cerveja e na banana, mas tenho certeza de que a cerveja paga mais imposto que a banana”*, diz.

Appy conta também que, recentemente, dois tributaristas decidiram fazer uma estimativa dos tributos incidentes sobre um carro padrão e chegaram a dois números bem diferentes, com oito pontos percentuais de diferença entre eles. *“A tributação varia muito, até para o mesmo produto”*, afirma. *“Se uma indústria for mais verticalizada ou mais terceirizada que a outra, a estrutura tributária será diferente. Se uma tiver incentivo tributário e a outra, não, também. Se, no meio do processo industrial, um fornecedor for tributado pelo Simples e o outro pelo sistema de lucro presumido, idem.”*

Com as contas públicas no vermelho e o governo empenhado em controlar os gastos, para tentar reequilibrar o orçamento, é difícil imaginar que possa haver corte de impostos no momento. Ainda assim, uma corrente de pensamento liberal defende a ideia de que é possível promover a diminuição da carga tributária. Com a redução de impostos, haveria um estímulo para os investimentos produtivos e para o consumo. Ao final, com o aquecimento da economia, a arrecadação do Fisco provavelmente aumentaria e contribuiria para o ajuste fiscal.

Os dois grandes adeptos dessa política num passado relativamente recente – o ex-presidente americano Ronald

Reagan e a ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher – conseguiram excelentes resultados em seus governos, nos anos 1980. O presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, independentemente das controvérsias geradas por suas propostas em outros campos, como a imigração, as relações internacionais e o protecionismo comercial, também parece rezar pela mesma cartilha, mesmo com as contas públicas americanas atravessando um momento crítico. *“Se for esperar que o Estado controle os seus gastos para discutir a redução da carga tributária, a gente nunca vai chegar lá”*, diz Bruno Zaffari, presidente do Instituto Liberdade, organização voltada à defesa da livre iniciativa e dos direitos individuais, com sede em Porto Alegre.

A corrente majoritária no País, porém, parece caminhar em outra direção. *“Não adianta querer reduzir a carga tributária se não mexermos na máquina burocrática, esclerosada, com privilégios que foram acumulados ao longo dos anos, não só no Poder Executivo, mas também no Legislativo e no Judiciário”*, afirma Ives Gandra. *“Num país com uma trajetória fiscal extremamente preocupante como o Brasil, entrar numa aventura dessas seria no mínimo imprudente”*, diz Appy. *“O melhor cenário hoje no Brasil é manter a carga tributária atual.”*

A ordem é concentrar esforços na simplificação e na racionalização do sistema. Numa primeira etapa, a proposta é deixar de lado a discussão das alíquotas e da partilha dos recursos entre a União, os estados e os municípios, o chamado Pacto Federativo. O objetivo é focar nos tributos incidentes sobre o consumo nos três níveis de governo – o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Serviços (ISS) e as contribuições sociais como o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). É aí que estão os maiores problemas e onde se concentra a maior fatia do bolo tributário. Como qualquer mudança nessa seara tende a afetar

as arrecadações dos estados, dos municípios e da União, todas as tentativas de simplificar o sistema que foram realizadas desde a promulgação da Constituição de 1988 fracassaram – e não foram poucas.

Para evitar as armadilhas do passado, a proposta do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), relator da Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara dos Deputados é criar um novo ICMS, que deverá unificar todos os tributos sobre o consumo, sem alterar as atuais fatias dos entes da Federação na arrecadação (leia o quadro). Hauly, que desde 1991 participou de todas as discussões de projetos na área tributária no Legislativo, assumiu a relatoria da comissão no final de outubro, em substituição ao atual líder do governo na Câmara, André Moura (PSC-SE), e lhe deu novo dinamismo. Sua meta é concluir e votar seu relatório até o final do ano e, em caso de um desfecho favorável, realizar a votação em plenário até fevereiro ou março de 2017. Ele disse que já conversou três vezes com o presidente, Michel Temer, sobre a questão e que tem “o reconhecimento e o respeito” de Temer para tocar a missão. *“Se o projeto for aprovado, vai ter impacto muito grande na economia”*, afirma.

Na avaliação de Appy, a coordenação e o capital político do Executivo são fundamentais para fazer uma boa reforma tributária. Ele teme que, se o Congresso tocar a reforma sozinho, sem o empenho do governo federal, ela possa se tornar um “Frankenstein”. Para Appy, as discussões sobre o tema podem até avançar, mas a sua aprovação deverá ficar para o novo presidente, a ser eleito em 2018. *“Tenho dúvidas de que esse governo, depois da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) do teto dos gastos e da reforma da Previdência tenha capital político para fazer isso.”*

Caso a reforma avance, com uma eventual racionalização do sistema e a correção das distorções atuais, criaria as condições para que a economia crescesse de 10% a 15% a mais durante um período de 10 a 15 anos ou algo como 0,5% a 1% a mais por ano. *“O potencial de crescimento hoje do Brasil é baixo,*

REFLEXÕES XXIII

porque há um problema sério de produtividade”, diz. “Talvez a principal medida com impacto de curto e médio prazo para alterar isso seja a mudança no sistema tributário.” ●

José Fucs: repórter especial da *Época*, editor executivo da *Exame*, editor-chefe da revista *Pequenas Empresas & Grandes Negócios* e repórter do *Estado*, da *Gazeta Mercantil* e da *Folha de S. Paulo*.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 19 de novembro de 2016

Um ambiente mais amigável para os negócios

José Fucs



Apesar da força crescente das empresas de pequeno porte, ainda há muitas barreiras ao desenvolvimento do empreendedorismo no País

O administrador de empresas Raphael Machioni, de 23 anos, diz que não teve dúvida sobre o caminho a seguir quando terminou a faculdade. Em julho, ao se formar pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, Machioni deixou de lado uma carreira promissora numa boutique de investimentos, na qual estagiava, e decidiu abrir o próprio negócio. Com dois sócios, Eduardo Haidar e Gabriel Coiro, também formados em administração, ele criou o Pick'n Go, um aplicativo que permitirá ao usuário fazer o seu pedido pelo celular em restaurantes e lanchonetes de praças de alimentação de *shoppings* e depois degustá-lo, no horário desejado, sem ter de enfrentar fila para pagar, nem espera durante o preparo.

Segundo Machioni, com o serviço, o usuário poderá economizar em torno de 15 minutos no horário de almoço, o pico do movimento nas praças de alimentação. Apoiado pelo programa de *startups* da IBM, o empreendimento deverá entrar em operação em 12 de dezembro, recebendo pedidos para estabelecimentos do Shopping Tamboré, localizado na região oeste da Grande São Paulo. “*Sempre quis ser dono do meu próprio negócio*”, afirma Machioni. “*Agora, surgiu uma*



oportunidade e resolvi fazer uma aposta de mercado.”

Assim como Machioni, um contingente cada vez maior de brasileiros deseja se tornar o próprio patrão. De acordo com a edição de 2015 da pesquisa Empreendedorismo no Brasil, realizada pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM), com patrocínio do Sebrae, o serviço de apoio às micro e pequenas empresas, ter um negócio próprio representa o principal sonho para 34,5% dos brasileiros adultos, com idade entre 18 e 64 anos. Ao contrário do que acontecia num passado relativamente recente, o sonho de empreender supera, de longe, o de fazer carreira em uma empresa, uma opção preferida atualmente por apenas 22,7% da população. A pesquisa revela também que, hoje, quatro em cada dez brasileiros são donos de uma empresa, a esmagadora maioria das quais de pequeno porte, ou estão envolvidos com a criação do próprio negócio. É o maior índice em 14 anos e quase o dobro do registrado em 2002. *“A nova geração tem uma postura totalmente diferente”*, diz o cientista político Luiz Felipe d’Avila. *“A turma de 25 a 35 anos tem outra visão, uma mentalidade mais empreendedora.”*

Com o aumento do número de empreendedores no País, vem crescendo também a importância dos negócios de menor porte na economia e na geração de emprego. Segundo dados oficiais, a fatia das micro e pequenas empresas no Produto Interno Bruto (PIB) passou de 21%, em 1985, para 27%, em 2011, o último dado disponível. Em 2015, as micro e pequenas empresas já respondiam por 52% dos empregos com carteira assinada no Brasil e por 41,4% da massa salarial. Ainda é um índice bem menor que o dos Estados Unidos, onde 65% das vagas criadas desde 1995 foram geradas por pequenas empresas. De qualquer forma, é um sinal de que, no Brasil, uma mudança significativa na configuração da economia está em curso.

O caminho para o sucesso, porém, é repleto de obstáculos. A multiplicação de empreendedores pelo País afora mascara uma realidade cruel, bem diferente da visão idílica (utópica)

captada pela pesquisa do GEM. Só quem toca ou já tocou o próprio negócio sabe o quanto é complicado conseguir dar-se bem no Brasil. Além das crises recorrentes, cujos efeitos atingem de forma mais pesada as pequenas empresas, que têm menos fôlego para atravessar as adversidades, o empreendedor tem de se desdobrar todos os dias para garantir a sobrevivência do negócio. É certo que, nos últimos vinte anos, houve uma relativa melhoria do cenário. O Simples, criado em 1996 e aperfeiçoado em 2007, permitiu a redução e a simplificação dos tributos. A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, aprovada em 2006, garantiu tratamento diferenciado aos empreendimentos de menor porte. A criação do regime de Microempreendedor Individual, em 2009, favoreceu a formalização de milhões de negócios que viviam na ilegalidade. Mesmo assim, o ambiente ainda é hostil para os empreendedores, em especial para os que não adquiriram musculatura.

A lista de dificuldades é extensa. A legislação trabalhista, que infla o custo dos trabalhadores em cerca de 100% acima dos salários, é uma trava ao crescimento do negócio. Os achaques dos fiscais fazem parte do cotidiano. A falta de crédito, com taxas palatáveis e prazos mais longos, sufoca o caixa das empresas. O Estado, em vez de ajudar, atrapalha, com intervenções indiscriminadas na economia. *“O Brasil é o paraíso dos rentistas (quem vive de renda) e dos empresários escolhidos e o inferno dos empreendedores e dos trabalhadores que acreditam numa economia de mercado”*, diz o economista Paulo Guedes, presidente do conselho de administração da Bozano Investimentos. *“O ambiente de negócios no Brasil prejudica do pipoqueiro ao dono de uma grande indústria”*, afirma o cientista político Bruno Garschagen, autor do livro *Pare de Acreditar no governo*, publicado em 2015. *“O problema é que o empreendedor mais modesto está numa posição mais desfavorável em relação ao mais próspero.”*

Entre os entraves ao desenvolvimento do empreendedorismo

no País, nada supera os males causados pela burocracia. Ela afeta a produtividade, turbinha os custos e rouba o que o empreendedor tem de mais precioso – o tempo para dedicar ao seu negócio. Em vez de se preocupar em produzir um produto ou serviço inovador e em melhorar a gestão de sua empresa, ele tem de cuidar de declarações fiscais, da obtenção de licenças de todos os tipos para trabalhar e ainda tentar entender o significado das frequentes mudanças na legislação e adaptar-se a elas. *“A quantidade de recursos envolvidos para estar sempre em conformidade com as normas legais é muito alta”*, diz Juliano Seabra, diretor geral da Endeavor Brasil, uma organização voltada para a promoção do empreendedorismo de alto crescimento no País. *“É um custo muito perverso, porque não é um imposto. Você não está pagando ao Estado, mas só aumentando o exército de intermediários e fazendo com que a estrutura do negócio fique mais pesada.”*

Na pesquisa Desafios dos Empreendedores, realizada neste ano pela Endeavor, os entrevistados foram convidados a atribuir uma nota de 1 a 10 para diferentes itens relacionados à gestão do negócio, segundo o “nível de dor” de cada um.

A burocracia, com média de 6,5, foi o quesito que recebeu a segunda nota mais alta, logo abaixo de gestão de pessoas, com 6,7. *“Para começar a ganhar eficiência, diminuir o custo Brasil, temos de diminuir a carga que não é tributária, mas administrativa. Essa deveria ser a prioridade número 1 de todos os prefeitos, governadores e do Presidente da República”*, afirma Seabra. *“A discussão não deveria envolver a Receita Federal, porque não vai diminuir nem aumentar a carga tributária. A redução da carga tributária é necessária, mas essa reforma, que afeta dia a dia dos empresários, vai beneficiar as grandes empresas, porque diminui o custo Brasil, mas vai beneficiar principalmente as empresas pequenas e médias, que estão crescendo.”*

Seabra conta um caso que, segundo ele, mostra que é possível enfrentar com sucesso a burocracia e reverter os prejuízos que

ela causa às empresas. Ele diz que, nos últimos dois ou três anos, o Rio Grande do Sul apresentou uma das piores taxas de abertura de empresas de todo o Brasil.

Por conta da tragédia na Boate Kiss, em Santa Maria, em 2013, a Assembleia Legislativa do estado acabou aprovando uma legislação muito rígida para o processo de fiscalização e controle de alvarás de empresas pelo Corpo de Bombeiros. A mudança burocratizou tanto o processo, ao estabelecer exigências desnecessárias para empresas de baixo risco, que o prazo para um empreendedor obter todas as licenças obrigatórias chegou a 484 dias, dos quais 420 só de fila de espera dos Bombeiros. Recentemente, com a identificação do problema, a lei foi modificada pela Assembleia gaúcha e sancionada pelo governador José Ivo Sartori em agosto. Agora, o dono de uma empresa com baixo risco de incêndio e o engenheiro responsável pelo estabelecimento passaram a ser responsáveis caso aconteça um desastre. Resultado: em três meses, 85% da fila sumiram.

Por tudo isso, o Brasil ocupa um vergonhoso 123.^o lugar no *ranking* dos melhores países para fazer negócios, da pesquisa *Doing Business 2017*, do Banco Mundial, abaixo da Argentina (116.^o), da China (78.^o), do Chile (57.^o) e do México (47.^o).

Até a Rússia (40.^o lugar), considerada até pouco tempo atrás como um país pouco amigável ao empreendedorismo, está à frente do Brasil. No quesito relacionado ao prazo médio para a abertura de empresas, o Brasil ocupa o 175.^o lugar, à frente de apenas dez países, com 79,5 dias. Para fechar a empresa, a média fica acima de 100 dias, de acordo com um levantamento da Endeavor, e pode chegar perto de um ano, em alguns casos.

“Mais que abrir a empresa, o que realmente é complicado são as licenças especiais”, diz o professor Tales Andreassi, coordenador do Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da FGV de São Paulo. “Um restaurante, para começar a funcionar, precisa de uma licença que, muitas vezes, demora dois, três anos. Uma farmácia de manipulação

precisa de uma licença da Anvisa que demora oito, dez anos. O empreendedor não vai ficar esperando. As pessoas começam os negócios e vão funcionando sem licença mesmo. Isso acaba sendo uma porta para a corrupção.”

No Brasil, praticamente tudo é definido pelo Estado, nos mínimos detalhes. Segundo um estudo realizado pela Heritage Foundation, dos Estados Unidos, o Brasil ocupa apenas o 122.º lugar, entre 186 países, no *ranking* mundial de liberdade econômica, a pior colocação pelo menos nos últimos dez anos. O Brasil está enquadrado numa categoria rotulada como “predominantemente não livre”, bem abaixo do Chile (7.º colocado) e do México (62.º), entre os países da América Latina. Embora tenha sofrido uma ligeira queda desde 2012, a nota do País até aumentou, quando se analisa um período mais longo, em termos de liberdade econômica. O problema é que os demais países tiveram melhorias mais profundas e mais rápidas neste quesito no mesmo período. Por isso, apesar de a pontuação ter melhorado desde o final dos anos 1990, o Brasil vem despencando no *ranking*. “A gente ser considerado um país majoritariamente não livre é uma coisa assustadora”, afirma Garschagen. “Uma empresa com mais de 100 funcionários tem de ter um vestiário, o armário tem de ter tantos centímetros e a porta do armário tem que ser assim ou assado”, diz Andreassi.

Em meio a tantos problemas, surgiram algumas boas notícias nos últimos tempos. A elevação do teto de enquadramento no Simples para R\$ 4,8 milhões por ano a partir de 2018, aprovada pelo Congresso e sancionada em outubro pelo presidente Michel Temer, certamente vai aliviar a vida das empresas que estavam perto do limite. As faixas do Simples diminuíram de 20 para 6, mas agora se o empreendedor mudar de faixa, ele só pagará imposto maior sobre a diferença, de forma progressiva, como no Imposto de Renda. “Trocamos o degrau por uma rampa”, afirma o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos. “Antes, as empresas tinham medo de crescer, de pular de uma faixa para outra.”

REFLEXÕES XXIII

No mesmo pacote, foi aprovada também, já para 2017, a possibilidade de uma empresa receber recursos de um ‘investidor anjo’ – uma pessoa física que investe capital próprio em negócios de terceiros – sem que ela tenha de deixar o Simples. Outra medida positiva para os pequenos negócios foi a desvinculação da responsabilidade do investidor. A partir de agora, se a empresa que recebeu o investimento ficar devendo impostos ou obrigações trabalhistas, o investidor não responderá mais pelas dívidas, como acontecia antes. Seu risco agora será só o de a empresa não dar certo. Isso deverá tornar muito mais atraente para o capital de risco investir em empresas nascentes e de alto crescimento.

Outras medidas estão em gestação, mas, por uma razão ou por outra, ainda não saíram do papel. A Rede Simples, que deverá integrar as informações do governo federal, dos estados e dos municípios, para facilitar a abertura e o fechamento de empresas, depende de investimento em sistemas. A universalização da nota fiscal eletrônica e a redução das chamadas obrigações acessórias, como o preenchimento de declarações fiscais, estão paradas na Receita Federal. Só nas empresas do Simples, segundo Afif, as obrigações acessórias chegam a 800 operações, em média, ao longo do ciclo de vida de um negócio. A criação da Empresa Simples de Crédito (ESC), que permitirá a qualquer cidadão emprestar dinheiro para pequenos negócios em sua comunidade, foi aprovada pelo Congresso, mas vetada pelo presidente Temer.

Agora, está sendo rediscutida entre o Sebrae e o Banco Central. Dentro de seis meses, de acordo com o Sebrae, a proposta poderá ser reapresentada ao Legislativo. Por fim, o eSocial, já implantado para as grandes empresas, tem de chegar aos negócios de pequeno porte, para automatizar as informações trabalhistas enviadas ao governo. A questão é que os processos do eSocial precisam passar por uma simplificação, para facilitar o envio das informações ao Ministério do Trabalho e à Previdência Social. “Eles

informatizaram a burocracia”, afirma Afif.

Segundo Seabra, da Endeavor, o País precisa criar também uma política específica para as empresas de alto crescimento. São empresas de pequeno para médio porte, com mais de 10 funcionários, faturamento entre R\$ 5 milhões e R\$ 100 milhões ao ano e crescimento acima de 20% ao ano nos últimos três anos. É um grupo que reúne apenas 31 mil empresas, do universo de 4,6 milhões de empresas ativas no País, o equivalente a apenas 0,7% do total. Mas, embora seja um grupo restrito, ele foi responsável pela criação de 2,7 milhões de vagas de emprego em três anos, equivalentes a 47% do total, segundo a pesquisa Estatísticas de Empreendedorismo, produzida pelo IBGE em parceria com a Endeavor, com base em dados de 2014. *“São as empresas de alto crescimento que vão gerar o que a gente chama em economia de destruição criativa”, diz Seabra, em referência à teoria do economista Joseph Schumpeter (1883-1950), segundo a qual, no capitalismo, os processos e produtos inovadores tomam de forma contínua o lugar dos que envelhecem. “O Brasil ainda tem uma lógica de porte e não de performance.”*

Diante dos desafios que o Brasil tem pela frente, como a reforma fiscal e a da Previdência Social, para reequilibrar as contas públicas, além da trabalhista e da tributária, as medidas destinadas a melhorar o ambiente de negócios para as empresas, em especial as de menor porte, batizadas pelos economistas de reformas microeconômicas, podem parecer perfumaria. Mas elas são essenciais para estimular os investimentos e a retomada do crescimento econômico. *“Eu tenho dito para o governo que as intervenções microeconômicas, com vontade política, vão dar respostas muito mais rápidas do que as macroeconômicas para a retomada do crescimento”, afirma Afif. “Eles estão discutindo muito a macroeconomia, as grandes reformas, mas não veem a intervenção microeconômica, que atrapalha a vida do cidadão e das empresas”. Agora, só falta o governo*

transformá-las em realidade. ●

José Fucs: repórter especial da *Época*, editor executivo da *Exame*, editor-chefe da revista *Pequenas Empresas & Grandes Negócios* e repórter do *Estado*, da *Gazeta Mercantil* e da *Folha de S.Paulo*.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 26 de novembro de 2016

LUIZ BIANCHI

O renascimento na arena global

José Fucs

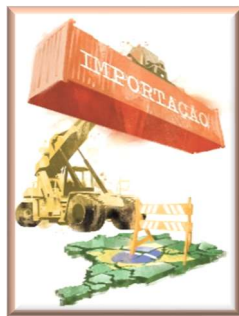


Depois de anos de protecionismo, o País se prepara para ampliar sua inserção no mercado internacional e abrir mais a economia à concorrência externa. Só que, agora, o mundo está indo na direção oposta

Com a falência do setor público em todos os níveis – federal, estadual e municipal – o equilíbrio fiscal tornou-se a prioridade número 1 do presidente Michel Temer. Mas os estragos causados por uma série de equívocos cometidos na economia nos governos do PT, sobretudo a partir do segundo mandato de Lula, vão muito além do rombo nas contas públicas. Uma das áreas mais afetadas pelos descabros praticados nos últimos anos foi o comércio exterior do País.

Talvez, em nenhum outro campo da administração, o viés ideológico predominante nas gestões petistas tenha se manifestado com tanta intensidade e provocado danos tão profundos.

A abertura comercial, implantada a partir do governo Collor, no início dos anos 1990, com o objetivo de ampliar a concorrência internacional e incentivar as empresas instaladas no País a sair da zona de conforto e aumentar a produtividade, sofreu uma súbita interrupção. Em seu lugar, ressurgiu um protecionismo caboclo que prosperou nos anos 1950 e 1960 e teve prosseguimento no regime militar, em especial no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979). Quando muitos o julgavam sepultado, eis que, de repente,



como Fênix, ele ressurgiu das cinzas, com o apoio ruidoso dos partidos e organizações de esquerda.

Impulsionado por barreiras tarifárias e não tarifárias e por medidas de estímulo ao uso de componentes nacionais em setores específicos, como o de óleo e gás, o automobilístico e o eletroeletrônico, o Brasil chegou ao topo da lista dos países que adotaram o maior número de medidas protecionistas entre 2013 e 2015. Contestadas pelo Japão e pela União Europeia, as medidas sofreram um duro revés no mês passado. A Organização Mundial do Comércio (OMC) considerou ilegais diversos mecanismos protecionistas adotados pelo País, em especial após a posse de Dilma na Presidência da República, em 2011, entre eles os das indústrias de automóvel e de eletroeletrônicos. Embora seja quase certo que o Brasil recorrerá da decisão, a tendência é ela ser ratificada. Com isso, os anabolizantes terão de ser revistos, para o País não sofrer sanções.

“Hoje, a OMC é mais importante que o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. Sua decisão é respeitada pelos países e o próprio Brasil tem se beneficiado disso, como no caso da Embraer contra a Bombardier, do Canadá, e na guerra contra os Estados Unidos nos subsídios agrícolas”, diz o economista Carlos Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro e ex-presidente do Banco Central. “Se continuar com essas políticas obsoletas, de protecionismo exagerado, o Brasil vai sofrer uma punição da OMC. Então, de certa forma, a decisão vai obrigar o governo a repensar a política industrial adotada nos últimos anos.”

Mesmo nos momentos de maior liberdade comercial, o Brasil sempre foi considerado um dos países mais fechados do mundo. Em uma pesquisa realizada pela The Heritage Foundation, uma organização americana voltada para a defesa da livre iniciativa, o Brasil ocupa apenas o 134º, de um total de 186, na lista dos países com maior grau de liberdade comercial. Mas até para os padrões brasileiros o governo

exagerou na dose, sob o argumento de que estava protegendo as empresas locais. *“É uma falácia dizer que, limitando as importações, você estimula a indústria doméstica”,* afirma Langoni. *“Na realidade, você cria um ambiente artificial em que a indústria doméstica pode até se beneficiar em curto prazo, mas muitas vezes não ganha condições de competir em termos globais em médio e em longo prazo.”*

Segundo ele, um exemplo emblemático do fracasso dessa onda protecionista é a política de “conteúdo nacional” imposta ao setor de óleo e gás, que obriga empresas como a Petrobrás a comprar produtos com, no mínimo, 65% de componentes locais. *“O setor de óleo e gás poderia ter sido uma grande alavanca para a modernização da economia brasileira”* diz. *“Com essa exigência absurda de conteúdo local em níveis estratosféricos, de 65%, o governo apenas premiou a ineficiência e não construiu uma indústria de fornecimento desse setor-chave, para que ele pudesse ser competitivo mundialmente e até vendesse para outros países.”*

Além de carregar no protecionismo, o Brasil tropeçou ao evitar uma maior integração na economia global. Em vez de aproveitar o momento favorável pelo qual passava o comércio internacional até a crise de 2008, para celebrar acordos que aumentassem o mercado para os produtos brasileiros, as gestões petistas privilegiaram as parcerias com países controlados por governos de esquerda, com os quais tinham afinidade ideológica, cujos resultados foram desprezíveis. Entre os países que ganharam tratamento vip do Brasil no período, figuram a Cuba do “companheiro” Fidel Castro, o ditador que perseguiu com mão de ferro seus opositores durante os quase 60 anos em que permaneceu no poder, além dos regimes bolivarianos da América Latina, como a Venezuela, protagonista da doutrina, a Bolívia e o Equador, e de diversas ditaduras africanas.

“A ideologia prejudicou muito a área externa do País durante o segundo mandato do Lula e o governo Dilma”, diz Rubens Barbosa, presidente do Conselho Superior de Comércio

Exterior da Fiesp, a entidade que reúne os industriais paulistas, e ex-embaixador do Brasil em Londres e Washington. *“O resultado do protecionismo e desse viés ideológico contra a negociação de acordos comerciais foi um crescente isolamento do Brasil.”*

Com o impeachment de Dilma, a expectativa era de que a política comercial poderia, enfim, mudar de rumo. O problema é que, hoje, justamente quando o País se prepara para ampliar a sua inserção internacional e negociar novos acordos comerciais, o mundo parece caminhar em outra direção. De um lado, o comércio mundial vem perdendo força. O declínio observado em 2015 deverá se reverter neste ano, de acordo com a projeção da OMC, mas o crescimento será de apenas 1,7% – na década passada, o comércio global chegou a crescer ao ritmo de 20% ao ano. De outro, com a eleição do novo presidente americano, Donald Trump, com um discurso nacionalista, centrado na proteção ao emprego e nas restrições à imigração, tudo indica que o mundo deverá caminhar para uma nova onda protecionista, esboçada desde a vitória do Brexit no referendo que selou o destino da Grã Bretanha na União Europeia. *“Vivemos um ambiente em que o viés político é a favor do protecionismo”,* afirma Langoni. *“O Brasil foi apanhado no contrapé”,* diz Rubens Barbosa. *“Quando a gente estava fechando a economia, o mundo estava se abrindo. Agora que mudou o governo e a gente quer participar do comércio internacional, há esse movimento de maior protecionismo, na Europa e nos Estados Unidos, para proteger o emprego.”*

Globalização- Nos países desenvolvidos, é crescente a percepção de que uma parcela significativa da população, sobretudo da classe média para baixo, sem grau universitário, não teve benefícios com a globalização. Ao contrário, perdeu emprego e renda. *“A globalização não entregou o que prometeu. Foi acompanhada por um aumento muito grande da desigualdade. Há uma desilusão mundial com o que os economistas fizeram”,* diz o economista Antônio Delfim Netto,

ex-ministro da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura. *“Hoje, com certa distância, a gente já pode dizer que a globalização foi muito boa para uma classe mais rica e para um grupo de grandes empresas, mas não beneficiou o grosso da população, que está indignado com essa concentração tremenda de renda. E tudo isso foi agravado pela inovação e pela tecnologia, que permitiram a substituição de trabalhadores”*, afirma Barbosa.

Diante do cenário nebuloso, é provável que o caminho do Brasil para dinamizar o comércio externo será acidentado, principalmente para levar adiante o acordo do Mercosul com a União Europeia, que se arrasta há anos. Ainda assim, o País pode preparar o terreno para a reviravolta. Desde já o País poderá retomar o espírito de área de livre comércio do Mercosul, que marcou o bloco até o início do governo Lula, em 2003.

Aproveitando a suspensão da Venezuela, anunciada na semana passada, o Brasil poderá costurar com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai a flexibilização da cláusula que impede o bloco de fechar novos acordos comerciais se eles não forem aprovados por unanimidade entre os seus integrantes. A ideia é que, se um país não estiver pronto para dar o novo passo, os outros irão primeiro e o retardatário seguirá depois. *“O Brasil tem todo o peso necessário no Mercosul para flexibilizar essa regra. Ela deve ser opcional: quem quiser vai, quem não quiser não vai”*, diz Langoni. *“Você não pode carregar nas costas os demais países, ficar dependendo da unanimidade, para definir uma negociação comercial que por si já é complexa.”*

De acordo com Langoni, com a ameaça de Trump de não assinar a Parceria Transpacífico (TPP em inglês, de Trans-Pacific Partnership), o Brasil pode considerar a possibilidade de fazer parte do bloco. Embora afirme não acreditar que Trump cumprirá sua ameaça, ele acredita que o TPP poderá passar por uma adaptação, abrindo uma janela para o Brasil.

“Seria uma alternativa interessantíssima. Estamos falando de um mercado imenso, que envolve Japão, Austrália, Canadá, Peru, Colômbia, México”, diz. “O Brasil tem de ousar. Em matéria de acesso a mercados, o Brasil tem de abrir várias frentes, sem abandonar a estratégia multilateral, que está cada vez mais complicada depois do Brexit e da eleição do Trump.”

Barbosa defende a mesma posição, mas, para ele, a melhor porta de entrada para o TPP é a Aliança do Pacífico, formada por Colômbia, Peru, Chile e México, que integrará o novo bloco. *“Se o Trump vetar o TPP, o Brasil tem de sair na frente e propor um acordo entre o Mercosul e os países da Aliança para o Pacífico.”*

Na avaliação de Barbosa, a posse de Trump como presidente dos Estados Unidos será neutra para o Brasil. Os efeitos serão indiretos, porque, na relação bilateral não deverá haver mudanças. *“Se ele fizer alguma maluquice na área econômica, poderá haver um desajuste global. Com o aumento das incertezas, a taxa de juro internacional deverá subir e isso levará a uma diminuição dos investimentos externos prejudicando a retomada do crescimento no Brasil.”*

A conquista de novas fatias no mercado global envolve também uma série de medidas, que são complicadas de implantar, no plano interno. As reformas – em especial a trabalhista e a tributária –, acompanhadas de melhorias na logística e na infraestrutura, são fundamentais para o País reduzir o chamado custo Brasil e aumentar a sua competitividade. Também é essencial, segundo Barbosa, promover mudanças na regulamentação do comércio exterior para diminuir a burocracia e agilizar os processos.

A redução da volatilidade no câmbio, que deverá ocorrer com o ajuste fiscal, é outro ingrediente indispensável, na opinião de Langoni, para dar mais segurança aos exportadores e importadores e ampliar o horizonte dos negócios. *“Hoje nós vemos um mundo em que os parâmetros de custos têm de ser*

REFLEXÕES XXIII

mundiais”, diz Langoni. “Antigamente, o problema da indústria brasileira se resumia à questão cambial. Mas nós tivemos o que seria uma maxidesvalorização, com o dólar saindo de perto de R\$ 2, em janeiro de 2013, para o patamar atual de R\$ 3,30 a R\$ 3,40, e o desempenho das exportações brasileiras continua pífio.”

Ele afirma que, para reduzir a dependência das *commodities*, que sustentaram a forte expansão do comércio do País até a crise de 2008, será preciso estimular a indústria, não sob a forma de subsídios, mas por meio da inovação, do conhecimento, da transferência de tecnologia e do investimento em capital humano. Langoni diz que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pode desempenhar um papel muito importante, ao focar o seu apoio às empresas nesses quesitos.

“É assim que você constrói uma economia supercompetitiva, com um novo padrão de desenvolvimento, de viés liberal, e não com o band-aid do subsídio do BNDES e a isenção fiscal discricionária, que gera uma série de distorções que todos nós conhecemos.”

Quem sabe um dia, lá na frente, se o Brasil seguir esse receituário, consiga se transformar num tigre sul-americano. Ou, ao menos, se tornar um gato com garras afiadas, com lugar de destaque no comércio global. ●

José Fucs: repórter especial da *Época*, editor executivo da *Exame*, editor-chefe da revista *Pequenas Empresas & Grandes Negócios* e repórter do *Estado*, da *Gazeta Mercantil* e da *Folha de S. Paulo*.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 3 de dezembro de 2016

O desmonte do Leviatã

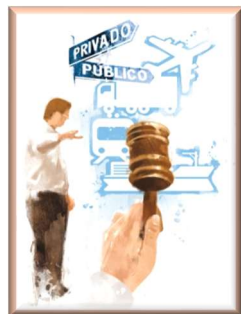
José Fucs



Com o fracasso do modelo estatista implantado nas gestões de Dilma e Lula, o País deixa para trás o preconceito ideológico e retoma a privatização em novas bases

Em meio ao atual quadro de desalento na economia do País, marcado pela recessão interminável, pelo desemprego recorde e pela queda generalizada de renda da população, é difícil, quase impossível, enxergar o lado positivo da crise. Ainda que ele exista, torna-se pequeno diante do drama vivido por milhões de brasileiros que perderam o emprego nos últimos anos. Mesmo quem conseguiu sobreviver no mundo do trabalho está sofrendo para conseguir pagar as contas em dia e garantir o sustento da família. A vida, afinal, não está fácil para ninguém. Agora, não dá para negar que, ao menos em um aspecto, a crise trouxe um benefício palpável, cujos desdobramentos deverão se estender pelos próximos anos.

Com o impeachment de Dilma Rousseff e o fracasso do modelo econômico estatista, que predominou a partir do segundo mandato de Lula, surgiu uma janela de oportunidade para o Brasil mudar de rumo. Sobre os escombros deixados pelo tsunami que atingiu o País, decorrente dos equívocos cometidos pela política econômica implantada nos governos petistas, uma nova ordem, com maior valorização da iniciativa privada, da livre concorrência e das soluções de mercado, poderá emergir. O capitalismo de Estado, ancorado na ganância



irresponsável do dinheiro dos pagadores de impostos, sob o argumento de que beneficiava os mais pobres, tornou-se o seu próprio algoz. Levou as finanças públicas à exaustão e puniu aqueles em nome de quem seus patronos diziam agir, mais vulneráveis à paradeira geral da economia.

“O grande legado do PT foi demonstrar que o dinheiro do governo acabou”, diz o financista Nathan Blanche, sócio da Tendências, uma consultoria econômica de São Paulo.

Com as contas públicas tingidas de vermelho e uma dívida trilionária crescendo em ritmo frenético, a hora da verdade chegou para o governo. Mesmo que a turma de Brasília quisesse não conseguiria manter a farrá fiscal que jogou o País no atoleiro em que se encontra. Para caber dentro do orçamento disponível e recuperar a confiança dos investidores, o Brasil obeso, encorpado por 43 novas estatais criadas por Lula e Dilma, terá de passar por um regime espartano. *“O Estado no Brasil está claramente superdimensionado”*, afirma o economista Gesner Oliveira, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo e sócio da GO Associados, uma empresa de consultoria dedicada a projetos de infraestrutura e à defesa da concorrência.

Além de reduzir o rombo nas contas públicas, com a PEC dos gastos e a reforma da Previdência Social, o governo terá de se desfazer do que puder para fazer caixa. Terá de adotar uma política agressiva de venda de ativos, sobretudo os que carregam dívidas pesadas, e de repasse de serviços para a iniciativa privada. Numa palavra, demonizada nos tempos do PT, terá de privatizar. Independentemente do aspecto ideológico, a privatização tornou-se, hoje, uma questão de sobrevivência.

“Não é nem uma questão de escolha”, diz o economista Paulo Leme, presidente do Goldman Sachs, um dos maiores bancos americanos de investimento no Brasil. *“A privatização é um ponto fundamental para dar credibilidade e viabilidade ao ajuste fiscal.”*

Não faltariam razões mais nobres para justificar o repasse de estatais e de serviços públicos para a iniciativa privada – o aumento da eficiência, da produtividade e da competitividade, a qualidade da gestão, a redução do espaço para a corrupção.

Desde que seja feita num ambiente de concorrência saudável, sem monopólios e oligopólios, a privatização é um antídoto poderoso contra os privilégios do setor público, o tráfico de influência, o inchaço da máquina administrativa e a acomodação estimulada pela estabilidade no emprego do funcionalismo. Mas, ainda que nada disso importe no momento, e só a questão fiscal seja determinante para o País dar uma guinada privatista, os benefícios que ela trará serão os mesmos.

Embora por vias transversas, o Brasil desmontará o Leviatã – o Estado absoluto de que falava o filósofo Thomaz Hobbes (1588-1679) – e é isso do que o Brasil precisa agora. Foi assim no governo Fernando Henrique Cardoso, como ele mesmo já admitiu mais de uma vez, ao afirmar que o principal estímulo à privatização que promoveu foi fiscal e não ideológico, e poderá ser assim agora. “*O governo está apertado*”, afirma o engenheiro Helio Beltrão Filho, presidente do Instituto Mises Brasil e coordenador da Rede Liberdade, formada pelos principais grupos e entidades de cunho liberal existentes no País. “*Para o governo, chegou a hora de retomar a privatização, porque as restrições orçamentárias são graves.*”

O presidente Michel Temer parece convencido de que o caminho é esse mesmo. Ainda como interino, ele afirmou que a ordem é “*privatizar tudo o que for possível*”. Num sinal de que o comprometimento de seu governo com a desestatização é para valer, Temer criou um novo órgão, a secretaria executiva do Programa de Parcerias de Investimento (PPI), ligada à Presidência da República, para cuidar das privatizações e concessões de projetos de infraestrutura. Em setembro, ao lado do comandante da secretaria, Wellington Moreira Franco, anunciou o Projeto Crescer, um ambicioso

pacote de desestatização que reúne 34 projetos, com implantação prevista para 2017 e 2018. O pacote deverá ser complementado por uma série de operações de venda de ativos costuradas pelo Ministério da Fazenda, em parceria com estatais, cujos detalhes ainda não vieram à tona.

A desestatização deverá se espalhar por quase todos os setores da administração federal. Da privatização da Loteria Instantânea (Lotex) à venda de participações de estatais como o Banco do Brasil e a Petrobrás em empresas privadas, da concessão de estradas, portos, aeroportos e ferrovias à abertura de capital da Caixa Seguridade, o cardápio é sortido (leia o quadro). *“A tendência do Estado contemporâneo no mundo inteiro é de uma fuga para o privado”*, diz o cientista política Fernando Schüler, professor do Insper, uma escola de negócios de São Paulo.

Inicialmente, Temer chegou a defender a privatização dos Correios, mas diante da repercussão negativa da proposta no meio dos funcionários da empresa e aos estatistas compulsivos acabou recuando e não voltou a falar do assunto. Apesar de os Correios e outras estatais, como a Infraero, não estarem na lista de “privatizáveis” do governo, bem que poderiam estar. A rigor, não há razão para manter nas mãos do Estado atividades que poderiam ser bem atendidas pelo setor privado. O Estado-empresário drena recursos preciosos do Tesouro, que poderiam ser aplicados na melhoria de serviços essenciais, como educação, saúde e segurança, e multiplica os antros de corrupção. *“Com os prejuízos registrados desde 2013, o aparelhamento feito pelo governo anterior e a interferência nos preços dos serviços e na política de dividendos, a privatização dos Correios faz todo o sentido”*, afirma Beltrão.

As privatizações e as concessões também poderão dar uma contribuição poderosa para impulsionar a economia e recolocar o País na trilha do crescimento, num momento em que o governo carece de recursos próprios para fazê-lo.

Segundo estimativas da GO Associados, o Projeto Crescer

poderá gerar investimentos diretos da ordem de R\$ 67 bilhões, se for efetivamente implantado. Somados aos efeitos indiretos que terá na economia, como a contratação de outras empresas e o aumento da renda e do consumo, o impacto sobre o PIB (Produto Interno Bruto) poderá chegar a R\$ 187 bilhões. O programa terá também um impacto significativo sobre o emprego, por envolver atividades com uso intensivo de mão de obra. A estimativa da GO é que o programa poderá gerar cerca de 2,8 milhões de empregos, o suficiente para ocupar 25% dos 12 milhões de desempregados do País. De quebra, ainda beneficiará a competitividade, porque a execução dos projetos permitirá uma diminuição nos custos de transporte de mercadorias. *“O impacto dos investimentos em infraestrutura na economia é brutal”*, diz Gerner Oliveira.

É certo que a maior parte dos projetos já constava em programas anteriores anunciados por Dilma, o último dos quais em meados de 2015. A petista chegou a anunciar, em meados de 2015, uma nova fase para o Programa de Investimento em Logística (PIL), que geraria quase R\$ 200 bilhões em investimentos. Só que, como muitos de seus projetos, quase nada saiu do papel. Embora Dilma tenha realizado concessões que alcançaram US\$ 30,9 bilhões, foram poucas as operações realizadas. As duas maiores só deram certo porque a China atendeu ao apelo do governo e a seus próprios interesses e levou as concessões de 29 hidrelétricas. A Petrobrás, por sua vez, entrou no consórcio que arrematou o campo de Libra, o maior do País.

Nas raras concessões que conseguiu concretizar, Dilma manteve seu viés estatizante. Ela até abandonou a ideia de tabelar a taxa de retorno dos projetos, que afastava os investidores desde o governo Lula, mas preservou a exigência de as concessões de aeroportos, por exemplo, terem 49% de participação da Infraero. Como a situação financeira da Infraero é crítica, isso trava os investimentos, já que ela não tem como acompanhar os sócios majoritários e manter a sua participação no capital.

Nos leilões do pré-sal, o problema era semelhante. A Petrobrás, abalada pelo petróleo, que sangrou suas finanças, precisava ter, no mínimo, 30% de participação nos consórcios, limitando os investimentos na área de petróleo e gás. Além disso, as constantes mudanças de regras nas concessões geravam muita insegurança entre os investidores. *“O pacote desenhado pela Dilma era mais um instrumento de marketing, que incluía até a ferrovia bioceânica, para ligar o Brasil ao Oceano Pacífico, do que um programa viável”*, afirma Oliveira.

Agora, o governo parece empenhado em aumentar a segurança jurídica dos contratos. Está procurando adotar regras mais flexíveis, para atrair os investidores e fazer dos leilões um sucesso. O leilão da Celg, a companhia energética de Goiás, a primeira privatização do atual governo, trouxe bons presságios. A empresa foi arrematada por R\$ 2,2 bilhões, com ágio de 28%, pela italiana Enel. A aprovação pelo Congresso Nacional do projeto do atual ministro de Relações Exteriores, José Serra, que desobriga a Petrobrás de ser a única operadora do pré-sal, também deverá contribuir para atrair novos investimentos a um setor chave da economia.

Falta, ainda, definir melhor como serão os financiamentos em longo prazo para os compradores. Em princípio, eles deverão ser feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo FI-FGTS, um fundo de investimento em projetos de infraestrutura administrado pela Caixa, mas não se conhece ainda detalhes de como serão as regras dos “papagaios”. Também falta a Câmara dos Deputados aprovar o projeto que redefinirá o papel das agências reguladoras, para reforçar a confiança dos investidores. De toda forma, a preocupação do governo em propor um programa mais amigável ao capital já é um grande passo para que ele seja bem-sucedido.

Há, também, uma variável que o governo não controla e pode afetar fortemente o ambiente de negócios e a disposição dos investidores em participar do processo de desestatização – a

REFLEXÕES XXIII

Operação Lava Jato. Muita coisa ainda vai acontecer, em especial a partir das “delações premiadas” do pessoal da Odebrecht, cujos depoimentos já começaram. É difícil prever os estragos que poderão causar. O desfecho do processo que corre no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra a chapa Dilma-Temer, por abuso de poder econômico e uso de recursos do petrolão na campanha de 2014, entre outras acusações, também é imprevisível.

Finalmente, ainda deve levar algum tempo até que as grandes empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato, que vinham atuando de forma agressiva nas concessões feitas no governo Dilma, fechem acordos de leniência para voltar a participar de concorrências públicas, se é que terão musculatura suficiente para disputar os principais ativos. Enquanto isso, os leilões terão de contar, para dar certo, com empresas de médio porte e de capital estrangeiro, como a italiana Enel, que levou a Celg. Mesmo assim, o Projeto Crescer e outras operações de vendas de ativos do governo podem inaugurar uma nova era para o setor público no Brasil, em que o protagonista seja a iniciativa privada e não mais o Estado, cujos tentáculos se espalharam de forma preocupante por todas as entranhas da economia e pela vida dos cidadãos. ●

José Fuchs: repórter especial da *Época*, editor executivo da *Exame*, editor-chefe da revista *Pequenas Empresas & Grandes Negócios* e repórter do *Estado*, da *Gazeta Mercantil* e da *Folha de S. Paulo*.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 17 de dezembro de 2016

ALTOS E BAIXOS

- Nos governos do PT, o programa de desestatização, que ganhou força com Fernando Henrique, perdeu relevância, contaminado por preconceitos ideológicos. A ex-presidente Dilma Rousseff tentou retomá-lo parcialmente, sem abandonar o viés estatista, mas não conseguiu os resultados esperados

1985 – 1990



José Sarney

VALOR OBTIDO COM PRIVATIZAÇÕES

US\$ 533,4 milhões



18 estatais privatizadas

PRINCIPAIS EMPRESAS PRIVATIZADAS: Aracruz Celulose, Caraíba Metais, Companhia Guatapará de Papel e Celulose, Cimental Siderúrgica e Usina Siderúrgica da Bahia (Usiba)

1990 – 1992



Fernando Collor

VALOR OBTIDO COM PRIVATIZAÇÕES

US\$ 4 bilhões



12 estatais privatizadas

PRINCIPAIS EMPRESAS PRIVATIZADAS: Usiminas, Mafersa, Fosfértil, Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), Vasp

1992 – 1994



Itamar Franco

VALOR OBTIDO COM PRIVATIZAÇÕES

US\$ 4,6 bilhões



15 estatais privatizadas

CONCESSÕES REALIZADAS: 1 trecho de rodovia
Principais empresas privatizadas: CSN, Cosipa, Açominas, Acesita, Embraer

1995 – 2002



Fernando Henrique

VALOR OBTIDO COM PRIVATIZAÇÕES, CONCESSÕES E VENDAS DE AÇÕES¹

US\$ 50,3 bilhões

35 estatais privatizadas e operações de venda de ações

CONCESSÕES REALIZADAS: 5 trechos de rodovias, 7 de ferrovias, 55 usinas de energia elétrica e 24 lotes de linhas de transmissão

PRINCIPAIS EMPRESAS PRIVATIZADAS: Companhia Vale do Rio Doce, Sistema Telebras, Banespa, Light, Rede Ferroviária Federal (RFF)

2003 – 2010



Lula

VALOR OBTIDO COM PRIVATIZAÇÕES E CONCESSÕES

US\$ 1,1 bilhão



2 estatais privatizadas

CONCESSÕES REALIZADAS: 7 trechos de rodovias, 1 de ferrovia, 3 usinas hidrelétricas, 7 lotes de linhas de transmissão de energia e campos de exploração petróleo

PRINCIPAIS EMPRESAS PRIVATIZADAS: Banco do Estado do Ceará (BEC) e Banco do Estado do Maranhão (BEM)

2011 – 2018



Dilma

VALOR OBTIDO COM PRIVATIZAÇÕES E CONCESSÕES

US\$ 30,8 bilhões

Nenhuma estatal privatizada

CONCESSÕES REALIZADAS: 5 aeroportos, 1 rodovia, 1 porto (arrendamento), 29 usinas hidrelétricas e campos de exploração de petróleo (partilha)

PRINCIPAIS EMPRESAS PRIVATIZADAS: 0

FONTE: BNDES

EXCLUI PRIVATIZAÇÕES E CONCESSÕES ESTADUAIS REALIZADAS NO PERÍODO

Privatizações em cada governo

As múltiplas opções das PPPs- Regulamentadas em 2004, elas abriram novas opções de repasses de serviços públicos para a iniciativa privada e podem representar um papel preponderante na nova onda de desestatização que deverá se propagar no País nos próximos anos

Além das privatizações e das concessões, outra modalidade de desestatização vem conquistando um espaço crescente no País, em especial nos estados e municípios – as **Parcerias Público-Privadas**, conhecidas como PPPs. Regulamentadas em 2004, elas abriram novas opções de repasses de serviços públicos para a iniciativa privada, como linhas de metrô, hospitais, creches, penitenciárias, iluminação pública, coleta de lixo e rede de saneamento, e podem representar um papel preponderante na nova onda de desestatização que deverá se propagar no País nos próximos anos. “*A contratualização da gestão pública com o setor privado é uma tendência do Estado contemporâneo*”, diz o cientista político Fernando Schüler, professor do Insper, uma escola de negócios de São Paulo.

Segundo dados da Radar PPP, uma consultoria especializada na área, existem hoje no País 92 contratos do gênero em vigor, com um valor total de R\$ 156 bilhões. Em São Paulo, que concentra o maior número de PPPs, há 30 operações em andamento, 11 com o estado e as demais com municípios. Depois, a maior concentração está em Minas Gerais, com 17 operações, e no Rio de Janeiro, com 10. Embora tenham perdido força em 2016, as PPPs podem voltar a crescer no ano que vem, com a posse dos novos prefeitos.

João Doria, de São Paulo, e Nelson Marchezan Júnior, de Porto Alegre, que defendem uma redução do tamanho do Estado e uma maior participação da iniciativa privada na administração, já anunciaram a intenção de ampliar as PPPs. Doria estuda, por exemplo, a realização de PPPs para a administração do Ibirapuera e de outros parques paulistanos,

as primeiras do gênero no País.

Os contratos das PPPs, em longo prazo, podem envolver a realização de obras, a instalação e a manutenção de equipamentos e a prestação dos serviços propriamente ditos. Em troca, as empresas vencedoras das concorrências podem receber pagamentos mensais do governo ou ficar com as tarifas pagas pelos usuários, conforme as características de cada projeto – ou as duas coisas. A grande vantagem da modalidade, de acordo com o consultor Bruno Pereira, sócio da Radar PPP e responsável pelo portal PPP Brasil, que divulga informações sobre o tema, é que o governo só começa pagar pelos projetos depois de eles serem concluídos ou de os serviços estarem em operação. O pagamento é parcelado e deve ser atrelado ao cumprimento de métricas qualitativas e quantitativas definidas previamente.

“Num cenário de crise fiscal, o governo pode conseguir um parceiro privado que aceite investir na frente para ser remunerado depois e ainda melhorar a qualidade dos serviços públicos”, afirma Pereira. “A meta das PPPs é que o Brasil entregue mais para os cidadãos e para as empresas com o mesmo volume de gastos.”

Ele diz que, quando o governo pretende implantar um projeto de interesse público pelo sistema tradicional, tem de realizar inúmeros procedimentos – desapropriar o terreno, fazer a licitação do projeto de engenharia, selecionar quem vai tocar a obra, realizar um concurso público para recrutar o pessoal que vai trabalhar no empreendimento. Em cada projeto, são necessárias dezenas de licitações. Em dez anos, elas podem chegar a centenas. Os gastos acontecem ao longo do processo. Com a PPP, o governo tem de selecionar uma empresa só, por concorrência pública. Ela poderá fazer todo o investimento, escolher os fornecedores, montar o empreendimento, recrutar o pessoal e colocar o projeto em funcionamento. Só então é que o governo terá de sacar dinheiro do caixa para pagar as mensalidades previstas no contrato. Nem sempre, porém, as PPPs agilizam a execução dos projetos e evitam os gastos

REFLEXÕES XXIII

públicos. A maior PPP do País, no valor de R\$ 15,2 bilhões, formada pelo governo paulista para a construção, a compra de trens e a operação da Linha 6 – Laranja, do metrô de São Paulo, “subiu no telhado”, como revelou o Estado em setembro. Apesar de o governo ter entrado com a metade do investimento para viabilizar a PPP, as obras estão paradas por falta de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o consórcio vencedor, formado pelas empreiteiras Odebrecht, Queiroz Galvão e UTC, envolvidas na operação Lava Jato, e pelo Fundo Eco Realty. Com isso, a inauguração da linha deverá sofrer um novo atraso – a promessa de conclusão em 2018 já havia sido adiada para 2021. ● /JF

O QUE ESTÁ NO RADAR

● As principais concessões, privatizações e vendas de participações que o governo federal pretende realizar em 2017 e 2018

Ativos/empresas	Operações
CONCESSÕES	
Aeroportos	Concessão dos aeroportos de Florianópolis, Fortaleza, Porto Alegre e Salvador marcada para março de 2017
Rodovias	Concessão de trechos das rodovias BR-101, BR-116, BR-290 e BR-386, no Rio Grande do Sul, com 688 km, e BR-364 e BR-365, com 437 km, entre Uberlândia (MG) e Jataí (GO)
Ferrovias	Concessão e subconcessão de trechos da Norte-Sul, entre Porto Nacional (TO) e Estrela d'Oeste (SP); da Ferrogrão, entre Snop (MT) e Miritituba (PA); e da Ferrovia de Integração Leste-Oeste (Fiot), entre Ilhéus e Caetitê (BA)
Portos	Concessão de terminais de combustíveis STM-04 e STM-05, em Santarém (PA), prevista para março, e de terminais trigo, no Rio de Janeiro, marcada para o segundo trimestre de 2017
Distribuição de energia	Além da Celg (GO), vendida em novembro por R\$ 2,2 bilhões, o governo pretende promover a privatização e a concessão de mais seis distribuidoras de energia — Amazonas, Eletroacre, Boavista (RR), Ceron (RO), Cepisa (PI) e Ceal (AL), controladas pela Eletrobras
Usinas hidroelétricas	Concessão das usinas de Volta Grande, Miranda e São Simão (MG) e das Pequenas Centrais Elétricas (SC) e Agro Trafo (TO)
Mineração	Concessão do direito exploratório da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) para projetos em Pernambuco, Paraíba, Tocantins, Goiás e no Rio Grande do Sul
Petróleo e gás natural	Concessão e partilha de blocos de gás natural e petróleo, inclusive de áreas do polígono do pré-sal, em diversas regiões do país
Loteria Instantânea	Privatização da Loteria Instantânea (Lotex), a extinta raspadinha, controlada por uma subsidiária da Caixa
PRIVATIZAÇÕES E VENDAS DE PARTICIPAÇÕES	
Caixa Seguridade	Abertura de capital da empresa, que reúne participações na Caixa Seguros e na Pan Seguros, com a venda de 25% das ações no mercado
IRB Brasil RE	Abertura de capital, com a venda de uma fatia de 17%, do total de 27,55% que a União detém na companhia, cujo valor estimado é de cerca de R\$ 12 bilhões
Infraero	Venda de metade das participações da Infraero em cinco aeroportos operados pela iniciativa privada — Gateão (RJ), Guarulhos (SP), Viracopos (SP), Cofins (MG) e Brasília, nos quais a empresa manteve fatia minoritária, de 49%
Petrobras	Fora os ativos já vendidos, como a Liquegás, a Petrobras pretende se desfazer de participações na BR Distribuidora, na Brasken, na Petroquímica Suape (PE), na Companhia Têxtil de Pernambuco, em terminais de gás natural liquefeito (GNL), em campos de petróleo e gás e em fábricas de fertilizantes
Correios	Privatização dos Correios ou venda de algumas unidades de negócios, como logística e encomendas. A abertura de capital chegou a ser cogitada, mas, com o balanço no vermelho e um rombo bilionário em seu fundo de pensão, o Postalis, tal opção tornou-se inviável
Banco do Brasil	Abertura de capital ou entrada de novo sócio nas áreas de cartão de crédito e gestão de recursos, com a venda de fatia de 5% a 10% nos dois negócios. Venda de participações no Banco Votorantim, no Banco Patagonia, da Argentina, na Neoenergia e na fabricante de Silos, Kepten Weber, nas quais detém 11,99% e 17,45%, respectivamente
Créditos da Receita Federal (Refis)	Venda de créditos do Refis (programa de refinanciamento de dívidas com a Receita Federal), para antecipação de arrecadação, que poderão render até R\$ 50 bilhões para o Tesouro, já com deságio de mercado
Participações do BNDES	Venda de participações do BNDES em estatais como Petrobras, Eletrobras e Banco do Brasil, e em empresas privadas como Vale, JBS e Fibria, com prioridade para participações inferiores a 2%

O desafio de voltar a crescer

José Fucs



Com o ajuste fiscal bem encaminhado, a retomada da economia deve se tornar a prioridade número um do governo

Desde que o presidente Michel Temer assumiu o cargo interinamente, em maio, o debate econômico no País tornou-se uma espécie de samba de uma nota só. Com o Orçamento no vermelho e a dívida pública crescendo em ritmo frenético, em decorrência da ganância promovida pelos governos petistas desde o segundo mandato de Lula, o ajuste fiscal dominou as discussões dos economistas – nem poderia ser diferente. O novo governo tinha de fazer a lição de casa de forma exemplar, para mostrar que o Brasil não estava à deriva, caminhando para a insolvência. Tinha, também, de dar a sua contribuição, com o controle rígido das despesas, para o combate à inflação, que roçava os 10% ao ano quando Temer tomou posse, e a tão desejada queda dos juros. Sem isso, qualquer plano para tirar o Brasil do atoleiro não passaria de uma quimera.

Agora, com a inflação caminhando de forma consistente para o centro da meta, de 4,5% ao ano, e a promulgação pelo Congresso Nacional da PEC do Teto dos Gastos, que restringe as despesas públicas pelos próximos 20 anos, uma parte respeitável da missão de Temer neste quesito foi cumprida com louvor. Ainda falta o Congresso aprovar a reforma da Previdência Social, o principal sorvedouro do dinheiro dos pagadores de impostos. Falta também agilizar o corte dos juros, que agora, com a âncora fiscal,



deverá finalmente se concretizar. Mas, desde já, com as duas pendências bem encaminhadas, o governo precisa diversificar a sua pauta. Com a recessão completando dois anos, sem contar o crescimento pífio de apenas 0,1%, em 2014, o maior desafio de Temer daqui para frente será recolocar o Brasil na trilha do desenvolvimento.

Embora seja indispensável para a estabilidade econômica, o reequilíbrio das contas públicas não promove, por si só, a prosperidade das empresas e o bem-estar dos cidadãos. Se Temer quiser realmente ser lembrado como “o sujeito que arrumou o Brasil”, como ele afirma, terá de ir além do ajuste fiscal – e só a volta do crescimento permitirá a reversão efetiva do atual quadro de desalento na economia. *“É possível ver o broto nascer sem necessariamente ter aprovado a reforma da Previdência”*, diz o economista Paulo Leme, presidente do banco de investimento americano Goldman Sachs, no Brasil.

Com uma queda acumulada de 7,4% no Produto Interno Bruto (PIB) em 2015 e 2016 e uma perspectiva de crescimento de apenas 0,5% em 2017, a tarefa de Temer não será fácil. Ainda mais em meio à crise política que atinge o País. Turbinada pelas investigações da Lava Jato, seus estilhaços alcançam diversos parlamentares da base aliada do governo no Congresso e alguns ministros próximos ao Palácio do Planalto. A própria permanência de Temer na Presidência até o fim do mandato, em 2018, está em xeque, com a citação de seu nome em delações premiadas e o avanço do processo contra a chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por abuso do poder econômico e uso de recursos de propina nas eleições de 2014. *“Isso vai ser, seguramente, uma fonte de problemas para o governo”*, afirma o diplomata Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda e do Meio Ambiente. *“Só para governar no dia a dia, sem fazer grandes cavalarias, como se dizia antigamente, já será um desafio enorme.”*

Mesmo com o ajuste fiscal adiantado e a reconhecida competência da atual equipe econômica, as expectativas se deterioraram de forma considerável nos últimos meses.

Depois de uma alta significativa após o impeachment, o índice de confiança dos empresários, apurado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), voltou a cair, puxado pelo aumento das incertezas na arena política. O índice ainda está acima do patamar atingido no governo Dilma, um recorde negativo difícil de ser batido, mas deu uma marcha à ré preocupante.

Com o caixa do governo depauperado, a anemia dos bancos públicos, espremidos até o bagaço nas gestões de Lula e Dilma, e o endividamento gigantesco de estatais como a Petrobrás e a Eletrobrás, a retomada dependerá quase exclusivamente da iniciativa privada. Só que, com a confiança em queda, ficará bem mais complicado despertar o “espírito animal” dos empresários de que falava o economista John Maynard Keynes (1883-1946). O capital tende a se retrair. Prefere aguardar um momento mais adequado para ampliar a produção e os investimentos, que sofreram um tombo de quase 25% em três anos, de 21,7% do PIB, em 2013, para 16,5%, em 2016.

“O empresário competente só vai investir se enxergar a luz no fim do túnel”, diz o financista Nathan Blanche, sócio da consultoria Tendências.

Como se isso não bastasse, muitas empresas estão respirando por aparelhos, atoladas em dívidas. Algumas das principais companhias do País, investigadas na Lava Jato, estão se comprometendo a pagar bilhões de reais em acordos judiciais, para purgar seus pecados. Ao mesmo tempo, o País perdeu um espaço precioso no mercado global nos últimos anos. Ao contrário do que aconteceu em outros tempos, as exportações estão sem vigor para puxar a carruagem. Além da queda nos preços das *commodities*, que sustentaram a bonança externa na primeira década do século, os produtos manufaturados nacionais perderam competitividade. O mundo também está bem mais hostil à expansão do comércio do que há alguns anos, com o aumento do protecionismo. *“Hoje, as bases para o crescimento do Brasil são muito frágeis”*, diz a economista

Monica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute e professora da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos. *“A gente não tem nenhum fundamento para dizer que o País poderá voltar a crescer 5% ao ano de forma sustentável no curto prazo.”*

Nesse cenário nebuloso, o grande risco seria o governo repetir os erros do passado recente e se deixar seduzir pela ideia de que existem atalhos para alcançar o Nirvana na economia. Como os brasileiros estão aprendendo agora de forma dolorosa, a conta das bruxarias heterodoxas, pedaladas e quietais acaba sobrando para toda a população, especialmente os mais pobres, em nome de quem os curandeiros oficiais diziam agir. Se houvesse fórmulas alternativas para levar ao crescimento, sem lastro no aumento de produtividade, os bustos em bronze de seus idealizadores provavelmente seriam erguidos em praça pública pelo mundo afora. E o Brasil – pródigo na produção de pajelanças econômicas – estaria no topo da lista dos países mais desenvolvidos.

Desta vez, porém, ao que tudo indica, o governo não deverá recorrer ao ilusionismo econômico, para tentar estimular o crescimento. Apesar das pressões para turbinar a retomada com medidas produzidas nos laboratórios econômicos de Brasília, Temer reforçou recentemente a posição de que vai evitar armadilhas do gênero. *“Não há mais espaço para feitiçarias na economia”*, afirmou. O ministro Henrique Meirelles, da Fazenda, declarou também que o governo não tentará reinventar a teoria econômica para acelerar a retomada. *“Não há mágica nem medidas iluminadas para a economia crescer mais rápido”*, disse.

A agenda oficial inclui um conjunto ambicioso de medidas, destinadas a reduzir a interferência do Estado na economia e a melhorar o ambiente de negócios no País. Da flexibilização da legislação trabalhista à aceleração das privatizações e concessões de serviços públicos; da adoção de reformas microeconômicas, para desburocratizar o dia a dia das empresas, à maior abertura da economia, o leque de propostas

abrange praticamente todos os gargalos que travam o desenvolvimento. Por ora, com as finanças públicas em frangalhos, a desejada redução da carga tributária, de quase 35% do PIB, a maior entre os países em desenvolvimento, não está no radar. Mas a mera simplificação tributária, em discussão no Congresso com o aval de Temer, já representará, se aprovada pelos parlamentares, uma contribuição inestimável para a melhoria da produtividade das empresas e o crescimento da economia.

Em dezembro, o governo anunciou um pacote de medidas para aumentar a eficiência da economia, sem recorrer ao dinheiro público. Uma das principais propostas é um programa de regularização tributária semelhante ao Refis, lançado em 2000 e reeditado várias vezes desde então. Ao contrário do que acontecia antes, o programa agora não prevê a concessão de descontos sobre a multa e os juros das parcelas em atraso, mas permite o parcelamento em até 96 meses e a utilização de prejuízos para quitar débitos tributários e previdenciários. O pacote inclui também o alongamento de dívidas das grandes empresas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com taxas mais salgadas que as originais, e o aumento do crédito da instituição para as empresas de pequeno porte.

Há, ainda, propostas para reduzir o custo de crédito, como o aperfeiçoamento do cadastro positivo, que permite aos bancos identificar os bons pagadores e lhes oferecer empréstimos com juros mais baixos, e a criação da duplicata eletrônica, para facilitar a execução das garantias nos “papagaios” bancários. Na área trabalhista, o governo propôs a prevalência da negociação coletiva sobre a legislação e anunciou duas benesses, também sem o uso de recursos públicos. Uma delas prevê a redução gradual na multa de 10% para empresas nas demissões sem justa causa. A outra, a liberação dos saques de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para estimular a redução do endividamento das famílias e o consumo.

Apesar de serem medidas de alcance limitado, que não terão impacto significativo no crescimento em curto prazo, elas cumprirão um papel relevante para diminuir a burocracia e melhorar a produtividade. Se forem complementadas por novas propostas do gênero, poderão ter, com o tempo, um impacto efetivo na vida dos cidadãos e das empresas. Agora, o governo tem de dar celeridade também a outros itens da agenda de modernização da economia, como a diminuição do tempo de abertura e fechamento de empresas e a redução das exigências de conteúdo nacional no setor de petróleo, já beneficiado pelo fim da obrigatoriedade de a Petrobrás ser a operadora única do pré-sal.

A lista de medidas para estimular o crescimento, sem o uso de manobras heterodoxas, parece não ter fim. Ainda que Temer consiga implantar a agenda que se propôs, pode ser que não tenha tempo de colher os resultados do que plantar, alcançando índices robustos de crescimento econômico. É possível também que ele não consiga realizar o seu desejo de ser lembrado como “o presidente que arrumou o Brasil”. Mas, talvez, ele possa, ao menos, ser reconhecido como um presidente que deixou o Brasil melhor do que encontrou. ●

José Fuchs: repórter especial da *Época*, editor executivo da *Exame*, editor-chefe da revista *Pequenas Empresas & Grandes Negócios* e repórter do *Estado*, da *Gazeta Mercantil* e da *Folha de S. Paulo*.

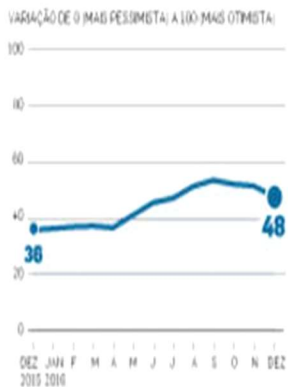
Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 7 de janeiro de 2017

MARASMO ECONÔMICO

• Como mostram os principais indicadores, falta força para o País sair do atoleiro em que se encontra

A confiança volta a cair...

Índice de Confiança do Empresário Industrial



FONTE: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

...o crédito encolhe...

Novos empréstimos para empresas



FONTE: BANCO CENTRAL

...os investimentos despencam...

Taxa de investimento¹

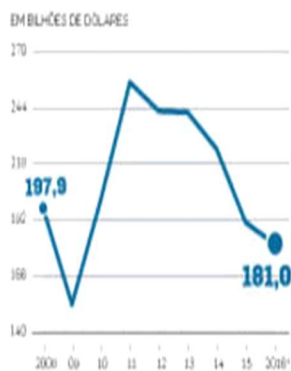


¹ ESTIMATIVA

FONTE: IBGE

... as exportações recuam...

Total de exportações



¹ ESTIMATIVA

FONTE: IBGE

... e a retomada é lenta

Variação do PIB



¹ ESTIMATIVA DE MERCADO COMPILADA PELO RELATÓRIO FOCUS DO BANCO CENTRAL

FONTE: IBGE E BANCO CENTRAL

A descentralização do poder

José Fucs



Para reforçar a Federação e evitar que governadores e prefeitos precisem 'passar o pires' em Brasília, o País tem de rediscutir as fatias da União, dos Estados e dos municípios no bolo tributário

No atual cenário de crise no setor público, poucas cenas revelam tanto do Brasil atual quanto a romaria diária de governadores e prefeitos a Brasília. Sem recursos para pagar suas contas ou prestes a entrar na UTI, eles buscam apoio do governo federal para tentar evitar um desastre de proporções incontroláveis. Embora também esteja no vermelho, em decorrência da herança recebida da presidente cassada Dilma Rousseff, a União controla a Casa da Moeda e pode lançar títulos públicos na praça para reforçar o caixa – um privilégio hoje vetado aos estados e municípios. Está, portanto, numa posição privilegiada na mesa de negociações, para submeter os demais entes da Federação ao jugo do Poder Central.

Para tentar repartir o ônus da derrocada com o governo federal, muitos governadores e prefeitos procuraram atribuir seus problemas à concentração dos recursos dos pagadores de impostos nas mãos da União. De repente, eles passaram a usar a crise fiscal como justificativa para impulsionar a ideia de um novo pacto federativo, cujo objetivo seria alterar as fatias da arrecadação destinadas à União, aos estados e aos municípios, além de reavaliar as tarefas que cabem a cada esfera de governo, de acordo com a Constituição. A rigor, porém, tudo isso não passa de uma



encenação, própria da política pedestre praticada no Brasil. A insolvência de estados e municípios tem mais a ver com a gestão inepta e a ganância irresponsável realizada nos últimos anos do que com a centralização dos recursos na área federal. Ainda assim, a peregrinação de prefeitos e governadores em Brasília tem o mérito de jogar os holofotes sobre os escombros da Federação brasileira e estimular o debate sobre a necessidade urgente de se adotar medidas para reformá-la e reforçá-la.

O domínio de Brasília- Hoje, a Federação praticamente só existe nas páginas da Constituição. Quase tudo que se queira fazer no País depende da chancela dos políticos e burocratas de Brasília. Apesar de estados e municípios terem de custear a maior parte dos serviços básicos oferecidos à população, como educação, saúde, segurança e transportes, o grosso do dinheiro dos pagadores de impostos fica mesmo com a União.

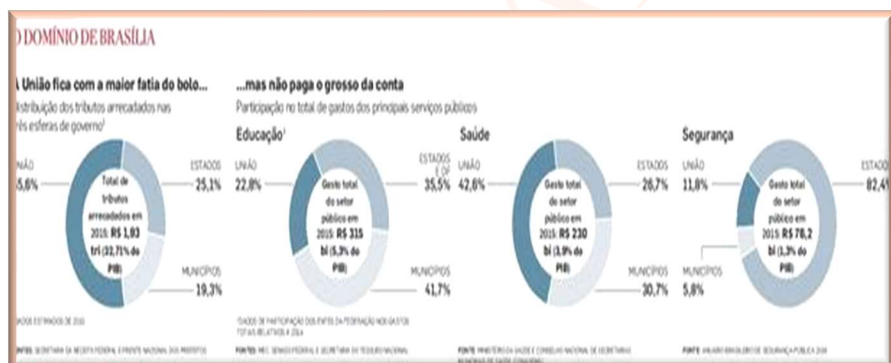
Segundo dados da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), a União abocanhou 55,6% do bolo tributário nacional em 2015, enquanto os estados e os municípios ficaram com 25,1% e 19,3%, respectivamente. Ao mesmo tempo, os governos locais têm pouca autonomia para mexer na área tributária. A capacidade de legislar também está quase totalmente concentrada em Brasília. Só que a demanda pela melhoria da qualidade dos serviços públicos não para de crescer, pressionando prefeitos e governadores a ampliar os investimentos. *“No Brasil, nós temos um federalismo centrífugo”*, diz o jurista Célio Borja, ex-ministro da Justiça e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). *“Não é só a renda que se deve redistribuir, mas sobretudo a competência legislativa e administrativa, porque não é possível que os estados e os municípios não possam legislar em matérias que lhes concerne.”*

A atual situação é parecida com a que o País vivia nos tempos do regime militar, quando a política do “pires na mão” prevalecia e o governo federal arbitrava quem deveria receber os recursos a seu bel-prazer. Na Constituição de 1988,

REFLEXÕES XXIII

procurou-se corrigir o problema, ao menos em parte, com a distribuição de uma fatia maior do bolo para os estados e municípios. Mas a União manteve muitas de suas atribuições anteriores e ainda recebeu outras, como a de viabilizar o Estado de bem-estar social previsto na nova Carta. Resultado: para cobrir suas despesas, a União criou diversos tributos não partilhados, cujas alíquotas subiram de forma significativa ao longo dos anos.

Mais recentemente, nos governos Lula e Dilma, o problema se agravou, não só com o aumento da fatia da União na arrecadação, mas também com as desonerações fiscais e a concessão seletiva de incentivos e subsídios para certos setores da economia. Realizadas com impostos partilhados com os demais entes da Federação, sem a aprovação de governadores e prefeitos, elas drenaram recursos preciosos



dos orçamentos e deixaram muitos estados e municípios à beira do abismo. Estima-se que, com as desonerações, os estados e os municípios tenham deixado de receber R\$ 190,1 bilhões em impostos entre 2008 e 2012. “A União dava benefício fiscal com o dinheiro dos outros”, afirma o jurista Nelson Jobim, ex-ministro da Justiça e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Deve-se colocar na conta também, de acordo com o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), os R\$ 345

bilhões que os estados deixaram de receber da União como compensação pelas desonerações de produtos para exportação, desde a entrada em vigor da Lei Kandir, em 1996.

No campo da saúde, as perdas são incalculáveis. A defasagem acumulada pela tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), que serve de base para o reembolso de despesas de hospitais públicos e privados, atinge a maioria dos procedimentos. A conta mais pesada sobra para os estados e municípios, encarregados de administrar a quase totalidade das unidades de saúde. Por fim, a União começou a criar pisos salariais nacionais por categoria profissional, como o dos professores, sem apontar de onde viriam recursos necessários para custear as benesses. *“O Brasil tem de decidir se realmente é uma Federação ou se apenas exerce de forma descentralizada as políticas públicas decididas no Congresso”*, diz o economista Paulo Guedes, presidente do conselho de administração da Bozano Investimentos.

Diante desse quadro, não é de estranhar que a ideia de transferir mais recursos para os governos locais, em especial para os municípios, onde os cidadãos moram e a vida acontece, tenha se tornado quase uma unanimidade nacional. Até o presidente Michel Temer já se mostrou favorável ao encaminhamento da questão no Congresso. Mas, devido às profundas implicações da medida, a negociação de um novo pacto federativo acaba travando apesar de receber o apoio verbal dos parlamentares. Nenhum político quer dar o seu aval a uma proposta que possa reduzir o volume de recursos disponível para a sua região de origem. Ainda mais no atual momento, de crise fiscal generalizada.

Em 2015, ainda no governo Dilma, o Congresso até tentou levar o assunto adiante, mas, em meio ao processo de impeachment e à troca de governo, ele acabou ficando para trás. Agora, a discussão está centrada na operação-hospital que Temer montou para socorrer os estados em situação terminal e evitar que outros sigam a mesma trajetória. Não há nada realmente ambicioso relacionado à Federação em pauta

no momento. *“Isso é muito difícil. O José Serra, ministro de Relações Exteriores e senador licenciado, que foi o relator do capítulo tributário na Constituinte, me contou que foi a coisa mais difícil que ele já fez na vida”*, afirma o diplomata Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda e do Meio Ambiente. *“As tensões são muito grandes, a possibilidade de avançar é pequena.”*

Talvez, por isso, faltem propostas concretas para viabilizar o pacto. *“Eu ainda não vi ninguém dizendo qual é o pacto federativo que se quer”*, diz o ex-ministro Nelson Jobim. *“O pacto federativo que, ao fim, está posto é o aumento de receita para estados e municípios”*. O problema é que, no momento, com a crise fiscal, não há perspectiva de a União abrir mão de receitas. *“A União está quebrada e não tem condição de transferir mais recursos para estados e municípios sem aumentar a carga tributária”*, diz o economista Bernard Appy, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF).

O economista José Roberto Afonso, pesquisador do Ibre, ligado à Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, afirma que, hoje, é mais difícil aumentar a fatia dos estados no bolo tributário do que a dos municípios. Os estados, segundo Afonso, estão politicamente fracos e desunidos e economicamente fragilizados. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que representa a maior parte das receitas estaduais, está se tornando um tributo obsoleto, com a desindustrialização e a “guerra fiscal”, centrada na redução tributária para atração de novos investimentos. Os municípios, ao contrário, estão organizados e mais fortes politicamente e com um enorme potencial para aumentar a cobrança de tributos próprios (serviços, imóveis, coleta de lixo, iluminação pública, espaço para construção). A União passou a fazer uma ligação direta com as cidades, criando uma realidade institucional que dificilmente será revertida.

Apesar de enfraquecidos, os estados devem ser beneficiados

REFLEXÕES XXIII

com uma maior divisão das responsabilidades com a União e os municípios no campo de segurança pública. Hoje, os estados contribuem com nada menos que 82,4% das despesas na área. *“A concentração da segurança pública nos estados não funcionou. Tanto não funcionou que se está usando perigosamente as Forças Armadas para suprir as carências existentes, o que não é bom, e criou-se essa Força Nacional, que é um negócio meio torto”,* afirma Jobim. *“Como faz, então? Deixa a segurança só com os estados ou amplia-se a participação da União e dos municípios em termos de recursos? É uma questão que temos de analisar.”* Para que a União, os estados e os municípios não fiquem batendo cabeça, como na área de educação, talvez seja conveniente acertar desde logo quem vai fazer o quê. ●

José Fucs: repórter especial da *Época*, editor executivo da *Exame*, editor-chefe da revista *Pequenas Empresas & Grandes Negócios* e repórter do *Estado*, da *Gazeta Mercantil* e da *Folha de S. Paulo*.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 14 de janeiro de 2017

A modernização dos sindicatos

José Fucs



Reportagem da série aborda as distorções existentes na área sindical do País e apresenta as principais propostas para renová-la, como o fim do imposto sindical e do monopólio de representação

Com a atual crise política e econômica, tornou-se lugar comum dizer que o Brasil tem de implantar as “reformas estruturais” para crescer de forma sustentável e realizar o seu potencial. A agenda de reformas engloba praticamente todos os campos – político, fiscal, previdenciário, tributário, trabalhista, administrativo. Uma área essencial para a modernização do País, porém, tem ficado à margem do debate – a sindical.

Diante dos graves problemas que o País tem pela frente, a reforma sindical pode parecer uma questão menor. Entre autoridades de Brasília, economistas, cientistas políticos e até analistas de botequim, parece predominar a visão de que ela pode atrapalhar a tramitação da reforma trabalhista, encaminhada ao Congresso Nacional pelo governo, no final do ano. É possível. Mas, pelo que representa nas relações entre o capital e o trabalho, a reforma sindical merece um espaço mais nobre na pauta oficial. Se o governo pode atacar em tantas frentes ao mesmo tempo, para tirar o País do atoleiro em que se encontra, não há razão para discriminá-la e deixá-la para as calendas. “A reforma trabalhista exige uma reforma sindical”, diz José Marcio Camargo, professor da PUC do Rio de Janeiro e economista da Opus, uma empresa de gestão de recursos. “A questão



sindical precisa ter seus acertos também”, afirma o consultor José Pastore, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP).

Nesta reportagem especial, a 15.^a da série A reconstrução do Brasil, o Estado discute as distorções existentes na área sindical e apresenta as principais propostas para reformá-la. A reportagem encerra a série lançada pelo jornal em setembro, como uma contribuição ao debate sobre os grandes desafios do País depois do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Para produzi-la, o Estado realizou mais de 50 entrevistas com algumas das figuras mais respeitáveis da vida política e econômica nacional, ouviu consultores e acadêmicos do exterior e levantou dados exclusivos sobre os principais gargalos que travam o desenvolvimento do País.

Desde os tempos de Getúlio Vargas, quase nada mudou na área sindical. Mesmo a Constituição de 1988 preservou a estrutura básica da legislação corporativista criada por Vargas nos anos 1930, centrada na vinculação das entidades sindicais ao Ministério do Trabalho, na sindicalização por categoria profissional e no monopólio da representação de empregados e empregadores. Também manteve o imposto sindical, que drena um dia de trabalho dos 39 milhões de brasileiros com carteira assinada, sem contar empresários, profissionais liberais e autônomos, filiados a entidades próprias, para financiar centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos.

Embora o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha sido um defensor aguerrido da reforma sindical, para libertar os sindicatos do jugo do Estado, no final dos anos 1970, quando surgiu como líder metalúrgico na região do ABC paulista, ele acabou abandonando a ideia, com o apoio do PT, durante o seu governo. Em vez de sepultar de vez a herança corporativista de Vargas, Lula não só manteve o imposto sindical, que garante o ganha-pão do que ele costumava

chamar de “pelego” nos tempos de sindicalista, como estendeu a distribuição do dinheiro às centrais sindicais, como a CUT, ligada ao PT, UGT, Força Sindical e outras. De quebra, Lula ainda liberou as entidades de prestar informações sobre seus gastos ao Tribunal de Contas da União (TCU), ao vetar um dispositivo aprovado pelo Congresso Nacional para estabelecer tal controle, sob a alegação de que feria a autonomia sindical.

Hoje, se o dinheiro do imposto sindical for usado para comprar sanduíche de mortadela, transportar manifestantes para atos de protesto contra o governo e para invadir prédios públicos, a sociedade não tem como saber, ainda que a conta seja bancada, em última instância, pelos trabalhadores. Tampouco é possível conhecer eventuais gastos de dirigentes sindicais, tanto de entidades de empregados como de empregadores, em hospedagens em hotéis cinco estrelas ou em almoços nababescos nos melhores restaurantes. “A Constituição de 1988 sacramentou o princípio de não intervenção do Estado na organização sindical – e isso deve ser assim mesmo”, diz o advogado Almir Pazzianotto, ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e ex-ministro do Trabalho. “Agora, se as entidades usam o dinheiro do imposto sindical, que é pago compulsoriamente, tem de haver prestação de contas. O que não pode é as entidades sindicais serem consideradas privadas para algumas coisas, ficando imunes à interferência do governo, e serem consideradas públicas na hora de receber o dinheiro do imposto sindical e do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).”

Negócio Bilionário- Os sinais de que o sindicalismo brasileiro está enfermo e tem de passar por uma profunda reforma se multiplicam. Talvez o mais evidente seja a “fábrica de sindicatos” criada no País desde a Constituição de 1988.

Segundo dados oficiais, só no ano passado 326 novos sindicatos conseguiram o registro no Ministério do Trabalho, uma média de quase um por dia. Nada menos que 2.603

sindicatos, de empregadores e empregados, conseguiram o aval do governo para funcionar desde 2007. No total, de acordo com os números oficiais, existem hoje 16.429 entidades sindicais – um salto de quase 50% desde 2001 –, fora os três mil pedidos que estão na fila de espera para obter o registro. No Reino Unido, onde predomina o pluralismo sindical, existem 168 entidades sindicais. Na Dinamarca, 164. Na Argentina, 91. Na Alemanha, 11.

“Hoje, qualquer um pode fundar um sindicato”, afirma Pazzianotto. Segundo ele, em Capivari, sua cidade natal, localizada no interior de São Paulo, existe um sindicato rural há cerca de 40 anos, embora não existam mais trabalhadores rurais no município. “Há mais sindicatos em Capivari, que tem 50 mil habitantes, do que em toda a Alemanha – e em Capivari não tem indústria.”

Boa parte dos novos sindicatos criados no País é apenas de fachada. Tem pouquíssimos associados. As diferenças, muitas vezes, estão apenas em sutilezas no nome das entidades.

Como o sindicato deve ter uma base territorial definida e representar uma determinada categoria profissional, as disputas pelo mesmo quinhão são frequentes. Em geral, o principal motivo dos conflitos é o mesmo que leva à proliferação de sindicatos: o apetite por uma cota do imposto sindical, que arrecadou um total R\$ 3,4 bilhões em 2015 e desde 2007 movimentou quase R\$ 28 bilhões – um valor equivalente ao orçamento anual do Bolsa Família, com seus 13,9 milhões de beneficiários.

Quem tem mais trabalhadores em sua base territorial e profissional fica com a maior fatia do bolo, independentemente do número de associados da entidade. Nesse cenário, quem acaba definindo a “legítima” liderança sindical é um magistrado da Justiça do Trabalho. *“Os três melhores negócios no Brasil hoje são fundar uma igreja, um partido e um sindicato”, afirma Pazzianotto. “Igreja não paga imposto, partido tem o Fundo Partidário para cobrir suas*

despesas e os sindicatos recebem o imposto sindical e têm participação no FAT, sem ter de prestar contas pelos seus gastos.”

Não é de estranhar que a representatividade dos sindicatos e demais entidades sindicais não pare de cair. Depois de a taxa de sindicalização no País atingir um pico de mais de 20% dos trabalhadores ocupados no final da década passada, de acordo com o IBGE, ela caiu hoje a menos de 16%. A queda na sindicalização é um fenômeno mundial, decorrente da evolução do trabalho e da tecnologia, mas, no Brasil, ela parece potencializada, em razão do abismo existente entre a ação dos sindicalistas e as demandas dos trabalhadores.

“Os trabalhadores não querem se filiar aos sindicatos, porque eles não servem para nada”, diz o economista José Marcio Camargo.

“O Brasil deve ser um dos poucos países do mundo em que os sindicatos não querem ir atrás de novos filiados. Como eles vivem do imposto sindical, filiado só incomoda.”

Sem ter de se preocupar em arrecadar recursos para financiar as atividades das entidades e sem ter de justificar seus gastos, é natural que muitos dirigentes sindicais se perpetuem nos cargos e não queiram “largar o osso”. Uma pesquisa realizada em 2013 com base em dados do Ministério do Trabalho apontou que 8.500 dirigentes estavam há mais de dez anos no comando. Transformaram-se, na prática, em sindicalistas profissionais, que controlam as entidades como feudos. Isso vale tanto para as entidades de empregados como de empregadores. No caso de entidades de trabalhadores, há um agravante porque os dirigentes sindicais gozam de estabilidade nas empresas em que trabalham desde o momento da candidatura até um ano depois do mandato.

Para reverter o quadro, na opinião de Pazzianotto, só há uma solução: acabar com o registro das entidades sindicais no Ministério do Trabalho, “*que se tornou um grande negócio*”, e desligá-las totalmente do Estado. Também seria preciso, na

REFLEXÕES XXIII

avaliação de Pazzianotto, extinguir o imposto sindical e os repasses do FAT aos sindicatos. O País passaria a seguir as regras da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê o pluralismo sindical. Cada entidade viveria apenas das contribuições de seus associados, tanto no caso de empregados como de empregadores. As negociações coletivas poderiam ser feitas por empresas ou por grupos de empresas de portes semelhantes. *“As eleições sindicais são uma fraude, porque a participação da categoria é mínima. As mensalidades são irrisórias e mesmo assim ninguém se sindicaliza”*, afirma.

“Hoje, no Brasil, poucos são tão privilegiados quanto a elite sindical.”

Apesar de a reforma sindical não ser uma prioridade do governo no momento, tramita na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado um projeto do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), de 2016, relacionado ao tema. O objetivo é obrigar as entidades sindicais a abrir a “caixa preta” do imposto sindical e a prestar contas ao TCU sobre o uso dos recursos que recebem. O senador Paulo Paim (PT-RS) tem procurado retardar a tramitação do projeto e protocolou um requerimento, ainda não avaliado pela comissão, cujo relator é o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), para levar a questão para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), dominada pelo PT e outras agremiações de esquerda. Há, também, um projeto do senador Sérgio Petecão (PSD-AC) que retira de vez a obrigatoriedade de recolhimento do imposto sindical. A proposta, que está em análise na CAS, a mesma para a qual Paim quer levar o projeto de Ferraço, prevê a cobrança do imposto sindical apenas dos trabalhadores sindicalizados.

Se o governo mobilizar a base aliada e conseguir aprovar os projetos de Petecão e Ferraço, ainda faltaria acabar com a exigência de aprovação dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho e com a unicidade sindical. Também seria preciso liberar a criação de sindicatos sem vínculos com categorias

REFLEXÕES XXIII

profissionais e atividades empresariais. Talvez, tendo de correr atrás de dinheiro para sobreviver, os sindicalistas se preocupem mais em defender o real interesse dos trabalhadores e empresários do que em se perpetuar no poder e usar seus cargos como trampolim político. ●

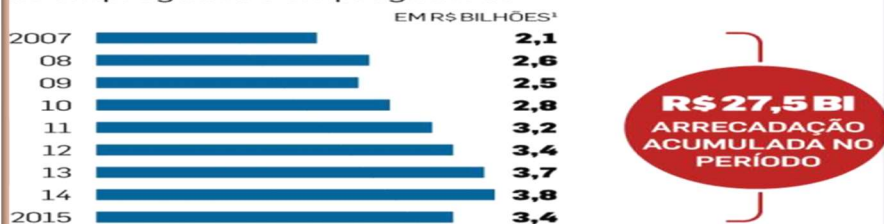
José Fucs: repórter especial da *Época*, editor executivo da *Exame*, editor-chefe da revista *Pequenas Empresas & Grandes Negócios* e repórter do *Estado*, da *Gazeta Mercantil* e da *Folha de S. Paulo*.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 28 de janeiro de 2017

NEGÓCIO BILIONÁRIO

● Com a garantia dos recursos do imposto sindical, sem necessidade de comprovação de gastos, o número de sindicatos no País não para de crescer

Total arrecadado com a contribuição sindical de empregados e empregadores



FONTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)
¹ VALORES DE CADA ANO ATUALIZADOS PELA INFLAÇÃO (IPCA) ATÉ 2015

A fatia das entidades e do governo na arrecadação do imposto sindical, de acordo com a legislação



Novos sindicatos com registro concedido pelo Ministério do Trabalho



16.429
É O TOTAL DE SINDICATOS ATIVOS EXISTENTES HOJE NO PAÍS, SEGUNDO O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Um presidente a mais, um a menos

Leandro Karnal



O rio da transformação desacelera e chega ao calmo fluxo da planície. O chamado 'homem mais poderoso do mundo' tem limites notáveis

A eleição norte-americana foi recebida como uma bomba de nêutrons por muitas pessoas. As pesquisas pareciam indicar uma ligeira folga a favor de Hillary Clinton. Abertas as urnas, houve a surpresa na manhã do dia 9 de novembro. Especialistas sempre dizem que previam tudo, que era esperado, etc. Eu devo reconhecer: o resultado foi uma completa surpresa para mim, e, provavelmente, para o próprio Trump. Houve surpresa, mas não estou entre os pessimistas. Por quê?

Escrevi no Estadão, na véspera do resultado, que não havia diferenças abissais entre a candidata democrata e o republicano. Não chego a endossar a tese de Noam Chomsky (existe um partido com duas facções), mas as semelhanças são tão notáveis que intitulei o artigo Trumpillary. Ambos jogavam para a torcida: uma dizendo coisas para agrado de todos e o outro detonando tudo. A grosseria de Trump cativou mais o eleitorado do que a retórica teatral de Hillary. Como numa novela, identifico-me mais com um dos atores, mas, por vezes, esqueço-me que o autor é o mesmo para todos. Trump e Hillary não são idênticos, mas pertencem a duas espécies do mesmo gênero. Vamos adensar a reflexão.

William Jefferson Clinton, o marido de Hillary, foi um dos presidentes mais ricos dos EUA. Se eleita, a esposa de Bill teria sido também uma das milionárias a entrar na Casa Branca. Democratas milionários são comuns: os Kennedys, os Roosevelts, os Clintons. Lembremos que Bill Clinton já era

REFLEXÕES XXIII

rico, mas que ficou ainda mais após a presidência. Num único mês de 2014, o ex-presidente teria recebido quase dois milhões de dólares por seis palestras. Temos aqui um ótimo plano de carreira para o quase aposentado Obama. Trump, Bush 1, Bush 2 e Hoover mostram que republicanos também amam acumular.

Já houve gente menos dourada em Washington. Truman tinha a fama de não possuir patrimônio expressivo. Um dos quatro presidentes assassinados dos EUA, James Garfield, foi porteiro e carpinteiro antes da presidência. Garfield, tal como o famoso Lincoln, morou numa cabana de lenhador. São exceções antigas: a norma das últimas décadas é de gente mais abastada. Faz parte de uma reflexão do eleitorado dos EUA: se o candidato não conseguiu nem arrumar sua vida, como arrumará a do país? Lembrem-se de que a mentalidade americana média não vê no dinheiro um desvio de caráter.

Donald Trump não parece ser um modelo moral, especialmente no trato com as mulheres. Nisso também não é original. O público jovem lembra-se dos escândalos de Bill Clinton com Monica Lewinski. Os mais velhos recordarão que Kennedy sofria de uma espécie de priapismo, um estado de sexualidade exuberante. O livro *O Lado Negro de Camelot*, do jornalista Seymour Hersh, faz uma análise assustadora sobre o carismático presidente católico. Lyndon Johnson, seu sucessor, trazia a rudeza descarada que alguns associam ao seu estado natal, o Texas. Testemunhas falam de frases impublicáveis quando ele, em pleno salão oval, beliscava partes pudendas da sua esposa, Lady Bird Johnson. Bem, ao menos era a consorte...

O batista georgiano Jimmy Carter parecia ser, exemplarmente, recatado. Uma incontinência verbal arranha sua vitrina pudica. Ele afirmou que teria pensado de forma impura (pensado, apenas) em mulheres e teria, assim, de acordo com uma regra bíblica, cometido adultério (*I've looked on a lot of women with lust. I've committed adultery in my heart many times*). Essa afirmação, dada à revista *Playboy*,

REFLEXÕES XXIII

foi, aparentemente, a coisa mais grave que ele fez na vida. Mas Carter não encerrou a presidência com popularidade ou com fama de bom administrador. A crise dos reféns do Irã, a inflação e até um ataque de um coelho assassino ao seu barco de pesca (*sim leitor, você leu corretamente, pesquise sobre o “rabbit incident”*) fizeram com que o mais puro dos presidentes terminasse com a fama de incompetente e fraco. Kennedy fornicava e Carter fantasiava. O luxurioso é um dos mais queridos governantes na memória americana e o casto com imaginação continua mal avaliado.

Volto ao eixo narrativo. O presidente dos EUA tem de dividir quase tudo com um Congresso forte. Trump terá maioria, mas não é um republicano autêntico e conta com a antipatia dos caciques do Capitólio. O posicionamento do Congresso ainda é nebuloso para o quadriênio 2017-2020. O Banco Central Americano (o FED) tem muito mais autonomia do que o brasileiro. Parte das decisões financeiras foge à presidência. Apesar da opinião dos críticos, os EUA são um país de liberdade de imprensa real. A economia americana tem vida própria e as instituições são sólidas. Querem exemplos? O atual presidente é popular e carismático, mas lutou muito para aprovar seu modelo de plano de saúde, o Obamacare. A simples promessa de fechar Guantánamo não foi, de fato, cumprida. O chamado *“homem mais poderoso do mundo”* tem limites notáveis.

Poderia argumentar muito mais. Enfatizo minha posição: Trump tem grande talento cênico com suas caras e bocas. A personagem parece, por vezes, extraída de uma opereta cômica, mas ele não é notavelmente distinto de uma tradição da presidência. É provável, caro leitor, que sua vida siga absolutamente como sempre foi. O fetiche da política é compreensível. O que me deixa impressionado é o imenso grupo que considera que democracia só existe quando vence o candidato que eu aprovo. Um bom domingo a todos vocês. ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 13 de novembro de 2016

As areias da ampulheta: atrasados e pontuais

Leandro Karnal



Ao casar com minha avó materna, meu avô comprou um relógio de parede na casa Masson, em Porto Alegre. Sendo um luterano alemão, o velho Ervin Schlusen deveria imaginar que um bom casamento demandava um controle do tempo muito preciso. Por décadas, o relógio deu badaladas no lar da infância da minha mãe. Hoje, ele funciona na parede do meu escritório. Octogenário, seu mecanismo continua firme lembrando que cada badalada nos fere, e a última será fatal

O relógio no meu escritório está impávido atrás de mim e, na minha frente, na tela do computador, vejo vídeos de alunos atrasados do Enem. Fico sempre estarecido. Como alguém que tem um compromisso decisivo na sua biografia pode se atrasar? Sim, ônibus quebram, trânsito engarrafa, chuvas acontecem. Por isso (*penso com o mesmo sangue que irrigou a alma do meu avô*): por que não sair de casa com muitas horas de antecedência?

Todos os anos, o fenômeno se repete e as cenas povoam a rede. Contradição enorme: desespero lancinante diante do portão fechado, choro, histeria até. Em oposição, antes disso, tranquilidade absoluta na estratégia de chegar até o local. Fica aqui o paradoxo: se foi calmo para sair de casa, se foi tranquilo e lento para gerir o horário, por que a calma não permanece? Por que o desespero bate agora e não antes?

Minha indagação pode ser questionada. Primeiro elemento a considerar: sou obsessivo com horários. Minha ansiedade faz com que eu chegue com antecedência a todos os locais.

REFLEXÕES XXIII

Sempre fui o primeiro em restaurantes, cinemas, salas de aula e aeroportos. Segundo ponto: faço um recorte da vida a partir da racionalidade, ou seja, da capacidade estratégica de gerir perdas e ganhos e decidir a partir da razão. Penso e falo que somos senhores do nosso destino e que escolhemos como desejamos nos esculpir. Seria isso válido para todos?

Há mais de 30 anos eu dava aula numa escola de ensino médio que facultava aos alunos a chance de escolher se queriam ou não ficar na aula. Havia a chamada, mas o aluno poderia retirar-se antes da minha aula. Alguns, inebriados com a liberdade que não gozavam em outros estabelecimentos, saíam de forma ostensiva e felizes. Levavam a falta e ficavam jogando truço no pátio. Com o passar do tempo, eles acumulavam um número perigoso de faltas. No Brasil, 75% é o patamar mínimo legal de presença. Eu passava por eles e lembrava: faltam 4 faltas para você ser reprovado. Quase todos respondiam com irritação: eu sei! As quatro diminuía para três e estas chegavam a duas. Por fim, tínhamos o seguinte drama: se perder mais uma aula ficaria reprovado.

Claro: o desastre era a crônica de uma morte anunciada. O aluno perdia uma aula e acabava perdendo o ano. Quando ele era informado do resultado, chorava, esmurrava as portas, gritava, insultava a escola e os professores. Estava indignado!

Volto ao choro na porta do Enem: por que aquela reação agora se antes demonstrou uma calma de monge no Himalaia? Por que não houve a junção de causa e efeito? Por que ele parecia dividido entre dois seres: o tranquilo de outrora e o desesperado de agora?

Essa reflexão sempre trai o orgulho dolorido da formiga diante da cigarra. O pontual tem o secreto prazer diante do desespero do atrasado. O desvio confirma que minha abnegação é recompensada. Se eu trabalhei o verão todo, nada mais gostoso do que contemplar o desespero da cigarra folgada no rigor do inverno. Aliás: só existe prazer na ordem se houve o gozijo pela desordem.

REFLEXÕES XXIII

Recém-chegado a São Paulo, tive de justificar o voto na primeira eleição. Informei-me do horário do correio na véspera (era o local da justificativa) e obtive o formulário, preenchido, zelosamente, na noite anterior. Meia hora antes de as portas serem abertas, eu estava lá. Surpresa: havia uma fila gigantesca! Todos que justificavam queriam fazê-lo cedo para ter o dia livre. Esperei muito para chegar a minha vez e, finalmente, cumpri o elevado dever cívico. No fim da tarde do dia de eleição, meu amigo Sergio, notório procrastinador, visitou-me. Como eu, era um gaúcho que se mudara há pouco. Perguntei-lhe onde ele justificara e ele, espantado, perguntou-me: “Tem de justificar?”. Meu susto foi enorme. Saímos correndo até o mesmo correio onde eu consumira parte da minha manhã. Faltavam minutos para encerrar o horário. Não havia mais ninguém. Ele obteve lá o formulário, preencheu-o e saímos com rapidez incrível. Eu era o ser estratégico, meu amigo o caos tornado mamífero. Fui tomado de grande raiva. Não parecia justo! Eu gostava do meu amigo, mas uma parte minha desejava que ele não conseguisse justificar e fosse chicoteado em praça pública e torturado com tenazes ardentes. Só assim, minha alma de inquisidor pontual ficaria feliz. Não ocorreu: ele foi premiado e eu, punido.

Fora aquelas questões excepcionais que podem ocorrer uma vez na vida, por que alguém, regularmente, chega atrasado? Programação neurolinguística? Indiferença ao outro? Tempo biológico em atrito com o tempo do relógio? Incapacidade de incorporar valores? Protesto contra o mundo? Tenho várias considerações ainda sobre a concepção tupiniquim de horário, mas isso já precisa de outro texto. Um bom domingo a todos vocês. ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 20 de novembro de 2016

As areias da ampulheta: atrasados e pontuais (segunda parte)

Leandro Karnal



Começamos, na semana passada, a conversar sobre atrasos. Tentarei ser objetivo

Começamos, na semana passada, a conversar sobre atrasos. Tentarei ser objetivo: O tempo da natureza dominou a humanidade na maioria dos nossos quatro milhões de anos

como espécie. Vivemos em torno dos binômios dia e noite, inverno e verão, estação das chuvas e seca. Essa noção estava na base do esforço para constituir calendários.

Sobre o tempo natural que nos cerca e antecede, sobrepusemos a medida e o controle dos mecanismos. O relógio é uma artificialidade que raramente está afinado com o tempo natural/biológico. Medir o tempo também é um exercício de controle de pessoas. Os monges adaptaram a divisão romana das horas e criaram orações e textos para cada momento. Vésperas, completas, matinas: as horas canônicas serviam para louvar a Deus, dividir o dia em partes e controlar os religiosos presentes no coro. Da mesma forma, o chamado sistema de fábrica do século XVIII, foi uma solução para disciplinar o trabalho num espaço e num cronograma. No mosteiro, na fábrica e no mundo dos negócios de hoje, o controle do tempo é a vitória da disciplina e de um determinado modelo de produtividade ou de vocação. Conciliar natureza/corpo/controlar: esta é a tríade que embala e atormenta a humanidade.

O crescimento das relações urbanas e de produção fez surgir relógios em praças públicas. Decorativos no campo, tornaram-se fundamentais nas cidades. Primeiro nasceu o ponteiro de

horas. Depois surgiu o ponteiro dos minutos e, por fim, o dos segundos. Cada nova haste no relógio inaugurava uma nova necessidade de quantificar.

O tempo é, teologicamente, dom de Deus. Assim Santo Agostinho o define e defende que não deveria ser vendido ou alugado. Critica-se a ideia de juros porque seria pagar pelo tempo, uma dádiva gratuita. O tempo da Igreja, como definiu o medievalista Le Goff, foi cedendo lugar ao tempo do mercador. Hoje falamos em hora-aula e hora-técnica. O tempo do mercador é vitorioso em quase todos os lugares. O homem da cidade vai ao campo e experimenta o tempo da natureza mais colado ao tempo teológico. O mundo rural é o paraíso para quem está desobrigado de semear ou ordenhar.

O Calvinismo tornou-se a ascese⁸ do capitalismo. A vida regrada e produtiva era boa para a salvação da alma e para os negócios. Tempo é dinheiro! Controle de ambos assinala os eleitos. A terra do calvinismo, Genebra, tornou-se também a terra dos relógios precisos. Os trens suíços são um salmo piedoso de louvor ao Senhor do tempo. A nova faceta de Deus também chegou às ilhas do Norte e “pontualidade britânica” virou clichê.

A perfeita harmonização do tempo relógio com o tempo biológico e o tempo natural é um esforço que demanda muito. Implica uma ação cultural e uma disciplina imensa. O valor horário deve ser inculcado desde a tenra infância. Histórias virtuosas sobre benefícios da pontualidade e castigos exemplares de atrasados são fundamentais no processo.

O clima ajuda, mas não determina. Invernos rigorosos estimulam ordem. Se você não fizer compotas e conservas antes do frio, passará necessidade. Se não tiver uma casa

⁸ **Ascese:** no cristianismo e em todas as grandes religiões, conjunto de práticas austeras, comportamentos disciplinados e evitações morais prescritos aos fiéis, tendo em vista a realização de desígnios divinos e leis sagradas.

REFLEXÕES XXIII

minimamente aquecida e sólida, a neve vai soterrar seu descaso. Os trópicos são mais generosos com o imprevisto. O mundo temperado é um mundo onde o imperativo categórico é menos clemente com o desleixo.

Pessoas pontuais são mais estratégicas. O que seria estratégia aqui? A capacidade de antecipar um problema. O pontual organiza antes e sai mais cedo. O pontual é mais pessimista: leva em conta que tudo pode dar errado. O atrasado é dotado de incorrigível otimismo: supõe que chegará ao ponto no instante que o ônibus se aproximar e que não existirá trânsito. Isso torna o pontual mais tenso e um pouco mais duro com o mundo. Os atrasados crônicos, por vezes, são mais leves. Não querem ensinar nada a ninguém. O pontual é mais pedagógico. O retardatário canta: *“deixa a vida me levar, vida leva eu...”*

A pontualidade tem o defeito de toda virtude: ela também é um modo-defesa. Tenho mais medo das coisas e imagino que, controlando o tempo, controlo as coisas. Controle é algo que irrita as pessoas ao nosso redor. Tudo o que for bom e belo grita ao mundo: por que você não me imita? Por que não me segue? O atrasado, o preguiçoso e o lento não desafiam ninguém. Eles emolduram as virtudes alheias. O homem atrasado é a zona de conforto do homem pontual. O pontual reclama, até exalta sua indignação, mas está feliz por se julgar melhor.

Sociedades pontuais são difíceis para o indivíduo e boas para o grupo. Sociedades mais tolerantes com as variações são boas para o indivíduo e ruins para o grupo. Pense na seguinte questão: quem são as pessoas ideais para compartilhar espaço no trânsito e quem são as melhores pessoas para compartilhar espaço na cama? Raramente os dois grupos terão o mesmo passaporte.

Será que alguém que chega tarde ao Enem levou em conta essas questões? Provavelmente não. Por isso chegaram atrasados. Seria bom que pensassem no custo que o atraso

REFLEXÕES XXIII

pode ter. Também seria curioso que, de quando em vez, pontuais pensassem no custo do zelo obsessivo pelo horário. Viver está além de ser pontual ou atrasado. Um bom domingo a todos vocês. ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 27 de novembro de 2016

Criar ou agradar ou como eu quero envelhecer?

Leandro Karnal



O relógio marcava 23h. Muito tarde para o Rio de Janeiro de então. O autor situa a cena em 5 de agosto de 1875. Houve um pequeno jantar de aniversário para o jovem que completava 21 anos. Ao término, um zeloso pai decide elaborar um plano de vida para o filho. Assim começa o conto Teoria do Medalhão, de

Machado de Assis.

O estoicismo⁹ marca o início da fala. A vida é uma loteria. Os prêmios são raros. Temos de aceitar as “glórias e desdouros” da existência. O futuro está à frente do rapaz. Que profissão lhe recomenda o pai? Ser medalhão...

Há um trajeto e um projeto. Ele deve iniciar agora o esforço. Empenhado, chegará ao patamar de medalhão aos 45 anos. Há medalhões anteriores, mas são gênios raros. O moço tem potencial. O pai constata que ele repete nos salões as opiniões tomadas das ruas. O filho tem uma mente que absorve mais do que cria: um indício de vocação para ser medalhão.

Ser medalhão não é tão fácil. Há práticas a seguir: ler sobre retórica e jogar dominó, por exemplo. Há que fazer passeios pelas ruas, sempre acompanhado, evitando a solidão, oficina de ideias. Na fala, o jovem deve usar figuras como a hidra de Lerna e as asas de Ícaro, conhecidas de todos (bem, pelo menos na época de Machado). Tudo deve ser para “pensar o pensado”, coloca nosso bruxo do Cosme Velho na boca do pai.

⁹ **Estoicismo**: resignação diante do sofrimento, da adversidade, do infortúnio.

REFLEXÕES XXIII

O objetivo é evitar a originalidade, a ideia que incomode, a fala que fustigue o senso comum.

Importante cuidar da propaganda e divulgar seus jantares. O pai batiza o ato de “benefícios da publicidade”. Imperioso convidar alguns repórteres para ocasiões especiais. A imagem pública deve ser controlada. O jovem pode tentar a carreira política, mas deve centrar discursos em questões secundárias. Acima de tudo, deve evitar a imaginação na fala. O jargão deve ser repetido, desde que pareça sábio: “Antes das leis, reformemos os costumes!”, frase de consenso universal e que nada expressa. O filho deve ser um membro da política para não provocar nada na política. Eis a síntese dos conselhos: “Foge a tudo que possa cheirar a reflexão, originalidade”.

O exercício de aconselhamento é encerrado uma hora depois. O pai assegura que a conversa daquela noite tem o mesmo valor do Príncipe de Maquiavel.

O olhar crítico de Machado diseca o procedimento da Corte e seus hábitos. Um homem de respeito, um medalhão, uma pessoa tida por sensata seria, antes de tudo, alguém capaz de não ofender ou desafiar com algo novo. A fala escandida¹⁰, o riso preciso, a seriedade nos gestos seriam condições naturais para ser um homem de sucesso, um medalhão.

O texto da Teoria do Medalhão dialoga com outro conto, O Espelho, no qual a alma humana é apresentada de forma dupla: uma que olha de dentro para fora e outra que olha de fora para dentro. Dos textos emerge a dicotomia entre o homem público e o homem interno e entre a aparência e a essência, temas tradicionais em Filosofia e Teologia.

Evoco os sábios conselhos de Polônio ao seu filho Laertes, no Hamlet. Todas as afirmativas do cortesão são boas e também tratam sobre opções pessoais. Polônio parece acreditar na ética humanista, mas não a cumpre. O pai do conto **Teoria**

¹⁰ **Escandir**: dar destaque às sílabas de (palavra, verso) ao pronunciá-las.

REFLEXÕES XXIII

do Medalhão não acredita nos valores sociais, mas admite que são indispensáveis ao sucesso pessoal.

As falas dialogam com nosso mundo. Somos a era da curadoria e do aconselhamento, todos mirando na eficácia da ação e na realização pessoal. Vai a uma entrevista? Não se esqueça de se vestir como todos esperam e de não tocar em pontos polêmicos.

Depois que você for contratado por ser absolutamente igual e comum, a empresa procurará palestras e *workshops* sobre originalidade e empreendedorismo. Vai fazer uma redação do Enem? Não adote posições extremas, pois isso pode dar nota baixa. Depois, no curso superior, você será livre para pensar. Curiosa dicotomia que seleciona pessoas para atividades tendo como condição prévia que elas demonstrem a ação contrária ao que se deseja no exercício da função. São contradições de mundo líquido. Onde inserir o atrito?

Ao tratar da tumultuada comunidade de Corinto, Paulo afirmava que era bom que existissem divisões no grupo, para que se tornassem manifestos os que são comprovados (1 Cor 11,19). A ideia paulina gerou a máxima latina analisada na Suma Teológica de Tomás de Aquino: *Oportet haereses esse* (é bom que existam hereges). Para o direito, o contraditório é o caminho para a justiça.

Seguir os conselhos da Teoria do Medalhão embasa uma opção de vida consagrada, bem-sucedida materialmente e aceita como normal. O medalhão envelhece tranquilo. Inovar, romper, quebrar paradigmas e buscar algo que esteja além do senso comum é um esforço que tem um custo alto. O inovador vive sobressaltos e críticas e envelhece também. Resta sempre nossa escolha. Bom domingo a todos vocês! ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 4 de dezembro de 2016

Teoria do medalhão

Machado de Assis



Diálogo

- Estás com sono?
- Não, senhor.
- Nem eu; conversemos um pouco.
Abre a janela. Que horas são?
- Onze.

- Saiu o último conviva do nosso modesto jantar. Com que, meu peralta, chegaste aos teus vinte e um anos. Há vinte e um anos, no dia 5 de agosto de 1854, vinhas tu à luz, um pirralho de nada, e estás homem, longos bigodes, alguns namoros...

- Papai...

- Não te ponhas com denguiques, e falemos como dois amigos sérios. Fecha aquela porta; vou dizer-te coisas importantes. Senta-te e conversemos. Vinte e um anos, algumas apólices, um diploma, podes entrar no parlamento, na magistratura, na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes. Há infinitas carreiras diante de ti. Vinte e um anos, meu rapaz, formam apenas a primeira sílaba do nosso destino. Os mesmos Pitt e Napoleão, apesar de precoces, não foram tudo aos vinte e um anos. Mas qualquer que seja a profissão da tua escolha, o meu desejo é que te faças grande e ilustre, ou pelo menos notável, que te levantes acima da obscuridade comum. A vida, Janjão, é uma enorme loteria; os prêmios são poucos, os malogrados inúmeros, e com os suspiros de uma geração é que se amassam as esperanças de outra. Isto é a vida; não há planger¹¹, nem imprecar¹², mas aceitar as coisas

¹¹ **Planger:** derramar lágrimas; lastimar-se, chorar.

REFLEXÕES XXIII

integralmente, com seus ônus e percalços, glórias e desdouros, e ir por diante.

– Sim, senhor.

– Entretanto, assim como é de boa economia guardar um pão para a velhice, assim também é de boa prática social acautelar um ofício para a hipótese de que os outros falhem, ou não indenizem suficientemente o esforço da nossa ambição. É isto o que te aconselho hoje, dia da tua maioridade.

– Creia que lhe agradeço; mas que ofício, não me dirá?

– Nenhum me parece mais útil e cabido que o de medalhão. Ser medalhão foi o sonho da minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um pai, e acabo como vês, sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que deposito em ti. Ouve-me bem, meu querido filho, ouve-me e entende. És moço, tens naturalmente o ardor, a exuberância, os improvisos da idade; não os rejeites, mas modera-os de modo que aos quarenta e cinco anos possas entrar francamente no regime do aprumo e do compasso. O sábio que disse: "*a gravidade é um mistério do corpo*", definiu a compostura do medalhão. Não confundas essa gravidade com aquela outra que, embora resida no aspecto, é um puro reflexo ou emanção do espírito; essa é do corpo, tão somente do corpo, um sinal da natureza ou um jeito da vida. Quanto à idade de quarenta e cinco anos...

– É verdade, por que quarenta e cinco anos?

– Não é, como podes supor, um limite arbitrário, filho do puro capricho; é a data normal do fenômeno. Geralmente, o verdadeiro medalhão começa a manifestar-se entre os quarenta e cinco e cinquenta anos, conquanto alguns exemplos se deem entre os cinquenta e cinco e os sessenta; mas estes são raros. Há os também de quarenta anos, e outros

¹² **Imprecar**: pedir, rogar com insistência.

REFLEXÕES XXIII

mais precoces, de trinta e cinco e de trinta; não são, todavia, vulgares. Não falo dos de vinte e cinco anos: esse madrugar é privilégio do gênio.

– Entendo.

– Venhamos ao principal. Uma vez entrado na carreira, deves pôr todo o cuidado nas ideias que houveres de nutrir para uso alheio e próprio. O melhor será não as ter absolutamente; coisa que entenderás bem, imaginando, por exemplo, um ator defraudado do uso de um braço. Ele pode, por um milagre de artifício, dissimular o defeito aos olhos da plateia; mas era muito melhor dispor dos dois. O mesmo se dá com as ideias; pode-se, com violência, abafá-las, escondê-las até à morte; mas nem essa habilidade é comum, nem tão constante esforço conviria ao exercício da vida.

– Mas quem lhe diz que eu...

– Tu, meu filho, se me não engano, pareces dotado da perfeita inópia¹³ mental, conveniente ao uso deste nobre ofício. Não me refiro tanto à fidelidade com que repetes numa sala as opiniões ouvidas numa esquina, e vice-versa, porque esse fato, posto indique certa carência de ideias, ainda assim pode não passar de uma traição da memória. Não; refiro-me ao gesto correto e perfilado com que usas expender francamente as tuas simpatias ou antipatias acerca do corte de um colete, das dimensões de um chapéu, do ranger ou calar das botas novas. Eis aí um sintoma eloquente, eis aí uma esperança, No entanto, podendo acontecer que, com a idade, venhas a ser afligido de algumas ideias próprias, urge aparelhar fortemente o espírito. As ideias são de sua natureza espontâneas e súbitas; por mais que as sofremos, elas irrompem e precipitam-se. Daí a certeza com que o vulgo, cujo faro é extremamente delicado, distingue o medalhão completo do medalhão incompleto.

¹³ **Inópia**: qualidade do que é insuficiente; falta, escassez.

REFLEXÕES XXIII

– Creio que assim seja; mas um tal obstáculo é invencível.

– Não é; há um meio; é lançar mão de um regime debilitante, ler compêndios de retórica, ouvir certos discursos, etc. O voltarete, o dominó e o whist são remédios aprovados. O whist tem até a rara vantagem de acostumar ao silêncio, que é a forma mais acentuada da circunspeção. Não digo o mesmo da natação, da equitação e da ginástica, embora elas façam repousar o cérebro; mas por isso mesmo que o fazem repousar, restituem-lhe as forças e a atividade perdidas. O bilhar é excelente.

– Como assim, se também é um exercício corporal?

– Não digo que não, mas há coisas em que a observação desmente a teoria. Se te aconselho excepcionalmente o bilhar é porque as estatísticas mais escrupulosas mostram que três quartas partes dos habituados do taco partilham as opiniões do mesmo taco. O passeio nas ruas, mormente nas de recreio e parada, é utilíssimo, com a condição de não andares desacompanhado, porque a solidão é oficina de ideias, e o espírito deixado a si mesmo, embora no meio da multidão, pode adquirir uma tal ou qual atividade.

– Mas se eu não tiver à mão um amigo apto e disposto a ir comigo?

– Não faz mal; tens o valente recurso de mesclar-te aos pasmatórios¹⁴, em que toda a poeira da solidão se dissipa. As livrarias, ou por causa da atmosfera do lugar, ou por qualquer outra razão que me escapa, não são propícias ao nosso fim; e, não obstante, há grande conveniência em entrar por elas, de quando em quando, não digo às ocultas, mas às escâncaras. Podes resolver a dificuldade de um modo simples: vai ali falar do boato do dia, da anedota da semana, de um contrabando, de uma calúnia, de um cometa, de qualquer coisa, quando não prefiras interrogar diretamente os leitores habituais das belas

¹⁴ **Pasmatório**: lugar público frequentado por desocupados.

REFLEXÕES XXIII

crônicas de Mazade; 75 por cento desses estimáveis cavalheiros repetir-te-ão as mesmas opiniões, e uma tal monotonia é grandemente saudável. Com este regime, durante oito, dez, dezoito meses – suponhamos dois anos, – reduces o intelecto, por mais pródigo que seja, à sobriedade, à disciplina, ao equilíbrio comum. Não trato do vocabulário, porque ele está subentendido no uso das ideias; há de ser naturalmente simples, tívio, apoucado, sem notas vermelhas, sem cores de clarim...

– Isto é o diabo! Não poder adornar o estilo, de quando em quando...

– Podes; podes empregar umas quantas figuras expressivas, a hidra de Lerna, por exemplo, a cabeça de Medusa, o tonel das Danaides, as asas de Ícaro, e outras, que românticos, clássicos e realistas empregam sem desar¹⁵, quando precisam delas. Sentenças latinas, ditos históricos, versos célebres, brocardos jurídicos, máximas, é de bom aviso trazê-los contigo para os discursos de sobremesa, de felicitação, ou de agradecimento.

Caveant consules é um excelente fecho de artigo político; o mesmo direi do *Si vis pacem para bellum*. Alguns costumam renovar o sabor de uma citação intercalando-a numa frase nova, original e bela, mas não te aconselho esse artifício: seria desnaturar-lhe as graças vetustas¹⁶. Melhor do que tudo isso, porém, que afinal não passa de mero adorno, são as frases feitas, as locuções convencionais, as fórmulas consagradas pelos anos, incrustadas na memória individual e pública. Essas fórmulas têm a vantagem de não obrigar os outros a um esforço inútil. Não as relaciono agora, mas fá-lo-ei por escrito. De resto, o mesmo ofício te irá ensinando os elementos dessa arte difícil de pensar o pensado. Quanto à utilidade de um tal sistema, basta figurar uma hipótese. Faz-se uma lei, executa-se, não produz efeito, subsiste o mal. Eis aí uma questão que

¹⁵ **Desar**: qualidade do que é desajeitado, falto de graciosidade.

¹⁶ **Vetusto**: de idade muito avançada; antigo, velho.

REFLEXÕES XXIII

pode aguçar as curiosidades vadias, dar ensejo a um inquérito pedantesco, a uma coleta fastidiosa de documentos e observações, análise das causas prováveis, causas certas, causas possíveis, um estudo infinito das aptidões do sujeito reformado, da natureza do mal, da manipulação do remédio, das circunstâncias da aplicação; matéria, enfim, para todo um andaime de palavras, conceitos, e desvários. Tu poupas aos teus semelhantes todo esse imenso aranzel¹⁷, tu dizes simplesmente: Antes das leis, reformemos os costumes!

– E esta frase sintética, transparente, límpida, tirada ao pecúlio comum, resolve mais depressa o problema, entra pelos espíritos como um jorro súbito de sol.

– Vejo por aí que vosmecê condena toda e qualquer aplicação de processos modernos.

– Entendamo-nos. Condeno a aplicação, louvo a denominação. O mesmo direi de toda a recente terminologia científica; deves decorá-la. Conquanto o rasgo peculiar do medalhão seja uma certa atitude de deus Término, e as ciências sejam obra do movimento humano, como tens de ser medalhão mais tarde, convém tomar as armas do teu tempo. E de duas uma: – ou elas estarão usadas e divulgadas daqui a trinta anos, ou conservar-se-ão novas; no primeiro caso, pertencem-te de foro próprio; no segundo, podes ter a coquette¹⁸ de as trazer, para mostrar que também és pintor. De outiva, com o tempo, irás sabendo a que leis, casos e fenômenos responde toda essa terminologia; porque o método de interrogar os próprios mestres e oficiais da ciência, nos seus livros, estudos e memórias, além de tedioso e cansativo, traz o perigo de inocular ideias novas, e é radicalmente falso. Acresce que no dia em que viesses a assenhorear-te do espírito daquelas leis e fórmulas, serias provavelmente levado a

¹⁷ **Aranzel**: discurso carregado de detalhes dispensáveis, prolixo e enfadonho; arenga.

¹⁸ **Coquete**: diz-se de ou pessoa leviana, inconstante.

REFLEXÕES XXIII

empregá-las com um tal ou qual comedimento, como a costureira esperta e afreguesada, – que, segundo um poeta clássico, Quanto mais pano tem, mais poupa o corte, Menos monte alardeia de retalhos; e este fenómeno, tratando-se de um medalhão, é que não seria científico.

– Upa! que a profissão é difícil!

– E ainda não chegamos ao cabo.

– Vamos a ele.

– Não te falei ainda dos benefícios da publicidade. A publicidade é uma dona loureira¹⁹ e senhoril, que tu deves requestar²⁰ à força de pequenos mimos, confeitos, almofadinhas, coisas miúdas, que antes exprimem a constância do afeto do que o atrevimento e a ambição. Que D. Quixote solicite os favores dela mediante ações heroicas ou custosas, é um sestro próprio desse ilustre lunático. O verdadeiro medalhão tem outra política. Longe de inventar um Tratado científico da criação dos carneiros, compra um carneiro e dá-o aos amigos sob a forma de um jantar, cuja notícia não pode ser indiferente aos seus concidadãos. Uma notícia traz outra; cinco, dez, vinte vezes põe o teu nome ante os olhos do mundo. Comissões ou deputações para felicitar um agraciado, um benemérito, um forasteiro, têm singulares merecimentos, e assim as irmandades e associações diversas, sejam mitológicas, cinegéticas ou coreográficas. Os sucessos de certa ordem, embora de pouca monta, podem ser trazidos a lume, contanto que ponham em relevo a tua pessoa. Explicome. Se caíres de um carro, sem outro dano, além do susto, é útil mandá-lo dizer aos quatro ventos, não pelo fato em si, que é insignificante, mas pelo efeito de recordar um nome caro às afeições gerais. Percebeste?

– Percebi.

¹⁹ **Loureira:** mulher que procura agradar, seduzir; coquete.

²⁰ **Requestar:** fazer solicitação ou pedido de.

REFLEXÕES XXIII

– Essa é publicidade constante, barata, fácil, de todos os dias; mas há outra. Qualquer que seja a teoria das artes, é fora de dúvida que o sentimento da família, a amizade pessoal e a estima pública instigam à reprodução das feições de um homem amado ou benemérito. Nada obsta a que sejas objeto de uma tal distinção, principalmente se a sagacidade dos amigos não achar em ti repugnância. Em semelhante caso, não só as regras da mais vulgar polidez mandam aceitar o retrato ou o busto, como seria desazado²¹ impedir que os amigos o expusessem em qualquer casa pública. Dessa maneira o nome fica ligado à pessoa; os que houverem lido o teu recente discurso (suponhamos) na sessão inaugural da União dos Cabeleireiros, reconhecerão na compostura das feições o autor dessa obra grave, em que a "alavanca do progresso" e o "suor do trabalho" vencem as "fauces hiantes" da miséria. No caso de que uma comissão te leve a casa o retrato, deves agradecer-lhe o obséquio com um discurso cheio de gratidão e um copo d'água: é uso antigo, razoável e honesto. Convidarás então os melhores amigos, os parentes, e, se for possível, uma ou duas pessoas de representação. Mais. Se esse dia é um dia de glória ou regozijo, não vejo que possas, decentemente, recusar um lugar à mesa aos repórteres dos jornais. Em todo o caso, se as obrigações desses cidadãos os retiverem noutra parte, podes ajudá-los de certa maneira, redigindo tu mesmo a notícia da festa; e, dado que por um tal ou qual escrúpulo, aliás desculpável, não queiras com a própria mão anexar ao teu nome os qualificativos dignos dele, incumbe a notícia a algum amigo ou parente.

– Digo-lhe que o que vosmecê me ensina não é nada fácil.

– Nem eu te digo outra coisa. É difícil, come tempo, muito tempo, leva anos, paciência, trabalho, e felizes os que chegam a entrar na terra prometida! Os que lá não penetram, engole-os a obscuridade. Mas os que triunfam! E tu triunfarás, crê-

²¹ **Desazado**: sem cabimento; descabido, impróprio, inoportuno.

REFLEXÕES XXIII

me. Verás cair as muralhas de Jericó ao som das trompas sagradas. Só então poderás dizer que estás fixado. Começa nesse dia a tua fase de ornamento indispensável, de figura obrigada, de rótulo. Acabou-se a necessidade de farejar ocasiões, comissões, irmandades; elas virão ter contigo, com o seu ar pesado e cru de substantivos desadjetivados, e tu serás o adjetivo dessas orações opacas, o odorífero das flores, o anilado dos céus, o prestimoso dos cidadãos, o noticioso e succulento dos relatórios. E ser isso é o principal, porque o adjetivo é a alma do idioma, a sua porção idealista e metafísica. O substantivo é a realidade nua e crua, é o naturalismo do vocabulário.

– E parece-lhe que todo esse ofício é apenas um sobressalente para os déficits da vida?

– Decerto; não fica excluída nenhuma outra atividade.

– Nem política?

– Nem política.

Toda a questão é não infringir as regras e obrigações capitais. Podes pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, republicano ou ultramontano, com a cláusula única de não ligar nenhuma ideia especial a esses vocábulos, e reconhecer-lhe somente a utilidade do scibboleth²² bíblico.

– Se for ao parlamento, posso ocupar a tribuna?

– Podes e deves; é um modo de convocar a atenção pública. Quanto à matéria dos discursos, tens à escolha: – ou os negócios miúdos, ou a metafísica política, mas prefere a metafísica. Os negócios miúdos, força é confessá-lo, não desdizem daquela chateza de bom-tom, própria de um medalhão acabado; mas, se puderes, adota a metafísica; – é mais fácil e mais atraente. Supõe que desejas saber por que motivo a 7^a companhia de infantaria foi transferida de

²² **Scibboleth**: pedra-de-toque.

REFLEXÕES XXIII

Uruguaiana para Canguçu; serás ouvido tão somente pelo ministro da guerra, que te explicará em dez minutos as razões desse ato. Não assim a metafísica. Um discurso de metafísica política apaixona naturalmente os partidos e o público, chama os apartes e as respostas. E depois não obriga a pensar e descobrir. Nesse ramo dos conhecimentos humanos tudo está achado, formulado, rotulado, encaixotado; é só prover os alforjes da memória. Em todo caso, não transcendas nunca os limites de uma invejável vulgaridade.

– Farei o que puder. Nenhuma imaginação?

– Nenhuma; antes faze correr o boato de que um tal dom é ínfimo.

– Nenhuma filosofia?

– Entendamo-nos: no papel e na língua alguma, na realidade nada. "Filosofia da história", por exemplo, é uma locução que deves empregar com frequência, mas proíbo-te que chegues a outras conclusões que não sejam as já achadas por outros. Foge a tudo que possa cheirar a reflexão, originalidade, etc., etc.

– Também ao riso?

– Como ao riso?

– Ficar sério, muito sério...

– Conforme. Tens um gênio folgazão, prazenteiro, não hás de sofreá-lo nem eliminá-lo; podes brincar e rir alguma vez. Medalhão não quer dizer melancólico. Um grave pode ter seus momentos de expansão alegre. Somente, – e este ponto é melindroso... – Diga... – Somente não deves empregar a ironia, esse movimento ao canto da boca, cheio de mistérios, inventado por algum grego da decadência, contraído por Luciano, transmitido a Swift e Voltaire, feição própria dos cépticos e desabusados. Não. Usa antes a chalaça (**Chalaça**: dito ou feito espirituoso, zombeteiro; escárnio, gracejo, motejo), a nossa boa chalaça amiga, gorducha, redonda, franca, sem biocos (**Biocos**:

REFLEXÕES XXIII

gesto exagerado, empregado para simular modéstia, virtude (mais us. no pl.)), nem véus, que se mete pela cara dos outros, estala como uma palmada, faz pular o sangue nas veias, e arrebrantar de riso os suspensórios. Usa a chalaça. Que é isto?

– Meia-noite.

– Meia-noite?

Entras nos teus vinte e dois anos, meu peralta; estás definitivamente maior. Vamos dormir, que é tarde. Rumina bem o que te disse, meu filho. Guardadas as proporções, a conversa desta noite vale o Príncipe de Machiavelli. Vamos dormir. ●

Machado de Assis: considerado o maior escritor brasileiro

Tudo sobre um pouco ou pouco sobre tudo

Leandro Karnal



Você gostaria de encontrar um médico que soubesse tudo sobre a patela do seu joelho esquerdo, mas que pouco refletisse sobre onde fica o coração? Seria melhor um profissional com informações mais gerais sobre o corpo como um sistema? A resposta lógica, parece-me, seria: “Depende da situação”.

Estou fazendo exames clínicos gerais ou tratando minha patela esquerda? Por vezes, a visão geral é iluminadora. Com frequência, a especialidade resolve problemas muito típicos.

Ocorre algo similar no campo profissional da História. Como sucede em muitas áreas, a bibliografia e os arquivos cresceram geometricamente. Ampliar o tema significa perder densidade analítica. Havia uma tradição de olhar amplo geográfico (como o livro de Fernand Braudel sobre o mundo do Mediterrâneo à época de Filipe XX) ou de recortes generalizados (como o estudo de Arnold J. Toynbee).

O modelo de história de sucesso para o grande público, porém, foi tomado por estudos da chamada micro-história (Carlo Ginzburg: *O Queijo e os Vermes*; Nathalie Zemon Davis: *O Retorno de Martin Guerre*). Por prudência acadêmica, moda e motivações teóricas, os livros consagravam períodos curtos e, muitas vezes, enfoques biográficos. A vida de São Luís, do medievalista Le Goff, vendeu bem. Biografias escritas por não historiadores, como os textos de Fernando Morais, alcançam milhões de pessoas. O mercado biográfico continua forte.

Algumas obras de sucesso mostram que há interesse por visões mais amplas. Observar tempo maior pode indicar uma

coisa que agrada muito à maioria das pessoas: uma espécie de organograma amplo da humanidade, de preferência com desvendamento de leis de funcionamento. Sempre que expus para alunos a teoria sobre a ascensão e queda dos impérios (como nos livros de Paul Kennedy ou na obra de John Darwin), senti aumento do foco de atenção dos ouvintes. Formam-se esquemas mentais: “Ah, então é assim? Aumento de fronteiras, multiplicação de inimigos, queda da produtividade e inventividade, substituição de *soft power* e aumento de *hard power*” e... uma luz se acende. Uma quantidade enorme de informações esparsas encontra sua rede de fixação e a luz sistêmica inunda a compreensão. Faz-se a luz no meio da caverna dos acontecimentos sem nexos. Cria-se um enredo.

Há, também, o conforto de obras como as de Jared Diamond (que não é historiador): a resposta a questões amplas. Por que um grupo humano entra em colapso? O que determina o sucesso de uma civilização? Quero enfatizar dois livros que estão na curva ascensional de sucesso: *Sapiens* e *Homo Deus*, ambos de Yuval Harari.

Yuval Noah Harari é um historiador israelense nascido em 1976. Sua carreira inclui formação em Oxford e docência na Universidade Hebraica de Jerusalém. Seus trabalhos e artigos anteriores já mostravam a ambição cronológica pouco comum.

Harari tem uma inteligência arguta e muito inovadora. Seu olhar é de uma objetividade que eu nunca havia encontrado antes. Comparados com ele, quase todos somos românticos, sonhadores, idealistas e piedosos. Não se trata da objetividade materialista como concepção de história, essa é trivial. É a objetividade de ver tudo sem as névoas da crença ou de valores.

O primeiro livro a encontrar o gosto geral foi *Sapiens - Uma Breve História da Humanidade*. Ali ele analisa a Revolução Cognitiva ocorrida há 70 mil anos. Como o *Homo Sapiens* se

tornou o único sobrevivente entre os diversos tipos de Homo? Para ele, o papel da imaginação domina as sociedades humanas. Assim, diante da nossa discussão sobre leis de mercado, ele afirma que o capitalismo é uma religião, um sistema organizado de crenças que leva as pessoas a lutar por valores que, em si, não existem. Crédito, por exemplo, é uma crença parecida com o raio de Zeus ou a proteção de Jesus. O mesmo valeria para liberalismo, direitos humanos, etc.

O texto de Harari é criativo. Por décadas dei aulas sobre a Revolução Neolítica (a domesticação de plantas e animais) como um salto técnico que alavancou a humanidade. Ele, porém, trata a agricultura como um declínio. Sociedade de caçadores e coletores são imensamente mais livres e bem alimentadas. Sociedades agrícolas empobrecem a dieta e fazem surgir o Estado, os impostos e as pirâmides. Marcado por uma visão tecnológica que acredita que prédios monumentais são mais notáveis do que cavernas, reconheço que nunca medi o custo humano das grandes obras arquitetônicas.

O segundo livro de sucesso, *Homo Deus - Uma Breve História do Amanhã*, segue a mesma linha. Há reflexões sobre nossos medos ancestrais como a fome, a peste e a guerra. Há profecias sobre a ampliação do nosso limite biográfico. Lemos uma curiosa análise da simbologia histórica dos gramados à frente das residências. Sempre uma boa fórmula: um caso muito interessante colocado numa perspectiva histórica de centenas de milhares de anos e a busca de um elemento estrutural. Os dois livros estão destinados ao sucesso. Apresentam a fórmula que encanta o grande público. Haverá muitas críticas acadêmicas, especialmente se o sucesso aumentar. Livros bons fazem pensar. Estamos no meio da semana. Qual a sua decisão? ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 7 de dezembro de 2016

Nossas âncoras cronológicas

Leandro Karnal



Você já teria identificado, por exemplo, as cinco datas mais marcantes da sua existência?

A proximidade do fim de ano estimula nosso impulso avaliador. O que eu consegui no ano de 2016? Quais foram os dias especiais? Dependendo da fase vivida,

acabamos avaliando toda a nossa biografia.

Você já teria identificado, por exemplo, as cinco datas mais marcantes da sua existência? Nascimento seria a inaugural, com certeza. As outras são mais subjetivas. Casamento será uma referência em diálogo do que ocorreu depois do enlace. O surgimento de filhos pode estar na lista. Formatura? O primeiro imóvel? Quase sempre, por significativas que sejam para mim, as datas obedecerão a critérios pouco originais.

Conheço pessoas que poderiam acrescentar efemérides fora da curva. Meu amigo Manoel Morgado poderia identificar a chegada ao topo do Everest. Ana Mesquita contava-me, emocionada, o dia que cruzou o Canal da Mancha a nado. Luiz Marques talvez identificasse o prêmio Jabuti entre os dias notáveis da sua biografia, como Valter Hugo Mãe relembriaria o prêmio José Saramago que o consagrou. São seres especiais e sou feliz em conhecê-los. Voltemos ao nosso cotidiano mais linear.

Coisas notáveis podem escapar de uma memória precisa. Talvez você se lembre da experiência em si, mas existe registro do dia exato do seu primeiro beijo? Entramos no lago da memória, lançando palafitas de lembranças sobre a água turva dos fatos desalinhados. Datas marcantes costumam trazer consciência do local e do momento. Sei perfeitamente o

ambiente e momento quando meu amigo José Alves ligou impactado: “*Está com a televisão ligada? As torres gêmeas de Nova York estão sob ataque*”. Era, óbvio, 11 de setembro de 2001. Há memórias terríveis: “*Volte para casa, meu filho, seu pai morreu*”, anunciou, entre lágrimas, minha mãe em 12 de dezembro de 2010, um domingo de manhã. Sei a frase, o instante, o toque do telefone e o tom da voz dela. São dias especiais, trágicos ou alegres, que condicionam tudo o que virá depois. São *turning-points*, pontos que marcam uma virada.

A história oficial também elabora seus marcos. Eles revelam muito de quem os escolheu. Vejam a data que assinala o fim da Idade Média e Início da Moderna: 1453. Em 29 de maio, as tropas do sultão Maomé II conseguiram romper as defesas quase milenares de Constantinopla. A queda da cidade e a derrubada do último governante do Império romano do Oriente foram consideradas como o alvorecer da era moderna.

A data é uma escolha muito ruim. Quem dormiu em Florença em maio de 1453 e acordou em junho do mesmo ano, não sentiu no ar nenhuma diferença. A graça primaveril da Piazza della Signoria era a mesma da véspera. Estávamos no apogeu do Renascimento, em pleno *quattrocento*, e a ideia de Idade Média já sucumbira ao poder dos mecenas Médicis e do humanismo cristão da Toscana.

O Ocidente não derramou muitas lágrimas pelo imperador Constantino XI, mas aumentou seu medo pela ameaça turca no Mediterrâneo Oriental e na península balcânica. Os portugueses já tinham iniciado sua expansão com a conquista de Ceuta, em 1415. A dinastia Ming, na China, estava envolvida em outra expansão em direção ao Ocidente, capitaneada pelo almirante Zheng He. Cuzco, centro do mundo andino, e Tenochtitlán, a brilhante capital asteca, reforçavam sua trajetória de expansão ignorando a sorte dos bizantinos ou de qualquer coisa fora do continente americano.

Se eu desejasse assinalar uma data mais expressiva para

REFLEXÕES XXIII

assinalar o fim da Idade Média, poderia escolher entre várias. A primeira seria a imprensa, quase contemporânea do ato. Os chineses foram pioneiros, mas a ideia de Johannes Gutenberg mudou o mundo. O ourives alemão imprimiu a Bíblia e, conscientemente ou não, foi o propulsor da revolução científica e de todas as transformações posteriores. Enquanto os bizantinos gritavam desesperados diante dos canhões do sultão, Gutenberg estava em pleno trabalho de impressão.

Preferem outra? O ano de 1492 marca a chegada de Colombo ao Novo Mundo. O comércio no Atlântico seria o eixo da Idade Moderna. O poder da Espanha foi alicerçado no ouro e na prata que o sistema de frotas despejaria em Sevilha pelos três séculos seguintes. A América foi uma revolução na consciência e nos mercados europeus.

Gostariam de nova alternativa que fosse mais expressiva do que a derrubada do imperador ortodoxo? 31 de outubro de 1517 é o início da rebelião luterana. O gesto atacou o cerne da herança medieval: a unidade religiosa do Ocidente. Os protestantes mudaram a história em muitos aspectos. No ano que vem, lembraremos os 500 anos das 95 teses do monge agostiniano que enfrentou o poder de Roma e morreu de morte natural, algo bastante escasso entre seus ancestrais rebeldes.

Tal como ocorre na nossa biografia, a escolha de datas mostra muito de quem está elegendo os marcos, as prioridades e os valores. Memórias são orgânicas e continuam sua transformação permanente ao longo de toda a vida. Que venha logo 2017, com suas novas datas que nos lembrarão que estamos em curso, perfectíveis e inacabados. Um bom domingo a todos vocês! ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 11 de dezembro de 2016

Natal das crianças

Leandro Karnal



No próximo domingo será Natal. Os cristãos primitivos não celebravam a festa do nascimento de Jesus. No Evangelho mais antigo na ordem de escrita, o de Marcos, o Messias já aparece com 30 anos. A grande festa cristã era a Páscoa. O culto ao menino Jesus demoraria muito.

O que explica a ascensão do Natal? A data, bastante aleatória, diz respeito a uma escolha dos romanos. Era uma tentativa de cristianizar a festa de 25 de dezembro, antes ligada ao Sol, a Mitra e outros cultos. O Natal foi um esforço de subverter a memória pagã.

Sabemos, pelo Evangelho de Lucas, que fazia frio. Logo, Jesus nasceu entre outubro e março. Aprendemos que Belém é um lugar teológico: Jesus deveria nascer lá para cumprir a profecia. Que tenha nascido, de fato, na cidade de Davi, é algo incerto. Santa Helena, a mãe do imperador Constantino, está por trás de muitas das escolhas dos lugares de culto na Terra Santa. Os locais exatos assinalados hoje, como a estrela de prata de 14 pontas na gruta da Natividade, são um cruzamento de tradições e escolhas aleatórias. Por fim, o ano do nascimento do Messias, definido como 753 da fundação da cidade de Roma, é um erro de cálculo. É possível que Jesus tenha nascido antes de Cristo, ou seja, que o nascimento real tenha ocorrido antes da data oficial estabelecida séculos depois. É um tema muito caro a um historiador: a invenção das tradições.

A festa de Natal teve uma ascensão lenta no calendário litúrgico. Como vimos, era ofuscada pela Páscoa. Importante perceber que inexistia a categoria criança na Idade Média.

REFLEXÕES XXIII

Outra questão: ninguém comemorava o dia do seu nascimento. Poucos sabiam a data. A criança era considerada um adulto imbecil.

O Natal é processo de humanização de Jesus e de Maria. O presépio foi criado no século XIII, provavelmente por Francisco de Assis. A transformação foi aumentando. Os portais das catedrais ainda ressaltavam o Juízo Final, a terrível passagem de Mateus 25 sobre o fim dos tempos e o julgamento de todos. Porém, dentro das igrejas, uma sorridente Nossa Senhora exibia seu filho, orgulhosa e afetiva. As crianças foram adquirindo uma representação específica. Compare uma Madona de Cimabue, uma de Giotto e uma de Rafael. Num prazo de dois séculos, surgiu, de fato, a criança como a identificamos hoje.

O século XIX é o século em que a criança se afirmou. O Impressionismo representou muito a alvorada da vida. As Meninas de Azul e Rosa, do Masp, mostram Renoir imerso na nova estética. Surgem roupas específicas para os pequenos. O ensinamento de Rousseau, na obra Emílio, começa a ser aceito por muita gente: a infância determina o ser humano maduro.

Por fim, o século XX é o início da era de ouro da criança, ao menos da criança de classe média e alta. A festa do Natal assumiu caráter lúdico e comercial. Cresceu a figura do Papai Noel. Presentes tornaram-se obrigatórios. As casas foram decoradas com motivos mais divertidos e menos religiosos. O Natal virou uma festa voltada ao público infantil e celebrada para ele. Da mesma forma, na Páscoa o Cristo ressuscitado deu lugar ao coelhinho. Ovos de chocolate predominam sobre o Cordeiro Pascal. O aniversariante continua pobre como nasceu: Jesus nada ganha no fim do ano.

O processo de infantilização das festas não é exclusivo do cristianismo. Crianças de identidade judaica, em Nova York, por exemplo, começaram a ser contempladas com árvores de Hanucá, a festa das luzes. O surgimento de Hanukkah Bushes mostra a necessidade do lúdico. As crianças dominam nosso

REFLEXÕES XXIII

imaginário. Como cantávamos nos ônibus em excursões escolares: “*Criança feliz, feliz a cantar, alegre a embalar, seu sonho infantil...*”. Alguém ainda conhece essa melodia?

A infantilização do Natal traz dois aspectos. O primeiro eu já desenvolvi: a valorização crescente da criança e a tentativa de tornar a infância um período de felicidade absoluta. A segunda traz a melancolia de quem cresceu. Geralmente, as crianças amam profundamente o Natal e muitos adultos se sentem tristes nessa época. Talvez sejam os gastos, talvez sejam as memórias dos natais reais ou recriados pela memória.

Uma amiga minha, Flavia, acha a música Noite Feliz uma das coisas mais depressivas do mundo. Eu acho a melodia plangente; ela ecoa de forma merencória²³ na neve austríaca que a gerou.

Em uma semana será Natal. É hora de acertar contas com sua criança interior. Talvez seja esse o desafio da data. O que eu e você perdemos entre aquela festa familiar dos primeiros anos de vida e a de hoje? Que ecos buscamos? Procuo conversar com meus fantasmas para aprender. Lembre-se da lição de Ebenezer Scrooge, do conto de Dickens (*A Christmas Carol*). Fale com seus fantasmas. Convide-os para sua mesa. Dance com alguns: são leves, não pisarão os seus pés. Encare até Simone cantando “então é Natal”. Aceite que o barroco dourado e *over* do mundo natalino é uma chance de ser cafona sem culpa. Você não é obrigado a ser feliz na noite de Natal, mas entenda que também não é obrigado a ser triste. Falta uma semana. Feliz Natal! Bom domingo para todos vocês! ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 18 de dezembro de 2016

²³ **Merencória:** Melancólica.

Regras e felicidade

Leandro Karnal



Regras são indispensáveis ao convívio social

O aviso para colocar a poltrona na vertical ecoa no avião. Zelosos comissários verificam logo em seguida. Muitas pessoas continuam reclinadas. Com simpatia firme, os funcionários indicam a cada passageiro que siga a instrução de segurança. O rosto estampa um sorriso treinado; por dentro, podem estar gritando: “*Não ouviu, sua anta surda!*”. Aeroportos e aviões são uma fonte gigantesca de informações claras e didáticas, usualmente ignoradas pelos usuários. Por quê?

Do ponto de vista pedagógico, o excesso de instruções corresponde ao esvaziamento delas. Provas com muitos detalhes de “faça” e “não faça”, como todo professor percebe, costumam perder foco. E-mails longos de empresa, com dezenas de regras, são um convite à não leitura. Nossa Constituição Federal é imensamente maior do que a norte-americana e muito mais exata. Nosso cumprimento da lei é, em média, mais baixo. Nossos artigos da Carta Magna chegam a detalhes inimagináveis para a tradição jurídica do irmão do Norte. Aumenta a precisão? Há controvérsias. A Suprema Corte dos EUA parece menos açodada de processos do que o nosso Supremo Tribunal Federal. Há muitos outros motivos que colaboram para isso. Porém, creio em um axioma: multiplicar texto esvazia a ordem pretendida.

Regras são indispensáveis ao convívio social. Moro num planeta de 7 bilhões de pessoas, num país de mais de 200 milhões de brasileiros, numa cidade (SP) com 12 milhões de corpos compartilhando o mesmo espaço municipal. Se cada um fizer o que deseja, por sedutora que seja a ideia, haverá

REFLEXÕES XXIII

dificuldades. Em qual medida a norma facilita e em qual momento ela é um ato autoritário e tolo de uniformização? A resposta é sempre complexa.

Existe um primeiro problema da norma que é o consenso. Devemos achar utilidade na regra. Itens desacreditados são um convite à infração. O humano sempre tende ao mais prático. Vejam a grama. O caminho dos passantes será o mais curto, mesmo que pisoteie solo interdito. Com o tempo, será formada uma nova trilha sobre uma área outrora interdita. A água corre para o ponto mais baixo e nós, humanos, caminhamos pelo trajeto mais curto, ainda que ilegal. A coerção cede espaço ao consenso. A mente coletiva é prática. Vossa mercê virou você e deste surgiu o vc da internet. A mesma lógica faz surgir o caminho ilícito no gramado. Expulsem a natureza pela porta, afirmavam os romanos, e ela voltará correndo pela janela.

Quase ninguém acredita que o celular derrube aviões. Muitos de nós soltam o cinto de segurança logo após a voz da comissária ter afirmado que deveríamos permanecer com ele afivelado. Ficamos de pé para pegar nossos pertences de mão antes de o aviso de atar cintos ser desligado. Seria nossa pequena rebeldia, o anarquismo aéreo, o espaço de o indivíduo ser ele mesmo, contrariar ordens e dar seu gritinho do Ipiranga na colina solitária do seu assento? Vingança contra um lugar apertado ou um lanche pífilo? As normas podem ter destino distinto.

Quando eu era criança, desconhecíamos o uso do cinto de segurança nos carros. Meu irmão menor nunca sentou numa cadeirinha no banco de trás. A vitória das normas foi lenta, mas vingou. Coerção (multa) e consenso (educação) colaboraram. As coisas mudam. Quando eu vejo os motoristas de Brasília pararem de forma automática quando o pedestre entra na faixa de segurança, entendo que ali houve uma campanha e uma punição na base do processo.

O rio de Heráclito flui sem cessar. Não somos excluídos do

REFLEXÕES XXIII

tempo e das metamorfoses. Nada foi sempre do mesmo jeito e tudo pode ser diverso. Os otimistas acreditam, com frequência, no papel formativo, o já denominado consenso. Pessimistas enfatizam a coerção. Advogo ambas. Quanto menor o grupo, mais fácil o consenso. Quanto maior e complexo, mais necessária a coerção. Muita educação de trânsito, na escola, na televisão e em casa. Multas para infratores. Trânsito mata e, na escala de valores, multas são remédio leve para doença grave.

Confiança e transparência são essenciais com todos, em especial alunos, filhos e subordinados. Que meu grupo sinta a presunção da inocência como base. Quebrada a confiança, coerção surge de forma clara. Regras claras, de preferência debatidas de forma democrática. Depois, avaliação sobre a eficácia e sentido das regras. Mudanças, quando as normas ficarem obsoletas. O objetivo não é a lei, mas a harmonia social e a justiça como caminhos e a felicidade geral como fim.

A lei não se esgota na lei, mas mira na possibilidade de existência equilibrada de todos. Fixação no caráter sacro da lei caracteriza o farisaísmo: o que está escrito fica mais importante do que o que se pretende com aquilo que está escrito.

Por fim: não tratar as pessoas como imbecis que precisam ser monitoradas sempre; não torná-las como príncipes mimados que devam ser desculpadas pela eternidade. Esse parece ser um bom caminho para refletir sobre a família, a escola, as empresas e a sociedade em geral. A observância do equilíbrio entre coerção e consenso não garante o paraíso, mas, certamente, colabora para evitar o inferno. Que o resto da nossa semana seja equilibrado! ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 21 de dezembro de 2016

Mudaria o Natal ou mudei eu?

Leandro Karnal



Festas tradicionais funcionam como marcos de memória

Machado fez essa pergunta num soneto cometido próximo do fim da sua vida. Ele imagina um homem que decide registrar a data cristã do “berço do Nazareno” em versos. De repente, a personagem hesita e perde a inspiração. Diante da folha em branco, registra apenas: *“Mudaria o Natal ou mudei eu?”*.

Machado tem o dom de desconstruir crenças. Os contos *A Cartomante* e *Missa do Galo* indicam esse esforço de retirar metafísica do mundo. Difícil saber de onde surgia esse sentimento no autor. Amava sua esposa Carolina, mas não teve filhos. Frequentava altas rodas e era mulato de origem humilde, situação que o perturbou algumas vezes. Era um gênio e estava cercado de burocratas repetitivos que faziam o conselheiro Acácio de Eça parecer um gênio. Acho que Machado não gostava do Natal. Eu, pelo contrário, adoro.

Festas tradicionais funcionam como marcos de memória. Sendo balizas, indicam nossa caminhada desde a última ocasião. Por vezes, a memória retorna às celebrações da infância e a recordação nos toma de assalto. Misturar uma discreta melancolia com entusiasmo de fim de ano chega a ser de bom-tom.

É clichê dizer que o Natal é a festa da família. Quero ampliar a percepção. A festa dos dias 24 e 25 de dezembro é também da família atemporal. Convidamos pais e mães, avós e parentes. Os mortos todos se convidam para nossa casa. Não há como evitá-los; espíritos entram sempre. São como uma bruma densa que se imiscui sob a soleira de um castelo. O Natal é

REFLEXÕES XXIII

uma festa da memória de mortos e do contato com os vivos. Todas as casas ficam sempre lotadas, inclusive as casas que encerram apenas uma pessoa imersa no seu mundo. Os jovens reclamam um pouco dos vivos presentes: há sempre um tio chato, pode existir uma cunhada excêntrica, é quase obrigatória a avó depressiva. Hoje, acho essa fauna (incluindo-me nela) parte da originalidade natalina.

Eu penso nos mortos que marcaram meus natais. Sinto falta deles. À medida que amadureço, dialogo mais com os ausentes, que, naturalmente, crescem a cada década. Nenhum jovem imagina o que eu sempre tenho presente: quem estará na festa do ano que vem? Mas a coluna não se pretende melancólica, nem fúnebre. Hoje é Natal. Volto ao *leitmotiv*: mudaria o Natal ou mudei eu?

Eu tenho certeza absoluta de que mudei muito. Algumas coisas foram muito boas, outras nem tanto. A ideia de estar com a família sempre foi importante, mas a idade a tornou fundamental. Abasteço-me de quem eu sou, de raiz, de afeto, de um Leandro sem a cenografia do mundo. Volto ao espaço que me gerou, onde cresci, no qual aprendi quase tudo. Lá chorei e ri tantas vezes. Mudamos eu e o Natal e, por isso, preciso voltar a encontrá-lo sempre.

Lutei, ao longo de 2016, para controlar a alimentação. O Natal me convida a abrir mão do plano sempre fracassado da forma perfeita. Relaxe, sente-se e coma, insinua a mesa bem-posta. Hoje, você terá um dos maiores prazeres do mundo: compartilhar refeição com quem se ama. Fora Twiggy! Viva Pantagrue! Pormenor pequeno-burguês: não haverá, na minha família, o presépio tradicional a decorar a árvore. Motivo? Esse autor o espatifou ao guardá-lo, há mais de duas décadas. Eu, historiador, zeloso de memórias e de tradições, formado no trato com patrimônio, eu que recebi a incumbência de preservar essa peça histórica da família, que iluminava a ceia dos karnais desde o século passado. Eu, nefando destruidor, descuidado guardador; quebrei a caixa com o presépio ao guardá-lo. Foi um desequilíbrio, um baque

REFLEXÕES XXIII

seco, uma dor no coração e um vazio a me lembrar todo ano que devemos aproveitar tudo enquanto temos. Quando fui a Belém, na Terra Santa, procurei nas lojas da cidade algo similar que repusesse meu crime. Nada! Como Caim, vagarei sobre a Terra com o remorso gravado na testa: sou um destruidor de presépios. Ao visitar o extraordinário presépio napolitano do Museu de Arte Sacra de São Paulo, afasto-me ainda mais da obra de arte: afinal, tenho precedentes...

Assim, com iconoclastas e devotos, vamos construindo nossos natais. Conheço pessoas que se isolam totalmente nesta época e afirmam, repetidas vezes, que detestam a data. Evitam contatos e dizem ser uma noite igual a todas. O esforço delas demonstra que não. Essa sanha de negar o Natal cabe bem como uma busca de espaço na adolescência, de afirmação diante do rito familiar. Ser *blasé*²⁴ é uma defesa diante da força avassaladora do simbolismo. Fica estranho manter esse tom na vida adulta.

Em ordem hierárquica: Natal é festa de fé. Não tem fé? Não se preocupe. Natal também é festa de família. Está longe ou rompido com a sua? Calma! Tem saída. Natal é festa gastronômica. Não gosta de comidas especiais e abundantes? Vamos tentando. Natal é festa musical. Experimente o Messias, de Haendel. Desagrada-lhe a música? Saia da sua individualidade e visite um presídio na data, um asilo, um hospital, ajude um morador de rua. Veja dores maiores do que a sua. Nada disso o toca? Vem cá, meu amigo: você tem certeza de que o seu problema é o Natal? Para nós, religiosos e ateus, bem resolvidos e normais, com família ou sozinhos: um Feliz Natal. Um bom domingo a todos vocês! ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 25 de dezembro de 2016

²⁴ **Blasé:** que exprime completa indiferença pela novidade, pelo que deve comover, chocar, etc.

Falta divã e sobra sociologia no debate político, avisa historiador

Leandro Karnal



Leandro Karnal avisa que corrupção não é de esquerda nem de direita. E que há gente demais que fala muito, ouve pouco e acredita que quem tem opinião diferente da sua é idiota

O fim do ano chegou e, com ele, as temidas reuniões em família – quando a intolerância política vista nas redes se condensa em torno da mesa de jantar. Sobre os ânimos acirrados dos últimos anos, Leandro Karnal, professor, historiador e colunista do Estado, sentencia: “*estamos precisando mais de divã do que de análises sociológicas*”.

Para Karnal, em pessoas entusiasmadas em torno de boas bandeiras, como ética e redenção da política, esconde-se muito mais Freud do que sociologia. “*É muito mais um sentimento pequeno burguês de reformar o mundo para ele ser digno de mim e de rejeição à própria ideia de país que um sentimento político de renovação*”, afirmou em entrevista à repórter Julianna Granjeia. A seguir, trechos da conversa.

Estamos vivendo um momento de intolerância política, principalmente nas redes sociais. Como o senhor avalia isso? Por que na internet essa intolerância é tão visível?

A internet tem duas questões importantes: a facilidade da expressão da sua opinião ao custo de um clique. Mas a internet também tem a omissão do sujeito, que facilita muito porque você expressa a sua opinião e não tem um custo a esse respeito. Quem é o João da Silva que escreveu entre 700 mil na minha *fanpage*? Não sei. Talvez exista, talvez não, mas a

internet dilui o eu e ao diluir o sujeito ela tem um poder enorme de deixar diluir todos os fantasmas, todos os demônios interiores, todos os medos das pessoas, tudo aquilo que elas desejam e temem pode fluir melhor.

Por isso todos acham que podem opinar sobre tudo?

Sim, faz parte da nossa estrutura democrática desse momento que todos interpretem que a sua opinião é válida. O que está precisando realmente nesse momento é a capacidade de ler, interpretar e o desenvolvimento de uma arte de escutar. Todos querem dizer o que pensam e poucos querem aprender algo novo. Então, eu leio o autor **X** e eu acho que ele diz exatamente o que eu penso. Eu digo, então, que ele é ótimo. Eu leio o autor **Y** e ele diz o contrário do que eu penso, então, ele é péssimo, é um babaca, é um idiota. Eu julgo a capacidade argumentativa a partir do meu espelho e da minha identidade. É lógico que isso sempre ocorreu, mas hoje isso está muito à flor da pele. O debate não está inteligente e há poucas pessoas que de fato leem e interpretam. A frase que eu mais detesto nesse momento é o *“ele me representa”*.

Por quê?

Porque significa *“ele é igual a mim”*. É sempre um exercício narcísico de projeção de espelho, de specular. Eu acho que nós temos com os políticos essa relação. Os brasileiros odeiam em alguns políticos o que são, e amam em alguns juízes e políticos o que gostariam de ser. Por isso que o ódio é tão intenso. Porque são exatamente a cara do Brasil, eles se comportam como todos os brasileiros. E como é tão insuportável essa visão da medusa, eu petrifico e digo que luto por um Brasil melhor, e canto o hino nacional dizendo que é uma luta pela ética, quando é uma recusa do que eu venho fazendo há anos como personagem, como cidadão, mas sem ter tanto poder como o político. Isso não quer dizer que não seja interessante protestar contra a falta de ética, mas quando você vê alguém berrando na TV com passionalidade, pensando com o fígado, como a gente diz, você entende que ali precisaria

mais de divã do que de análise sociológica. E a política pública é um espaço que conduz às dores individuais. E as pessoas transferem para o palco tudo aquilo que as incomoda.

Como chegamos a esse estágio tão narcísico e individualista?

Tem coisas que são mundiais, não são brasileiras. Eu acho que tem a ver com o crescimento de uma determinada noção de infância que não pode mais ser contraditada. Tem a ver com o crescimento da noção de criança, a noção de criança que Rousseau, no Emilio, disse que é o pai do adulto, logo não posso contrariar, traumatizar. Tenho que agradar sempre, especialmente jovens de classe média e alta, que passam a infância sendo tratados como pessoas que não podem ter momentos dolorosos. A ideia de que o mundo seja um lugar bom, que ninguém seja punido, é uma grande fantasia que segundo um autor que é muito caro, o (Contardo) Calligaris, que é meu terapeuta, diz em um texto que como nós não temos mais crença na eternidade, nós transferimos para os filhos essa crença. Como eu não vou viver no paraíso, quem vai viver é o meu filho, contrariando a teoria freudiana que cultura é trauma. Quanto mais civilizado maior a negação do prazer e essa pulsão de morte.

O senhor costuma dizer que estamos condenados ao diálogo. Como conseguir dialogar em tempos de intolerância?

A condenação que eu digo é uma metáfora para o que seria imperioso que nós ouvíssemos. Porque uma parte da população brasileira está convencida por **A** mais **B**, e com provas evidentes que houve um golpe conservador que derrubou uma presidente inocente para se colocar no poder uma pessoa que tem um projeto conservador. E outra parte está convencida com evidências que derrubamos uma presidente Dilma corrupta e o PT e colocamos um outro projeto, e assim por diante. Vejam, é impossível viver se nós não fizermos as duas partes conversarem. É impossível, por

exemplo, não levar em conta que a corrupção é ambidestra: ela não é de esquerda nem de direita. É isso dá para ser demonstrado com números. Nós temos em São Paulo uma inédita aprovação em primeiro turno de um prefeito ligado mais ao mercado do que à carreira política. Provavelmente no mundo inteiro nós teremos, durante os próximos anos, uma ênfase maior em candidatos conservadores.

Por que o conservadorismo aumentou?

Isso é fruto da crise econômica e também é fruto, no caso específico do Brasil, de um fracasso de manipulação de imagem da esquerda e de uma questão administrativa. Logo, cabe aos conservadores, ou à direita, mostrar se tem mais competência para levar adiante um projeto complexo.

Qual o seu palpíte?

Eu acredito, pela tradição histórica, sem fazer profecia, que depois de quatro, cinco, seis ou mais anos, a direita estará com a mesma fama que a esquerda está hoje. Isso porque os problemas que nós temos são maiores que a posição política. Ou do que um mandato. Então veja, mal o prefeito eleito em São Paulo anuncia mudanças na Virada Cultural e já há uma chuva de artigos e de críticas a isso. Se ele cortar a Virada Cultural, haverá quem elogie a contenção de gastos, imperiosa nesse momento; se ele mantiver, haverá quem diga que isso é desperdício. Não há uma maneira de agradar a todo mundo, mas há uma maneira de ouvir mais as pessoas.

É o que pressupõe a democracia...

Sim, quando é eleito um prefeito, quando é eleito um governador ou um presidente, ele pode não ser o meu voto, mas ele é o eleito e isso significa que, a partir de primeiro de janeiro, o meu prefeito é o prefeito Dória. No caso, não posso nem dizer se votei ou não nele porque eu estava fora do Brasil quando ocorreu a eleição, mas ele é o meu prefeito e nós temos que aprender esse jogo democrático. É preciso aceitar que a minha vitória não é permanente, que o meu voto não é

sempre o vencedor e que há outras posturas, e que na nossa superstição numérica na democracia acreditamos que uma quantidade de votos corresponde à vontade da maioria e que essa vontade é soberana para isso. É um critério pavoroso e não achamos nenhum melhor até hoje. É um critério horroroso, é literalmente uma superstição numérica. O primeiro grande plebiscito da história tinha como um candidato Jesus, o filho de Deus, e o outro Barrabás. E o povo preferiu Barrabás e crucificaram Jesus. Esse foi o primeiro grande plebiscito que as massas se manifestaram livre e democraticamente sobre a política. As massas mantiveram essa tradição, de indicar o pior, mas o que você faria? Deixaria Pilatos decidir? Ou faria uma votação entre os 11 discípulos sobreviventes à Sexta-Feira Santa, já que Judas tinha se enforcado naquela madrugada? Como diz Churchill, o pior dos sistemas: a democracia. A democracia é um horror e não temos nada melhor. É uma coisa interessante isso, é uma escolha de Adão, Eva ou nada.

O STF vem sendo chamado a decidir cada vez mais sobre questões da nossa democracia. O que o senhor acha dessa judicialização?

É um horror. O fato de nós termos no STF debates sobre problemas de trânsito é um absurdo. Isso tem que terminar. A Suprema Corte nos Estados Unidos é uma instituição que decide a interpretação de uma Constituição muito vaga, que é a Constituição de 1787. A nossa Constituição é muito mais precisa que a americana e a Suprema Corte dos Estados Unidos tem menos processos que o nosso STF. Os ministros do Supremo, independentemente da opinião que eu possa ter sobre eles, estão submetidos a uma pressão enorme, à uma quantidade desumana de processos, e não é possível dar uma opinião válida sobre tantos processos.

O senhor acha que está havendo uma confusão entre os poderes?

Sim, nós precisamos reler Montesquieu. Os poderes estão

divididos. O Ministério Público propôs as dez medidas contra a corrupção, e tem plena liberdade legal para fazer o que todo cidadão pode fazer, que é propor leis para o Congresso. Mas quem vota as leis é o Congresso, não o Ministério Público. Não concordei (com esse processo), como eu também não concordei com algumas medidas que foram feitas na calada da noite pelo Congresso, mas isso faz parte da democracia.

O que o senhor acha do descrédito da população com a política?

Preocupa-me muito. O Legislativo é sempre a alma e o coração da democracia. Quando as pessoas falam “fecha o Congresso, intervenção militar”, elas estão combatendo o incêndio com querosene. Elas precisam reforçar o Congresso e não podem jogar fora a criança com a água do banho. O fato de haver congressistas podres, corruptos e ineptos – muitos – não invalida nem a ideia do Legislativo, nem da democracia e nem as funções que cada um dos poderes tem. O Executivo está lançando projetos de lei em excesso, a Suprema Corte está decidindo sobre leis que deveriam ser decididas pelo Congresso e o Congresso não está reconhecendo medidas da Suprema Corte. Ou seja, é preciso que todos releiam Montesquieu. Uma das almas da democracia são os três poderes mutuamente dependentes e soberanos. Mutuamente separados e dependentes um do outro.

Como o senhor vê quando a população lança um juiz à presidência ou o trata como super-herói?

O sebastianismo é uma característica da nossa política, que vem ao lado de um messianismo. É preciso que os militares venham para acabar com tudo que os outros não acabaram; é preciso que a democracia venha; é preciso que Lula volte para colocar o Brasil nos eixos; outros propõem que é Fernando Henrique e, admire você, na minha página, tem campanha Leandro Karnal para presidente. Ou seja, nós estamos em um momento muito escasso de heróis. O que aparecer no mercado e não babar verde está indo. É o sinal mais evidente de que

nós estamos descrentes do processo democrático e que queremos xerifes que pareçam éticos para impor a vontade daquilo que eu considero o correto.

Por que isso ocorre?

A nossa corrupção está fazendo as pessoas imaginarem que virá do horizonte alguém que irá nos salvar. E não virá. Não virá. Um juiz Moro, usando como fantasia distópica, assumindo o poder sem o controle de uma máquina partidária, não terá nenhuma base no Congresso. Resultado: ele repetirá um pouco Collor com seu partido surgindo do nada, incapaz de dialogar com o Congresso. As soluções têm que ser coletivas e é preciso se dar conta que não depende de uma pessoa só, mesmo que ela seja honesta e competente. Depende de uma transformação do sistema. Não existe nenhum obstáculo e nenhuma antipatia na candidatura do Moro. A minha antipatia é com o sebastianismo. O que tornou Portugal um país subdesenvolvido durante tanto tempo é a crença de que a força viria de fora, de uma salvação externa, de um Dom Sebastião.

Herdamos o sebastianismo dos nossos colonizadores?

Sim. Herdamos a ideia de que vai chegar um salvador, que ora pode encarnar em Collor, ora pode encarnar em Lula, ora pode encarnar nos militares, ora em um juiz. A minha resistência não é onde encarna, mas se as pessoas de fato se dão conta que nem o homem mais brilhante do Brasil, o mais probo, o mais ético, o menos venal seria capaz de sozinho resolver essa questão. Aí, a democracia tem que corresponder à concepção política atual, porque se não eu estaria impondo a minha vontade pretensamente mais esclarecida, pretensamente mais ilustrada que a dos outros para importar a ideia de um governo de filósofos. Foi tentada por Platão e foi um desastre. Porque ser um administrador não é exatamente alguém que conheça grego, alemão ou Platão. Infelizmente, com muita frequência, as pessoas notadamente honestas são

REFLEXÕES XXIII

absolutamente incompetentes. E, algumas vezes, o mal, muito mais carismático. ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 26 de dezembro de 2016

LUIZ BIANCHI

Livres ou marionetes?

Leandro Karnal



O rio da transformação desacelera e chega ao calmo fluxo da planície cotidiana

Janus era o deus com dupla face no mundo antigo. Contemplava direções opostas. Ele batiza o monte Janículo em Roma, onde está enterrada Anita Garibaldi (a heroína de dois mundos no monte do deus de duas faces). Janus também orienta o nome do mês de janeiro que está alvorecendo. É o deus de começo e fim, de passado e futuro, dos momentos de transição como o que estamos agora.

Janeiro é bifronte. Estão frescas as memórias de Ano Novo. Desejamos um ser novo daqui para a frente. Perderemos peso, aprenderemos línguas, guardaremos dinheiro, visitaremos mais os amigos. Então, chega a festa de Reis, 6 de janeiro, limite do ímpeto transformador. O rio da transformação desacelera e chega ao calmo fluxo da planície cotidiana de 2017. Como diz meu querido Hamlet no seu monólogo, a consciência nos torna covardes e o ânimo mais resoluto se afoga na sombra do pensar. Decidimos pela ação e o cotidiano a dilui. O soluto da vontade se entrega ao solvente dos dias intermináveis e do cotidiano desgastante.

O ano será bom ou ruim? Entramos no campo cediço²⁵ do acaso. A Fortuna romana era a deusa do acaso. Os gregos a chamavam Tique. Nossas vidas serão regidas pelo aleatório. Às vezes parece que sim. O Romeu de Shakespeare brada ao espaço ser um brinquedo do destino. A grande Bárbara Heliodora prefere traduzir “*I am fortune’s fool*” por “eu sou palhaço dos

²⁵ **Cediço**: em processo de putrefação; estragado, podre.

fados”.

Sou historiador. Gosto de exemplos concretos. Jean-Baptiste Lully era o italiano que Luís XIV adotou como o grande compositor da Corte francesa de Versalhes. Brilhou musicando bailados para o rei-Sol. Ele estava no auge da fama e do dinheiro. Por poder do monarca, controlava toda a produção musical francesa. Em 8 de janeiro, ele regia um Te Deum, um hino de ação de graças pela saúde do Rei que se recuperava de uma doença. Batendo com um grande bastão no chão para marcar o compasso, Lully se distraiu e alvejou o próprio pé. A pequena ferida infeccionou numa era pré-antibiótico. Ele determinou que o pé não poderia ser amputado. Morreu dois meses depois, em 22 de março de 1687. Foi vítima de si mesmo e do acaso.

Lully não foi a primeira morte estranha, fruto de um acaso cruel. O autor teatral Ésquilo era aclamado como o maior de toda Grécia Clássica. Suas peças, como *Prometeu Acorrentado* e *Os Persas*, são encenadas até hoje. Era um talento reconhecido e premiado. Ésquilo ostentava luzidia careca. Escrevia ao ar livre para se inspirar. Uma águia segurava nas garras uma tartaruga e, seguindo velha tradição, jogava o réptil numa pedra para espatifar o casco. Viu a brilhante cabeça do tragediógrafo e arremeteu o petardo, confundindo-o com uma rocha. Ésquilo morreu de uma “tartarugada” na cabeça. O leitor pode supor como essa história me assusta.

Dos gregos à corte de Luís XIV e dali a um avião que conduzia o time de Chapecó: por todo o lado, a tragédia parece combinar o acaso com a incompetência. Jovens que teriam uma vida toda de glórias pela frente encontram seu fim no cruzamento entre a imperícia e a ganância. Como pensar algo original sobre este absurdo?

Janus olha para frente e para trás. O acaso nos ronda e desafia a racionalidade. Como será 2017? Como eu chegarei ao final deste ano? Maquiavel falava do cruzamento entre *virtù* e fortuna. A primeira seria a soma das suas habilidades

peçoais, seus dons e talentos, que podem ser melhorados. Fortuna seria o acaso, aquilo que não se controla. O príncipe de sucesso seria o que combinasse as duas coisas: saberia usar a fortuna e suas habilidades. Por um lado, todos os fatalistas amam a fortuna. Quem usa *maktub*, a expressão árabe para “estava escrito” (próxima da latina *fatum*), pensa imediatamente no quanto somos marionetes de forças super/supranaturais. Por outro lado, todos os adeptos do empreendedorismo falam do poder das escolhas feitas. Sou esculpido por mim ou pela sorte? Sou um cruzamento destas forças? Qual o grau de autonomia que terei ao longo de 2017?

É sempre muito alentador imaginar que exista algo superior a mim que me determine. Esse é o conforto dos fados. O que fez com que Edgar Allan Poe, um dos maiores poetas norte-americanos, fosse brilhante e dependente do álcool? O que fez de Ernst Hemingway um escritor intenso e atormentado que iria até o suicídio? Como a Guerra Civil da Espanha interrompeu a carreira de um artista total como Federico García Lorca? Por que um duelo cortou a carreira precoce de um dos grandes inovadores da matemática: Évariste Galois? Era um gênio. Morreu com 21 anos incompletos. São as formas pelas quais as cartas saem do baralho da vida, dirão alguns. Tratam-se de escolhas racionais e autônomas, garantem outros.

Jean-Paul Sartre enfatizava muito que nossa experiência antecede nossa essência, que somos e fazemos as coisas a partir da nossa liberdade, que eu sou fruto da liberdade inelutável e angustiante do existir. Há, aqui, uma crença forte da autonomia do humano e da sua vontade.

Meu orgulho impede que eu me entregue ao fatalismo absoluto. Meu senso de equilíbrio sabe que não sou um deus criando mundos. De fato, creio que somos uma linha curva entre o acaso e a força de vontade, entre a fortuna e a *virtù*. Seu 2017 será essa curva graciosa e ousada. Você tomará decisões racionais e interessantes. O mundo fará sua oposição usual. O que resultará disso? Difícil saber. A resposta é parte

REFLEXÕES XXIII

da aventura da nossa biografia. John Lennon escreveu para seu filho que a vida é o que acontece enquanto você está ocupado fazendo outros planos. Chegamos a 2017. Feliz Ano Novo! Um bom domingo a todos vocês! ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 1º de janeiro de 2017

O real da realeza

Leandro Karnal



Como seriam as reuniões entre o irônico Churchill com a jovem e insegura Elizabeth?

Uma página nova de um caderno escolar apresenta letra mais cuidadosa do que as finais. O início da viagem é tomado de expectativas risonhas, ao passo que seu fim traz o cansaço da volta entremeado das memórias do percurso. O novo é verde, viçoso e tem o frescor da aurora. O velho é sépia. Começamos 2017.

Gosto de filmes e séries históricas que mostrem anos iniciais de um governo, de personagens em construção. Como eram as pessoas que depois acumularam muita experiência? É o caso da primeira temporada de série televisiva *The Crown*, do mesmo Peter Morgan que havia elaborado o roteiro de *A Rainha* (Stephen Frears, 2006).

The Crown mostra Elizabeth II no aprendizado para sua longa carreira de rainha. Claire Foy faz o papel da jovem soberana, a primeira a não ser sagrada imperatriz desde sua trisavó Vitória, já que a Índia tinha se tornado independente em 1947. Quem olha hoje a chefe de Estado nos seus 91 anos incompletos tem a tendência a se esquecer de que ela é soberana desde antes do seu 26.º aniversário. Porém, ela veio ao mundo sem ser herdeira direta do trono e passou a infância longe do peso da coroa. Elizabeth teve de aprender.

Margeando o conhecimento histórico, séries e filmes apresentam certo compromisso com o real. Precisam colocar as pessoas com seus nomes corretos, as datas e demais referências, para que todos reconheçam verossimilhança com os fatos. As molduras são preenchidas com imaginação.

REFLEXÕES XXIII

Dormiria o austero príncipe Philip, duque de Edimburgo, completamente sem roupas? Duas vezes a série expõe as nádegas do real consorte ao espectador. Filmar o passado implica liberdade criativa. O público vê e confia no que observa, porque identifica as personagens históricas, que parecem corretas. O caixilho é o Real da realeza. A audiência cresce porque a tela é fantasiosa, aproximando as personagens do nosso mundo (*ou, ao menos, do mundo folhetinesco*). A história dá o ar de legitimidade, o enredo fornece o sabor que procuramos. Há mistura do didático e do lúdico, cada um preenchendo as lacunas do outro.

Como seriam as reuniões entre o irônico Churchill com a jovem e insegura Elizabeth? Um conservador respeita muito a coroa, mas o velho primeiro-ministro conseguiria controlar ao menos uma frase venenosa de soslaio? A Elizabeth II verdadeira não deixou uma análise pormenorizada, mas chorou no enterro de Churchill, em 1965. Havia afeto entre eles.

A família real emerge cheia de humanidade e contradições. A rainha-mãe entra numa crise depressiva após a morte do marido. Tem de deixar o palácio de Buckingham, como manda a tradição. As filhas cresceram e deixaram de precisar dela. Torna-se uma viúva, quando tinha menos de 52 anos. Viveu ainda meio século e teve de se adaptar a novas realidades.

Teria tido tais crises? Morreu centenária. Teria Elizabeth II cobrado da mãe a educação deficitária que recebera?

The Crown afirma que sim. Tudo faz parte de um exercício do plausível e da busca do diálogo com o público atual. O castelo de Mey foi, de fato, adquirido pela rainha-mãe no norte de sua Escócia natal. Era seu refúgio e mostrava uma vontade de isolamento. As cenas com o proprietário antigo são buscas de substância televisiva.

Mas o centro da obra é a própria rainha Elizabeth II: seus *flashes* durante a Segunda Guerra, suas memórias do tio abdicando quando contava 10 anos de idade (*ato que a*

acabaria conduzindo ao trono). O centro da trama é o choque do senso de dever e suas angústias pessoais, seu atrito com a irmã em função do amor ilícito de Margaret com Peter Townsend, sua relação com a figura hierática²⁶ de Mary de Teck, sua avó.

O choque é entre Elizabeth de Windsor com Elizabeth II, entre a mulher e a personagem. Na prática, é o desafio de todo monarca. José Murilo de Carvalho começa a biografia de D. Pedro II comentando o atrito entre o imperador e Pedro de Alcântara, homem alto, tímido e de voz fina, que queria ser professor, apenas. Objetivamente, é a colisão que todos enfrentamos nos nossos múltiplos papéis.

Mas há uma coisa na série que provoca ligeira melancolia. Alguns dos discursos feitos por Churchill, especialmente a fala após a morte de George VI e a ascensão da nova rainha, citam trechos da época, reproduzidos na tela. O gabinete escuta ansioso, na esperança de ver fraquejar o velho leão. Há uma pausa retórica que parece confirmar que ele está senil. Depois, segue-se uma das páginas mais memoráveis da retórica do século XX. O discurso pode ser escutado na internet, na voz idosa, mas firme de Churchill. Na série, o encadeamento das cenas é muito bom, coroado com a *performance* teatral da velha rainha Mary se curvando diante da neta e reconhecendo, em seu luto profundo, que um novo poder surgia na frágil Elizabeth. O trono é mais poderoso do que seus ocupantes. Mary se inclina enfaticamente e demonstra que não existe mais Elizabeth de Windsor, mas apenas a rainha Elizabeth II.

Essa é parte da magia das monarquias: a liturgia do cargo antecede e se amplia sobre as pessoas. No campo simbólico, as repúblicas sempre falharam miseravelmente diante da força histórica e sagrada do trono. A célebre música de Haendel usada em coroações, *Zadok the Priest*, com sua grandiosidade épica, seria inconcebível numa posse em Brasília.

²⁶ **Hierática**: solene, formal.

REFLEXÕES XXIII

Mas eu falei de ligeira melancolia. Sim, porque ouvir Churchill discursando me remete aos discursos atuais sob o trópico da crise. Temos homens preparados e já houve até pessoas cultas na presidência. Mas a falência da nossa retórica é brutal. Os políticos falam mal, pronunciam de forma péssima e, quase sempre, expressam ideias pouco elaboradas. Insultam-se, matando o decoro, a inteligência e a esperança num Brasil melhor. Por que melancolia? Porque um dia os discursos estiveram inscritos nas páginas da literatura mundial; hoje, amiúde, constam em autos judiciais de acusações recíprocas de rapinagem. Moldura e tela ficaram de qualidade duvidosa.

Volto à ilha do Norte. Talvez a magia não seja a rainha em si, ou sua opacidade, mas como é absorvida pelo glorioso sol de Windsor que ofusca seu despreparo. Na nossa República, a mediocridade é exaltada e a ribalta política traz à tona o caráter tosco e raso dos nossos líderes. Não sou um monarquista, mas confesso que ser republicano está cada dia mais árduo... *God save the Queen!* Que Marianne, símbolo da República, tenha uma ou duas aulas de etiqueta e de dignidade. ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 4 de janeiro de 2017

Paris é uma festa, mas...

Leandro Karnal



Houve um processo histórico na construção da imagem da capital francesa

Apesar de ter estado aqui muitas vezes, Paris é sempre uma descoberta. O impacto inicial, do qual me recordo perfeitamente, foi há quase 30 anos. A primeira vez em

Paris é uma inauguração estética.

Houve um processo histórico na construção da imagem da capital francesa. Luís XIV mandava colocar aristocráticos cisnes no Sena. Eles morriam com certa facilidade nas águas poluídas da capital. Napoleão I produziu muitas obras impressionantes. Não inaugurou a maior de todas: o Arco do Triunfo, mas seus restos passaram sob ele. Seu sobrinho, Napoleão III, fez o maior investimento urbanístico. Paris foi remodelada sob o comando do Barão de Haussmann. Com arrojo e autoritarismo, novas avenidas rasgaram a velha cidade, levando para a periferia as camadas populares. Pobres atrapalhavam o cenário desejado. Surgiu a cidade-luz.

Após o Segundo Império, a Terceira República fez as exposições universais impactantes em 1889 e 1900. Resta a memória material delas: a torre Eiffel, a obra temporária mais permanente do mundo. Estrangeiros deram sua cota na teatralidade da capital francesa: o czar Nicolau II da Rússia lançou a pedra fundamental da ponte que leva o nome de seu pai: Alexandre III. No século XX, o último remodelador expressivo foi o socialista Mitterrand e, entre suas obras, vemos o arco de La Défense e o museu d'Orsay. O presidente mereceu o título de Mitterramsés, referência ao faraó construtor. Paris é como a Roma que Freud analisou: camadas

REFLEXÕES XXIII

e mais camadas de história, de memória e de sonhos de glórias sobrepostas.

As guerras são imensamente destrutivas para a memória urbana. Paris sofreu durante a Comuna de 1871: o palácio das Tulherias e o Hôtel de Ville foram incendiados. A coluna da praça Vendôme foi derrubada. Mas, comparativamente com outras grandes capitais europeias, Paris foi menos transformada pelo furor bélico. Compare-se a memória urbana da Segunda Guerra: Berlim foi arrasada e invadida; Londres foi bombardeada e não foi invadida; Paris foi ocupada, mas não foi destruída.

A cidade seduziu muita gente. Um homem medíocre como Hitler fez uma visita relâmpago após a igualmente rápida derrota francesa. Fez o clássico roteiro turístico básico e registrou foto em frente à torre Eiffel. Admirador da arquitetura eclética do século XIX, Hitler descreveu o prédio da ópera Garnier a seus guias. Foi embora logo em seguida.

Mesmo um genocida como o chefe nazista deu sua contribuição ao turismo atual ao ordenar que o corpo do filho de Napoleão Bonaparte fosse trazido de Viena para junto do túmulo do pai. Hoje, sob a cúpula imponente e dourada dos Inválidos, vemos a tumba de Napoleão II. O coração do “rei de Roma” (como era chamado ao nascer) permanece ao lado dos restos mortais da mãe, em solo austríaco.

Ao final da Segunda Guerra, Hitler tentou dinamitar Paris quando perdeu o controle sobre a França. Seu general, Dietrich von Choltitz, não levou adiante a ordem. Como a personagem Blanche Dubois (de *Um Bonde Chamado Desejo*), Paris sempre dependeu da caridade de estranhos.

Do velho nome de Lutécia para o atual, a cidade é uma marca bem trabalhada, um símbolo produzido para ser associado ao amor, à sofisticação e à gastronomia do *bon vivant*. O preço da fama? Paris convive com um problema de toda cidade icônica: a horda de turistas. Nós levamos dinheiro e problemas. Somos chatos, sempre perdidos, atrapalhando o fluxo com fotos

intermináveis. Somos a base da hotelaria gaulesa, maioria nas filas, e, pior de tudo, estimuladores dos preços altos. Também somos o ímã das legiões de trapaceiros e punguistas, atraídos pela nossa distração. Lotamos bistrôs de cardápios poliglotas, estamos no Louvre antes de ele abrir. Quem já domina mais a língua de Molière ou já foi várias vezes à terra de Asterix torce o nariz para os turistas de primeira viagem. Insuportável tolerar aquilo que já fomos.

O turista de primeira viagem é um ser amado e odiado. O francês médio bufa ainda mais diante do viajante clássico. Bufar é tão idiossincrático aqui como a frase com a qual o atendente parisiense nos enxota: *Je suis désolé*. Não existe nada mais retórico do que *désolé*. O vendedor enuncia este som, mas nada nele parece trazer o sentimento real de tristeza ou desolação.

A cidade do amor é uma cidade de pessoas sozinhas. Paris é uma das maiores concentrações de idosos isolados em apartamentos. Meu ex-professor da USP, Gérard Lébrun, morreu como milhares de seus conterrâneos: solitário, num apartamento (em dezembro de 1999). Notou-se sua ausência porque faltou à uma banca. Os idosos já aposentados são descobertos pelo cheiro.

No insuportável verão de 2003, é possível que mais de 15 mil habitantes da França tenham morrido desidratados ou por problemas relacionados ao calor. Desse número assombroso, 81% tinham mais de 75 anos. Sempre me lembro do filme *Amor (Amour, 2012, Michael Haneke)*. O fenômeno foi europeu e não apenas francês.

Agora faz frio aqui em Paris. A temperatura baixa ajuda na composição da personagem elegante. Lembro-me sempre do texto do jovem Ernest Hemingway, *Paris É Uma Festa* (em inglês: *A Moveable Feast*). Memória dos seus 20 e poucos anos na capital francesa, cercado pela “geração perdida” em saraus inesquecíveis: Gertrude Stein, James Joyce, Ezra Pound, F. Scott Fitzgerald. A companheira de Stein, Alice Toklas, fez um

REFLEXÕES XXIII

livro de receitas, descrevendo a comida que serviam ao povo famoso que comparecia às noitadas (O Livro de Cozinha de Alice B. Toklas). Lendo e executando algumas para jantares em São Paulo, tive a sensação de que Woody Allen descreveu no filme Meia-Noite em Paris: o passado parece sempre mais brilhante do que o presente.

Paris pode ser uma festa, mas demanda dinheiro para financiar a alegria. George Orwell não o tinha. O autor de 1984 fez uma reflexão dura sobre a cidade no texto Down and Out in Paris and London (aqui no Brasil: Na Pior em Paris e Londres). Paris é uma festa, mas o convite é caro. Bom domingo a todos vocês! ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 8 de janeiro de 2017

Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará

Leandro Karnal



Hoje, quase todos ficam felizes na infância mental. Crescer é arriscado

O título do texto é minha passagem preferida no evangelho de João (8,32). Parece ser um programa de vida útil a almas piedosas e a ateus empedernidos. É princípio científico, mas também é místico e programa

pessoal. Amanheço com a dúvida de Pilatos para Jesus: o que é a verdade? O Mestre não respondeu.

Minha formação básica ocorreu no Colégio São José, em São Leopoldo. Lá os karnais estudam/ensinam há três gerações. Há uma história que atravessa as décadas da escola fundada em 1872: o corredor do diabo. Como num velho filme de terror de Zé do Caixão, advirto aos leitores de sensibilidade aguçada: a narrativa é assustadora. Cardíacos ou pessoas impressionáveis: interrompam a leitura aqui! Foram avisados!

Não existe uma data precisa. O fato está inserido na lógica atemporal do terror. Havia uma capela no último andar da escola. Uma freira rezava, concentrada. De repente, ela sentiu um forte cheiro de enxofre no ar. Estava sozinha. Ao cheiro, somaram-se sons de cascos. A franciscana apavorou-se. Gritou em vão: o som se perdia nas paredes grossas. Sim! Era ele: o próprio Satanás! Por motivos desconhecidos, o príncipe do inferno tinha vindo levar a alma da freira estupegata.

Por que levar uma irmã ao mundo demoníaco? Dante Alighieri povoou o reino do capeta com papas. Nada impede que uma humilde freira, por motivos desconhecidos, faça companhia a tão ilustre grupo. Foi-se a orante para a danação. Prova concreta do encontro: a mão peluda e quente do rei da

REFLEXÕES XXIII

mentira ficou impressa na capa da Bíblia da condenada. A capela foi fechada. Nunca mais houve sacramentos no espaço. O medo venceu. O silêncio caiu sobre a comunidade.

A história era desmentida e isso aumentava o interesse. Um calouro que chegasse ao São José já perguntava aos veteranos: onde ficava o corredor do diabo? As irmãs advertiam que era boato. A insistência em desmentir aticava nossa certeza. Por que tanta gente dizia que era mentira? Óbvio: era verdade!

Na infância, acompanhado de bravos amigos, subia aos recantos da vasta escola. Havia dezenas de salas fechadas, corredores escuros, velhos espaços de pé-direito alto e silêncio aterrador. De repente, algum zombeteiro gritava e saíamos em disparada. Nunca encontramos o famoso corredor, tampouco o livro queimado com a manopla infame de Lúcifer. Sem problemas: crença tem relação ambígua com provas materiais. A verdade do corredor do diabo nos escapava ano a ano.

Teria ocorrido a cena horrenda? Uma única vez roçamos nela. Em uma pequena capela de uma ala do colégio que, até então, não tínhamos notado. Tudo indicava ser o local famoso. Era um fim de tarde e encontramos, num nicho lateral, uma assustadora imagem de Nossa Senhora da Cabeça. No lusco-fusco da hora vimos aquela imensa imagem de uma mulher que segurava um decapitado na mão.

O leitor incréu pode buscar no Google a imagem de Nossa Senhora da Cabeça. Alguém gritou: é a cabeça do diabo! Nunca corremos tanto. Parecia que os cascos caprinos de Belzebu nos perseguiram. Jamais apuramos a verdade verdadeira. Era uma época de liberdade de imaginação. O mundo mudou. Surgiu um conceito novo: a pós-verdade. O que seria uma verdade desvinculada do factual?

O debate público é dominado por apelos emotivos. Não importam fatos ou dados precisos, vale apenas a manipulação de medos. Na crítica ao stalinismo e a todo totalitarismo, George Orwell fez do romance 1984 uma advertência de como a mentira pode ser transformada de tal forma que dela

REFLEXÕES XXIII

surgisse uma verdade. Tal como a Inquisição, o Estado Totalitário não quer apenas eliminar a oposição, mas convertê-la, fazê-la crer, sinceramente, na verdade estatal. O traço totalitário está nas democracias.

O dicionário Oxford data o conceito de pós-verdade no ano de 1992. Não precisamos mais do fato concreto, basta a crença. Nas sociedades democráticas de livre-trânsito de ideias, o que confirma minha convicção prévia é verdadeiro. Não busco argumentos ou debate, busco reforço dos valores do meu gueto. Exemplo? O filho de um conhecido político seria dono de uma empresa de produção e distribuição de carne. Verdade? Que absurdo! A empresa desmentiu. Todos os envolvidos desmentiram.

Mas vale a lógica que eu tinha na infância: se as freiras desmentem é porque é verdade. Por que é verdade? Aparentemente porque tenho um cunhado cujo primo mora ao lado de um vizinho da manicure de uma contabilista da empresa que jura que é verdade. Também há juízes que são ponta de lança do FBI. Foram treinados nos EUA para desestabilizar o Brasil. Vale tudo na minha crença.

Minha posição prévia deseja que seja verdade. Todos os argumentos serão acolhidos como verdade de acordo com a posição prévia. A era da pós-verdade não é apenas uma era de mentiras. Todas as eras foram de mentiras. A diferença é que, antes, nós poderíamos crescer e descobrir que o corredor do diabo era um mito. Hoje, quase todos ficam felizes na infância mental. Crescer é arriscado. Corro o risco de descobrir que não sou o centro do universo. Pensar dói. Lúcifer se foi, envergonhado pela concorrência desleal. Quem precisa do príncipe da mentira quando se tem rede social? Bom domingo a todos vocês! ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 15 de janeiro de 2017

Para voltar a ver

Leandro Karnal



O Museu d'Orsay oferece aula de História e de ambientação entre cristais e tafetás

Passei algumas semanas fora. Viajar traz uma excelente possibilidade: exposições. Como já fui curador de mostras e também dou aulas de arte, meu olhar foi treinado para ver algo a

mais do que as obras expostas. A origem da palavra “curadoria” é a mesma de cuidado, no sentido de zelar, dar atenção especial. O processo constitutivo do evento é, para mim, tão interessante quanto as peças expostas.

Curadores têm ideias, mas o mundo limita tudo com o espartilho de aço dos custos. A criatividade esbarra na planilha de cálculo. Ninguém recebe verba total, tempo ilimitado ou equipe suficiente. Todo projeto é um ajuste de sonhos, de orçamento, possibilidades materiais e infinitos acidentes de percurso. Grandes museus ou fundações ricas conseguem maiores facilidades, mas nem eles concretizam uma exposição tal como ela foi originalmente concebida.

Ser curador é cruzar a ordenada do real com a abscissa do possível. O resultado é sempre uma curva tensa, por vezes tão linda e bem desenhada que o público recebe o resultado como os juros naturais e justos do investimento genial de alguns. A beleza do capitel terminado oculta o suor do operário e do engenheiro.

Uma coisa ótima em exposições: recriar ou inventar diálogos. Lembro-me dos óbvios e bons: uma antiga exposição sobre o pai do cubismo no Museu do Prado (Madri, 2006, Picasso. *Tradición y vanguardia*), colocando próximos Velázquez e o artista malaguenho. Vi agora, no Museu Picasso de Paris, uma

aproximação fácil, mas igualmente bem elaborada: Picasso e Giacometti. Os dois tiveram uma relação de amizade e as obras escolhidas foram muito boas. As palavras para classificar ambos (o pintor-escultor e o escultor-pintor) provocam reviravoltas mentais para pensar composição, forma e opções sobre a representação. Tais subjetividades ficam escandalosamente reveladas nas duas obras: A Sombra, quadro de Picasso (1953) e a escultura Homem Que Anda 2 (Giacometti, 1960). Parece que o diálogo sempre esteve ali, e só agora, na exposição, conseguimos integrá-lo mentalmente. Uma boa exposição educa a inteligência e a acuidade do olhar.

Há eventos que não miram a comparação, mas a análise de uma única obra-prima. É o caso da mostra sobre a Porta do Inferno, no Museu Rodin (L'Enfer Selon Rodin). Concebida para um museu que nunca foi construído, a porta é conhecida também pelos elementos separados, como O Pensador, que encima sua massa monumental. A exposição traz esboços, moldes e aproximações com os Portões do Paraíso (de Lorenzo Ghiberti, século XV) e com a obra do poeta Charles Baudelaire. O método é decompor o todo em partes, trazer à luz influências e diálogos, dissecar o projeto e tentar recompor tudo na obra pronta e fundida que encontramos nos jardins do museu.

Outro esforço interessante: recriar um mundo, como ocorre no Museu d'Orsay (Spectaculaire Second Empire, 1852-1870) com o tempo de Napoleão III. Quadros, estátuas, objetos decorativos e cotidianos são apresentados levando o público para o coração do século XIX. Assume-se, pois, um olhar histórico e nacional, para explicar as duas décadas que marcaram a França até o trágico desfecho. Se o Museu Picasso oferece uma educação do olhar, o Rodin propõe uma arqueologia da composição. O d'Orsay, por sua vez, oferece uma aula de História e de ambientação entre cristais e tafetás Achamalotados (**Chamalotado**: tecido grosso originário do Oriente feito com pelos de camelo e, por vezes, de cavalo.).

Uma exposição também pode focar luz sobre uma personagem

menos conhecida. O conde Carl Gustaf Tessin era embaixador escandinavo em Paris no século XVIII. Aproveitou para formar um coleção que traduz um olhar sobre o mercado de arte de seu tempo. Lá, somos apresentados ao gosto de um sueco de elite e à sua avaliação do mundo pictórico e escultórico francês. A tal gosto e avaliação, justapomos as escolhas dos organizadores e, sobre elas, as nossas próprias conjecturas. Curiosa aproximação: sou um estrangeiro lançando o olhar sobre outro estrangeiro que avaliou o mundo da arte da capital francesa. Em comum, a mesma pergunta: o que vale a pena ver/adquirir em Paris? Infelizmente para quem planeja ir agora ao Louvre, a exposição (Un Suédois à Paris au 18e Siècle: La Collection Tessin) acaba de ser encerrada.

Há muito mais. Só para citar algumas: uma grande mostra sobre Magritte no Georges Pompidou e uma visita aos objetos da Fundação Louis Vuitton. Esta última vale pelo prédio e pelo acervo. No fim de fevereiro, o Louvre iniciará uma exposição sobre o genial Johannes Vermeer. Para quem almeja deleitar-se com o novo filme sobre a musa Dalida, pode-se explorar uma mostra sobre o guarda-roupa da icônica cantora no Galliera, a partir da primavera parisiense de 2017.

Uma viagem deve combinar diversas possibilidades. Comer, conhecer pessoas, passear, ver e aprender formam o leque completo. Acima de tudo, acabamos por voltar ao papel de flâneur²⁷ que o autor das Flores do Mal identificava há quase 200 anos. O olhar agudo que perdemos no cotidiano nas nossas cidades de origem pode ser restaurado na cidade alheia. Criamos um ritmo estetizante e transformador por meio do cotidiano e da arte em território estrangeiro. Um boulevardier, um homem do boulevard, via as coisas, aprendia, descrevia, com a pena de Zola ou de Proust, a experiência mais vagarosa e analítica dos mundos

²⁷ ***Flâneur***: vagabundo.

REFLEXÕES XXIII

redesenhados pelo olhar. A vantagem dessas personagens do passado? Não faziam *selfies*. Mas, por meio do *self*, punham-se a pensar o outro. Bom domingo a todos vocês. ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 22 de janeiro de 2017

Por que me ufano...

Leandro Karnal



No aniversário de São Paulo é hora de comemorar unidos no espaço que Tibiriçá criou em Piratininga, João Ramalho povoou e os jesuítas tentam educar há mais de 4 séculos

No aniversário da cidade de São Paulo do ano passado, escrevi um artigo para o Estadão. Usei a frase da personagem Rastignac, de Balzac, que olha para Paris e fala do duelo entre ele e a urbe, entre o destino à sua frente e o obstáculo/oportunidade da cidade-luz: *à nous deux maintenant!* Agora é entre nós! Agora somos eu e você!

A sorte está lançada. Era o desafio do imigrante: a consciência de que São Paulo é uma metamorfose para quase todos que aqui chegam. No aniversário atual, cito, em parte, o título da obra de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior: *Por Que me Ufano de Meu País* (1900). Advirto: falarei da cidade que amo: não esperem prudência de adjetivos. Hoje, como os franciscanos medievais falavam sobre as glórias de Nossa Senhora, prefiro ser criticado pelo excesso de louvores.

Somos imigrantes ou descendentes deles. Paulistas quatrocentões são descendentes de forasteiros antigos, e amiúde, de indígenas. Italianos, árabes, negros, orientais, judeus e nordestinos são mais recentes. É uma consciência que precisamos proclamar a todo paulistano branco, negro, ou oriental: ter chegado aqui à força como escravo, expulso pela pobreza na sua área de origem ou perseguido num gueto europeu só dá mais energia à sua luta de agora, em 2017.

Há uma tragédia e uma lacuna na base. Nosso ancestral imigrante não era um duque milionário na Borgonha que, entediado de caçadas à raposa entre vinhos inebriantes e

trufas, decidi vir para uma vila colonial no interior da América. Todos temos uma dor na base da árvore genealógica.

Um mameluco nascido em Santana de Parnaíba, Domingos Jorge Velho, teve de buscar ocupação no bem mais rico Nordeste do fim do século XVII. Por lá andava caçando indígenas e para lá voltou para destruir o quilombo dos Palmares (ainda que exista um bom debate histórico sobre a presença dele no episódio).

Vianna Moog, gaúcho nascido na mesma cidade que este cronista, comparou a São Paulo de 1954 (então no ano do seu quarto centenário) com os EUA. O livro, cada vez menos lido, chamou-se *Bandeirantes e Pioneiros*. À parte o determinismo geográfico que a obra ainda contempla, ele fez uma das primeiras comparações entre os dois mundos. Moog viu quase só diferenças. Os paulistanos de hoje contemplam muitas semelhanças.

Voltemos mais no tempo. O cacique Tibiriçá fundou a paulistanidade quando acolheu um grupo heterogêneo de jesuítas. Surgiram um povoado e um gesto: receber quem vem de longe. Cortemos a rígida corda da precisão histórica. Se um dos jesuítas tivesse tido um justificável mal-estar a caminho da colina fundacional e tivesse retardado os colegas missionários um único dia, a maior cidade do Brasil poderia se chamar São Timóteo, patrono do dia 26 de janeiro. Os aqui nascidos seriam timotenses (ou timotianos?) e o bispo de Éfeso seria louvado na Sé. Imagine um carioca, nesta história alternativa, reclamando da obsessão do povo de Piratininga: essa gente de São Timóteo é toda estressada!

Voltemos ao real. Hoje, São Paulo está de aniversário. É hora de comemorar. Em outro dia falarei de nossos problemas. Hoje, acordei ufanista. Amo São Paulo e aqui construí a maior parte da minha existência. A cidade foi generosa comigo e, como tantos, reconheço *“que quando eu cheguei por aqui eu nada entendi”*.

Velha calúnia: São Paulo é bairrista e não admite estrangeiros.

REFLEXÕES XXIII

Afinal, os paulistas lutaram nas Minas contra “os de fora”, os emboabas. Velho mito. Derrubemos a aleivosia com uma lista incompleta. O prefeito Raimundo Duprat era do Recife. Álvaro Gomes da Rocha Azevedo governou a capital paulista sendo mineiro.

De Itu procedia Firmiano de Moraes Pinto. Washington Luís, ínclito prefeito e futuro presidente, era de Macaé, estado do Rio de Janeiro. Isso não o impediu de escolher o brasão da cidade que conhecemos: *Non Ducor, Duco* (não sou mandado, mando). Pires do Rio nasceu em Guaratinguetá.

Jânio Quadros era paulistano autêntico de Campo Grande, hoje Mato Grosso do Sul. O administrador e futuro governador Ademar de Barros era piracicabano com raízes em São Manuel. Wladimir de Toledo Piza era de Serra Negra. Prestes Maia chegou ao mundo na calma estância hidromineral de Amparo. O grande Faria Lima? Surpreendam-se paulistanos: carioca ao nascer e ao morrer.

Paulo Lauro, o primeiro negro a governar a Pauliceia, era um brilhante advogado de Descalvado. Para todos os matizes políticos lembramos na lista o santista Mário Covas e Luiza Erundina, paraibana de Uiraúna. A lista dos “emboabas” se encerra, até o momento, com o carioca Celso Pitta. Os alcaides seguintes foram escolhidos entre paulistanos natos, como o atual João Doria Júnior.

Assim somos paulistanos de todos os locais, unidos no espaço que Tibiriçá criou em Piratininga, João Ramalho povoou e os jesuítas tentam educar há mais de 4 séculos. Vocacionados para a luta, marcados pela obsessão do relógio e adaptados à diferença que nos une: esse é o paulistano real e ideal. Objetivos e diretos, somos menos suaves do que os mineiros, menos abruptos do que os gaúchos, menos cariocas do que os cariocas.

Quase 12 milhões de seres humanos com muitos problemas e muita esperança. Somos assim, ligeiramente vaidosos; mas, meu amigo, temos motivos para isto. Fizemos São Paulo e ela,

REFLEXÕES XXIII

generosa e maternalmente, reinventou-nos. Quem falaria mal da mãe no dia do aniversário? Parabéns aos paulistanos de todo o mundo, de todas as epidermes e de todos os sonhos. Outro dia trataremos das nossas dores aqui. Hoje, apenas, canto: Feliz Aniversário, São Paulo! ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 25 de janeiro de 2017

Talentos do além

Leandro Karnal



Não tenho medo de mortos. Tenho medo dos vivos que veem mortos

Dei um curso sobre o pintor Caravaggio há alguns anos. O local era uma sala em Higienópolis, na capital paulista. Sou apaixonado pela sua obra. A vida tumultuada, a luz e sombra, seus temas teatrais e dramáticos: tudo parece hipnotizar. Tenho a experiência antiga que, em meio a uma aula de Contrarreforma com alunos de Ensino Médio, o quadro Judite e Holofernes (Palácio Barberini, Roma) causa um impacto imediato. O mais *blasé*²⁸ dos adolescentes parece repetir o espanto diante da tranquila violência contida na imagem com seus jorros de sangue.

Volto ao curso. A turma era ótima. Consegui entrar em detalhes técnicos das pinturas. Comparei o mesmo tema em diversas representações, por exemplo, Judite com a cabeça do general assírio sob a lógica pictórica de Botticelli ou de Artemisia Gentileschi. Analisamos as fontes, os estilemas caravagescos e o mundo social italiano. Construí as aulas com paixão sincera.

As preleções terminaram. Os alunos se despediam e iam embora. Restou, apenas, um jovem senhor na sala. Fizera boas perguntas nas semanas anteriores. Parecia afável e bem preparado. Sorrindo, veio agradecer. Trazia grossa pasta nas mãos. Pediu para mostrar. Anunciou ser pintor.

Tenho certo receio quando alguém quer me mostrar uma

²⁸ **Blasé**: indiferente.

REFLEXÕES XXIII

poesia ou uma pintura. O que dizer a um autor? Como tratar da sensibilidade alheia? Como não ser grosseiro sem precisar mentir? As coisas piorariam um pouco mais.

O aluno segredou-me ser um tipo especial de pintor. Disse que pintava e não pintava. Esmiuçou a contradição: ele recebia o espírito de pintores e pincelava sob tal transe. Mais: era Caravaggio que vinha até ele. Meu medo, que já estava em grau alto, ficou quase incontrolável. Verifiquei se a porta da sala continuava aberta e se uma fuga seria possível. Então... ele abriu a pasta.

Diante de mim inúmeras obras em telas não emolduradas e alguns esboços de desenhos. Todos, segundo meu interlocutor, de autoria do próprio Michelangelo Merisi, dito Caravaggio. Costumo ser bem controlado nas expressões faciais, fruto de anos de sala de aula e de muito contato com público. Nem sempre consigo. Acho que ele notou minha expressão do horror.

A morte parecia ter fulminado o talento do gênio. As pinturas seriam, com muito otimismo, um vago esboço sobre o tenebrismo caravagesco. Não continham a força do claro-escuro, tampouco a violência dionisíaca. Ali não se notava o cruzamento entre a fé e o humano apaixonado. O que eu tinha diante dos meus olhos eram obras com pouco domínio do desenho, perspectiva equivocada, iluminação rasa e composição de simetria oposta a Caravaggio. Eu estava, genuinamente, constrangido.

Invoquei um compromisso real para acelerar a análise da pasta. Apreendi uma frase num filme do grande Anthony Hopkins (*Terra das Sombras*, 1993) quando se prepara para ver os escritos de uma poeta: *“Só você poderia ter escrito isto”*. A ideia é neutra e é bem recebida pelo interlocutor. Usei-a ao final. O aluno-artista agradeceu, porém, humilde, se desculpou: *“Eu não pintei, professor, foi ele”*, apontando para a imagem de Caravaggio que ainda estava na parede ao fim da última aula.

Nunca mais reencontrei o pintor-médium. Reflito sobre as muitas pessoas que possuem essa capacidade de criar uma ideia e segui-la de forma decidida. Encanta-me o pensamento mágico, mas apenas quando leio Lévi-Strauss sobre a ilha do Bananal ou Evans-Pritchard sobre os azandes no coração da África. A crença é fascinante, especialmente pela sua irracionalidade e pela constituição de uma lógica própria que revela um código. Porém, se o menino do filme *Sexto Sentido* (M. Shyamalan, 1999) sentasse ao meu lado e dissesse que vê gente morta todo o tempo, eu ficaria intranquilo. Não tenho medo de mortos. Tenho medo dos vivos que veem mortos.

Seria fácil supor que o pintor-incorporador fosse apenas um caso patológico. Nada indicava isso. Também ele não pertencia a um grupo social ou tribal que embasasse a crença. Ele não era um azande. Meses depois, descobri, por acidente, que ele era um engenheiro. A função, tradicionalmente, é treinada para o pensamento imanente, prático e quantificável. Essas são virtudes que admiro nos engenheiros e até lamento certa escassez entre nós, historiadores.

Sempre tento fazer a crítica da minha crítica. Grande parte do sistema universitário, especialmente cerimônias de defesa de tese, apresentam recursos simbólicos de uma linguagem que traduz, em gestos e falas, certa cosmogonia acadêmica, ou quem é quem na fila do pão. Usamos, no dia a dia, adereços sem utilidade prática como gravatas. Já coloquei branco no ano novo, sabendo que um corante (ou sua ausência) sobre o algodão não muda em nada o tempo à frente. A própria crença na mediunidade não nasce entre povos dos grotões, porém em um professor de ciências na sofisticada Paris do século XIX, influenciado pelos temas científicos da evolução. O cruzamento fé/magia/ciência sempre foi notável.

Estamos diante do encantamento do mundo: nossas magias parecem práticas normais, as dos outros refletiriam patologias. No mil-folhas do universo contemporâneo, resta selecionar quais as feitiçarias aceitáveis socialmente. Eu e você, leitor, temos um Mundo de Oz bem estruturado em

REFLEXÕES XXIII

nossas convicções. Os outros? Obviamente são loucos, carentes ou malformados. Continuo com a certeza de que os grandes mestres são mais talentosos antes do falecimento. Bom domingo a todos vocês. ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 29 de janeiro de 2017

Insulto, logo existo

Leandro Karnal



No momento em que eu apenas uso o rótulo, perco a chance de ver engenho e arte

A crítica e o contraditório são fundamentais. Grande parte do avanço em liberdades individuais e nas ciências nasceu do questionamento de paradigmas.

Sociedades abertas crescem mais do que sociedades fechadas. A base da democracia é a liberdade de expressão. Sem oposição, não existe liberdade.

Uma crítica bem fundamentada destaca dados que um autor não percebeu. Um juízo ponderado é excelente. Mais de uma vez percebi que um olhar externo via melhor do que eu. Inexiste ser humano que não possa ser alvo de questionamento. Horácio garantia, com certa indignação, que até o hábil Homero poderia cochilar (*Quandoque bonus dormitat Homerus - Ars Poetica, 359*). A crítica pode nos despertar.

Como saber se a avaliação é boa? Primeiro: ela mira no aperfeiçoamento do conhecimento e não em um ataque pessoal. A boa crítica indica aperfeiçoamento. Notamos, no arguidor sincero, uma diminuição da passionalidade. Refulgem argumentos e dados. Mínguem questões subjetivas. Há mais substantivos e menos adjetivos. Não digo o que eu faria ou o que eu sou. Indico apenas como algo pode ser melhor e a partir de quais critérios. Que argumentos estão bem fundamentados e quais poderiam ser revistos. Objetividade é um campo complexo em filosofia, mas, certamente, alguém babando e adjetivando foge um pouco do perfil objetivo.

REFLEXÕES XXIII

Duas coisas ajudam na empreitada. A primeira é conhecimento. Há um mínimo de formação. Não me refiro a títulos, mas à energia despendida em absorver conceitos. Nada posso dizer sobre aquilo do qual nada sei. Pouco posso dizer sobre o que escassamente domino. A segunda é a busca da impessoalidade. Critico não por causa da minha dor, da minha inveja, do meu espelho. Examino a obra em si, não a obra que eu gostaria de ter feito ou a que me incomoda pelo simples sucesso da sua existência. Critico o defeito e não a luz.

Cheguei a essas conclusões por já ter errado. Arrependo-me de críticas passionais. Tomei consciência de que dois ou três temas mexem tanto comigo, que a objetividade tende a diminuir. Questões ligadas ao racismo, à violência contra mulheres e à educação implicam uma carga emotiva forte para mim. Hoje, quando vejo que o debate roça nisso, submeto-me a redobrada atenção para evitar fazer aquilo que estou reclamando em outros.

Reconhecida minha imperfeição, reafirmo: assusta-me a virulência da internet. Há pessoas que querem fazer sucesso a qualquer preço e cimentam a estrada com palavrões. Acreditam que agressões com palavras vulgares e apelidos sejam um grande impacto. Estão corretos: causam impacto, mas vulgaridade é simples concussão²⁹.

Suponho que alguns apresentem sintomas ligados à chamada síndrome de Tourette. Georges Gilles de la Tourette (1857-1904) descreveu pacientes que tinham compulsão de enunciarem palavrões, especialmente referências a fezes. A coprolalia³⁰, este fluxo de temas fesceninos³¹ e agressivos, escapa ao controle.

²⁹ **Concutir**: fazer estremecer, sacudir, abalar.

³⁰ **Coprolalia**: Coprolalia é a tendência involuntária de proferir palavras obscenas ou fazer comentários geralmente considerados socialmente depreciativos e, portanto, inadequados.

Além de uma síndrome generalizada de Tourette, noto a vontade de classificar mais do que entender. Definido se o autor é **X** ou **Y**, encerra-se a discussão. Basta dizer que ele é, por exemplo, conservador ou socialista. Nada mais preciso pensar da obra.

É preciso reforçar que o talento e a criatividade têm pouca exclusividade política ou biográfica. Portinari e Jorge Amado eram gênios na pintura e na escrita. Também foram devotados comunistas. Jorge Luis Borges mudou a maneira de pensar a literatura mundial. Era racista e achava a ditadura de Francisco Franco muito boa. Oscar Niemeyer mudou a noção de arquitetura do século XX. Era adepto do marxismo. Shakespeare, do ponto de vista político, era bastante conservador e desconfiava da participação popular. Descartes e Pascal eram religiosos; Bertrand Russel e Diderot, ateus. Picasso e Hemingway eram sedutores quase agressivos de mulheres. Nelson Rodrigues não era, exatamente, um feminista. O pintor Francis Bacon, o músico Schubert e o economista J. Keynes tinham vida ou desejo homoeróticos.

O que eu quero dizer: no momento em que eu apenas uso o rótulo, perco a chance de ver engenho e arte. Fixar-se no estereótipo parece ser um recurso de certa estreiteza analítica. Tanto a maestria pode estar presente num indivíduo detestável como a mediocridade pode aflorar no mais engajado lutador dos direitos dos filhotes de foca.

Respondo raramente a críticos agressivos. Basicamente por falta de tempo e também por acreditar ser um direito de todos a manifestação com liberdade, dentro dos limites da lei.

Internet funciona como terapia para muitos. Sempre recomendei que as pessoas fossem comedidas não por humildade, porém por vaidade, já que atacando alguém eu falo tanto de mim e dos meus medos que a prudência impõe

³¹ **Fescenino**: obsceno

REFLEXÕES XXIII

certo silêncio obsequioso. Poucas coisas desnudam tanto minha alma como o ataque. Podemos sempre evitar o texto de quem discordamos. O impossível é evitar a nós mesmos.

Eis fevereiro entre nós. Hoje, chego ao meu verão de número 54. Nunca havia percebido a vida tão fascinante como agora. Melhorei muito porque tive bons críticos ao longo dos anos. Ajudaram-me a superar mazelas e lacunas. Agradeço a eles. Desejo paz aos outros julgadores. Estou com pouco tempo para odiar. Boa semana a todos. ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 1º de fevereiro de 2017

Muros e bárbaros

Leandro Karnal



*Há muitos divisores físicos na História.
Todos são de memória infeliz e inúteis*

Troia era muito próspera. Para preservar sua riqueza, ergueu muros altos. A obra teve divinos feitores: Apolo e Posídon. Divergências sobre o pagamento levaram a desgraça para o povo e para a família real. Anos

depois, os gregos conquistaram a cidade inexpugnável com a artimanha do cavalo de madeira. A orgulhosa Ílion caiu com seus muros intactos.

Constantinopla foi construída em um ponto privilegiado entre Europa e Ásia. O comércio enriqueceu a cidade. Desde o começo, ela foi fortificada. O sistema de muralhas em desnível era extraordinário. Foi sendo reforçado e melhorado nos mil anos seguintes. A extensa proteção ainda contava com muralhas junto ao mar e poderosa corrente para impedir a passagem de navios pelos estreitos. O surgimento da pólvora para fins militares foi fatal para a defesa. Poucas semanas após ter completado 21 anos, o sultão Maomé II entrou triunfante em Santa Sofia. As fortificações bizantinas tinham ficado obsoletas.

Há muros altos na China desde antes do período imperial. O imperador Qin Shi Huang (século 3.º a.C.) unificou o país e deu à cidade de Xian sua atração principal: os guerreiros de terracota. Ele decidiu ligar os muitos muros reais e fazer a primeira muralha imperial.

A chamada muralha da China é uma obra com muitos perfis arquitetônicos. A parte mais visitada, hoje, é próxima a Pequim. Aquela parte é fruto do esforço restaurador da dinastia Ming (séculos XIV ao XVII).

REFLEXÕES XXIII

Depois de um início de expansão cujo símbolo são as fabulosas viagens do almirante Zeng He ao Ocidente, os imperadores, aconselhados por eunucos confucionistas, encerraram a fase de pensar para fora e passaram a pensar para dentro. Depois de navegar boa parte do Índico, chegando ao Mar Vermelho e a Moçambique, os chineses se ensimesmavam uma vez mais: não acreditavam ter visto nada melhor do que eles mesmos fora de seus territórios. Para que viajar? Para que se abrir ao mundo? Ressuscitam o esforço de restaurar as muralhas com pedras para impedir a invasão dos bárbaros.

Os Ming deixaram de se considerar como potência ofensiva e adotaram atitude defensiva. As antigas muralhas não tinham detido a invasão mongol. As novas e restauradas não conseguiram deter os grupos da Mandchúria que derrubaram o último soberano nacional chinês e instauraram o poder estrangeiro sobre o Império do Meio.

A muralha da China teve efeitos muito variados. O primeiro deles foi absorver recursos do império, especialmente no período Ming. O segundo foi transmitir a falsa sensação de segurança. Podemos existir longe dos estrangeiros, pensava, satisfeita, a elite da Cidade Proibida. A única grande consequência que a muralha não conseguiu apresentar foi aquela que tinha definido sua gênese: livrar o império de bárbaros.

Vitoriosa na Grande Guerra, a França manteve parte do seu alto comando. Marechais carregados de medalhas e de experiência pensaram em um sistema de defesa grandioso. Se as trincheiras tinham marcado o conflito de 1914-1918, é óbvio que um sistema industrial e perfeito de trincheiras salvaria o povo francês do conflito que se avizinhava. “Excelente ideia”, deve ter dito um ancião ao outro em Paris.

Surgiu a linha Maginot. Túneis, casamatas de concreto, trilhos, depósitos: a extensa rede defensiva era perfeita. Ela pode ser visitada hoje, quase intacta. A opinião pública foi convencida que valia a pena investir grande parte da receita

REFLEXÕES XXIII

francesa na concepção. A cabeça de parte dos dirigentes políticos e militares da França voltava-se para 1914. A guerra de 1939 seria de aviões e de tanques. O ataque nazista pelas Ardenas foi uma surpresa. A linha Maginot foi um caríssimo elefante branco. Em 1940, a França caiu. A ideia fora inútil. Jogar na retranca, mais uma vez, demonstrou ser tática duvidosa.

Em agosto de 1961, tentando estancar o fluxo migratório para o Ocidente, o governo da Alemanha Oriental/URSS ordenou a construção do Muro de Berlim. O mundo que deveria ser o paraíso dos trabalhadores não conseguia convencer seus habitantes a permanecerem no Éden. A cidade foi dividida.

O Muro de Berlim custou muitas vidas. Foi o símbolo do fracasso socialista. O democrata Kennedy fez discurso se identificando com os berlinenses oprimidos. O republicano Reagan pediu de forma direta: *“Secretário-geral Gorbachev, se o senhor busca a paz, se busca prosperidade para a União Soviética e o Leste Europeu (...), derrube este muro”*. O símbolo caiu em 1989 e, com ele, o socialismo histórico da URSS e do Leste Europeu. Há muitos outros divisores físicos na História. Todos foram e são de memória infeliz e inúteis. Eles reconhecem o fracasso de um sistema e simbolizam o colapso das pontes. Muros enriquecem empreiteiros e empobrecem ideias e humanidade.

Visitei muitas vezes a muralha da China, as ruínas de Troia, estive em Istambul, vi Berlim e conheci a linha Maginot. Nestes lugares há o eco do desejo de deter os bárbaros e o registro do fracasso do intento. Seria irônico repetir Reagan, o neoliberal, o republicano conservador, o garoto-propaganda do capitalismo de livre mercado contra seu colega de partido: *“Tear down this wall, Mr Trump”*. Bom domingo a todos vocês! ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 5 de fevereiro de 2017

Quem merece o quê?

Leandro Karnal



Uma palavra cresceu muito recentemente: meritocracia. Sua raiz está em muitos lugares. Começa com a crítica à sociedade estamental do Antigo Regime. No mundo dos reis absolutos, as pessoas eram definidas pelo nascimento. No século de Luís XIV, por exemplo, a nobreza tinha privilégios de foro jurídico, acesso a cargos, presença na Corte, precedências sociais e, até, o direito de usar certos tecidos e cores (leis suntuárias).

A maioria da população (o povo) viu com desconfiança um mundo definido pela loteria do nascimento e não pela capacidade de alguém. Reivindicou-se a isonomia, ou seja, a igualdade diante da lei. Quem garantiria que era melhor ter como comandante militar um duque ou príncipe de sangue, se um humilde oficial poderia ter mais preparo e melhor estratégia, mesmo que nascido de berço simples?

Uma das reações ocorreu no novo modelo de exército liderado pelo puritano Oliver Cromwell contra as tropas absolutistas de Carlos I Stuart. O sucesso de um exército disciplinado com oficiais promovidos por mérito foi evidente: o rei foi decapitado e os ingleses conheceram uma inédita República. A meritocracia era eficaz.

Ao final do Antigo Regime, a ascensão de Napoleão Bonaparte foi a consagração da capacidade sobre a origem. O curso venceu vários imperadores. Claro que tudo tem seu custo e, mesmo Napoleão, tão prático, fez uma concessão simbólica ao se coroar.

O conceito de meritocracia aumentou em importância com a ascensão do capitalismo liberal, especialmente no século XIX.

De Adam Smith a Stuart Mill, domina a ideia de que o esforço pessoal seja o distintivo de cada ser. Riqueza e pobreza eram fruto de uma correlação entre capacidade e trabalho.

Nos Estados Unidos, o empreendedor bem-sucedido transformou-se na encarnação do Liberalismo. A meritocracia seria similar à evolução das espécies: em um mesmo ambiente, apenas as mais adaptadas e hábeis sobrevivem.

Quase ao mesmo tempo, ideias socialistas deram explicação contrária. A sociedade capitalista era concentradora de renda e impedia a ascensão de forma igualitária. Para liberais clássicos, a desigualdade era uma decorrência natural dos diferentes talentos e esforços. Para os socialistas, era uma situação artificial criada para garantir o domínio de uma pequena elite. A meritocracia era uma construção ideológica para parte da esquerda e era uma verdade pétrea para uma parte dos conservadores. Parte dessa crítica está na obra de Thomas Piketty, *O Capital no Século XXI*.

Liberais gostam de citar, no Brasil, Machado de Assis. Nascido em condição social humilde, mulato, educou-se e galgou postos profissionais por exclusivo esforço pessoal. O fundador da Academia Brasileira de Letras seria o exemplo de que todos têm oportunidades, basta empenho.

Os inimigos da ideia do esforço como motor maior pensam em Machado como exceção. Usá-lo seria como dizer a todo atleta de várzea: jogue bastante bola porque Neymar ficou milionário assim. Para críticos da meritocracia, os exemplos excepcionais de um Machado só servem para reforçar a ideia de que, para a maioria, os caminhos estariam fechados.

O tema é complexo e não tem apenas dois polos: é preciso lembrar que o pensamento aristocrático continuou a encontrar eco em boa parte do século XX, negando a ideia de mérito e as críticas socialistas. Sándor Márai capta essa terceira via no romance *As Brasas*, ao narrar o quase monólogo do general Henrik acusando seu amigo de infância, Konrad, de invejar seu berço aristocrático e sua vida abastada

REFLEXÕES XXIII

na corte de Francisco José. Konrad era mais inteligente e esforçado, tinha mais mérito em tudo. Vinha de origem mais humilde. Mas jamais seria como Konrad por uma questão de nascimento. Isso tudo em 1941! Arno J. Mayer analisa a persistência da nobreza como referência até 1914 no clássico *A Força da Tradição*.

No plano individual, um aluno que se esforce mais tem mais chances de sucesso. Não seria justo que todos colhessem o mesmo com sementes e esforços de plantio bem distintos. No plano mais amplo, uma formação ruim e até uma ingestão insatisfatória de alimentos em alguns momentos pode representar danos muito difíceis de serem superados. Em processo de ensino, nem todo degrau pode ser recuperado. A pergunta incômoda é se todos possuem condições de esforço. Em outras palavras: querer é poder, mas... será que todos podem querer? Eu não tenho resposta clara. Sempre achei que somos mais livres do que deterministas de toda espécie imaginam, mas menos autônomos na vontade do que liberais idealizam.

Óbvio concluir que dar boas condições a alguns também não garante o êxito. O esforço é necessário independentemente da origem do esforçado. Seria ele suficiente? Responder a esta questão complexa sobre meritocracia está na base de políticas como Bolsa Família e cotas em processos seletivos. Na verdade, toda política pública dessa natureza nasce da ideia de que as condições não são iguais para todos e que seriam necessárias medidas para garantir, de fato, meritocracia.

As perguntas básicas são: A) há condições de crescimento para todos mediante esforço? B) a meritocracia ainda é o critério básico para distinguir sucesso e fracasso? Talvez o questionamento derradeiro seja: quem merece o quê? Boa semana a todos. ! ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 8 de fevereiro de 2017

O fantasma de Stálin

Leandro Karnal



A legislação trabalhista foi pensada no Ocidente para conter a sedução comunista

Começou o ano e a Quaresma. Para a consciência brasílica, o dia de hoje assinala o início do ano civil. O que quer que possa ter ocorrido antes é mero ensaio para o que vem pela frente. Começam as labutas de 2017. A propósito, feliz Ano Novo, já que estamos em um verdadeiro primeiro de janeiro.

Vamos retroceder um século. Em março de 1917, foi derrubado o czar Nicolau II e começou a Revolução Russa. Ela transformou a face econômica do país. O perfil agrícola das estepes deu um salto nas décadas seguintes para uma potência industrial. Os planos quinquenais transformaram a Rússia em um dos grandes produtores de aço do planeta. A população passou de um governo autoritário dos czares para um governo autoritário de comissários do povo. As coletivizações forçadas no campo levaram a fome a áreas produtivas. O genocídio na Ucrânia (Holodomor), as repressões políticas, os campos de concentração e prisões para dissidentes (Gulags) trouxeram a morte para milhões.

A Revolução Russa teve um efeito imenso sobre o Ocidente. No ano de 1917 e subsequentes, muitas greves e agitações de trabalhadores marcaram lugares tão distantes como Madri e Nova York. Eram os anos “vermelhos”. Há cem anos, com visível orientação anarquista, explodiu em São Paulo uma das mais significativas greves operárias da história do País. Nos anos seguintes, começaria um declínio do chamado socialismo libertário. A ortodoxia soviética viera para ficar.

De muitas formas, a legislação trabalhista foi pensada no

Ocidente para conter a sedução do comunismo. No caso específico do Brasil, Getúlio incorpora o Primeiro de Maio como data oficial, concede vários benefícios e controla os sindicatos. O mesmo Vargas mata e tortura militantes comunistas. Havia uma luta para absorver e liderar a causa operária.

Hoje, contemplamos a Revolução Russa com o olhar crítico pelo estado totalitário que se seguiu e pelo custo em vidas. Não era assim em 1917. Para muitas pessoas, desabrochava a esperança em Moscou. A opressão czarista fizera eclodir um movimento original e poderoso de libertação. Grandes pensadores, artistas e jornalistas apregoavam que o futuro raiava e o sol, como sempre, vinha do Oriente. Caio Prado Júnior, Tarsila do Amaral, o jornalista John Reed (autor de *Dez Dias que Abalaram o Mundo*) e outros escreviam e depunham sobre um mundo sem diferenças sociais, sem miséria nas ruas, com entusiasmo popular.

A cenografia demorou a cair. Em parte, pareciam as histórias das quase míticas aldeias modelo (*Potemkim villages*) que encantaram a czarina Catarina, a grande. Alguns intelectuais repetiram a experiência na URSS do século XX. Quase sempre vemos o que outros mostram ou nós mesmos desejamos ver.

O fato de a miséria e de a desigualdade no capitalismo ocidental serem enormes ajudava a compor o encantamento. Operários explorados, bolsões de cortiços por todo lado, governos que oprimiam trabalhadores: o Ocidente era a realidade, a Rússia, a utopia. A nascente URSS assomava como um novo mundo contra o decadente universo capitalista do pós-Grande Guerra. Em 1917, o capitalismo matava nas trincheiras da Europa e nas colônias. O socialismo tornava-se a resposta errada para uma crítica correta.

A cegueira sobre o que ocorria na URSS foi notável. Raymond Aron afirmou (*O Ópio dos Intelectuais*) que a sedução socialista funcionava como um elemento viciante, um ópio, uma maneira de perturbar a visão. Abandonar vícios sólidos é

um desafio, especialmente para formadores de opinião.

Após a Segunda Guerra, o prestígio soviético ainda estava em alta. Stalin era a grande força militar que derrubara o nazismo. A resistência dos russos na batalha de Stalingrado fora épica. Houve solidariedade mundial ao sofrido povo da cidade das margens do Rio Volga. Carlos Drummond de Andrade fez um poema: “Stalingrado, miserável monte de escombros, entretanto resplandecente! As belas cidades do mundo contemplan-te em pasmo e silêncio”. Havia conteúdo romântico na admiração. Poucos destacavam que era um enfrentamento de morte entre dois Estados totalitários: o nazista e o soviético.

A invasão da Hungria (1956) inaugurou uma mudança. A desestalinização promovida após a morte do “pai dos povos” tornou pública a lista de crimes do georgiano. Sartre escreveu O Fantasma de Stalin, um petardo contra o modelo autoritário do socialismo soviético.

Custou a muitos sair da zona de conforto da crença. Um recurso paliativo foi destacar que a URSS era um desvio do ideal socialista. O verdadeiro socialismo estaria em lugares como a Albânia ou na Revolução Cultural de Mao. Esta última encantava manifestantes em Paris e matava centenas de milhares de jovens na China. O socialismo tinha virado um projeto mais interessante nos cafés do Quartier Latin do que em Pequim ou Moscou.

Há cem anos, a Revolução Russa tinha começado a mudar o mundo. Simpatia ou antipatia pelo socialismo altera pouco o fato de 1917 ser um imenso marco histórico. A saída da Rússia da Grande Guerra, a tentativa de expansão do socialismo pelo mundo, a decisiva participação soviética na Segunda Guerra, a legislação trabalhista no Ocidente, a Revolução Chinesa e a Guerra da Coreia: quase tudo tem origem nos fatos que agora comemoram cem anos.

Matamos em nome do capital e em oposição ao capital. Matou-se em nome de Deus e matou-se em nome da negativa

REFLEXÕES XXIII

de Deus. Houve genocídio no Congo pelo capitalista e católico Rei Leopoldo da Bélgica. Houve genocídio na Ucrânia pelo ateu socialista Stalin. Parece que matar é um prazer acima do modelo político ou da opção religiosa. O ano de 1917 também originou um choque ideológico profundo entre o capitalismo e o socialismo. Na Europa, a queda do muro de Berlim e o fim da URSS marcaram o fim da Guerra Fria. No Brasil, pelo contrário, descobrimos há pouco os prazeres da discussão de um mundo bipolar. A Revolução Russa é uma senhora centenária. Nossa Guerra Fria é um adolescente mimado e esperneante. Boa semana para todos. ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 1º de março de 2017

Lições violentas

Leandro Karnal



Qualquer quebra na ordem do mundo parece liberar a energia acumulada nos indivíduos

Acho que nós, humanos, idealizamos nossa espécie. A violência é o eixo definidor das nossas relações. Ela foge ao controle e acha novas formas de se manifestar com a mesma engenhosidade com que buscamos limites à destruição.

Thomas Hobbes, filósofo inglês, havia pensado que a guerra de todos contra todos era parte constitutiva das sociedades. Concebeu esta ideia em Paris, onde tutorava o futuro Carlos II, ambos fugindo da violenta guerra civil que assolava a Inglaterra. Um mundo hostil gerou seu raciocínio sobre nossa cólera. Para evitar a destruição total, argumentava, surgia o Estado, a entidade que conteria todos por monopolizar a violência.

O Leviatã, título de sua obra mais conhecida, publicada apenas dois anos depois de seu retorno da França, era o maior monstro de todos os oceanos. A anomalia aquática era uma metáfora bíblica: no topo do poder das criaturas existiria esse ser, que, com seu tamanho e potência, estabeleceria a paz possível. A guerra de todos contra todos seria detida pelo Estado forte, o Leviatã.

A violência e o mal podem ser descritos como derivados da queda do homem e da ação malévola do demônio. Na primeira família humana, a mais próxima de Deus e com contato direto com o Criador, havia quatro pessoas: dois desobedientes (Adão e Eva) e um assassino (Caim). Setenta e cinco por cento dos membros da nossa matriz familiar cometeram infrações graves. Começamos mal. Apesar de os textos sagrados

conterem, tradicionalmente, páginas violentas e até incitação ao ódio, o esforço de muitas religiões é na direção de controlar a natureza “degenerada” da nossa espécie. Mas, numa lógica de pensarmos o mundo a contrapelo³², como sugeria Walter Benjamin, se precisamos conter a violência é porque, sem a mordada, a tendência da boca é gritar e morder.

Uma utilidade tradicional de entidades religiosas organizadas é concentrar o mal e a violência em atividades e ideias que possam ser focadas, nas quais a destruição não se alastre. É o caso de uma cruzada ou de um auto de fé que, diga-se de passagem, era muito popular na Idade Moderna. Até hoje, espetáculos de luta, “pegadinhas” que ridicularizam vítimas, acidentes na estrada, filmes de guerra, histórias trágicas: tudo funciona dentro da catarse sedutora da violência.

Nosso mundo costuma pensar no nazismo como a encarnação perfeita da violência. Os horrores do holocausto endossam a ideia. Ao analisar o que dizia um famoso oficial hitlerista em seu julgamento por crimes de guerra, nos anos 1960, Hannah Arendt refletiu que o mal não era algo excepcional que atacaria seres sádicos e malévolos. O mal não seria um salto ou uma quebra de humanidade. O mal era... banal. Adolf Eichmann, alvo do estudo da filósofa, era bom pai de família e exemplar na convivência diária. Esse homem, predominantemente calmo e organizado, ordinário em muitos aspectos, foi responsável pela morte de centenas de milhares de seres humanos. A ação era monstruosa, o indivíduo era comum. O incômodo da leitura de Eichmann em Jerusalém é que sentimos a violência como próxima de nós. A pior das conclusões é que é muito fácil de se repetir.

Os americanos chamam de *blue line* (metáfora advinda da cor azul do uniforme da polícia de lá) a frágil linha que separa a sociedade ordeira da barbárie violenta. A polícia, a lei, o sistema de costumes e de regras garantidos pela punição

³² **Contrapelo:** direção contrária à caída natural do pelo.

seriam reforço dessa fronteira tênue que aparta, de forma invisível e delicada, a coesão social do horror. Ou seja, nossa sociedade caminha em paz como um elefante numa loja de cristais.

O que ocorreu no Espírito Santo, em fevereiro de 2017, foi a ruptura da *blue line*. A coerção entrou em colapso e, como nosso mundo tem pouco consenso, o pandemônio mesmerizou o País. Houve a desordem óbvia de bandidos estimulados pela falta de repressão. Houve o menos claro surto de saques feitos por cidadãos comuns até aquele instante. Hobbes e Arendt comeram moqueca capixaba lamentando tudo, mas entreolhavam-se com muxoxo indisfarçável: “Eu não disse?”.

Não se trata de algo brasileiro ou exclusivo do mundo tupiniquim. Entre 13 e 14 de julho de 1977, Nova York ficou sem energia elétrica. O que se seguiu foi uma noite de pânico e de incêndios, saques e estupros. Qualquer quebra na ordem do mundo parece liberar a energia acumulada nos indivíduos e nos grupos. Um ato racista dos policiais de Los Angeles, em 1992, trouxe à tona a mesma barafunda. Novidade? Uma cena no convento de São Domingos em Lisboa, em 1506, originou um terrível massacre de judeus em Portugal. Um cristão-novo tentou convencer que a luz que parecia ser celestial a iluminar o crucifixo era um prosaico raio que entrava de forma natural pela janela. Foi massacrado junto de milhares de outras pessoas. Era mês de peste. O populacho clamava por um bode expiatório.

Um rio de ódio flui, perene, sob águas superficialmente calmas. Um gesto ou uma frase fazem toda a máscara da paz desabar. Pulsão de morte freudiana? Caráter primitivo da nossa espécie? Mal oriundo da queda do primeiro homem? Tentação demoníaca? Força do rito catártico da tribo? Cada um dá uma causa distinta ao mesmo efeito.

As explosões de violência são a constante da história humana. No momento em que eu uso explosão de violência, já estou tentando caracterizar como algo excepcional. Explosões de paz

REFLEXÕES XXIII

seria a melhor expressão. Há poucos momentos de harmonia na história. Tocar avena³³ e tanger a harpa em um campo florido com cordeiros balindo é um sonho árcade. Não morreremos hoje, ao menos. Bom domingo a todos vocês! ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 5 de março de 2017

³³ **Avena:** antiga flauta pastoril.

A luz alheia

Leandro Karnal



Somos, por excelência, a geração de voyeurs diante do espetáculo incessante da internet

Os insetos noturnos são atraídos pelo brilho artificial de uma lâmpada. Li, em algum lugar, que a Lua é uma fonte de orientação para eles e, vendo uma luz qualquer, ficam confusos e voam em espirais cada vez menores. O fototropismo instintivo torna-se perigoso e até fatal. O brilho que seduz também queima. Como costumamos transferir consciência humana aos animais, questionamos: por que eles giram ao redor da cintilação que não os beneficia e pode até matá-los?

Humanos têm um acentuado fototropismo. Buscamos a luz das pessoas. O interesse pelos famosos, em particular, é um tipo de busca do brilho alheio. Imagine estar próximo de alguém que, por algum motivo, você admira intensamente. Viramos insetos fascinados. Em si, a busca pela luminescência alheia é boa e até inspiradora. Crescemos quando olhamos para ídolos positivos e buscamos objetivos mais elevados. Porém, a sedução implica riscos.

O mundo líquido expõe a totalidade dos desejos em redes sociais com imagens. Somos atraídos por cenas sedutoras. Nosso ser desejanter e nossas identificações projetivas alcançam mais longe do que jamais supuseram nossos ancestrais. Somos, por excelência, a geração de *voyeurs*³⁴ diante do espetáculo incessante da internet.

³⁴ **Voyeur**: do francês prazer ao observar atos sexuais ou práticas íntimas de outras pessoas.

REFLEXÕES XXIII

Ao contrário de épocas remotas, hoje dói ser alguém comum ou levar uma vida opaca. Surgiu uma novidade: todos nós somos especiais e, por consequência, universalizamos a aspiração pela existência exuberante e plena. A dimensão trágica da existência e os limites de tudo parecem um acidente evitável.

Então, cada um de nós, insetos que voam sozinhos ou em grupo, vê uma luz coruscante na noite escura da nossa consciência. São biografias que, de longe, se mostram melhores, mais interessantes, desafiadoras e repletas de prazer. Elas estão no Facebook, no YouTube, no Instagram, nas revistas, nas narrativas dos amigos e na televisão. A luz alheia ilumina nossa mediocridade. Avaliamos o resultado visível, raramente o custo dele. Vemos alguém falar bem inglês, escrever bem, viajar muito, possuir boa aparência, ter uma família harmoniosa ou quaisquer outros pontos que nosso voo irregular captou na escuridão: ficamos ofuscados e atraídos, feridos narcisicamente e hipnotizados.

Machado de Assis usou esta metáfora no soneto *Círculo Vicioso*. Um vaga-lume voa raso e, mirando ao alto, inveja uma estrela. A estrela lança seu olhar pesaroso em direção ao brilho da Lua. Nosso satélite natural inveja o Sol radiante. Por fim, no terceto final, o astro-rei confessa: “Pesa-me esta brilhante auréola de nume³⁵. Enfara-me³⁶ esta luz e desmedida umbela³⁷, Por que não nasci eu um simples vaga-lume?”. Fecha-se o círculo: desejamos o que não temos, a luz a mais ou a menos. O pirilampo, em seu gracioso voo, perde-se ao observar supostas felicidades mais elevadas. As estrelas são diminuídas pela Lua cheia e o Sol a todos se impõe com sua coroa radiosa. A inveja geral nem sequer concebe que o Sol brilhante possa ser infeliz.

³⁵ **Nume**: ser ou potência divina; divindade, deidade.

³⁶ **Enfaro**: enjojo, fastio.

³⁷ **Umbela**: qualquer objeto ou estrutura em forma de guarda-chuva.

O drama do desejo da luz alheia é que, em vez de admiração genuína por um talento e até uma cobiça positiva que pode levar a um esforço edificante, a inveja corrói e consome o invejoso. É um ácido lento que pinga da estalactite da mediocridade e vai formando uma dor surda e constante. Em mentes mais patológicas, o sentimento se transforma em ódio contra o objeto. A mediocridade só encontra consciência quando iluminada pelo talento que ela julga superior. Como um fungo num canto úmido e escuro, ao encontrar uma luz real ou suposta, o ressentimento se contorce e geme diante do espelho inédito.

Não podemos subestimar o papel tranquilizador de toda inveja: eu não sou medíocre ou infeliz por causa da minha falta de esforço ou outra explicação que passe pela minha responsabilidade. Sou infeliz porque o outro possui a parte que me caberia. A crença do invejoso é similar à do mercantilista antigo: a riqueza é fixa, se alguém tem mais deve ter tirado da minha parte.

O mundo parece brilhante ao seu redor? Os colegas, amigos e familiares levam vida que você considera superior à sua? Você passa horas percorrendo estradas virtuais na internet para verificar coisas e acompanhar vidas alheias e isso consome sua energia e sua alegria? Provavelmente, você está imitando o fototropismo das mariposas e perdendo o senso de direção.

Inveja deriva de *invidere*, ver com maus olhos, de maneira hostil, ou olhar muito de perto. Inveja é cegueira. Pior, o olho do invejoso magnifica a luz real ou existente de terceiros e cega sobre as luzes possíveis de si. Em vez de ser feliz na relva, ficamos contemplando, pesarosos, sóis e luas.

Aludindo à cegueira dos invejosos no Purgatório, Dante os imagina com os olhos costurados por fino arame. Tanto olharam para outros que, agora, aprendem à força. Naquela montanha abaixo do Paraíso, o poeta florentino encontra uma arrependida cidadã de Siena. Sapia torcera em vida pela derrota dos seus conterrâneos e invejava sucessos alheios.

REFLEXÕES XXIII

Ainda que seu nome indicasse, ela constata que não fora sábia.

Abrir mão da dor permanente da comparação e da projeção sobre a luz alheia é um desafio. Precisamos reaprender o caminho da máxima grega: conhece a ti mesmo. Isso não garante que cada vaga-lume se torne o Sol, todavia impede que ele se queime no equívoco da busca da luz alheia. Vaga-lume invejoso morre triste. Bom domingo a todos vocês! ●

Leandro Karnal: historiador brasileiro, atualmente professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 26 de março de 2017

O fim da ordem anglo-americana

Ian Buruma



Durante décadas, a visão de democracia e liberdade dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha definiu o mundo pós-guerra. O que vai acontecer na era de Donald Trump e Nigel Farage?

Um dos episódios mais estranhos na campanha de Donald Trump foi o aparecimento de um inglês satisfeito consigo mesmo num comício, em 24 de agosto, em Jackson, Mississippi. Nigel Farage foi apresentado por Trump como “o homem por trás do Brexit”. O público talvez não tivesse a menor ideia de quem era Farage, o líder do Partido da Independência do Reino Unido (Ukip, na sigla em inglês). Mas lá estava ele sorrindo e dando brados sobre “nosso dia de independência” e “pessoas reais”, “decentes” e “comuns” que enfrentaram os bancos, a mídia liberal e o *establishment* político. Trump abriu um sorriso de crocodilo, bateu palmas e prometeu: “Brexit mais, mais, mais”.

O Brexit – a decisão de retirar o Reino Unido da União Europeia, apesar da oposição quase universal da elite bancária, empresarial, política e intelectual – não é o ponto aqui. Em sua apresentação rouca, Trump rugiu sobre a vitória de Farage, “apesar de todos os obstáculos”. A que insultos Trump se referia ficou vago, mas a mensagem era clara. Sua própria vitória seria como a dos defensores do Brexit, ou maior. Até chamou a si mesmo de Sr. Brexit.

Muitos amigos e especialistas com quem eu conversei na Grã-Bretanha resistem à comparação entre o trumpismo e o Brexit. Em Londres, o historiador conservador Noel Malcolm me disse que sente um aperto no coração quando eu comparo os

dois. O Brexit, disse ele, tinha a ver com soberania. A democracia britânica seria abalada se o britânicos precisassem obedecer às leis aprovadas por estrangeiros em quem não votaram. (Referia-se à União Europeia). O Brexit, acrescentou, pouco tinha a ver com globalização, imigração ou trabalhadores que se sentiam abandonados pelas elites. A questão era, sobretudo, de princípio democrático.

Malcolm parece pensar que os eleitores do Brexit. Incluindo ex-trabalhadores da zona industrial britânica, moviam-se pelos mesmos elevados princípios que o tornaram um convincente defensor do Brexit. Tenho dúvidas. Pesou muito a resistência a polacos, romenos e outros cidadãos da EU que vão ao Reino Unido para trabalhar mais e por menos. Pesou também o desejo de cutucar uma elite impopular, considerada responsável pela estagnação econômica. E não se deve subestimar a simples aversão por estrangeiros na Grã-Bretanha.

Nos EUA também encontrei resistência à ideia de que o Brexit era prenúncio da vitória de Trump. Ouvi de amigos liberais que Trump nunca seria presidente. Os americanos eram sensíveis demais para cair em uma demagogia odiosa. Trump, disseram-me, era produto de cepas peculiarmente americanas de populismo que surgem de vez em quando, como o movimento contra imigrantes nos anos 1920, mas nunca chegaria perto da Casa branca. O tradicional populismo desse tipo, dirigido contra ricos, banqueiros, imigrantes ou as grandes corporações, não poderia ser comparado à hostilidade inglesa à EU porque os EUA não pertencem a nenhuma união política supranacional.

Ainda assim, Trump e Farage rapidamente reconheceram o que têm em comum. Na Escócia, onde por coincidência estava inaugurando um campo de golfe um dia depois da votação do Brexit, Trump destacou os paralelos. Aos escoceses, que em sua maioria votaram contra o Brexit, ele disse que a saída era “algo grande”: os britânicos tinham “retomado seu país”. Palavras como “soberania”, “controle” e “grandeza” animaram

multidões nas campanhas de Trump e Farage. Pode-se pensar que cada um diz algo diferente com elas. Farage e aliados, ingleses nacionalistas, queriam retomar a soberania nacional da EU. Mas de quem Trump queria recuperar seu país? Ele falou de FMI e OMC como elementos nocivos governados pelas elites internacionais em prejuízo do trabalhador americano. Mas não consigo imaginar que FMI e OMC encham de raiva seus seguidores.

A maior parte das instituições internacionais, incluindo FMI e Otan, foi criada sob auspícios americanos para promover interesses dos EUA e de seus aliados. A unificação europeia, e a resultante UE, também foi aprovada e encorajada por presidentes americanos. Mas seus sentimentos por uma “América em primeiro lugar” são hostis a essas organizações. São os mesmos sentimentos de Nigel Farage.

Farage e Trump estavam de fato falando sobre a mesma coisa. Eles têm mais em comum do que a antipatia por instituições internacionais ou supranacionais. Quando Farage, em seu discurso em Jackson, fulminou os bancos, a mídia liberal e o *establishment* político, ele não estava falando de entidades estrangeiras, mas de alienígenas entre nós mesmos, ou seja, nossas próprias elites, que são, por extensão, não “comuns”, “reais” ou “decentes”. Farage não é o único. A primeira-ministra britânica Theresa May, que não apoiou o Brexit antes do plebiscito, chamou os membros da elite de mentalidade mais global de “cidadãos sem nenhum lugar”. E os três juízes da Suprema Corte que decidiram que o Parlamento, e não apenas o governo, precisa acionar o gatilho jurídico do Brexit foram denunciados por importante tabloide inglês como “inimigos do povo”.

Trump aproveitou-se da animosidade contra cidadãos que não são “pessoas reais” para fazer observações ofensivas sobre muçulmanos, imigrantes, refugiados e mexicanos. A hostilidade mais profunda foi dirigida aos traidores da elite nos EUA, que supostamente mimam as minorias e desprezam as “pessoas reais”. A última peça de campanha de Trump

atacou o que Stalin chamava de “cosmopolitas sem raízes” de forma particularmente insidiosa³⁸. As referências incendiárias a uma “estrutura de poder global” que estaria roubando a trabalhadores honestos sua riqueza foram ilustradas com fotos de George Soros, Janet Yellen e Lloyd Blankfein. Talvez nem todo eleitor de Trump se dê conta de que os três são judeus. Os que perceberam não podem ignorar as implicações disso.

No palco, Trump e Farage falaram como se fossem patriotas salvando seus grandes países dos interesses estrangeiros. Não há dúvida de que consideram Reino Unido e EUA nações excepcionais. Mas o sucesso de ambos é decepcionante precisamente porque vai contra uma ideia particular do excepcionalismo anglo-americano. A ideia comum é a autoimagem tradicional de certos ufanistas americanos que gostam de pensar nos EUA como exemplo luminoso da Cidade na Colina ou dos britânicos que veem seu país como uma ilha coroada (*scepter'd isle*, nas palavras de Shakespeare) esplendidamente distante do continente degenerado. A ideia particular do excepcionalismo anglo-americano é outra: aquela moldada pela II Guerra Mundial. A derrota da Alemanha e do Japão resultou numa grande aliança liderada pelos EUA, no Ocidente e na Ásia. A Pax Americana, juntamente com uma Europa unificada, manteria o mundo democrático a salvo. Se Trump e Farage conseguirem o que querem, muito desses sonhos terminará em frangalhos.

Nos anos em que a maior parte da Europa estava cheia de ditadores fascistas, os aliados anglo-americanos foram a última esperança para a liberdade, a democracia e o internacionalismo. Cresci no mundo que eles moldaram. Meu país natal, a Holanda, foi libertado em 1945, seis anos antes de eu nascer, por tropas britânicas e americanas (com a ajuda de alguns poloneses muito corajosos). Aqueles entre nós que não têm memórias diretas disso devem ter visto filmes como O

³⁸ **Insidioso**: que arma insídias; que prepara ciladas; enganador, traiçoeiro, pérfido.

Mais Longo dos Dias, sobre os desembarques na Normandia. John Wayne, Robert Mitchum e Kenneth More e seu cachorro de estimação foram nossos libertadores.

Era uma ideia pueril. Por uma única razão: deixou de lado o Exército Vermelho soviético, que libertou meu pai, forçado a trabalhar numa fábrica em Berlim ao lado de outros jovens que, durante a ocupação alemã, se recusaram a assinar um juramento de lealdade aos nazistas. Mas os países anglo-saxões vitoriosos, os EUA, sobretudo, moldaram o mundo ocidental pós-guerra. A Carta do Atlântico, esboçada por Churchill e Roosevelt, em 1941, calou fundo numa Europa devastada: barreiras comerciais seriam reduzidas, pessoas seriam libertadas, o bem-estar social e a cooperação global avançariam. Churchill chamou a carta “não uma lei, mas uma estrela”.

A Pax Americana, na qual a Grã-Bretanha desempenhou o papel de sócio júnior especial. Condição mais sentida em Londres do que em Washington, baseou-se num consenso liberal. Não apenas sobre a Otan, criada para proteger as democracias ocidentais contra a ameaça soviética, mas também sobre o ideal de unificação europeia que nascia das cinzas de 1945. Muitos europeus, liberais e conservadores, acreditavam que apenas uma Europa unida os impediria de se destruir novamente. Até Churchill, que estava mais ligado à *Commonwealth* ao Império Britânico, era favorável.

A Guerra Fria tornou o papel excepcional dos aliados ainda mais vital. O Ocidente e suas liberdades protegidas pelos EUA precisavam de uma narrativa plausível para contrapor-se à ideologia soviética. Isso incluía a promessa de igualdade social e econômica. Nem os EUA, com sua longa história de preconceito racial e seus episódios de histeria política como o macarthismo, nem a Grã-Bretanha, com seu sistema tenaz de classes, chegaram perto desses ideais brilhantes. No entanto, a imagem da excepcional liberdade anglo-americana se manteve, não só em países ocupados durante o guerra, mas também nos derrotados, o Japão e a Alemanha.

O prestígio dos EUA foi reforçado pelos americanos que lutaram para tornar sua sociedade mais igualitária e mais inclusiva. Lutando contra as injustiças em seu país, o reverendo Martin Luther King Jr., os ativistas de direitos civis Freedom Riders e mesmo o presidente Barack Obama mantiveram viva a esperança do excepcionalismo americano. A cultura jovem dos anos 1960 também. Quando Vaclav Havel, o dramaturgo checo dissidente e mais tarde presidente, aclamou Frank Zappa, Lou Reed e os Rolling Stones como seus heróis políticos, não estava sendo frívolo. Sob a opressão comunista, a música pop dos EUA e da Grã-Bretanha representava liberdade. Os europeus que nasceram depois da II Guerra frequentemente professavam odiar as políticas e guerras dos Estados Unidos, mas as expressões de sua hostilidade eram quase inteiramente emprestadas do país. Bob Dylan recebeu neste ano de 2016 o Nobel de Literatura por que os membros do júri sueco cresceram com suas palavras de protesto.

O ideal anglo-saxão de liberdades excepcionais obviamente nasceu muito antes da derrota de Hitler, sem falar de Bob Dylan ou dos Stones. O admirável relato de Alexis de Tocqueville sobre a democracia americana nos anos 1830 é conhecido. Menos famosos são seus escritos sobre a Grã-Bretanha no mesmo período. Nascido pouco depois da Revolução Francesa, Tocqueville foi assombrado pela questão: por que o povo britânico, com sua poderosa aristocracia, não se rebelou? Sua resposta foi que o sistema social britânico era suficientemente aberto para permitir que uma pessoa tivesse esperança de que, com trabalho duro, engenhosidade e sorte, pudesse ascender. O Grande Gatsby, talvez o maior romance americano, poderia ter existido na Grã-Bretanha.

Na prática, provavelmente não houve tantas histórias de pobres que viraram ricos na Grã-Bretanha do século XIX. Mas o fato de que Benjamin Disraeli, filho de judeus sefarditas, tenha se tornado premiê e conde forneceu a base para muitas gerações na Europa acreditarem no Reino Unido como um

país excepcional. Judeus da Rússia, da Lituânia ou da Alemanha, como meus bisavós, foram à Grã-Bretanha como imigrantes na esperança de que também pudessem se tornar cavalheiros ingleses.

A anglofilia, assim como o sonho americano, pode ter se baseado em mitos, mas os mitos podem ser poderosos e duradouros. A noção de que bastam esforço e talento para vencer as dificuldades tem sido especialmente importante no Reino Unido e nos EUA. O capitalismo anglo-americano pode ser duro em muitos sentidos, mas, como os mercados livres são receptivos a novos talentos e mão de obra barata, geram uma sociedade pragmática e relativamente aberta em que imigrantes podem prosperar. É o tipo de sociedade que dirigentes fechados, comunitários e autocráticos desprezam.

Guilherme II, kaiser da Alemanha até 1918, quando seu país foi derrotado na I Guerra, que se esforçara por desencadear, era essa figura. Meio inglês, chamava a Inglaterra de nação dos lojistas e a descrevia como “Juda-England”, um país corrompido por elites estrangeiras sinistras, onde o dinheiro contava mais que as virtudes de sangue e solo. Décadas mais tarde, essa retórica antissemítica era dirigida aos EUA. Os nazistas estavam convencidos de que os capitalistas judeus governavam o país, tanto em Hollywood quanto em Washington e Nova York. Essa noção ainda existe, menos na Europa do que no Oriente Médio e em algumas partes da Ásia. As referências a “cidadãos de nenhum lugar”, elites cosmopolitas sinistras e banqueiros conspiradores se encaixam nessa mesma tradição. Uma ironia aterrorizante do populismo anglo-americano contemporâneo é o uso de palavras tradicionalmente usadas por inimigos de países onde se fala inglês.

Mesmo quem não concorda com as repugnantes palavras do kaiser reconhece que a economia liberal, tal como praticada desde meados do século XIX no Reino Unido e nos EUA, tem um lado escuro. Ela não permite uma distribuição maior de riqueza nem a proteção dos cidadãos mais vulneráveis. Houve

exceções: a política do New Deal de Roosevelt ou o governo trabalhista de Clement Attlee, no Reino Unido do pós-guerra, que criou o sistema nacional de saúde gratuito, construiu habitações públicas melhores, aperfeiçoou a educação e garantiu outras bênçãos do Estado de bem-estar social. No entanto, Reino Unido e Estados Unidos priorizaram mais a liberdade econômica individual do que o ideal de igualitarismo. Nada cria mudanças sociais tão rápidas e radicais como a livre-iniciativa ilimitada.

A revolução Reagan-Thatcher, nos anos 1980 – desregulamentação financeira, fechamento de minas de carvão e fábricas, e corte de benefícios da política do New Deal e do bem-estar social britânico –, foi vista por muitos conservadores como um triunfo do excepcionalismo anglo-americano, um grande golpe da liberdade. Já europeus fora do Reino Unido viam a política de Thatcher e Reagan como uma forma implacável de liberalismo econômico, que enriquecia algumas pessoas e deixava muitos desamparadas. Porém, para competir, muitos governos copiaram o mesmo sistema econômico.

Não foi por coincidência que isso ocorreu no fim da Guerra Fria. O colapso do comunismo soviético foi comemorado, corretamente, como a liberação final da Europa. George H.W. Bush falou de “nova ordem mundial”, liderada pela superpotência que se mantinha em pé. Parecia o triunfo da revolução Reagan-Thatcher.

Mas o fim do comunismo teve outras consequências menos desejáveis. Os horrores do império soviético prejudicaram outras formas de esquerdismo, inclusive ideais social-democratas, que tinham sido anticomunistas. Com o “fim da história”, esperava-se que o modelo liberal democrático anglo-americano permanecesse incomparável. Muitos passaram a acreditar que toda forma de idealismo coletivista levava diretamente ao *gulag*. Thatcher declarou que a chamada sociedade não existe, há apenas indivíduos e famílias. As pessoas deveriam ser foçadas a tomar conta delas mesmas.

O liberalismo econômico radical fez mais para destruir comunidades tradicionais do que governos social-democratas. Os mais implacáveis inimigos de Thatcher foram os mineiros e os operários. A retórica neoliberal falava só da prosperidade que “escorria” de cima para baixo. Mas nunca funcionou dessa forma. Esses trabalhadores e seus filhos, agora definhando em cidades empobrecidas das zonas industriais, receberam outro golpe na crise de 2008. Importantes instituições do pós-guerra, como o FMI, que os EUA criaram em 1945 para assegurar um mundo mais estável, não funcionavam mais de maneira apropriada. O FMI nem sequer viu a crise chegar. As pessoas que nunca se recuperaram do *crash* decidiram se rebelar e votar pelo Brexit – e em Trump.

Nem Brexit nem Trump devem trazer benefícios para esses eleitores. Por um momento, eles podem sonhar em levar seu país de volta a um passado imaginário mais puro e mais saudável. Essa reação não está varrendo apenas os EUA e o Reino Unido. A mesma coisa está acontecendo em países com longa tradição liberal democrática, como a Holanda. Há vinte anos, Amsterdã era a capital de tudo o que era selvagem e progressista, o tipo de lugar em que policiais fumavam maconha abertamente (mito, mas que era dito). Os holandeses se consideravam os campeões mundiais da tolerância racial e religiosa. De todos os países europeus, a Holanda era o mais firmemente incorporado na anglosfera. Hoje seu partido político mais popular é praticamente a operação de um único homem, Geert Wilders, um carismático antimuçulmano, anti-imigrante e anti-União Europeia que aclamou a vitória de Trump como a vinda de uma “primavera patriótica”.

Na França, Marine Le Pen, que compartilha do entusiasmo de Wilders por Trump, pode ser a próxima presidente. A Polônia e a Hungria já são comandadas por autocratas populistas que rejeitam o tipo de liberalismo que dissidentes do Leste Europeu lutaram tanto para alcançar. Será que isso significa que a Grã-Bretanha e os EUA não são mais excepcionais? Talvez. Mas eu também acho que a própria ideia do

excepcionalismo anglo-americano tornou o populismo mais potente nesses países. A noção autolisonjeira de que os vencedores ocidentais da II Guerra eram especiais, mais corajosos e mais livres do que qualquer outro povo, de que os EUA são a maior nação da história, de que a Grã-Bretanha, o país que ficou sozinho contra Hitler, é superior a qualquer nação europeia e não europeia, não apenas levou a certas guerras mal concebidas, como também ajudou a esconder paliativamente as desigualdades construídas no capitalismo anglo-americano. A noção de uma superioridade natural, da pura sorte de ter nascido americano ou britânico, deu uma sensação de direito às pessoas que, em termos de educação ou prosperidade, estavam presas às classes mais baixas de sociedade.

Isso funcionou bastante bem até as últimas décadas do século passado. Não só a sorte começou a decair para os trabalhadores das classes média e baixa na Grã-Bretanha em comparação com os ricos, que foram ficando cada vez mais ricos, mas gradualmente passou a ficar claro para os mais ilhados britânicos que eles estavam se dando pior que os alemães, escandinavos e holandeses, pior mesmo que os franceses, seus mais antigos rivais. Uma maneira de liberar sua raiva era lutar em estádios de futebol, provocando os fãs alemães, fazendo mímicas de bombardeiros britânicos e berrando slogans sobre ganhar a guerra.

O *hooligans* no futebol permaneceram uma minoria embaraçosa, mas existiam outras formas de expressar os mesmos sentimentos. A UE, pela qual a maioria dos britânicos nunca sentiu muito amor, fez muitas partes do Reino Unido mais prósperas. A praga das antigas cidades industriais e mineiras não foi resultado de políticas europeias. Mas foi fácil para os “eurocéticos” desviar a atenção dos problemas domésticos culpando estrangeiros que supostamente os comandavam a partir de Bruxelas. Os “eurofóbicos” gostam de dizer que “não foi por isso que lutamos na guerra”. Até os espectros de Hitler e de Napoleão foram evocados. Termos e

episódios da resistência britânica na II Guerra foram recuperados pela campanha do Ukip para deixar a Europa. Alguns políticos pró-Brexit até elogiaram a grandeza do Império Britânico. “Trazer de volta o controle” não vai tornar a maior parte das pessoas na Grã-Bretanha mais próspera. Ainda que provavelmente o contrário seja mais verdadeiro, isso diminui a dor do fracasso relativo. Alimenta o desejo de sentir-se excepcional, com direito, em poucas palavras, de ser grande novamente.

Algo semelhante aconteceu nos EUA. Não apenas disseram aos americanos menos privilegiados que eles viviam no país do próprio Deus. Americanos brancos, ainda que empobrecidos e pouco educados, tinham o sentimento de conforto de que sempre existira um grupo abaixo deles que não compartilhava de seus direitos ou de sua grandeza – uma classe de pessoas com pele mais escura. Com um presidente negro educado em Harvard, essa ficção ficou cada vez mais difícil de sustentar.

Trump e os líderes do Brexit tiveram um bom instinto para esses sentimentos populares. Num certo sentido, Trump é o Gatsby que azedou. Ele jogou com o orgulho ferido de grandes comunidades e inflamou as paixões de pessoas que temiam as mudanças que as fazem se sentir abandonadas. Nos Estados Unidos, isso trouxe de volta antigas tensões de nativismo. Na Grã-Bretanha, o nacionalismo inglês é a principal força por trás do Brexit. Em ambos os casos, “trazer de volta nosso país” significa uma retirada do mundo que os anglo-americanos enfrentaram depois de 1945. Nacionalistas ingleses optam por uma versão moderna do Esplêndido Isolamento (paradoxalmente, termo cunhado para descrever a política estrangeira no governo de Benjamin Disraeli). Trump quer instituir a América Primeiro (*America First*).

A Grã-Bretanha do Brexit e os EUA de Trump estão ligados em seu desejo de derrubar os pilares da Pax Americana e da unificação europeia. De uma forma perversa, isso pode levar ao ressurgimento de uma “relação especial” entre Grã-

Bretanha e Estados Unidos, um caso em que a história se repete não como farsa, mas como “tragifarsa”. Trump disse a Theresa May que gostaria de ter com ela a mesma relação que Reagan teve com Thatcher. Mas o primeiro político britânico a chegar à Trump Tower para parabenizá-lo não foi May nem o secretário das Relações Exteriores, Boris Johnson, mas Nigel Farage.

Trump e Farage, posando em frente a um elevador dourado, regozijaram-se com suas vitórias, repetindo a mesma palavra que no passado fez seus respectivos países excepcionais: “liberdade”. Farage sugeriu ao novo presidente que trouxesse ao Salão Oval o busto de Winston Churchill. Trump achou ótima a ideia.

Um mês antes da eleição de Trump e três meses depois da votação do Brexit, visitei o grande historiador militar *sir* Michael Howard em sua casa no interior da Inglaterra. Quando jovem Howard lutou contra os alemães como oficial do Exército britânico. Ele desembarcou na Itália em 1943 e participou da decisiva batalha de Salerno, pela qual foi condecorado com a medalha da Cruz Militar. John Wayne *and* Kenneth More foram fantasias. *Sir* Michael foi a realidade. Ele tem 94 anos.

Depois do almoço num *pub* local, a poucos quilômetros de onde meus avós moravam, falamos sobre o Brexit, a guerra, política americana, Europa e nossas famílias. O cenário não poderia ser mais inglês, com o pálido sol de outono atrás das suaves colinas de Berkshire. Como os meus bisavós, os avós maternos de *sir* Michael eram judeus alemães que se mudaram para a Inglaterra, onde se deram muito bem como a minha, a sua família de imigrantes tornou-se totalmente britânica. Além de ser *regius professor* de história na Universidade de Oxford, Howard ensinou em Yale. Ele conhece bem os Estados Unidos e não tem ilusões sobre o “relacionamento especial” que acredita ter sido inventado por Churchill e que foi sempre muito exagerado.

Sentado em sua sala de estar, com livros empilhados ao redor, muitos deles sobre a II Guerra, queria ouvir seus pensamentos sobre o Brexit. Howard respondeu num tom de resignada melancolia, mais do que de afronta. O Brexit “está acelerando a desintegração do mundo ocidental”. Contemplando aquele mundo, tão cuidadosamente construído depois da guerra em que lutou, Howard afirmou: “Talvez tenha sido apenas uma bolha num oceano”. Perguntei sobre o relacionamento especial anglo-americano. “Ah, o ‘relacionamento especial’”, ele disse. “Era um mito necessário, um pouco como a cristandade. Mas e agora, para onde vamos?”

De fato, para onde? A última esperança do Ocidente pode ser a Alemanha, o país contra o qual Michael Howard lutou e que eu detestava quando criança. A mensagem de Angela Merkel a Trump no dia seguinte à sua vitória foi uma perfeita expressão dos valores ocidentais que ainda vale a pena defender. Ela considera bem-vinda uma cooperação com os Estados Unidos, mas apenas baseada na “democracia, liberdade e respeito pela lei e dignidade do homem, independentemente da origem, cor da pele, religião, gênero, orientação sexual ou opiniões políticas”. Merkel falou como a verdadeira herdeira da Carta do Atlântico.

A Alemanha também já pensou que era uma nação excepcional. Deu numa catástrofe mundial. Os alemães aprenderam sua lição. Eles não querem mais ser excepcionais, e por isso estavam tão entusiasmados por ser incorporados a uma Europa unificada. A última coisa que os alemães querem é liderar outros países, particularmente em qualquer sentido militar. Isso também é o que os vizinhos da Alemanha desejam. A Pax Americana parece preferível a um reavivar do sentimento alemão de ser excepcional. Continuo pensando assim. Mas, olhando mais uma vez para aquela fotografia de Trump e Farage, em que eles mostram seus dentes de alegria, polegares ao alto, com o dourado da porta do elevador brilhando em seus cabelos, eu me pergunto se a Alemanha não seria obrigada a questionar uma lição que aprendeu um pouco

bem demais. ●

Ian Buruma: professor de democracia e direitos humanos no Bard College, em Nova York
Artigo publicado na Revista Veja no dia 28 de dezembro de 2016

LUIZ BIANCHI

Falsas notícias: o fracasso da verdade no ano de 2016

Lucia Guimarães



A distopia³⁹ totalitária de '1984', livro em que um homem reescreve a História para que a memória seja derrotada, revela-se atual em 2016, quando a verdade fracassou na urna de dois faróis da democracia, a Grã-Bretanha e os EUA

“Pós-verdade: fazer referência ou denotar circunstâncias em que fatos objetivos têm menos influência na formação da opinião pública do que

apelos à emoção e a convicções pessoais.”

A eleição de Donald Trump e o referendo que aprovou o Brexit estão por trás da escolha de pós-verdade como palavra de 2016 pelo venerando dicionário Oxford da língua inglesa.

Mas isto se passou no longínquo mês de novembro. Quando 2017 acordar, já é possível escolher uma palavra que perdeu sua artilharia semântica: Orwelliano. O adjetivo foi cunhado no pós-guerra com a publicação do romance 1984, a distopia totalitária imaginada por George Orwell, em que o protagonista reescreve a história para que a memória seja derrotada.

Os fatos sempre viveram sob assalto de ditadores, demagogos e comerciantes de biotônicos inócuos ou de guerras devastadoras com base em fabricações. Mas 2016 foi o ano em que a verdade foi derrotada na urna de dois faróis da democracia ocidental, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Fatos

³⁹ **Distopia**: lugar ou estado imaginário em que se vive em condições de extrema opressão.

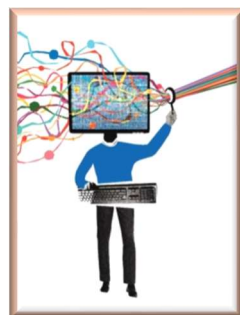
REFLEXÕES XXIII

mundanos, aritmética simples foram omitidos ou falsificados para exacerbar o sentimento anti-imigrante entre os britânicos. Mas a realidade voltou para puxar a perna dos angustiados eleitores do Brexit, como demonstra o moroso processo de desligamento da União Europeia.

Nos EUA, o ano termina com um cenário mais assustador. Mesmo depois de eleito, Donald Trump continuou a mentir com a aprovação tácita de parte da mídia e da minoria que votou nele. E ele conta com um fenômeno que nasceu na era Nixon, mas foi articulado e cozinhado nas duas últimas décadas por seu ex-assessor de campanha, Roger Ailes, fundador da Fox News: o antijornalismo. A mensagem da mídia favorita dos eleitores de Trump é: todos os jornalistas mentem menos os que nós empregamos. Ailes foi demitido em julho por múltiplas acusações de assédio sexual, mas sua usina de fabricações continua intocada e facilitadora do recém-eleito Trump, Editor-Chefe dos Estados Unidos do Pensamento Mágico.

O principal repórter político da Fox, o veterano Chris Wallace, nem piscou, muito menos contestou quando o presidente eleito afirmou o seguinte, no último domingo: *“minha vitória foi uma das maiores da história”*. Fato: a vitória de Donald Trump em número de delegados está em 48º lugar em 58 eleições presidenciais no Colégio Eleitoral. Ele obteve a maior derrota no voto popular da história da república. Hillary Clinton tem, até este momento, uma vantagem de 2,85 milhões de votos dos norte-americanos.

Além de ter sido decidida por 80 mil eleitores em três estados, num país de 300 milhões de habitantes, a campanha presidencial de 2016 marcou um descolamento de fatos sem precedentes, turbinado pela explosão de *fake news*, as falsas notícias veiculadas pelo duopólio digital planetário do Facebook e do Google. A epidemia de desinformação



mobilizou até o Papa Francisco, que comparou o consumo de *fake news* a comer cocô. Mas o apetite pela iguaria escatológica não será diminuído com sermões ou ressentimento ideológico. Sim, os conteúdos falsos anti-Hillary Clinton tiveram muito maior distribuição no Facebook do que os críticos ao presidente eleito.

Na quinta-feira, o Facebook anunciou uma série de medidas para combater a veiculação de *fake news*. Durante um mês, Mark Zuckerberg tentou desconversar, insistindo na neutralidade de sua rede social com mais de 1,8 bilhão de membros ativos. As novas medidas incluem um recurso para o internauta levantar suspeita sobre um conteúdo e a terceirização do *fact checking* para uma coalizão que inclui a Associated Press, ABC News e o Washington Post. É cedo para avaliar a eficácia das medidas, mas elas implicam a aceitação do óbvio: o Facebook é uma companhia de mídia.

Até o fato de usarmos a expressão pós-verdade e não mentira, lorota, embuste ou ficção aponta para a desejada derrota da memória tramada no romance de Orwell. O que fazer? Já passamos da complacência travestida de postura libertária como “todo filtro é censura”? Quando uma quase tragédia ocorre dentro de uma popular pizzeria de Washington, invadida por um homem armado que acreditou numa falsa notícia viral sobre Hillary envolvida com tráfico sexual de menores, é o caso de avaliar as consequências do fenômeno sobre a democracia?

Depois da eleição de novembro, uma escola de jornalismo no belo e sonolento câmpus da Universidade de Stony Brook, em Long Island, Nova York, recebeu telefonemas de vários países, com pedidos de informação sobre um curso, conta o veterano jornalista e editor Howard Schneider, diretor da escola. Quando o Facebook e o Twitter eram ainda recém-nascidos, Schneider, com décadas de carreira analógica, ensinava Ética em Jornalismo e criou um novo curso na escola de Jornalismo da Universidade de Stony Brook, em Long Island, a 90 minutos de Manhattan. Ele já ensinava Ética em Jornalismo,

mas notou que seus alunos pareciam perdidos com o aumento de fluxo de informação digital e demonstravam um crescente cinismo sobre a credibilidade de fontes. Com o apoio de acadêmicos de outras áreas no campus, Schneider fundou o centro de News Literacy de Stony Brook, uma espécie de alfabetização adulta em consumo de notícias.

Uma década e dez mil estudantes depois, Schneider diz ao Estado que o alvo ideal do curso de News Literacy tem 12 anos. *“É mais difícil incutir ceticismo e capacidade crítica numa geração que já chega à universidade tendo consumido tanta mídia,”* diz.

O centro de Stony Brook apoia um programa piloto numa escola pública de ensino médio do bairro de Coney Island, no Brooklyn, em que alunos desde a 6ª série – média de 11 anos – “se alfabetizam” em jornalismo com ajuda de materiais multimídia fornecidos pela equipe de Schneider. Eles são estimulados a questionar fatos, conferir origem da informação e até avaliar se as fontes têm interesse em se beneficiar desta ou daquela versão.

“Os embustes são parte da história do jornalismo”, diz Schneider. *“A diferença hoje é a rapidez da propagação e o fato de que há tecnologia e interesse econômico em maximizar a distribuição. Há duas frentes, a ideológica e o interesse financeiro em monetizar conteúdo on-line”,* conclui. A este cenário, ele acrescenta o fato de que uma população cada vez maior se informa por meio da rede social sem contato com as fontes e a explosão de polarização política nos Estados Unidos, que ele chama de hiperpartidarismo. O jornalista expressa também alguma simpatia pelo Facebook e o Google. *“Mudar algoritmos e filtrar conteúdo apenas não resolve o problema”,* argumenta. *“O filtro mais poderoso é o público alerta e educado para distinguir fato de ficção.”*

Uma pesquisa feita pelo BuzzFeed descobriu dezenas de websites difusores de *fake news* em Veles, cidade de menos de 50 mil habitantes na Macedônia. Os redatores produziam

conteúdo que gerava mais dinheiro em *hits*, como notícias sobre saúde ou, nos *websites* políticos, notícias pró Trump ou anti-Hillary. Não se tratava de ideologia, e sim de monetização da ferramenta AdSense de anúncios do Google.

Há outro fator que facilita a propagação de embustes como a notícia de que Hillary Clinton era traficante de sexo. Experiências feitas por psicólogos mostram que teorias conspiratórias triunfam mais entre pessoas vulneráveis – aqueles que não se sentem no controle de seu destino.

Não é coincidência as mentiras notórias do presidente eleito pouco importarem a boa parte do seu eleitorado, trabalhadores brancos em indústrias em declínio que se sentem marginalizados com a crescente diversificação étnica do país e a transformação tecnológica da economia. Quando o seu horizonte parece drasticamente reduzido, é compreensível a atração e o consolo de uma voz que oferece soluções simples (falsas) para problemas complexos. Quem passou 30 anos ganhando um salário de classe média numa mina de carvão que acaba de ser fechada, prefere ouvir a fantasia de que um homem vai colocar o mercado de energia de joelhos para reabrir a mina e tornar o carvão uma fonte de energia viável.

É impossível lidar com a desinformação global de olhos fechados para 15 anos de investimento de Vladimir Putin em propaganda em múltiplos países. Ainda estamos navegando no escuro sobre o que descobriu a inteligência norte-americana sobre o *hacking* russo da eleição. Sabemos que contou com participação ativa do FSB (sucessor da KGB) e do GRU (o serviço de inteligência militar) – às vezes, comicamente *hackeando* a sede do Partido Democrata ao mesmo tempo, como um gatuno sem notar a presença do outro numa joalheria escura. Sabemos que Vladimir Putin queria punir Hillary Clinton, desacreditar a eleição nos EUA e talvez até tenha se surpreendido com a eleição de Donald Trump, um resultado que satisfaz o Kremlin.

Até novembro, o ecossistema de falsificação e propaganda era

REFLEXÕES XXIII

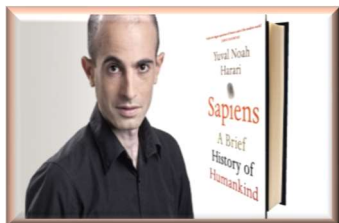
observado à distância pelos norte-americanos, como instrumento de ditadores ou de uma minoria extremista doméstica. Até que acordaram no dia 9 de novembro e começaram a compreender que o autoritarismo da desinformação foi legitimado nas urnas. A ideia de que comunidades compartilham de fatos como o índice de emprego, ou o aumento da temperatura média é desafiada diariamente. Mas uma nova pesquisa do Pew Research Center revela fadiga do caos informativo. Dois terços dos adultos consultados pelo Pew disseram que notícias fabricadas provocam confusão e têm impacto na vida do país. Um sinal de que o telefone deve continuar tocando no câmpus de Stony Brook. ●

Lúcia Guimarães: jornalista

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 18 de dezembro de 2016

Adeus ao livre-arbítrio

Yuval Noah Harari



Ouvir a si mesmo, aos próprios sentimentos? Coisa do passado. Na era do big data, do Google e do Facebook, os algoritmos têm as respostas que procuramos – e decidem por nós

Durante milhares de anos os humanos acreditaram que a autoridade provinha dos deuses. Depois, na era moderna, o humanismo gradualmente transferiu a autoridade das deidades para as pessoas. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) recapitulou essa revolução em *Emílio*, seu tratado de 1762 sobre educação. Ao buscar as regras para uma conduta na vida, ele as encontrou “nas profundezas de meu coração, traçadas pela natureza em caracteres que nada pode apagar. Preciso apenas consultar a mim mesmo em relação àquilo que quero fazer; o que acho que é bom é bom”. Pensadores humanistas como Rousseau nos convenceram de que nossos próprios sentimentos e desejos eram a fonte definitiva dos significados, e que nosso livre-arbítrio era, portanto, a mais alta de todas as autoridades.

Agora, uma nova mudança está ocorrendo. Assim como a autoridade divina foi legitimada pelas mitologias religiosas, e a autoridade humana foi legitimada pelas ideologias humanistas, da mesma forma os gurus do *high-tech* e os profetas do Vale do Silício estão criando uma narrativa universal que legitima a autoridade de algoritmos e do *big data* (termo que designa a capacidade tecnológica de capturar, organizar e interpretar, automaticamente, imensas quantidades de dados). Esse novo credo pode ser chamado de “*dataísmo*”. Em sua forma mais extrema, os proponentes da visão de mundo *dataísta* percebem o universo como um fluxo

de dados, veem os organismos como pouco mais que algoritmos bioquímicos e acreditam que a vocação cósmica da humanidade é criar um sistema de processamento todo-abrangente – e depois fundir-se nele.

Já estamos nos tornando pequenos *chips* dentro de um sistema gigantesco que na realidade ninguém entende. Todo dia eu absorvo incontáveis *bits* de dados por meio de *e-mails*, ligações telefônicas e artigos; processo os dados e retransmito novos *bits* em mais *e-mails*, ligações telefônicas e artigos. Não sei ao certo onde me encaixo nesse grande esquema nem como meus *bits* de dados se conectam com os *bits* produzidos por bilhões de outros humanos e computadores. Não tenho tempo para descobrir, porque estou ocupado demais respondendo a *e-mails*. Esse implacável fluxo desencadeia novas invenções e disrupções que ninguém planeja, controla ou compreende.

Mas ninguém precisa entender. Tudo o que você tem de fazer é responder a seus *e-mails* com maior rapidez. Assim como os capitalistas acreditam na mão invisível do livre mercado, os *dataístas* acreditam na mão invisível do fluxo de dados. À medida que o sistema global de processamento de dados se torna todo-ciente e todo-poderoso, estar conectado, da mesma forma, torna-se a fonte de todo significado. O novo lema proclama: “Se você vivenciar alguma coisa, grave-a. Se gravar alguma coisa, faça *upload*. Se fizer *upload* da coisa, compartilhe-a”.

Além disso, os *dataístas* acreditam que, com dados biométricos suficientes associados a certa potência computacional, esse sistema todo-abrangente poderia entender os humanos muito melhor do que nós mesmos nos entendemos. No momento em que isso acontecer, os humanos terão perdido autoridade, e as práticas humanistas, como eleições democráticas, serão tão obsoletas quanto a dança da chuva e as facas de pedra lascada.

Quando anunciou sua candidatura ao cargo de primeiro-ministro britânico, na esteira da votação do Brexit (a saída do

Reino Unido da União Europeia) em junho, Michel Gove explicou: *“Em cada etapa de minha vida política eu me fiz estas perguntas: ‘Qual é a coisa certa a fazer? O que diz meu coração?’”*. Foi por isso, segundo Gove, que ele batalhou pelo Brexit, e é por isso que se sentia compelido a apunhalar pelas costas seu antigo aliado Boris Johnson e concorrer ele mesmo ao posto de macho alfa da política britânica – porque seu coração lhe dizia para fazer isso.

Gove não é o único que ouve seu coração em momentos críticos. No decorrer dos últimos séculos, o humanismo tem considerado o coração humano como a fonte suprema de autoridade, não só na política como em qualquer outro campo de atividade. Desde a infância, somos bombardeados por uma saraivada de *slogans* humanistas que nos aconselham: *“Ouçam a si mesmos, sejam verdadeiros consigo mesmos, confiem em vocês mesmos, sigam seu coração, façam o que acharem melhor”*.

Na política, acreditamos que a autoridade depende da livre escolha de eleitores comuns. Na economia de mercado, sustentamos a tese de que o freguês sempre tem razão. A arte humanista pensa que a beleza está nos olhos de quem vê; a educação humanista nos ensina a pensar por nós mesmos; e a ética humanista nos aconselha que, se alguma ação nos parece boa, devemos ir em frente e realizá-la.

É claro que a ética humanista frequentemente depara com dificuldades em situações nas quais algo que faz com que “eu” me sinta bem faz com que “você” se sinta mal. Por exemplo, todo ano, a comunidade LGBT israelense tem realizado um desfile em Jerusalém. Trata-se de um dia especial de harmonia nessa cidade dividida por conflitos, porque é a única ocasião em que judeus, muçulmanos e cristãos religiosos descobrem subitamente que têm uma causa comum – todos estão de acordo em sua fúria contra a parada *gay*. No entanto, realmente interessante é o argumento usado pelos fanáticos. Eles não dizem: *“Vocês não devem realizar uma parada gay porque Deus proíbe a homossexualidade”*. Em vez disso,

REFLEXÕES XXIII

explicam a cada microfone e câmera de TV que “*ver uma parada gay passar pela cidade santa de Jerusalém fere nossos sentimentos. Assim como os gays querem que respeitemos os sentimentos deles, eles deveriam respeitar os nossos*”. Não importa qual seja a sua opinião quanto a essa questão; é muito mais importante compreender que, numa sociedade humanista, os debates éticos e políticos são conduzidos em nome de sentimentos humanos conflitantes, e não em nome de mandamentos divinos.

Mas o humanismo enfrenta agora um desafio existencial e o conceito de “livre-arbítrio” está sob ameaça. *Insights* científicos que abordam o modo pelo qual nosso cérebro e corpo funcionam sugerem que nossos sentimentos não constituem uma qualidade espiritual humana. Eles são, em vez disso, mecanismos bioquímicos que todo mamífero e toda ave usam para tomar decisões, calculando probabilidades de sobrevivência e de reprodução.

Ao contrário do que diz o senso comum, sentimentos não são o oposto da racionalidade; eles são reflexo da racionalidade evolucionária. Quando um babuíno, uma girafa ou um humano veem um leão, todos são tomados pelo medo porque um algoritmo bioquímico calcula os dados relevantes e conclui que a probabilidade de morte é alta. De modo similar, sentimentos de atração sexual assomam quando outros algoritmos bioquímicos calculam que um indivíduo próximo oferece uma alta probabilidade de acasalamento. Esses algoritmos bioquímicos evoluíram no decorrer de milhões de anos.

Mesmo que os humanistas estivessem errados ao pensar que nossos sentimentos refletiam algum misterioso “livre-arbítrio”, até recentemente o humanismo ainda tinha um sentido prático muito útil. Pois, embora não houvesse nada de mágico quanto aos nossos sentimentos, eles eram, não obstante, o melhor método disponível para tomar decisões – e nenhum sistema externo poderia compreender meus sentimentos melhor do que eu. Mesmo que a Igreja Católica

ou a KGB soviética me espionassem, elas careceriam do conhecimento biológico e da capacidade computacional necessários para calcular os processamentos bioquímicos que dão forma aos meus desejos e às minhas escolhas. Daí que o humanismo estava certo ao dizer às pessoas que seguissem o próprio coração. Se você tivesse de escolher entre dar ouvidos à Bíblia e prestar atenção a seus sentimentos, seria melhor ouvir seus sentimentos. A Bíblia representaria as opiniões e vieses de alguns poucos sacerdotes na Jerusalém antigo. Seus sentimentos, em contraste, representariam a sabedoria acumulada em milhões de anos de evolução, que passou pelos mais rigorosos testes de controle de qualidade, os da seleção natural.

Contudo, quando a Igreja e a KGB cederam lugar ao Google e ao Facebook, o humanismo perdeu suas vantagens práticas. Pois estamos agora na confluência de duas grandes ondas científicas. Por um lado, os biólogos estão decifrando os mistérios do corpo humano, em particular os do cérebro e dos sentimentos. Ao mesmo tempo, os cientistas da computação estão nos dando uma capacidade de processamento de dados sem precedente. Quando se juntam os dois, obtêm-se sistemas externos que podem monitorar e compreender meus sentimentos muito melhor do que eu mesmo. E, assim que os sistemas de *big data* me conhecerem melhor do que eu mesmo, a autoridade passará de humanos para algoritmos.

Isso já começou a acontecer no campo da medicina. As decisões médicas mais importantes em sua vida estão se baseando cada vez mais não em suas sensações de estar doente ou saudável, nem mesmo nos prognósticos de seu médico –, mas nos cálculos de computadores que conhecem você melhor do que você se conhece. Um exemplo recente é o caso da atriz Angelina Jolie. Em 2013, Angelina submeteu-se a um teste genético que provou ser ela portadora de uma perigosa mutação do gene BRCA1. De acordo com estatísticas, mulheres portadoras dessa mutação têm 87% e probabilidade de desenvolver câncer de mama. Embora Angelina não tivesse

câncer, ela decidiu prevenir a doença e passar por uma mastectomia dupla. Não se sentia doente, porém decidiu, sabiamente, levar em consideração os algoritmos. “*Você pode não estar sentindo nada errado*”, disseram os algoritmos, “*mas há uma bomba tiquetaqueando em seu DNA*”.

O que já está acontecendo na medicina é provável que ocorra cada vez mais em outros campos. Começa com coisas simples, como a questão ‘qual livro devo ler’. Como os humanistas escolhem um livro? Eles vão a uma livraria, andam pelos corredores, folheiam um, leem as primeiras sentenças de outro, até que alguma sensação visceral os conecta a algum tomo. Os *dataístas* usam a Amazon. Quando entro na loja virtual, surge uma mensagem: “*Eu sei das obras que você gostou no passado. Pessoas que têm as mesmas preferências tendem a gostar deste ou daquele novo livro*”.

Isso é só o começo. Dispositivos como o Kindle, da Amazon, são capazes de coletar constantemente dados sobre seus usuários enquanto eles estão lendo os livros. Seu Kindle pode monitorar quais são os trechos que você lê rapidamente e quais lê lentamente; em que página fez uma pausa, em que sentença você largou o livro para não mais voltar. Se fizessem um *upgrade* do Kindle para dotá-lo de reconhecimento facial e de sensores biométricos, ele saberia como cada frase atua sobre seu ritmo cardíaco e sua pressão sanguínea. Saberia o que lhe provoca raiva. Em breve, os livros vão ler você enquanto você os lê. E, enquanto você esquece rapidamente a maior parte do que leu, os programas de computador nunca esquecem. Esses dados facultariam à Amazon, posteriormente, escolher livros para você com uma exatidão fantástica. Também permitiram à Amazon saber exatamente quem você é, e como apertar os botões que comandam suas emoções.

Leve tudo isso às conclusões lógicas e chegará o dia em que as pessoas poderão conceder a algoritmos a autoridade para tomar as decisões mais importantes da vida, como a de escolher com quem se casar. Na Europa medieval, sacerdotes

REFLEXÕES XXIII

e pais tinham poder para escolher por alguém o seu par. Nas sociedades humanistas, outorgamos a responsabilidade a nossos sentimentos. Numa sociedade *dataísta*, eu vou pedir ao Google que escolha. “*Ouçá, Google*”, direi, “*os dois, João e Paulo, estão me cortejando. Eu amo os dois, mas de modo diferente, e é muito difícil chegar a uma decisão. O que você me aconselha fazer?*”. E o Google responderá: “*Bem, eu conheço você desde o dia em que nasceu. Li todos os seus e-mails, gravei todos os seus telefonemas, sei quais são seus filmes favoritos e conheço seu DNA e toda a história biométrica de seu coração. Tenho dados exatos de todos os encontros que você teve e posso lhe mostrar, segundo por segundo, gráficos de seu batimento cardíaco, sua pressão sanguínea e os níveis de açúcar toda vez que se encontrava com João ou com Paulo. Naturalmente, eu os conheço tão bem quanto conheço você. Com base em todas essas informações, nos meus soberbos algoritmos e em décadas de estatísticas sobre milhões de relacionamentos, eu aconselho você a ficar com João, com 87% de probabilidade de que viverá mais satisfeito com ele em longo prazo*”. O Google não precisa ser perfeito. Não tem de acertar o tempo todo. Só tem de ser, na média, melhor do que eu. E isso não é difícil, pois a maioria das pessoas não se conhece muito bem e comete frequentemente erros terríveis nas decisões mais importantes da vida.

A concepção *dataísta* é muito atraente para políticos, homens de negócios e consumidores comuns, porque oferece tecnologias inovadoras, além de imensos e novos poderes. Apesar de todo o temor de perder nossa privacidade e nossa livre escolha, quando consumidores têm de optar entre manter a privacidade e ter acesso, por exemplo, a um serviço de qualidade superior, a maioria vai preferir a segunda possibilidade.

Para eruditos e intelectuais, o *dataísmo* promete fornecer o Santo Graal científico que nos tem escapado durante séculos: uma única e abrangente teoria que unifique todas as

disciplinas, da musicologia à economia, incluindo a biologia. Segundo o *dataísmo*, a Quinta Sinfonia de Beethoven, uma bolha no mercado de ações e o vírus da gripe são apenas três padrões de fluxo de dados que podem ser analisados com o uso dos mesmos conceitos e ferramentas. Essa ideia é extremamente atraente. Ela dá aos cientistas uma linguagem comum, constrói pontes sobre brechas acadêmicas e exporta *insights* para além das fronteiras disciplinares.

É claro que, como todos os dogmas todo-abrangentes anteriores, o *dataísmo* também pode estar fundamentando-se numa certa incompreensão que temos da vida. Nesse particular, o *dataísmo* não dá uma resposta ao notório “*difícil problema da consciência*”. Até o momento, estamos muito longe de explicar a consciência em termos de processamento de dados. Entretanto, mesmo que o *dataísmo* esteja errado quanto à vida, ainda assim pode conquistar o mundo. Muitos credos anteriores ganharam enorme popularidade e poder, a despeito de seus erros factuais. Se o cristianismo e o comunismo conseguiram isso, por que não o *dataísmo*? Ele tem perspectivas especialmente boas, porque está disseminando-se por todas as disciplinas científicas. Um paradigma científico unificado pode facilmente tornar-se um dogma inexpugnável.

Se você não gosta disso, provavelmente há apenas um conselho a lhe dar, o mais antigo de que dispomos: conheça a si mesmo. No fim, é uma simples questão empírica. Enquanto tiver um *insight* e um conhecimento de você mesmo maior que o dos algoritmos, suas escolhas ainda serão superiores e você manterá pelo menos alguma autoridade em suas mãos. Se os algoritmos, assim mesmo, parecem estar prontos para assumir o controle, é principalmente porque a maioria dos humanos quase não se conhece. ●

Yuval Noah Harari: historiador israelense, autor de *Homo Deus: uma Breve História do Amanhã* e *Sapiens: uma Breve História da Humanidade*.
Artigo publicado na Revista Veja no dia 28 de dezembro de 2016

O gene da felicidade

Will Storr



Descobertas no campo da genômica sugerem que está certa uma teoria sobre o bem-estar quase tão antiga quanto a própria civilização ocidental

Há quase dois milênios e meio, Aristóteles deu início a uma revolução na felicidade. Na época, os filósofos gregos esforçavam-se para definir precisamente o que constituía a tese de que vinha do hedonismo, da busca por prazer dos sentidos. Outros argumentavam sob a perspectiva da tragédia, acreditando que a felicidade era uma meta, um destino final que fazia com que os tormentos da vida valessem a pena. Essas ideias ainda existem entre nós hoje, é claro, na decadência do Instagram e na cultura dos hambúrgueres *gourmets* ou na noção cristã de paraíso. Aristóteles propôs, porém, uma terceira opção em sua *Ética a Nicômaco*, descreveu a ideia de felicidade eudemônica, que dizia, basicamente, que a felicidade não é simplesmente um sentimento, ou uma promessa dourada, mas uma prática. “É viver de uma maneira que cumpra nosso propósito”, disse-me Helen Morales, uma classicista da Universidade da Califórnia em Santa Bárbara. “É florescer. Aristóteles estava dizendo: ‘Pare de esperar a felicidade amanhã. A felicidade é estar comprometido com o processo’.” Agora, milhares de anos depois, evidências de que Aristóteles tinha descoberto alguma coisa foram encontradas no lugar mais surpreendente: no genoma humano.

O achado é o mais recente de uma série de descobertas inter-relacionadas no campo da genômica social. Em 2007, John Cacioppo, professor de psicologia e neurociência comportamental na Universidade da Califórnia em Los

Angeles, entre outros, identificaram uma ligação entre a solidão e a forma como os genes se manifestam. Em um pequeno estudo, desde então repetido em escalas maiores, eles compararam amostras sanguíneas de seis pessoas que se sentiam socialmente isoladas com amostras de oito pessoas que não se sentiam assim. Entre os participantes solitários, a função do genoma havia se alterado de tal maneira que o risco de doenças inflamatórias tinha aumentado e a reação antiviral diminuído. Parecia que o cérebro desses indivíduos estava programado para associar solidão com perigo, e deixar o corpo em estado defensivo. Em termos históricos e evolucionários, sugeriu Cacioppo, essa reação poderia ser uma coisa boa, pois ajuda as células imunológicas a atacar infecções e favorece a cicatrização de feridas. Porém, não se pode viver assim. Inflamações promovem o crescimento de células cancerígenas e a formação de placas nas artérias. Levam à incapacitação das células cerebrais, o que aumenta a suscetibilidade a doenças neurodegenerativas. De fato, de acordo com Cole, o stress como reação exige “hipotecar nossa saúde em longo prazo”. Nosso corpo, concluiu, é “programado para transformar o sofrimento em morte”.

No início de 2010, Cole falou sobre seu trabalho em uma conferência em Las Vegas. Na plateia estava Barbara Fredrickson, uma conhecida psicóloga da Universidade da Carolina do Norte, em Chapel Hill, que havia sido colega de Cole na pós-graduação. A apresentação dele a fez pensar: se estados de stress, incluindo a solidão, faziam com que o genoma respondesse de maneira prejudicial, será que experiências positivas poderiam gerar o resultado oposto, ou seja, benéfico? “Aspectos eudemônicos e hedonistas do bem-estar já haviam sido anteriormente ligados à longevidade, portanto a possibilidade de encontrar efeitos benéficos parecia plausível”, disse-me Bárbara. Um dia após a conferência, ela enviou um e-mail a Cole, e no outono do mesmo ano os dois já haviam conseguido garantir o financiamento para um projeto colaborativo. A equipe de Barbara traçaria o perfil de um grupo de participantes utilizando questionários para

REFLEXÕES XXIII

determinar cada estilo de felicidade e então coletaria uma pequena amostra de sangue. Cole analisaria as amostras e veria quais padrões apareceria, se é que apareceria algum.

Barbara acreditava que o hedonismo se mostraria mais favorável que a eudemonia – que sentimentos distintos de felicidade ficariam registrados no genoma com mais impacto do que noções abstratas de sentido e propósito. Cole, por outro lado, estava cético em relação à possibilidade de relacionar felicidade e biologia. Ele já havia trabalhado com pesquisadores de todo tipo na tentativa de encontrar uma resposta genômica a coisas de diferente natureza, da ioga à meditação e ao tai chi.

Algumas vezes, Cole fez descobertas interessantes, mas na maior parte do tempo os dados provocavam um dar de ombros. “Dia após dia, vejo resultados nulos”, ele me disse. “Nada aqui, nada ali, nada acolá”. Com resultados provenientes de oitenta pessoas, a primeira pesquisa de Barbara e Cole não era enorme, mas, como Cole vinha estudando o sofrimento havia tanto tempo, ele sabia o que procurar nas amostras. “Àquela altura, já tínhamos uma boa noção dos tipos de mudança nas expressões genômicas que podemos observar quando as pessoas se sentem ameaçadas ou inseguras”, disse. “Estávamos em uma boa posição, mesmo que a pesquisa fosse relativamente pequena, para poder dizer: “Esses são os resultados para os quais vou olhar.”

Quando analisaram as informações, eles viram que a previsão de Barbara parecia estar errada. “Toda essa coisa do bem-estar hedonista – quão feliz você é, quanto está satisfeito com a vida? – não estava nem um pouco correlacionada com a manifestação dos genes”, disse Cole. Então, ele checou a correlação com a felicidade eudemônica. “Quando olhamos para isso, foi impressionante, na verdade”, disse. Os resultados, ainda que pequenos, eram claramente significativos. “Fiquei um tanto impressionado”. A pesquisa apontou que pessoas com altos níveis de felicidade eudemônica estavam mais propensas a apresentar o perfil

genético oposto do daquelas que sofriam de isolamento social: menos inflamações e aumento da reação antiviral. Desde o primeiro teste, em 2013, a pesquisa foi repetida com sucesso três vezes, uma delas com 108 pessoas, e outra com 122. De acordo com Cole, os achados mostram que a falta de felicidade eudemônica pode ser tão prejudicial quanto o cigarro ou a obesidade. Além disso, sugerem que, apesar de as pessoas com alto nível de felicidade eudemônica também terem experiências hedonistas com frequência, os benefícios para a saúde tendem a aparecer apenas para aqueles que levam o que Aristóteles poderia ter chamado de uma boa vida.

Porém, o que é, exatamente, essa boa vida quase mítica? O que queremos dizer quando falamos em eudemonia? Para Aristóteles, era preciso uma combinação de racionalidade e *aretê* – uma espécie de virtude, apesar de o conceito desde então ter sido poluído pela moralização cristã. “Significava ser bom, mas também buscar a excelência”. Morales me disse. “Para Usain Bolt, parte do treinamento necessário para ser um grande atleta não é prazeroso, mas cumprir o seu propósito como um grande corredor lhe traz felicidade.” Barbara, por outro lado, acredita que a faceta principal da eudemonia está na conexão. “Ela está relacionada aos aspectos do bem-estar que transcendem a autogratificação imediata e conectam as pessoas a algo maior”, disse. “Se for esse o caso, estaria o bem-estar eudemônico relacionado principalmente ao objetivo maior, a fazer algo que você considera pessoalmente incrível ou importante? Ou envolve algo mais relacionado ao comportamento pró-social?” Para Cole, a resposta continua em aberto.

Uma pista mais tentadora pode vir de um canto distante da academia. Desde o início dos anos 1970, o interesse do psicólogo Brian R. Little tem sido o que ele chama de projetos pessoais. Little e seus colegas da Universidade Cambridge, ele me disse, já “olharam literalmente dezenas de milhares de projetos pessoais de milhares de participantes”. O trabalho de Little sugere que a maioria das pessoas tem, a qualquer

momento, cerca de quinze projetos em andamento, que vão dois mais banais, como tentar fazer om que a esposa se lembre de desligar o computador depois de usá-lo (esse é um dos meus), aos mais grandiosos, como levar a paz ao Oriente Média. Little se refere a essa segunda categoria como os projetos “centrais”. Uma das suas descobertas mais consistentes é que, para nos trazer felicidade, um projeto precisa ter duas características: possuir algum tipo de significado e estar no escopo de nossa capacidade de realização. (Ou seja, não faz sentido tentar ser a pessoa mais rápida do mundo se você é um aposentado obeso e agorafóbico.) Quando descrevi a pesquisa de Cole e Barbara, Little afirmou que a ideia combinava bastante com a dele. Assim como ocorre com a eudemonia, no entanto, a definição precisa do que é um projeto central também é maleável. “Projetos centrais podem aumentar as possibilidades de conexão social, mas não necessariamente”, disse Little. Tudo depende das necessidades individuais. “O projeto central de um monge trapista não exige o mesmo tipo de conexão que o projeto central de um sujeito comum de Birmingham.”

De fato, essa maleabilidade talvez seja a característica mais encorajadora de ambos, o projeto central de Little e a eudemonia de Aristóteles, pois faz com que encontrar a felicidade seja uma possibilidade real. Até mesmo o mais introvertido ou infeliz de nós por temperamento tem a capacidade de encontrar um projeto que seja significativo e combine com quem somos. Encontrá-lo não trará apenas prazer; também pode trazer alguns anos a mais de vida para a realização do projeto. ●

Will Storr: escritor britânico. Autor de *The Heretics – Adventures with the Enemies of Science*, ele lida com temas científicos com a graça de um romance
Artigo publicado na *Revista Veja* de 28 de dezembro de 2016

Língua brasileira ou língua portuguesa: a questão da língua no Brasil

Juliana Soledade



Muitos brasileiros se perguntam por que não entendem os portugueses quando eles falam se, em verdade, estamos falando a mesma língua? E por que é mais fácil entender o espanhol do que o português europeu?

Essa não é uma questão simples de se responder, mas não está muito longe da verdade quem diz que o português do Brasil é muito diferente do português de Portugal.

Nas comemorações dos 500 anos do Brasil, estive aqui em Salvador o famoso cineasta português Manuel de Oliveira, filmando uma película sobre a vida do Padre Antônio Vieira. Vieram os índios Kiriri do sul da Bahia ajudar, como figurantes, o cineasta português a filmar uma cena em que o Padre Vieira pregava um de seus sermões aos índios do Brasil. Montava-se então um cenário peculiar: portugueses e índios novamente em primeiro contato em terras brasileiras. Mas ali também estávamos alguns de nós, brasileiros, meio portugueses, meio índios e meio africanos. Neste cenário, a questão linguística não podia deixar de figurar. Eis que a produtora portuguesa se dirige ao antropólogo português radicado no Brasil, Pedro Agostinho, com o seguinte comentário: “mas a língua Kiriri é muito bonita, não é mesmo?” Comentário extremamente normal não fosse o fato de que há muito os índios Kiriri não falam a sua língua de origem, mas sim a língua portuguesa em sua variante regional. Portanto, aquilo que soou aos ouvidos portugueses como língua indígena, nada mais era que o nosso português “feijão-com-arroz”, a nossa língua de “dia de semana” como diz

REFLEXÕES XXIII

Guimarães Rosa. Ora, não bastasse a incompreensão por parte dos portugueses, também os índios Kiriri queixaram-se ao antropólogo Pedro Agostinho do não entendimento das orientações dadas pelos portugueses para a confecção das cenas.

Essa situação, que para alguns pode parecer extremada, reflete a realidade linguística cada vez mais gritante: o português brasileiro falado nas camadas populares (rurais ou não) está cada vez mais distante da realidade linguística do português europeu, levando-nos a considerar se não estamos a caminho de uma diferenciação linguística a ponto de chegarmos a uma língua brasileira.

A existência da chamada língua brasileira, em oposição ao tradicional termo língua portuguesa, é uma questão que há muito vem sendo discutida no Brasil. No entanto, entre escritores, a questão é muitas vezes vista como um anacronismo. Porém, na visão de linguistas e filólogos, a questão se faz cada vez mais pertinente, uma vez que as diferenças entre os usos linguísticos: português e brasileiro vêm se acentuando com o decorrer do tempo. Assim, ultrapassando os argumentos motivados pela paixão, pelo “exacerbado orgulho nacionalista”, como dizia o linguista Fernando Tarallo, é possível investigar a questão da diferenciação entre os usos linguísticos do português brasileiro e os usos do português europeu.

Segundo Tarallo, um dos grandes problemas nesta questão é que, ao ser tomado como parâmetro a norma padrão do português, as diferenças entre as duas modalidades da língua portuguesa são neutralizadas. Pois o português europeu não apresenta uma ruptura tão profunda entre a norma gramatical e os usos, i.e., falas cultas e rurais. Já no Brasil, nem mesmo as falas cultas refletem a norma padrão do português, defendida pelas gramáticas tradicionais. A heterogeneidade linguística no Brasil é hoje um fato incontestável.

Os estudos linguísticos desenvolvidos até hoje demonstram

claras diferenças entre os usos do Brasil e de Portugal, favorecendo o uso de termos como “português brasileiro” e “português europeu”, em que a presença de um adjetivador acaba por imprimir ao termo um certo grau de identidade para cada uma das modalidades, marcando a diferença entre essas duas realidades linguísticas.

Aliás, antes de nos aprofundarmos na questão da língua portuguesa no Brasil é preciso que se diga que nem sempre se falou a língua dos colonizadores aqui. Na verdade, desde o primeiro contato com os índios da costa brasileira até o século XVIII, a língua que se falava na colônia era a “Língua Geral”, uma espécie de língua franca, fruto do contato entre portugueses e índios, que possuía uma base gramatical Tupi e, provavelmente, com alguns empréstimos do léxico português.

A história da língua portuguesa no território americano se inicia em 22 de abril de 1500, quando o Brasil foi “descoberto” pelos portugueses. Contudo, efetivamente, ela só se inicia em meados do século XVI, quando começou a ser efetivado o movimento de ocupação e colonização do território da costa brasileira, como diz Paul Teyssier: *“a colonização portuguesa, só começa em 1523, com a atribuição de quinze capitanias hereditárias”*.

Considerando a periodização da língua portuguesa, o início da colonização brasileira se situa no fim do período chamado português arcaico e início do português moderno, quando, segundo E. Williams, as marcas linguísticas distintas do período arcaico já haviam sido neutralizadas. Portanto, o modelo linguístico português trazido para o Brasil no início da colonização pode ser denominado de “português moderno clássico”.

A língua portuguesa, ao chegar ao território americano, travou contato com línguas e dialetos indígenas das tribos que habitavam o litoral brasileiro, sobretudo, com os Tupinambá e os Tupiniquim. Segundo Câmara Jr., as condições de europeização da América portuguesa foram determinantes

para a formação do que hoje conhecemos como nação brasileira: a assimilação da população autóctone, i.e., dos indígenas que habitavam as terras brasilis, equivaleu a uma lenta eliminação das sociedades tribais e uma desagregação dos valores sociais dessas comunidades.

A costa brasileira, mais precisamente da região que hoje vai da Bahia até o Rio de Janeiro, era ocupada por índios da família Tupi-Guarani, do tronco Tupi, são os chamados “os Tupi da costa”, como disse, em sua maioria Tupinambá, mais ao norte, e Tupiniquim mais ao sul, sendo as línguas Tupiniquim e Tupinambá variantes regionais. Câmara Jr. afirma que essas tribos possuíam certa unidade cultural e linguística. Os portugueses subjugaram, com certa facilidade, sociopoliticamente, boa parte da população indígena, provocando a morte ou a migração para o interior do país daqueles índios ou comunidades indígenas que não se submeteram.

As condições linguísticas que então se estabeleceram no território brasileiro são até hoje um tanto complexas, o termo ‘língua geral’, segundo a linguista Rosa Virgínia Mattos e Silva, necessita de maiores investigações, pois parece recobrir vários significados, além daqueles que até hoje foram explicitados. Sabe-se que pelo menos duas línguas gerais foram desenvolvidas no território brasileiro, a língua geral paulista ou do sul, que teria uma base Tupiniquim, e a língua geral amazônica, de base Tupinambá, que sobrevive reestruturada na variante amazônica Nheengatu.

“Assim se estabeleceu a língua geral tupi, ao lado do português, na vida cotidiana da colônia, constitui-se até como língua escrita e literária, pois os missionários traduziam para ela as orações cristãs e nela compunham hinos religiosos e peças teatrais no estilo dos velhos autos da literatura hispânica” (Câmara Jr.: 1975:30).

Nesta situação de contato linguístico, podemos ver que o português atuou como língua de superestrato, como uma

REFLEXÕES XXIII

camada superposta às línguas indígenas, que, segundo Mattoso, modificou especialmente a fonologia Tupi.

A inserção do elemento africano se inicia nos princípios do século XVII quando começou, em escala progressiva, o tráfico de escravos negros trazidos da África. Os povos negros trazidos para o Brasil eram de origem étnica e linguística variada, sobretudo Bântu e Benue-kwa (como, por exemplo, o Yoruba), o que facilitou a perda da unidade linguística desses grupos que se viram, em território brasileiro, desarticulados de seus pares.

A situação linguística dos negros escravos no Brasil é apontada por Câmara Jr. em dois sentidos. Em primeiro lugar, ele aponta o desenvolvimento de um português crioulo (cf. língua de contato), devido à estreita integração dos escravos à sociedade branca, quer nos latifúndios, quer nas casas, quer no comércio das cidades, ligados às principais atividades. Em segundo lugar, ele afirma que os negros escravos no Brasil se adaptaram também ao uso da língua geral indígena, o que acabou por favorecer e estimular o uso da língua geral.

Durante muito tempo essa situação de contato permaneceu no território brasileiro até meados do século XVIII quando o uso da língua geral entrou em decadência. Várias razões contribuíram para o declínio da língua geral: a vinda de portugueses emigrantes seduzidos pela descoberta de ouro e diamantes nas minas brasileiras; a posição do Marquês de Pombal que criou um diretório cujas decisões proibiram o uso da língua geral e obrigou o ensino da língua portuguesa na colônia; a expulsão dos Jesuítas, em 1752, que afastava da colônia os principais resguardadores da língua geral. De acordo com Paul Teyssier, em menos de 50 anos após a expulsão dos jesuítas a língua geral já havia sido eliminada definitivamente do território brasileiro, desta restando apenas topônimos, antropônimos e palavras relacionadas principalmente à fauna e flora brasileira.

Com o crescimento do contingente de portugueses vindos para

REFLEXÕES XXIII

o Brasil, oriundos das mais diversas regiões de Portugal, parece ter havido uma espécie de neutralização das falas mais marcadas linguisticamente, favorecendo uma nova modalidade dialetal portuguesa, que associada à situação prévia de contatos linguísticos, e ao caótico sistema educacional que se manteve no Brasil desde a colônia até os nossos dias, se tornou a base do que hoje conhecemos como português popular brasileiro.

“Compreende-se assim que desde o início tenha havido no Brasil condições novas para uma vida linguística própria e para o desenvolvimento de uma subnorma, na língua comum, em face do português europeu.”

Podemos dizer, com Mattoso Câmara Jr., que cada país, Brasil e Portugal, teve uma evolução linguística própria, por vezes coincidente outras não. As diferenças linguísticas entre Brasil e Portugal devem sim ser apontadas como resultado de contingências sócio-históricas distintas, em territórios distintos e separados.

Enfim, ao que tudo indica, o padrão lusitano está cada vez mais distinto da realidade linguística brasileira. As mudanças no uso da língua no Brasil são fortes indícios de que o português brasileiro e português europeu, desde cedo, apontaram direções fundamentalmente diversas, e que, caso não ocorram fatos político-sociais que revertam essa situação, cada vez mais diferenciaremos a nossa realidade linguística daquela que evolui em Portugal; e quem sabe, rumo a uma língua brasileira. ●

Juliana Soledade: escritora

Artigo publicado no dia 13 de junho de 2008

Beatles

Marcelo O. Dantas



As contradições entre o apaulíneo e o johnsiaco ajudam a explicar a permanência da música do grupo inglês

Ainda outro dia, um amigo me mandou um e-mail contando que havia presenciado uma cena saída diretamente do seriado Túnel do tempo. Encostados no balcão do BB Lanches, no Rio, dois garotos, de no máximo 13 anos, conversavam assim: “Você sabe por que eles fizeram Taxman? Porque na Inglaterra tinha imposto pacas. Eles fizeram uma música de protesto!”. Ao que o outro aquiesceu, acrescentando mais um caminhão de informações sobre o hino antitributário do álbum “Revolver”.

Meu amigo ficou estupefato. Era como se nós dois estivéssemos ali, 30 anos antes, tomando um suco depois do colégio. Nessas três décadas, o mundo virou do avesso. Acabou a guerra fria, o regime militar, a paz no Leblon. Sérgio Dourado faliu, Star Wars cansou, Joey Ramone morreu. Foi-se tudo e mais um pouco. Mas os garotos ainda estão lá, falando dos Beatles.

Alguns historiadores do rock atribuem o fenômeno às vantagens do pioneirismo – os Beatles foram as pessoas certas no momento certo. Tinham o talento, o visual e a ousadia necessários para ocupar o vazio deixado pelo esgotamento criativo de Elvis, Chuck Berry, Little Richard e companhia. Mal despontaram para o estrelato, entenderam a importância de se posicionarem na vanguarda de uma década revolucionária. E foram assim pavimentando o caminho para a explosão internacional do rock, a difusão da contracultura e a grande revolução musical e comportamental dos anos 1960.

Embora sensato, o argumento se refere apenas ao passado.

Não explica nada sobre a permanência dos Beatles. Nenhum moleque vai sair da sua casa e ir até o camelô da esquina comprar um CD por conta do papel histórico de uma banda na formação do mundo moderno. Além do quê, sejamos objetivos: os anos 1960 terminaram faz tempo. Permanece então a pergunta: como pode alguém se apaixonar pelos cabeludos de Liverpool em meio ao cinismo e à desesperança do século XXI? Como pode um jovem saudável contrair a febre da beatlemania em plena era do hip-hop e da cultura digital? O palpite é simples. A música – tudo se resume à música.

Os quatro nunca foram instrumentistas virtuosos. Ninguém encontrará um solo de 15 minutos num disco dos Beatles. Mas eles tocavam com convicção, com gosto. Num estilo próprio, inigualável. Utilizando até a última gota os recursos técnicos a seu dispor. Quando necessário, sabiam acolher a contribuição de amigos brilhantes. E, como num passe de mágica, o convidado era incorporado ao som da banda, tornando-se o quinto elemento: Clapton arrancando gemidos da sua Les Paul em *While My Guitar Gently Weeps*, Billy Preston incendiando *Get Back* com seus teclados endiabrados.

Outra virtude: eles cantavam bem. Talvez sem o virtuosismo de Ray Charles, Sam Cooke ou Aretha Franklin, mas com fabuloso esmero. Cantar não é apenas uma questão de extensão vocal e técnica apurada. É também possuir um bom timbre, e usar a voz com caráter, potência, precisão. Quem pode resistir ao *suíngue* vigoroso de Lennon em *Twist and Shout* ou ao charme nostálgico de McCartney em *When I'm Sixty-Four*? Quem consegue ser mais expressivo que John em *I'm So Tired* ou mais irado que Paul em *Helter Skelter*? Mesmo George e Ringo tinham seus momentos. A *performance* do homem dos anéis em *Boys* merece figurar em qualquer antologia de rockabilly. Os vocais de *Something* fizeram a cabeça até do exigente Sinatra.

REFLEXÕES XXIII

Eles eram também mestres da harmonia. Sabiam como poucos combinar suas vozes, fazer arranjos, colorir as canções com impecáveis duetos e corinhos. De If I Fell a Because, John, Paul e George fizeram o diabo. Durante seus anos de formação, os três beberam na melhor escola da música negra americana, ouvindo muito rythm'n'blues e soul music. Eles se ligavam mais no som de gravadoras como a Motown, a Stax-Volt e a Atlantic do que propriamente no blues raiz da Chess Records, porém ainda assim curtiram, aprenderam e internalizaram uma música negra legítima. Cheia de balanço, alegre, contagiante. Que os influenciou até o final – especialmente ao blackman McCartney. Let It Be não é outra coisa senão um poderoso hino gospel cantado por um pastor de alma retinta.

Eles tocavam tudo, ouviam tudo. Sabiam aprender e recriar. Poucos grupos, em toda a história do rock, conseguiram ser uma banda cover tão boa como os Beatles. Os quatro tocavam Please Mr. Postman, You Really Got a Hold on Me, Roll over Beethoven, Money (That's What I Want), Rock and Roll Musicou Kansas City vários furos acima dos originais. Coisa que nenhum dos demais integrantes da invasão inglesa jamais chegou a fazer. Os Stones eram intérpretes sofríveis de Muddy Waters e Howlin' Wolf. Os Beatles cantavam Smokey Robinson melhor que o próprio.

Eram também ousados, destemidos. Capazes como ninguém de desbravar novas áreas para o avanço da música popular. She Loves You, And I Love Her, Yesterday, Norwegian Wood, Day Tripper, Paperback Writer, Strawberry Fields Forever, Lucy In The Sky With Diamonds, A Day In The Life, All You Need Is Love, Lady Madonna e Here Comes The Sun alargaram o universo de possibilidades da música pop, trazendo novas formas de tocar, novos estilos, novas técnicas de gravação, novas estruturas de composição.

Atribuir tanta inventividade apenas ao produtor George Martin (como o fazem alguns críticos) é uma tolice que só

REFLEXÕES XXIII

pode ser cometida por quem nunca ouviu Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band — com Peter Frampton e os Bee Gees. Foi o maestro quem produziu o disco. E a genialidade nem passou por perto.

O amadurecimento musical da banda pode corresponder, facilmente, ao amadurecimento natural de qualquer pessoa que vai se descobrindo um amante da música. E, por isso, atrai, conquista, cria vínculos. Além do que, trata-se de um amadurecimento generoso, inclusivo, ponderado, que jamais pretendeu renegar a simplicidade dos primeiros anos. Os Beatles adicionaram novas veredas a sua trilha inicial, sempre com a convicção de que o simples e o complexo são duas formas distintas de se chegar à beleza. Penny Lane nunca será melhor que I Saw Her Standing There. Apenas diferente. Uma forma distinta de se chegar à perfeição.

A diversidade e a amplitude do som dos Beatles criam várias portas de entrada para quem está começando a se interessar por música. Conheço pessoas que se viram atraídas pelo balanço juvenil de I Should Have Known Better, pela viagem indiana de Within You and Without You, pela elegância clássica de Eleanor Rigby, pela lucidez enérgica de Revolution, pelo sabor folk de Blackbird e pela fantasia sing-along de Yellow Submarine. Cada um chegou ao quarteto por uma via diferente; e, a seu modo, todos acabaram por fazer o circuito completo.

Os Beatles eram um mecanismo de criação. Sempre olhando para a frente, sem jamais se escorar no êxito formulaico. A força propulsora desse mecanismo era (eis a minha tese central) a interação dialética de Lennon & McCartney. Uso a palavra sem pedantismo, em seu sentido mais amplo. Dialética é diálogo, embate, discussão. Mas também o jogo permanente e sem descanso. Adição e contradição; unidade e multiplicidade; identidade e diferença. Movimento e síntese. Dois compositores igualmente geniais, mas com inclinações distintas, por vezes opostas. Dois líderes cheios de ideias e talento. Um levando o outro a permanentemente se superar.

REFLEXÕES XXIII

Ambos avançando: ora juntos, ora separados. Nenhum permitindo ao outro se acomodar. Nenhum aceitando ser deixado para trás.

Em geral, as grandes parcerias musicais são compostas por um melodista e um letrista, que unem forças, formando uma perfeita unidade: Rodgers e Hart, George e Ira Gershwin, Tom e Vinícius, Lieber e Stoller, Page e Plant, Keith Richards e Mick Jagger, Elton John e Bernie Taupin. No caso de Lennon & McCartney tudo muda. Ambos eram compositores completos, autônomos. Mas entenderam, desde cedo, a importância de buscarem um ao outro. Muitas duplas de compositores somam. John e Paul multiplicam.

As narrativas mais comuns da trajetória dos Beatles levam a crer que a parceria Lennon & McCartney existiu apenas na fase inicial do conjunto, tornando-se mais tarde mera convenção. Trata-se de um engano. Eles foram parceiros até o final. Mesmo quando escreviam separados, John e Paul o faziam um para o outro. Pensavam, sentiam e criavam obcecados com a presença (ou ausência) do parceiro e rival.

Sem a contribuição decisiva de McCartney, jamais teríamos algumas das mais inspiradas canções de Lennon. Deve-se a Paul a abertura de Strawberry Fields Forever, o arranjo grandioso de All You Need Is Love, os efeitos de tape de Tomorrow Never Knows, a alucinação de I Am The Walrus, o ambiente sobrenatural de Come Together. Lennon era um purista musical, apegado a suas raízes, calcadas no rock'n'roll, rythm'n'blues e country & western. Quem embarcou de cabeça na vanguarda musical dos anos 1960, quem verdadeiramente viajou na explosão sonora lisérgica foi Paul McCartney, um perfeccionista dado a experimentos, colagens, finais falsos, mudanças tonais e delírios orquestrais.

Em contrapartida, sem o olhar crítico de Lennon, sem sua verve e sua *wit* britânica, os mais conhecidos standards de McCartney teriam sofrido perdas poéticas. A letra reflexiva de Yesterday (inicialmente intitulada “Scrambled Eggs” —

REFLEXÕES XXIII

ovos mexidos, quando Macca tinha na cabeça apenas uma melodia sem palavras) foi uma clara resposta de Paul ao amadurecimento da poesia de John em I'm A Loser, Help! e You've Got To Hide Your Love Away. Lennon emprestava às baladas e canções pop de McCartney uma lucidez e uma sobriedade fundamentais. Ele sabia reprimir o banal e fomentar o sublime. Foi sentando-se ao lado do companheiro que Paul ganhou confiança para manter na íntegra os versos mais ousados de The Fool On The Hill e Hey Jude. Duas letras de primeira grandeza.

Em algumas canções, um ligeiro toque de Lennon fazia a diferença entre o excelente e o genial. A melhor estrofe de We Can Work It Out é de John: "Life is very short / and there's no time / for fussing and fighting my friend ". Sem a intervenção cirúrgica do autor de Being For The Benefit of Mr. Kite e Happiness Is A Warm Gun, tampouco haveria em Eleanor Rigby a estranheza surrealista dos versos: "Waits at the window / wearing the face / that she keeps in the jar by the door /Who is it for?". Do mesmo modo, a entrada em cena de John – na voz dos pais desesperados – é indispensável a She's Leaving Home, talvez a mais comovente e perene canção sobre o conflito de gerações e a juventude drop-out. Canção que inspirou o nosso Rubem Fonseca a escrever a obra-prima Lúcia McCartney.

A sombra ameaçadora de Lennon fornecia ainda combustível para os ímpetos *rockeiros* de seu parceiro e rival. A visionária Back In The USSR traz o humor irônico de John estampado no rosto. Canções como I'm Down e Why Don't We Do It In The Road foram feitas por Paul para mostrar a John que conseguia ser ainda mais primitivo que ele. E Get Back – o melhor rocker de toda a obra dos Beatles – nasceu da (compreensível) irritação de Paul com Yoko e do seu desejo de deixar bem claro quem continuava a ser o dono do pedaço.

Mas como a dialética é uma via de mão dupla, também o lado suave de Lennon se nutria da presença benfazeja de Paul. A belíssima melodia de In My Life é puro McCartney e gemas

REFLEXÕES XXIII

preciosas como Girl, Because ou Julia têm as impressões digitais do parceiro por todos os lados, ainda que tenham sido escritas na mais monástica solidão.

Nietzsche atribui o caráter dionisíaco aos nossos impulsos rebeldes, subjetivos, irracionais, apaixonados, lunares; forças do transe e da intoxicação, que questionam e subvertem a ordem vigente. Em contrapartida, designa como apolíneas as nossas tendências ordenadoras, objetivas, racionais, serenas, solares; forças do sonho e da profecia, que promovem e aprimoram o ordenamento do mundo. Ao se unirem, tais forças teriam criado, a seu ver, a mais nobre forma de arte que jamais existiu.

Como criadores, tanto o metódico Paul McCartney quanto o irrequieto John Lennon expressavam à perfeição a dualidade proposta por Nietzsche, que ousou traduzir pelos termos Apaulíneo e Johnisíaco. Lennon punha o mundo abaixo; McCartney construía novos monumentos. Lennon abria mentes; McCartney aquecia corações. Lennon trazia vigor e energia; McCartney impunha senso estético e coesão. Não raro, os papéis se alternavam, se complementavam, se fundiam.

Quando os Beatles se separaram, essa magia se rompeu. John e Paul se tornaram compositores com altos e baixos; intérpretes com falhas às vezes evidentes. Fizeram coisas boas. Deram material para compilações de peso. Mas raramente se aproximaram da perfeição alcançada pelo quarteto. Sem a presença instigante de Lennon, Paul começou a patinar em letras anódinas e baladas açucaradas. Seus rockers perderam a força vital e muitos arranjos deixaram de ser pautados pelo sentido da boa medida. A alma negra embranqueceu. Não se tornou um compositor ruim. Mas se aproximou perigosamente de Elton John e Burt Bacharach. Mesmo Band On The Run parece por vezes um Abbey Road sem dentes. É música de grande qualidade. Mas os Beatles faziam melhor.

Do mesmo modo, John sofreu com a falta de Paul. Plastic Ono

REFLEXÕES XXIII

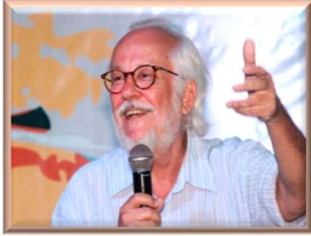
Band, embora genial, é um verdadeiro festival de excessos idiossincráticos. Em Imagine, John ensaia um bem-sucedido retorno à estética Beatle, mas logo em seguida a presença de Yoko irá se impor, destruindo o equivocado Sometime in New York City.

Ironicamente, o grande disco dos ex-Beatles, a verdadeira obra-prima, acabou sendo All Things Must Pass, o álbum triplo em que George Harrison deglutiou os antigos companheiros de banda, abrindo as comportas de sua produção musical, represada durante uma década à sombra de John e Paul. E foi assim, por estranhos caminhos antropofágicos, que a dialética de Lennon & McCartney brilhou pela última vez. ●

Marcelo O. Dantas: escritor e diplomata. Seu romance *Pode crer!* foi adaptado para o cinema pelo diretor Arthur Fontes.
Artigo publicado na Revista Piauí de 3 de dezembro de 2006.

Entre a lenda e a história

Davi Arrigucci Jr

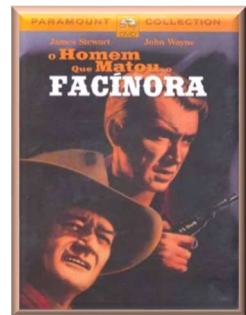


“Aqui é o Oeste, senhor. Quando a lenda é maior que o fato, publique-se a lenda.”

Leia um ensaio do crítico literário Davi Arrigucci Jr. – na verdade um resumo de uma tese de doutoramento defendida na USP – sobre “O Homem Que Matou o Facinora” (The Man Who Shot Liberty Valance, 1961), de John Ford, com John Wayne, James Stewart, Vera Miles, Edmond O’Brien. “O Homem Que Matou o Facinora” é considerado por muitos como o maior faroeste já feito. John Ford lança um olhar crítico sobre os heróis, ao mostrar que todas as lendas foram mitificadas para se tornarem parte da história. Se o filme de Ford é uma unanimidade, ou, no mínimo, quase, a análise do crítico é, também, antológica.

Talvez seja uma função da arte, como lembrou Borges a propósito de “Martín Fierro”, a de legar um passado ilusório à memória dos homens. Não parece outra a dos filmes de “cowboy” ou de mocinho, como se dizia nos meus tempos de menino. São reconstruções de um passado que tem muito de irreal ou de falso. No entanto, como em toda arte, o resultado pode ser de algum modo verdadeiro. Este paradoxo é um ponto de partida para a discussão crítica desses filmes.

Hoje, os *westerns* (conforme gostam de dizer os estudiosos de cinema) são quase um gênero em extinção. Certas novidades, ainda quando bem feitas como “Os Imperdoáveis” (Unforgiven), de Clint



Eastwood, pela incapacidade de renovar em profundidade o gênero, só acentuam esta impressão – lampejos de despedida. Já parodiados pelos italianos, os banguê-banguês se acham mais ou menos encurralados nas sessões da tarde de TV. Perdem-se um pouco a distância, reconfirmando a designação original do “*far west*”: faroestes realmente longínquos, sumindo na poeira do passado... Mas podem mostrar, quem sabe, nesse lento e inexorável afastamento, o melhor da poesia que trouxeram aos nossos olhos.

É o caso dos grandes faroestes de John Ford. Não exatamente, porém, porque o diretor fosse um “Homero do cinema”, conforme o cochilo, não por certo de Homero, mas de algum crítico bem descalibrado na ênfase. Será esse um bom meio de fechar por completo os olhos ao cineasta e de nada ver do poeta, ou seja, de assumir uma cegueira propriamente homérica. Nos filmes de Ford, se revela muito simplesmente a chama viva do gênero na forma duradoura da arte, cujo enigma convém tentar esclarecer. Para que fossem vistos na perspectiva adequada, os *westerns* sempre sugeriram algum recuo temporal: “No Tempo Das Diligências”, o título brasileiro de “Stagecoach” (1939) já exprime o distanciamento, desde esse marco inicial, na história dos grandes faroestes. Trata-se, é claro, da distância épica característica de um gênero essencialmente narrativo. Algo da tradição da épica que se perdia nos tempos modernos, muito voltados para os assuntos da atualidade (como se vê por um gênero moderno como o romance), foi resgatado nesse gênero novo do cinema. A peculiaridade deste resgate, no entanto, deve ser bem frisada.

O encontro do homem norte-americano com a natureza bravia, nos limites da civilização, criou o espaço para um imaginário novo, e uma vasta mitologia veio ocupá-lo. Esse encontro histórico deu margem à imaginação ficcional e estava ainda próximo, quando surgiram os primeiros faroestes, que, desse modo, dão tratamento épico a uma matéria recente. Basta lembrar, por exemplo, que o território de Oklahoma só

se torna estado em 1907, quando já muitos faroestes haviam conquistado para a arte cinematográfica espaços que não haviam sido ainda de todo tocados pela civilização americana.

Assim, esses filmes procedem de forma oposta a toda épica clássica, que só trata de um passado absoluto, como assinalaram Goethe e Schiller, quando sentiram necessidade de rediscutir os gêneros clássicos em função das novas realidades de sua época. O passado heroico nacional, a lenda nacional é que constitui a fonte da epopeia antiga, a matéria própria do mundo épico, sempre referido a esse passado remoto das origens, dos maiores e melhores, afastado, por isso mesmo, de toda atualidade, cuja matéria inacabada é objeto do romance, mas não do epos⁴⁰ clássico. Ao tratar da história recente da conquista e colonização do Oeste americano, o faroeste por assim dizer converte em epos, distanciando-a e idealizando-a sob a forma do mundo primitivo dos pioneiros, a matéria histórica ainda próxima. As consequências artísticas (e ideológicas) dessa operação são, evidentemente, problemas complexos da compreensão crítica desses filmes.



John Ford é um artista umbilicalmente ligado à moderna indústria cinematográfica, cujo desenvolvimento ele acompanhou desde os bons lucros do princípio com os pequenos filmes sobre o Oeste, na fase do cinema mudo – as fitas de Tom Mix, Bill Farnum ou Harry Carey – com as quais ele aprendeu o fundamental de seu ofício de “*metteur en scène*”, depois de padecer em outras tarefas mal pagas dos estúdios. O meio moderno, ao se apropriar do passado recente, projeta-o, mediante o distanciamento épico, à dimensão idealizada da lenda ou do mito, mas não pode evitar

⁴⁰ **Epos:** epopeia.

a ebulção dos fatos ainda recentes, que afloram de algum modo no passado reconstruído. A zona de intersecção do fato com a lenda é o espaço privilegiado do faroeste; John Ford é o poeta desse espaço.

Na realidade, seu sentimento do épico parece conjugar-se ao espaço da vastidão, à amplitude da paisagem que encontra em Monument Valley a locação ideal. O conteúdo de vasto fôlego que define o épico tem ali seu lugar, mas justamente onde parece que só reina a natureza com seus habitantes primitivos é que se instaura o drama humano e a História. É na linha instável da fronteira mantida pelos uniformes azuis da cavalaria e no recorte das coloridas plumagens indígenas que se armam seus enredos.

Assim, por exemplo, com belo colorido, “*She Wore a Yellow Ribbon*” (Legião Invencível, 1949) como que transpõe pictoricamente o epos do Velho Oeste, fundindo no hábil entrançado da mescla de cores as linhas ziguezagueantes dos conflitos de fronteira, entre soldados e índios, com a delicadeza dos sentimentos enlaçados.

O conteúdo de verdade histórica dessas ficções da fronteira, desse universo imaginário que inventaram os norte-americanos em suas aventuras nos limites entre a civilização do Leste e a barbárie do Oeste – para dizê-lo com a velha expressão de Sarmiento deslocada de seu contexto sulista – é um desafio de primeira ordem na compreensão desse gênero que, para André Bazin, constitui o próprio fundamento do cinema norte-americano. Nesse sentido, a fórmula lapidar que inventou esse grande crítico para definir o nascimento do gênero – “*le western est né de la rencontre d’une mythologie avec un moyen d’expression*” (o western nasceu do encontro de uma mitologia com um meio de expressão) –, na verdade recobre o encontro histórico que deu origem à nação moderna. O cinema, meio moderno por excelência, deu forma épica ao imaginário de um passado que não era tão distante assim, mas que se confundia com a origem da nação e, ao mesmo tempo, com a origem do próprio cinema. A força do imaginário que se

desencadeia dessa conjunção rara e propícia não pode ser de maneira alguma subestimada.

O cinema, que agora completa cem anos – esse texto foi publicado em 1995 – foi, portanto, nos Estados Unidos, o meio de expressão artística de um vasto sonho relativamente recente, que é também o processo histórico de formação dessa nação moderna. Embora o recuo no tempo não fosse grande, o embate histórico foi efetivamente forte para acender a imaginação dos homens e forjar a lenda. Lenda e história estão, pois, entranhadas nas próprias raízes do gênero, que se confundem, por sua vez, com as raízes do cinema.

Num grande número desses filmes, sentimos com naturalidade a interpenetração profunda de fato e ficção. Mas tendemos a apagar das impressões o fundamento dos fatos, a base histórica do processo de que alça voo a imaginação. Como em vários contos de Borges, como em muitas histórias de Guimarães Rosa, onde encontros parecidos entre civilização e barbárie ou entre cidade e sertão se repetem, facilmente nos deixamos levar pelos jogos da imaginação ou pelo impulso do mito. A compreensão adequada exige, no entanto, o reconhecimento do processo histórico que está na base dessas obras e faz parte de sua estrutura artística.

Sempre me chamou a atenção como certos faroestes de John Ford poderiam ser aproximados de determinados contos de Borges ou do universo literário de Guimarães Rosa. Não apenas pelo paralelo temático, por apresentarem imagens, situações ou argumentos semelhantes, nascidos de assuntos com bases históricas igualmente parecidas. Mas, pelo modo como entranham na própria forma estética o processo histórico a que estão de algum modo referidos, embora não ostensivamente. A sutil transfusão em imagens, de realidades históricas profundas, tem nas mãos desse mestre da escrita cinematográfica um de seus pontos mais altos, de modo que nos seus melhores filmes se pode acompanhar por dentro a sedimentação formal de uma experiência histórica.

PARTE 2- John Wayne- Dentre seus grandes filmes, além de “No Tempo Das Diligências”, “Rastros de Ódio” (The Searchers, 1956) ou “Paixão dos Fortes” (My Darling Clementine, 1946) devem ser sempre lembrados. No entanto, gostaria de destacar uma obra-prima muito mais discreta que as anteriores, mas nem por isso inferior: “O Homem Que Matou o Facínora” (The Man Who Shot Liberty Valance, 1962). Em geral, a crítica de Ford não pensa assim; creio, porém, que é preciso contradizê-la.



Obra da fase final do diretor, é um faroeste diferente, sem índios ou grandes espaços naturais, apartado de Monument Valley. Tende a concentrar-se em si mesmo, claustrofóbico e noturno, batido de sombras realçadas pela fotografia em preto e branco de William H. Clothier. Além disso, deve ter espantado um pouco os críticos pelo caráter meditativo e elegíaco de sua narração em retrospecto.

Mas, sem dúvida, é uma súpula da melhor arte de Ford. E, sobretudo, muito agudo na expressão de suas relações com a História. Basta vê-lo na perspectiva adequada, como espero fazê-lo por meio da leitura analítica, para que mostre a verdadeira grandeza. Todos os dotes do extraordinário artesão que pouco falava de sua arte estão ali postos, em precisa execução. Pelo poder de síntese e redução formal, vale como exemplo do gênero, cuja poética exprime em profundidade e abrangência. Ao mesmo tempo, faz brotar uma secreta poesia que sabe infiltrar-se, como o humor fordiano, por brechas inesperadas. Aos poucos, ganha o espectador, tomado por fim completamente pela força despojada de suas imagens simples e complexas a uma só vez.

Convém rever o que ali se conta, na falta do filme. Um trem fumegante, cortando um campo deserto, traz à cidadezinha de Shinbone o senador Ransom Stoddard (James Stewart) e sua

mulher Hallie (Vera Miles). Vêm acompanhar, junto com um velho conhecido que os avisou por telégrafo e agora os espera, o enterro de Tom Doniphon (John Wayne), um homem lembrado apenas por uns poucos amigos. (O espectador só tomará conhecimento do motivo da visita mais tarde).

O faroeste é aqui algo que se dá a ver com o recuo das coisas; a épica tradicional se inclui, dessa forma, na perspectiva moderna. Um jovem foca do diário local, o “Shinbone Star”, descobre, desconcertado, o ilustre visitante e pede-lhe uma entrevista, depois de informar o jornal. Enquanto o senador atende o jornalista e o editor da folha que também se apressa em recebê-lo, a mulher é levada pelo amigo local, o ex-xerife Link Appleyard (Andy Devine), a um passeio pelos arredores.

Os dois velhos conhecidos trocam olhares de mútua compreensão desde o primeiro instante do passeio, quando montam na charrete de Link, e uma forte emoção parece tomar conta da mulher, que fala com voz embargada. Notando a falta da estrela no velho xerife, já há muito aposentado, e as grandes mudanças da cidade, igreja, escola, lojas, trazidas pela ferrovia, Hallie ouve do amigo que o deserto é ainda o mesmo e pergunta-lhe se os cactos já estão florindo. Como que interpretando o pensamento tácito da mulher, Link leva-a a um antigo sítio, onde uma casa em ruínas, com uma parte inacabada e marcada pelo fogo, está cercada de cactos em flor. Hallie pergunta então se ele – a figura de Doniphon, é aqui mencionada de passagem e sem maior explicação – nunca a acabara e recebe como resposta o comentário de que ela sempre soube de tudo quanto acontecera. Pede, afinal, ao velho que colha uma das flores da frente da casa, e retornam a Shinbone.

Enquanto isso, na redação do jornal, o senador põe fim à entrevista política que acabara concedendo e só então revela o motivo pessoal de sua visita à cidade. A revelação – o enterro de Tom Doniphon –, um homem completamente desconhecido para a perplexidade dos que ali estão à sua roda, coincide com a volta de Hallie e Link do passeio.

Assim se desenvolve a primeira sequência importante do filme, antes que sejam conhecidos os acontecimentos principais da história, só mais tarde narrados em retrospecto, num longo *flash-back*, pelo senador. Não se trata de um mero preâmbulo ou desvio da narrativa central; é antes o movimento de abertura de um lirismo melancólico, formando uma sequência inicial com relativa autonomia, mas, a rigor, dependente da história toda. É que ela recebe, por antecipação, a carga das tensões acumuladas no que ainda está por vir e que aí já se anuncia sob a forma da intensidade emocional: o pathos que envolve essas imagens iniciais, realçadas em certo momento pela música de fundo e moduladas pelo tom de evocação elegíaca com que são apresentadas ao espectador.

Com efeito, esse tom começa com os primeiros planos do filme, perfeitamente manejados pela arte de Ford. Surge de pronto a imagem impositiva da locomotiva e dos vagões que rasgam o deserto, lançando para o alto um tufo poderoso de fumaça: imagem prototípica do progresso moderno que invade o Oeste. Em rápido contraste, o segundo plano nos mostra, apanhando-o de baixo e de perto, o velho quase estático que, à espera na estação, bate para o chão a pouca cinza do cachimbo já apagado. E no plano seguinte, o gesto é mais uma vez brevemente reiterado, mas agora visto de cima e reduzido à parte inferior da imagem, enquanto, dominando a tela, chega o trem resfolegante.

Ao que parece, de um lado, temos o dinamismo dominador da vida ativa – a máquina vencedora do progresso que chega; de outro, o pequeno, lento, quase imperceptível apagar-se dos seres e das coisas que já cumpriram seu tempo e naturalmente se extinguem. A montagem desses movimentos paralelos, mas desproporcionados e em contraste, suscita num instante uma metáfora irradiadora, que põe em confronto uma dupla ordem de coisas. Seu sentido, de efeito irônico com sua ponta de melancolia, será desdobrado e reforçado por vários índices posteriores.

É que, pouco depois, o traje negro e a compostura das figuras que descem do trem, a referência ao chamado por telegrama e à viagem súbita, os agradecimentos do senador, cada gesto parece sugerir um motivo oculto, provavelmente fúnebre, para a visita. A razão permanece, no entanto, sempre velada, embora, por outro lado, se mostre presa ao passado comum daquelas pessoas, como um segredo compartilhado, como a caixa fechada que a mulher traz consigo feito um misterioso presente para alguém que não está.

Esses indícios, sóbrios e contidos como são, ajudam a introduzir, entretanto, o sentimento da falta ou do que já se foi, em seguida estendido e tematizado ostensivamente na conversação a propósito das mudanças que os novos tempos e o progresso trouxeram para o lugar. Observa-se que elementos muitos gerais, subentendidos e postos difusamente em oposição desde as primeiras imagens – campo e cidade, passado e presente, atraso e progresso, vida e morte, etc. –, voltam a tensionar-se aqui, mas nitidamente submetidos ao sentimento de reservada melancolia que vai modulando o tom com que são narrados os fatos.

Os ecos do mundo do passado passam a repercutir todo o tempo por contraste com o presente, e o sentimento que isso evoca se torna perceptível atrás de cada ato ou palavra que compõe a cena em andamento. No fundo, tudo parece um comentário velado à figura central a que todas as coisas querem verdadeiramente aludir, no reduto natural do passado: a figura desaparecida de Doniphon, conteúdo latente da emoção carregada pelas imagens alusivas.

O que é essencial não se mostra de forma direta. Desde o princípio, a figura de Doniphon, razão da visita, escapa à vista ou à referência explícita, tendendo a se ocultar, encoberta sob as imagens que parecem falar de outra coisa, aferradas à superfície da realidade presente. Mas a falta que nesta se sente suscita a presença do outro, que já não está, despertando o movimento do desejo para um alvo ausente e com ele o sentimento elegíaco do ideal que já não se pode alcançar.

O passeio de Hallie com o velho ex-xerife, também ele parte desse passado que então aflora em contraste com o presente da cidadezinha modernizada pela ferrovia e o progresso, vai desenrolar-se nessa atmosfera com que o filme envolve emocionalmente o espectador, desde seu começo, sintonizando-o com o tom da evocação elegíaca. O restante da sequência aprofunda muito esse sentimento inicial, que impregna uma totalidade complexa de fatos calados ou apenas pressentidos e, por isso mesmo, vai gerar imagens cada vez mais fundas, íntimas e comoventes, fazendo do passeio uma espécie de recuo no passado, de volta em busca do tempo perdido, até o reencontro de um símbolo poderoso desse mundo vivido e profundamente vinculado à figura de Doniphon, que é a flor do cacto.

O presente da cidade mudada contrasta com o deserto que não mudou, que é ainda o mesmo, nas palavras do velho xerife: espaço da natureza onde se acham os cactos em flor a que está associado Doniphon. O passeio caminha, pois, rumo ao deserto bravo e intocado, à natureza, como se buscasse uma harmonia idílica para os sentimentos, tornada já impossível, a não ser pelo resgate de uma imagem que faz parte desse mundo selvagem: a flor do cacto.

PARTE 3- O Homem Que Matou o Facínora- Como em toda elegia, há um fundo perdido e inalcançável para o desejo, que, instigado pela falta, busca errante no vazio da ausência, sem poder alcançar e só se apazigua no reencontro do símbolo, presença do ausente, encarnado concretamente na imagem. O movimento interior não se pode harmonizar com o plano exterior da experiência do mundo, que não se casa com o ideal do coração, embora este busque na realidade adversa o repouso para o conflito em que o lança a sensação da falta.

Durante o passeio, vai ficando patente pelo diálogo entre os amigos o movimento interior que o velho xerife entrevê na moça, em busca da figura desaparecida de Doniphon: “Amar o perdido/ deixa confundido/ este coração”, talvez pudesse ela exclamar com o poeta, se alguma palavra clara lhe fosse

REFLEXÕES XXIII

consentida para o enigma de sua alma. Mas ela se exprime pela voz dos símbolos, reatualizando fundas associações dos sentimentos, quando pergunta ao velho se os cactos já estão florindo.

A flor do cacto, antes de mais nada, é a imagem idílica que promete o reencontro com o perdido, a sonhada harmonia da alma com a realidade. Figura de integração de elementos dispersos; é um símbolo complexo e de largo raio de ação, imagem imantada com força de aglutinação e poder de síntese.



Como produto delicado da aspereza mais bravia, a flor encerra em si mesma funda contradição, ligando-se intimamente, por isso mesmo, à personalidade e ao mundo de Doniphon, que de algum modo por ela se exprime. Não é à toa que ele lança mão dela como uma dádiva de amor, num gesto inesperado para a sua figura, mas característico da poesia bucólica, que tem no faroeste uma versão moderna, reatualizada pelo quadro ideal da vida simples no campo. Neste caso, uma oferenda de amor como essa pode parecer já um eco mais tosco e distante dos modelos clássicos ou neoclássicos, mas tem ainda a mesma função convencional de converter o complexo no simples, representando algo oculto que de repente se mostra.

Conforme ficamos sabendo no decorrer do filme, é essa a flor com que o grandalhão rude e tempestuoso, representado por John Wayne, presenteia a jovem Hallie, cuja beleza compara ainda com a da flor. Ele age com a graça de sua truculência atrapalhada, às voltas com um meio de oferecer, sem muita ou nenhuma demonstração, seus sentimentos duramente emparedados. O traço convencional da máscara ou do disfarce, como o do pastor, tão característico da poesia bucólica, aqui muito mudado, assume uma feição dúplice, admiravelmente expressa pelo sorriso ríctus (**Ríctus**: contração dos músculos da face ou da boca, que dá ao rosto o aspecto de riso forçado)

de Wayne – sorriso em corte de faca que rodeia o não dito –, suspenso entre a falta de jeito e a ironia: de um lado, um enrijecimento quase paródico e de efeito cômico, ao gosto do humor de Ford; de outro, um aprofundamento da interioridade da personagem, sob a capa da rigidez. Que qualquer ato de uma figura do tamanho de John Wayne possa não dar na vista é uma ideia que tem, realmente, alguma coisa de cômico; seu comportamento diante da moça e sua declaração sem muito jeito decerto não escapam, por momentos, dessa dimensão. Contudo, é na capacidade de esconder o melhor de si, sempre encoberto, que ele, paradoxalmente, dará mostras de seu verdadeiro caráter.

Doniphon surge da sombra da noite, nela se esconde, e várias vezes tem seu perfil recortado pela própria sombra, que duplica em preto sua imagem contra o fundo branco da parede. Só sai verdadeiramente das sombras para ajudar a moldar, no instante decisivo do filme, o destino de todos, com violência, mas pela força de sua bondade e senso de justiça, que o levam ao sacrifício do que lhe é mais caro – o amor de Hallie – e ao dom de si. Desse modo, a dimensão delicada e escondida de seu interior se resguarda sob a carapaça da brutalidade mais ostensiva, perfeitamente apoiada na corpulência desmedida, às vezes, desajeitada e um tanto engraçada – tudo admiravelmente bem desempenhado por John Wayne, que tinha o “physique du rôle” e a capacidade da sutileza, tão avessa a seu porte, sabendo transmitir calor humano, ao juntar a brandura de alma à dureza mais rude e viril.

Mas a flor que nasce por entre os espinhos se coaduna ainda mais profundamente com o homem do deserto, compondo com ele um todo unitário e forte. Ela contrasta com a rosa citadina que Hallie nunca viu, flor que depende das melhorias civilizadas do progresso ainda desconhecido de Shinbone, quando é lembrada significativamente por Stoddard diante da moça encantada com a beleza selvagem do presente de Doniphon. É mesmo uma extensão metonímica dele, pois

representa a efusão paradoxal da ternura oculta sob a aspereza daquele herói bronco, talhado pela violência do meio hostil.

O homem é belo, áspero, intratável, como o cacto do poeta Bandeira, e a flor que dele brota traz à luz o valor que pode se esconder no mais íntimo do deserto, no âmago selvagem do Oeste, de que ele é, por sua vez, o representante cabal. Compreende-se agora a discrição alusiva com que é tratado desde o princípio do filme e o jogo das sombras em que tantas vezes mergulha. Com a maior finura, simplicidade e sabedoria construtiva, a linguagem de Ford se ajusta à expressão elíptica do herói que se oculta por trás da flor do deserto.

O que isto significa, qual o sentido desse valor que, associado à natureza selvagem, surge em aparente oposição ao progresso moderno, não se pode compreender de todo neste começo do filme. Um halo de mistério persiste, mesmo depois de nos darmos conta da profunda coerência da imagem, do vínculo que liga o símbolo à personagem.

É que o símbolo remete ao todo do enredo, de que é parte, e dele depende para sua exata interpretação. Lido, no entanto, em seu engaste neste primeiro movimento da narrativa, revela-nos a direção genérica para a qual somos conduzidos: a de uma espécie de pastoral elegíaca, onde o ideal de simplicidade natural em que se reconhece o valor está posto na figura de um morto quase desconhecido em quem se resumem as qualidades contraditórias do Oeste, em oposição, à primeira vista, aos valores modernos da vida urbana. Se tivéssemos apenas isso, o filme seria provavelmente uma alegoria sobre um tema chavão, à maneira do clássico *beatus ille* horaciano: nele se oporia à vida moderna o sonho forjado pelo individualismo burguês de um idílio campestre impossível, mas compensatório do mal-estar do presente. Não se trata, porém, disso. Para a compreensão desse sentido mais amplo e complexo, que brota, por sua vez, das contradições, é preciso retomar a construção do enredo como um todo.

Num simples caixão de madeira, num quarto pobre e

inteiramente despojado – enterro de segunda em cômodo improvisado num barracão onde se amontoam ferramentas, quinquilharias e trastes velhos do agente funerário pau para toda obra –, Tom Doniphon é velado apenas por um companheiro fiel de toda a vida, o preto velho Pompey (Woody Strode), quando chegam o senador e a mulher, acompanhados do ex-xerife Link.

A emoção é profunda, mas contida; o senador, o único a contemplar o morto no esquife (que tampouco o espectador pode ver), reclama da falta das botas, das esporas e do coldre com o revólver inseparável de Doniphon. O velório é logo interrompido pela chegada do editor do jornal, seguido do prefeito e do repórter: um senador da República é sempre notícia, e o jornalista insiste em saber quem foi Tom Doniphon.

Depois de muito relutar, o senador se dispõe a contar a história toda; ergue-se do banco onde com os demais velava o amigo, passa ao cômodo vizinho e se dirige para uma velha diligência coberta de pó e teias de aranha, relegada a um canto da sala: o que se vai ouvir (e ver) é uma história do tempo das diligências. Foi numa delas, talvez naquela mesma, cuja insígnia descobre, limpando-a do pó, que ele chegou ao Oeste; vinha do Leste, recém-saído da faculdade, com a bagagem abarrotada de livros de direito, portando apenas o relógio de ouro herdado do pai e uns poucos dólares...

Assim o senador Stoddard, já encanecido e quase candidato à vice-presidência do país, dá início à narração de sua vida de outrora, suas aventuras no Oeste – a dimensão propriamente épica de “O Homem Que Matou o Facínora”. O trecho, resumido acima, funciona como conexão entre a abertura lírica e a narrativa propriamente dita que vai começar. Estabelece o canal da narração, que surge quase como uma conversa de velório, inserindo no esquema comunicativo do filme uma espécie de narrador oral em primeira pessoa. A história será vista dentro dessa moldura do começo – que um trem, em sentido contrário, fechará no fim – como um mundo

a distância que emerge do passado e se encaixa no quadro do presente, configurado aos poucos pela voz narrativa.

O faroeste é aqui, portanto, algo que se dá a ver com o recuo das coisas que se oferecem à nossa contemplação a distância, quase como um objeto de meditação, foco do olhar e, ao mesmo tempo, da reflexão. A épica tradicional se inclui, dessa forma, na perspectiva moderna.

A técnica adotada por Ford pode lembrar a de Guimarães Rosa no “Grande Sertão: Veredas”. Neste romance inovador, inesperadamente vinculado à tradição da épica oral, o mundo do passado de aventuras do ex-jagunço Riobaldo também se inclui num diálogo com o universo urbano do interlocutor letrado (e nosso) a quem conta sua vida.

Ford reconta a história a partir da perspectiva do vencido que ela soterrou, impedindo que o passado fosse visado como constitutivo do presente. Por esse modo de contar se exprimem as relações profundas do *mythos* que, vindo do fundo mais arcaico do sertão e misturando distintos graus de realidade histórica e simbólica, se endereça e se prende ao mundo moderno, numa espécie de busca de esclarecimento. No filme de Ford, o narrador é, porém, um letrado que vive a experiência do sertão bruto, do deserto do Oeste, ao qual quer levar o esclarecimento na forma de um herói civilizador, e depois refaz o percurso para contar a história do que aprendeu com o próprio deserto e com o homem que era parte dele e de algum modo foi seu símbolo, recoberto pela vitória do progresso.

Com efeito, a figura de Stoddard reassume o papel do narrador da tradição oral da épica. Dirige-se, entretanto, a uma roda de ouvintes (e a nós espectadores) modernos, os representantes das instituições que vieram ou se firmaram com a ferrovia e que têm no jornalista uma espécie de arauto dos novos tempos. Não é à toa que é este o seu principal interlocutor. Ao narrar, recua, porém, ao passado, que é o tempo das diligências. Em oposição ao trem do início,

REFLEXÕES XXIII

introdutor do progresso moderno, a diligência retoma sua antiga função, mas agora no plano metafórico da narração, e vira o meio de comunicação com o velho Oeste, o veículo de transporte – metáfora no sentido literal – para o mundo épico, fazendo a ligação com o passado de aventuras do narrador.

É muito significativo e bonito que Ford tenha encontrado nessa imagem emblemática de seu mundo épico – “stagecoach” que abre seu ciclo de grandes faroestes – o transporte que leva daqui para a aventura, na voz do narrador.

Este, quando começa a narrar, deixa a velha diligência no fundo da sala e caminha em nossa direção, remontando o passado rumo ao presente. Recebemos dele o legado do fio da história, que, em seguida, a diligência, já em movimento no horizonte superior da tela, se encarrega de enredar na “presentificação” da cena viva. ●

Davi Arrigucci Júnior: escritor e crítico literário brasileiro, professor aposentado de teoria da literatura da Universidade de São Paulo. Fez seus estudos secundários em São João da Boa Vista, no estado de São Paulo.